

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

MARISTELA DO NASCIMENTO ANDRADE

**“ACORDA... PROFESSOR!”
O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO
DE SERGIPE (SINTESE) E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE:
MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE (1977-2001)**

**ARACAJU
2024**

MARISTELA DO NASCIMENTO ANDRADE

**“ACORDA... PROFESSOR!”
O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO
DE SERGIPE (SINTESE) E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE:
MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE (1977-2001)**

Tese apresentada como requisito para
obtenção do título de Doutora no Programa
de Pós-Graduação em Educação na Linha
de Pesquisa Educação e Formação Docente
– Universidade Tiradentes.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Ferronato

**ARACAJU
2024**

A553a

Andrade, Maristela do Nascimento

“Acorda...professor!” O sindicato dos trabalhadores em educação básica do estado de Sergipe (SINTESE) e a construção da identidade docente: memórias do movimento sindical de classe (1977-2001) / Maristela do Nascimento Andrade; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano Ferronato – Aracaju/ SE: UNIT, 2024.

271 f.il; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes 2024

1.Educação 2. História da educação 3. Memória 4. Movimento de classe 5. Magistério Público de Sergipe 6. SINTESE I. Andrade, Maristela do Nascimento II. Ferronato, Cristiano (orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 373.1(813.7)

Gislene Maria S. Dias CRB-5/1410

MARISTELA DO NASCIMENTO ANDRADE

“ACORDA... PROFESSOR!”

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE (SINTESE) E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE (1977-2001)

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa Educação e Formação Docente – Universidade Tiradentes.

Aprovada em: 20/05/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



CRISTIANO DE JESUS FERRONATO

Data: 10/08/2024 15:23:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cristiano Ferronato - Orientador
Universidade Tiradentes (UNIT)

Documento assinado digitalmente



VIRGINIA PEREIRA DA SILVA DE AVILA

Data: 13/08/2024 07:58:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila – Avaliadora Externa
Universidade de Pernambuco (UPE)

Documento assinado digitalmente



ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ

Data: 09/08/2024 10:32:23-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz – Avaliadora Externa
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Documento assinado digitalmente



ANE LUISE SILVA MECENAS SANTOS

Data: 07/08/2024 11:15:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ane Luise da Silva Mecnas Santos – Avaliadora Externa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Documento assinado digitalmente



CRISTIANE DE MAGALHAES PORTO

Data: 09/08/2024 13:59:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cristiane de Magalhães Porto – Avaliadora Interna
Universidade Tiradentes (UNIT)

Documento assinado digitalmente



PATRICIA BATISTA DOS SANTOS

Data: 06/08/2024 11:45:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Patrícia Batista dos Santos - Avaliadora Externa
Secretaria Municipal da Educação de Aracaju (SEMED)

ARACAJU
2024

Dedico este trabalho a meus pais, Aurelina Lourdes do Nascimento Andrade e
Lourival Clemente de Andrade, em reconhecimento por tudo o que eles representam
em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela força e coragem que me permitiram viver e enfrentar cada desafio com esperança.

A meus pais, Lourival Clemente de Andrade e Aurelina Lourdes do Nascimento Andrade, por serem meu alicerce, oferecendo-me o incentivo constante para enfrentar desafios e superar obstáculos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cristiano Ferronato, por sua paciência e zelo ao abraçar essa ideia, guiando-me com sabedoria e apoio incondicional.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste - GPHE/UNIT/CNPq, pela constante troca de saberes e pela partilha que tornou esta jornada mais enriquecedora.

À Universidade Tiradentes, pelo incentivo e pelo apoio ao meu desenvolvimento acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo financiamento essencial a esta tese.

Aos professores Ana Lúcia Vieira Meneses, José Iran Barbosa Filho e Joel de Almeida Santos, por cederem seu tempo e expertise a esta pesquisa, contribuindo de forma valiosa para a realização deste trabalho.

Às amigas-irmãs Patrícia Batista e Valeria Oliveira, por serem meu refúgio e fonte de impulso, ajudando-me a superar momentos desafiadores com seu carinho e apoio.

Aos colegas de turma que enfrentaram, ao meu lado, os desafios de estudar em plena pandemia (Daniel Brama, Caio Valeriano, Milton Santos, Isabella Albuquerque, Advanusia Oliveira, Adria Rodrigues), por serem parceiros maravilhosos e inventarem um novo normal com nossos muitos cafés virtuais e momentos pré e pós-aulas.

Ao corpo docente e ao nosso secretário do PPgPE, Cleverton Mota, por sua prontidão em auxiliar-nos sempre.

Ao Dr. Fernando Sá (DHI/UFS), cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, e a Hildebrando Maia, cuja vasta experiência com o SINTESE foi de extrema importância.

Agradeço profundamente a Ramon Carvalho pelo apoio no preparo físico que foi essencial para que eu pudesse prosseguir com a pesquisa. Seu suporte foi um pilar fundamental nesta jornada.

A Josiele Watthier, que caminhou comigo na Jornada do despertar interior, por seu apoio espiritual e emocional que iluminou meu caminho e trouxe clareza em momentos de incerteza e inquietude.

A Benizário Júnior, do SINTESE, subsede Lagarto, por todo auxílio oferecido, cuja contribuição fez toda a diferença. E a todos os colaboradores do SINTESE que se sensibilizaram com nossa causa e nos auxiliaram com generosidade. Minha eterna gratidão a todos vocês.

Aos servidores dos espaços de pesquisa, que, compreendendo nossa angústia diante do fechamento de portas devido à pandemia, ofereceram empatia e apoio.

Aos amigos Jaime e do JK, por todas as formas de apoio que recebi, os trago no coração.

Não posso esquecer dos amigos que sentiram minha ausência, mas entenderam o meu processo, especialmente a família Buscapé, a quem amo profundamente.

A amiga Maria Idalina Maciel (*in memoriam*), que a pandemia levou, mas que sempre vibrou e torceu por mim, mesmo quando eu duvidava. Obrigada pelas orações em vida e por continuar a me assistir de onde estiver.

RESUMO

Esta tese apresenta os resultados de pesquisa que investigou o sindicalismo docente em Sergipe, mais especificamente, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), a partir das memórias de três ex-dirigentes sindicais no período de 1977 a 2001. Dentre os objetivos específicos procurou-se a) investigar as bases pelas quais o sindicalismo docente foi forjado em Sergipe e suas dinâmicas de estruturação; b) examinar a relação entre a constitucionalidade das instituições sindicais e as estratégias de atuação organizadas e implementadas pelo SINTESE; c) identificar as estratégias e lutas sindicais para a promoção do enfrentamento à proletarização do trabalho docente e das questões educacionais. A tese se insere no conjunto das produções desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa de História e Educação do Nordeste (GPHE), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Os fundamentos teórico-metodológicos que embasam esta investigação estão ancorados na perspectiva histórico-crítica, (Saviani 1999; 2013; 2015; 2021) e atendem aos conceitos da história da educação e da formação de professores, por meio dos estudos de Tardif et al. (1991), Vicentini e Lugli (2009), Nóvoa (2005), Paulo Freire (1987, 1997, 1993, 1992), além de dialogar com os conceitos de campo, *habitus*, comunicação e representatividade, trilhados por Bourdieu (1989, 1996, 2007), as lições sobre memória buscamos em Ecléa Bosi (1994), Maurice Halbwachs (1968; 2006), Michael Pollak (1992); os aportes para compreender a história oral, traremos de Karnal & Tatsch (2013). Para auxiliar na compreensão das fontes iconográficas, recorreu-se a Burke (2004) e Bencosta (2011). As fontes escolhidas são múltiplas: entrevistas, jornais, boletins, fotografias e principalmente as memórias dos ex-dirigentes sindicais. Desta forma, defendendo a tese de que a atuação do movimento sindical do magistério público sergipano por meio do SINTESE, exerce e reivindica junto ao Estado e aos Entes Federados a salvaguarda do sistema educacional, zelando pela profissionalização da classe docente, associada às prerrogativas e debates construídos na defesa da educação, de acordo com a história da educação, ao combater à proletarização da classe, ao mesmo tempo em que constrói memórias de ensinamentos sobre suas estratégias e ações. Diante do todo, entendemos que o sindicalismo construído contribui para a formação da identidade profissional, para a formação continuada docente nas questões sindicais e do conjunto pedagógico, expondo à sociedade as prerrogativas do Estado em relação à educação e à condição do trabalhador docente.

Palavras-chave: Educação; história da educação; memória; movimento de classe; Magistério Público de Sergipe; SINTESE.

ABSTRACT

This thesis presents the research results investigating the teachers' unionism in Sergipe, specifically focusing on the Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE) through the memories of three former union leaders from 1977 to 2001. The specific objectives include: a) investigating the foundations upon which teachers' unionism was forged in Sergipe and its structural dynamics; b) examining the relationship between the constitutionality of union institutions and the strategies organized and implemented by SINTESE; c) identifying the union strategies and struggles to combat the proletarianization of teaching work and educational issues. The thesis is part of the research produced by the History and Education of the Northeast Research Group (GPHEN), linked to the Postgraduate Program in Education at Universidade Tiradentes. The theoretical-methodological foundations of this research are grounded in the historical-critical perspective (Saviani 1999; 2013; 2015; 2021) and address concepts from the history of education and teacher education through studies by Tardif et al. (1991), Vicentini and Lugli (2009), Nóvoa (2005), Paulo Freire (1987, 1997, 1993, 1992), while also engaging with Bourdieu's concepts of field, habitus, communication, and representativity (Bourdieu 1989, 1996, 2007). For insights into memory, we draw from Ecléa Bosi (1994), Maurice Halbwachs (1968; 2006), Michael Pollak (1992), and for understanding oral history, Karnal & Tatsch (2013). Iconographic sources are supported by Burke (2004) and Bencosta (2011). The chosen sources are diverse: interviews, newspapers, newsletters, photographs, and especially the memories of the former union leaders. Thus, I argue that the activities of the teachers' union movement in Sergipe, through SINTESE, advocate for and demand from the State and Federal Entities the safeguarding of the educational system, ensuring the professionalization of the teaching profession, while addressing the prerogatives and debates in defense of education. This includes combating the proletarianization of the teaching class and building memories of their strategies and actions. Overall, the constructed unionism contributes to the formation of professional identity, ongoing teacher education in union and pedagogical issues, and exposes the society to the State's prerogatives concerning education and the condition of teaching workers.

Keywords: Education; history of education; memory; class movement; Public Teaching in Sergipe; SINTESE.

RESUMEN

Esta tesis presenta los resultados de una investigación sobre el sindicalismo docente en Sergipe, centrándose específicamente en el Sindicato de los Trabajadores en Educación Básica de la Red Oficial del Estado de Sergipe (SINTESE), a partir de las memorias de tres ex-dirigentes sindicales durante el período de 1977 a 2001. Los objetivos específicos fueron: a) investigar las bases sobre las que se forjó el sindicalismo docente en Sergipe y sus dinámicas de estructuración; b) examinar la relación entre la constitucionalidad de las instituciones sindicales y las estrategias organizadas e implementadas por el SINTESE; c) identificar las estrategias y luchas sindicales para enfrentar la proletarianización del trabajo docente y los problemas educativos. La tesis se inscribe en el marco de las producciones desarrolladas por el Grupo de Investigación de Historia y Educación del Nordeste (GPHEN), vinculado al Programa de Posgrado en Educación de la Universidade Tiradentes. Los fundamentos teórico-metodológicos que sustentan esta investigación se basan en la perspectiva histórico-crítica (Saviani 1999; 2013; 2015; 2021) y abordan conceptos de la historia de la educación y de la formación docente, a través de los estudios de Tardif et al. (1991), Vicentini y Lugli (2009), Nóvoa (2005), Paulo Freire (1987, 1997, 1993, 1992), además de dialogar con los conceptos de campo, habitus, comunicación y representatividad, desarrollados por Bourdieu (1989, 1996, 2007). Las lecciones sobre memoria se basan en Ecléa Bosi (1994), Maurice Halbwachs (1968; 2006) y Michael Pollak (1992); los aportes para comprender la historia oral provienen de Karnal & Tatsch (2013). Para la comprensión de las fuentes iconográficas, se recurrió a Burke (2004) y Bencosta (2011). Las fuentes elegidas son múltiples: entrevistas, periódicos, boletines, fotografías y, principalmente, las memorias de los ex-dirigentes sindicales. De este modo, sostengo la tesis de que la actuación del movimiento sindical del magisterio público sergipano a través del SINTESE ejerce y reivindica ante el Estado y los Entes Federados la salvaguarda del sistema educativo, velando por la profesionalización de la clase docente, asociada a las prerrogativas y debates contruidos en defensa de la educación, de acuerdo con la historia de la educación, al combatir la proletarianización de la clase, al mismo tiempo que construye memorias sobre sus estrategias y acciones. En conjunto, entendemos que el sindicalismo construido contribuye a la formación de la identidad profesional, a la formación continua docente en cuestiones sindicales y pedagógicas, exponiendo a la sociedad las prerrogativas del Estado en relación con la educación y la condición del trabajador docente.

Palabras clave: Educación; historia de la educación; memoria; movimiento de clase; Magisterio Público de Sergipe; SINTESE.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AN	Arquivo Nacional
ALESE	Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe
APA	Arquivo Público de Aracaju
APES*	Arquivo Público do Estado de Sergipe (Aracaju)
APES**	Associação dos Professores do Estado de Sergipe
APMESE	Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe
ASPES	Associação dos Servidores Públicos de Sergipe
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BEPD	Biblioteca Pública Estadual Epiphany Dória
BICEN	Biblioteca central da UFS
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPES	Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRE	Diretoria Regional de Ensino
GPHE	Grupo de Pesquisa de História e Educação do Nordeste
IES	Instituição de Ensino Superior
IBICT	Instituto Brasileiro de Informações Ciência e Tecnologia.
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
PPED	Programa de Pós-graduação em Educação
RIUFS	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe
RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
REDE	Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e
ASTE	Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEED	Secretaria de Estado da Educação de Sergipe
SINTESE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe
SINTRASE	Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos do Estado de Sergipe
PCRM	Plano de Carreira e Remuneração do Magistério
UEPES	União dos empregados Públicos do Estado de Sergipe
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIT	Universidade Tiradentes
UFS	Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1:	Convite para fundação da APES.....	59
Fotografia 2:	Informativo do Jornal Correio de Aracaju, de 02 de fevereiro de 1946, sobre comitiva de servidores representantes dos funcionários públicos na Capital Federal	66
Fotografia 3:	Alterações à legislação sindical.....	68
Fotografia 4:	Denúncias contra a presidência da APMESE.....	80
Fotografia 5:	Professores entram em Greve contra a representantes da Classe (13/06/1979)	81
Fotografia 6:	Nota que retrata a Fusão da APES à APMESE, publicada na Gazeta de Sergipe, 12 de junho de 1979.....	82
Fotografia 7:	Visita dos professores ao Governo	83
Fotografia 8:	Professor Diomedes Santos da Silva.....	116
Fotografia 9:	Presidente da APMESE, José Joaquim Macedo.....	117
Fotografia 10:	Governador não recebe os representantes docentes.....	121
Fotografia 11:	Paralisação dos professores do Estado.....	123
Fotografia 12:	Hamilton Santana, presidente da APMESE (1987)	124
Fotografia 13:	Relatório de acompanhamento da greve dos professores da rede Estadual de Sergipe/Se– Confidencial (1987).....	125
Fotografia 14:	Greve dos professores da rede Estadual de Sergipe/Se (1987)	126
Fotografia 15:	Carta dos professores aos pais e ao povo em Geral – APMESE (1987).....	127
Fotografia 16:	Demonstrativo de pagamento dos servidores públicos de Sergipe.....	130
Fotografia 17:	Transformação da APMESE em SINTESE.....	131
Fotografia 18:	Comunicado APMESE/SINTESE.....	132
Fotografia 19:	Ganho do SINTESE na justiça contra o Estado.....	133
Fotografia 20:	Denúncia de irregularidade nas eleições do SINTESE.....	134
Fotografia 21:	Posse da Professora Ana Lúcia no Cotinguiba Esporte Clube (1992).....	136
Fotografia 22:	Transferência de cargo na Direção do SINTESE (1992).....	137
Fotografia 23:	Assembleia grevista de 1993	143
Fotografia 24:	Seminário Estadual de formação Sindical – CNTE (1992).....	153
Fotografia 25:	Grupo de formação sindical SINTESE – CNTE (1992).....	154
Fotografia 26:	Greve de maio, 1993.....	158
Fotografia 27:	Presidente do SINTESE faz greve de fome.....	159
Fotografia 28:	Professores grevistas em frente da Assembleia Legislativa.....	160
Fotografia 29:	Formação sindical, política e educacional.....	165
Fotografia 30:	VI Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação.....	167
Fotografia 31:	Debate sobre a LDB.....	169
Fotografia 32:	Ato <i>via crucis</i>	171
Fotografia 33:	Ato no Calçadão João Pessoa.....	172
Fotografia 34:	Posse na nova diretoria do SINTESE.....	173
Fotografia 35:	Marcha pela Educação	173
Fotografia 36:	Acampamento no Palácio dos Despachos.....	175
Fotografia 37:	Posse da coordenação da Subsede SINTESE Lagarto/Se (1998).....	177
Fotografia 38:	II Encontro Estadual das Bases Municipais (1998).....	178
Fotografia 39:	Assembleia sindical.....	183

Fotografia 40:	Mesa de negociação.....	184
Fotografia 41:	Momento de recreação cultural	186
Fotografia 42:	Protestos.....	188
Fotografia 43:	Confraternização dos Aposentados.....	189
Fotografia 44:	Distribuição de flores no centro da cidade de Aracaju.....	191

LISTA DE FIGURA

Figura 1:	Charge em alusão a manifestação dos servidores públicos.....	108
Figura 2:	QRCODE do Documentário “Dió - do tempo sem tempo de ser” (2011)	115
Figura 3:	O boletim “Acorda... professor!”	119
Figura 4:	O boletim CEPES Informa – A proposta do “Estatuto do Magistério”	120
Figura 5:	Cartilha docente.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Estatuto da Associação Profissional do Magistério Público do Estado de Sergipe (APMESE), fundada em 08 de setembro de 1977.....	77
Quadro 2:	Subsedes.....	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Índice de dissertações.....	33
Gráfico 2:	Índice de teses.....	34

SUMÁRIO

1 O ACORDAR.....	18
1.1 Quando além de acordar, você desperta!.....	22
1.2 Recorte de pesquisa e desenho metodológico.....	27
1.3 Aspectos teóricos aplicados à pesquisa.....	31
1.4 “Batam palmas pra ele, que ele merece”: estrutura do trabalho...	39
2 UMA LONGA NOITE... DO ASSOCIATIVISMO AO SINDICALISMO: ASPECTOS DA HISTORICIDADE SINDICAL EM SERGIPE.....	41
2.1 Na época da ardósia... As práticas mutualistas nas sociedades beneficentes.....	46
2.2 A cruzada das organizações associativas: um braço da política.....	62
2.3 “Fazer para convencer”: a Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe - APMESE (1977).....	72
2.4 O sindicalismo e o pensamento freireano: o diálogo e o conflito.....	84
3 A BUSCA PELA SINTONIA ADEQUADA: A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS LUTAS PELA ORGANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO SINDICALISMO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO.....	95
3.1 Ajustando a sintonia ao desenho do “novo sindicalismo”.....	96
3.2 Brava gente brasileira: o risco da proletarização do trabalhador da educação.....	103
3.3 Se você quer mudar, vamos nos juntar: a estruturação do sindicalismo em sergipe, disputas internas.....	110
3.4 Ensino, suor e café “para todos”.....	118
3.5 Era uma vez... Não, não era uma vez. É a nossa vez!.....	134
4 ESPERANÇAR EM BASES DIALÓGICAS: “SOBRE O SUOR DE QUEM TRABALHA”.....	146
4.1 De pé, de pé, não mais senhores!.....	147
4.2 Façamos nós por nossas mãos, tudo o que a nós diz respeito!.....	157
4.3 Paz entre nós, guerra aos senhores!.....	170
4.4 Bem unidos façamos, nesta luta final, uma terra sem amos.....	177
4.5 Somos iguais todos os seres.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS.....	197

1 O ACORDAR

A gramática classifica o verbo ‘acordar’ como transitivo direto, transitivo indireto e bitransitivo e pronominal. Sua ação consiste em fazer ficar ou ficar em acordo, em harmonia; conciliar(-se), concordar, ter pensamento, opinião, sentimento igual ou semelhante¹.

Mas o meu² acordar ia além das aplicações descritas, ele esteve ligado ao ato de atentar, auscultar. Cresci numa casa onde o ato de acordar ia além do sair do repouso e iniciar um novo dia. Filha de professora que sou, as minhas aulas não eram concluídas às sextas-feiras, elas se estendiam aos sábados... Por meio do aparelho radiofônico, eu despertava em geral ao som de Leci Brandão e sua canção Anjos da Guarda³, o rádio nos fazia um chamamento às questões do cotidiano em seus risos, prosas e dilemas. Como instrumento de comunicação social, ele não carece de um olhar mais atento, por se propagar por todos os espaços tornando-se democrático, ao informar, distrair e divertir. A audição do rádio era o meu despertador natural, principalmente, aos sábados... no momento em que despertava com a melodia da canção Anjos da Guarda, ou simplesmente, a música do SINTESE:

Professores
 Protetores das crianças do meu país
 Eu queria, gostaria
 De um discurso bem mais feliz
 Porque tudo é educação
 É matéria de todo o tempo

Ensinem a quem sabe de tudo
 A entregar o conhecimento

Na sala de aula
 É que se forma um cidadão
 Na sala de aula
 Que se muda uma nação
 Na sala de aula
 Não há idade, nem cor

¹ Cf. o Dicionário Oxford Languages, web [https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/], acesso em 01 de abril de 2024.

² Neste tópico do texto, peço licença aos leitores para estabelecer uma narrativa em primeira pessoa, visto que trago aqui minha vivência pessoal.

³ Leci Brandão da Silva (1944) é carioca de nascimento. Em sua vida profissional atua como militante das causas sociais, inclusive como representativa político-partidária. Na condição de compositora e cantora, no ano de 1995, pela gravadora Som Livre, lança o álbum “Anjos da Guarda”, e neste uma canção de mesmo nome, se traduz em homenagem aos professores. Álbum disponível no endereço <https://music.apple.com/br/album/anjos-da-guarda/1463006647>, acesso em 01 de abril de 2024.

Por isso aceite e respeite
O meu professor

Batam palmas pra ele
Que ele merece
Batam palmas pra eles
Que eles merecem

(Anjos da Guarda, Leci Brandão, Som Livre, 1995).

O despertar leve da melodia era um chamariz há um conteúdo sério e sensível, voltado a estimular fluidos de alegria ou tensão ao nos colocar em alerta para o que se ia desenhar por meio da audição matutina semanal das ações dos trabalhadores, em especial das questões da educação. Era hora de levantar e cuidar, o dia raiava e era preciso acordar para vida, ou quem sabe escutar um “discurso bem mais feliz”, parafraseando a compositora.

A audição do programa do sindicato era um compromisso inegociável em minha casa, por parte da minha mãe, e assim, mesmo sem compreender a complexidade do que falavam, em suas discussões e debates sobre direitos e deveres, leis e princípios que me eram tão distantes e por vezes incompreensíveis, fui me forjando por meio das incompletudes e indagações que ouvia a medida em que acordava para vida.

Era comum encontrar entre os interlocutores os meus professores, aqueles que atuavam na educação pública da qual eu era aluna, tanto na escola onde eu frequentava, como nas demais escolas da rede (municipal e estadual). Recordo da minha professora de inglês, a professora Fátima Rocha, do professor de Educação Física, professor Reginaldo Santos, e tantos outros que ressoavam em minha casa por meio das ondas da extinta Rádio Progresso AM 750 KHz⁴ (Lagarto/SE), clamando à sociedade para despertar sobre as questões da educação. Tinha o privilégio de os ouvir em classe, nos corredores da escola, e vez ou outra na emissora de rádio.

Sem que eu mesma me desse conta, aquele movimento e aquela agitação de meados dos anos 1990, criaram em mim marcas das quais eu não tinha consciência ou não sabia nominar. À medida que fui continuando meus estudos, optei pela docência. Ainda na educação básica, fiz o curso do magistério na modalidade

⁴ Hoje por força da lei as emissoras com amplitude modulada (AM) foram retiradas do ar, transformando-se em frequência modulada (FM), pelo Decreto presidencial nº 8.139, de 7 de novembro de 2013.

normal⁵ e pude conhecer teorias e perspectivas voltadas à formação do profissional dedicado à docência. Sempre me debrucei em leituras e pesquisas, e me inquietava com a ausência de estudos sobre os movimentos e associações docentes.

Pelas dinâmicas da vida, me afastei deste espaço de formação (objeto), mas este sempre me chamava atenção. Com o aprofundamento dos estudos era comum encontrar ensaios sobre história da educação voltados à análise de teorias aplicadas à docência e ao seu espaço de atuação, mas nada sobre questões de manifestações da categoria e suas bandeiras. Durante minha formação nos cursos de História⁶ e Ciências Naturais⁷ os meus objetos de pesquisa partiram para outras perspectivas, mas sempre tentando entender as relações de poder⁸ existentes na sociedade.

No exercício da docência, passei pela educação básica nas redes municipal e estadual de ensino, e nelas pude vivenciar os impactos das políticas de governo diante da educação pública, as dificuldades e queixas da categoria docente. Durante essa experiência profissional, vivenciei situações de paralisações e greves, cujas reivindicações estavam ligadas ao reconhecimento de direitos, melhorias das condições de trabalho e a implementação de políticas públicas aplicadas ao ensino. Aqui ressurgiu o antigo desejo de aprofundar os conhecimentos sobre o movimento sindical, mas logo ficou relegado a segundo plano. Confesso que por um tempo reservei à cadeira do esquecimento essas indagações e inquietações.

Na esfera social, os movimentos relacionados ao magistério em geral eram destaque na imprensa brasileira, quer seja pelos meios televisivos, impressos, audiovisuais, radiofônicos ou digitais⁹. Por vezes tornava-se notícia por impactar na

⁵No extenso Colégio Cenecista Laudelino Freire, curso concluído no ano de 2003, instituição filantrópica ligada a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). A LDB 9.396/96, em seu Art. 62, admite a formação mínima para o exercício do magistério, dedicado aos cinco primeiros anos do ensino fundamental, os estudos em nível médio - educação básica, na modalidade normal.

⁶ Graduação em história concluída no ano de 2008, pela Faculdade José Augusto Vieira, na cidade de Lagarto/SE.

⁷ Graduação em Ciências Naturais, concluída no ano de 2009, pela Universidade Tiradentes em parceria com o Governo do Estado de Sergipe.

⁸ Em nossos estudos, no mestrado em História (2017) pela Universidade Federal de Sergipe, trabalhamos o conceito de relações de poder no contexto do século XIX a partir do entendimento do historiador René Rémond, segundo o qual a construção de alianças políticas e suas reverberações no Estado e por conseguinte na sociedade global e nas coletividades territoriais a que abrangem, assim o político é entendido como uma expressão da identidade coletiva e sua relação com a política revela o comportamento coletivo, de tal modo que a cultura política busque revelar o *ethos* de uma nação e o gênio de um povo (RÉMOND, 2003, p. 441- 450).

⁹ Trabalhos como o de Mario dos Santos Barbosa (2003), sobre o Sindicalismo em tempos de crise: a experiência na Volkswagen do Brasil, retratam os embates entre o movimento sindical e o papel da mídia no processo.

quebra da 'harmonia-social' diária ao causar transtornos às famílias que sentem seus reflexos a cada reivindicação organizada pela classe docente.

Contudo, eu já percebia que “a perturbação da ordem pública” por meio das reivindicações e suas reverberações sinalizavam a importância do ensino público brasileiro, como promotor da formação da sociedade. O clima de “alvoroço” gerado por paralisações, passeatas e movimentos grevistas traziam sérias consequências à dinâmica social, mas sobretudo sinalizava o grito dos docentes contrários à proletarianização da sua condição de trabalhador.

Nesse contexto, com a ampliação da minha experiência docente e o avanço dos estudos históricos e pedagógicos, me vi por diversas vezes envolta em reflexões acerca das dinâmicas e contradições das decisões políticas, percebendo suas trajetórias, intencionalidades e reflexos.

Pude compreender melhor as motivações pelas quais os movimentos contestatórios docentes eram construídos, e o mal-estar gerados na sociedade, pois, o trabalho do professor, desde a sua introdução pelos religiosos jesuítas no Brasil, era entendido como uma ‘vocação’, aquele em que não havia espaço para questionamentos, lamentos ou reivindicação. Assim, a escola e os seus profissionais serviam de modelo social, sendo o ordenamento da classe professoral um reflexo do próprio bem-estar social e a continuidade educativa preconizada dentro e fora dos muros escolares¹⁰.

Todavia, o modelo de sociedade do qual fazemos parte, rompeu há muito com a proposta de direito natural, nos tornando membros de uma sociedade contratual¹¹, neste caso escola e profissional da educação. Nesta as relações sociais são dominantes e a escola, possui entre seus propósitos, a função de educar segundo princípios e convenções que se traduzem em postulados escritos, com propósitos previamente definidos pelo Estado e por suas dinâmicas político-econômicas, enquanto verdadeiras constituições a serem aplicadas ao condicionamento humano e a formação da sociedade ideal. A educação nacional, atendendo a essa dinâmica, volta-se a forjar um tipo ideal de cidadão preparado

¹⁰ Sobre a atuação docente, a organização de movimentos reivindicatórios ver VICENTINI & LUGLI (2009) sobre a História da educação docente no Brasil.

¹¹ Os termos “direito natural” e “sociedade contratual”, são utilizados em referência a aplicação das regras de boa convivência social, em que prevalece o bem coletivo, diante das vontades individuais, aos moldes de Jean-Jacques Rousseau e do seu entendimento sobre as formas de contrato social e teorias contratualistas, segundo a qual prevalecem as regras (de moral ou de direito) que assegurem uma força coercitiva em instâncias inquebrantáveis e mantidas por engajamento dos envolvidos.

para os desafios do seu tempo, afinal, “tudo é educação” e é “na sala de aula, é que se forma um cidadão”, como cantarola Brandão (1995).

1.1 Quando além de acordar, você desperta!

Ainda me espreguiçando nessa imensidão de possibilidades, despertou em mim o desejo de prosseguir nos estudos e a alcançar o doutoramento. Numa roda animada de amigos me dei conta de que era preciso prosseguir, olhando ao redor em meio a (R)osas e risos, inquietei-me em buscar um tema..., e assim despertei para as questões docentes, para a formação docente e as reivindicações da classe. Acordei para o sindicalismo!

O sindicalismo docente tornou-se objeto do meu interesse e tema desta tese, que proponho desenvolver. O nosso estudo tem seu olhar voltado para a historicidade do movimento sindical docente brasileiro, tendo como referencial o estado de Sergipe, e as ações capitaneadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE, marco temporal de 1977 a 2001, perfazendo um total de 24 anos de história.

A definição deste período deu-se por ser em 1977 que o governo estadual institui uma associação voltada à categoria docente em separado dos demais servidores públicos, a Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe (APMESE). Sua composição representa a interferência do governo nas questões da educação sob o pretexto da curadoria, e reforça por sua vez, as matrizes tradicionais herdeiras do sindicalismo varguista ou verde-amarelo¹², que busca manter as entidades sob seu controle, inclusive quanto às permissões para funcionamento.

O ano de 2001, foi escolhido como marco final, por sinalizar a conquista da classe estadual de professores com a aprovação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Estado de Sergipe, Lei Complementar nº 61, de 16 de julho de 2001. O recorte se dá para compreender os espaços e estratégias

¹² O termo “sindicalismo verde-amarelo” refere-se a uma forma de sindicalismo que predominou no Brasil durante o período de governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, durante o regime militar, caracterizada por um forte controle estatal sobre os sindicatos e uma orientação para a colaboração com o governo, em vez de uma luta independente pelos direitos dos trabalhadores, caracterizado pelo controle estatal, colaboração e cooptamento, restrição à liberdade sindical, legislação favorável ao Estado. Ver mais em Carlos Fico, *O Estado Novo: 1937-1945* (2005); Emilia Viotti da Costa, *A República Velha e o Sindicalismo* (1983); Sérgio Abranches, *O Estado Novo e a Revolução Brasileira* (2002); Adilson L. Moreira, *O Movimento Sindical no Brasil: História e Política* (2010).

de luta encetadas pela categoria até que se conquistem espaços de representação à classe por meio do SINTESE.

Quando voltamos nosso olhar para pensar o sindicalismo muitas vezes somos levados a refletir sob o prisma das grandes indústrias, contudo sua prática se faz presente em diversos setores do universo do trabalho, aqui no caso específico no universo educacional, onde a institucionalização, embora tardia, torna-se necessária e fundamental aos docentes.

Na tentativa de compreender o papel dos sindicatos dentro da sociedade capitalista, e suas dinâmicas, temos a ciência de que todas e quaisquer classes de trabalhadores podem organizar-se conforme suas características e a partir delas enveredar e reivindicar pontos de avanços e enfrentados a questões quotidianas.

O movimento trabalhista e as políticas de Estado impactam na relação da oferta de trabalho e nas condições oferecidas ao trabalhador. A organização da sociedade e seus processos junto à esfera capitalista ditam o modelo e a relação de trabalho a serem instituídos. Nesse sentido, o crescimento da exploração da força de trabalho engendra a necessidade de serem constituídos blocos de defesa ou autodefesa dos trabalhadores, e é assim que surgem os movimentos associativistas e sindicalistas¹³.

O sindicalismo, inclusive no eixo docente, apoia-se nas contradições e avanços históricos promovidos por políticas de governo e pela sociedade, atuando em prol da defesa de direitos, e como espaço de reivindicação e resistência por melhores condições de vida ao profissional docente, trabalhador da educação, considerando que *“não há idade, nem cor”* e *“por isso aceite e respeite O meu professor”* (Brandão, 1995).

A motivação por esse estudo, surge de inúmeras provocações oriundas de momentos distintos do meu processo de formação escolar. Logo cedo, inserida no contexto educacional por conta da atuação de minha mãe no magistério público, me inclinei à docência. Acompanhando seus passos, ouvia com ela programas radiofônicos sobre a atuação sindical em defesa do magistério público.

¹³ Os termos associativismo e sindicalismo, neste trabalho possuem marcos temporais distintos. O associativismo, liga-se ao período anterior a 1988, quanto por lei ao servidor público docente era negada a possibilidade de organizar-se em sindicatos de classe, sendo autorizado somente a partir da Constituição Cidadã de 1988 a reunião de membros ter a alcunha de Sindicato. Essa diferenciação não é uma regra, mas constituirá em nossa opção metodológica.

Inconscientemente, nascia ali minha primeira motivação e interesse para este estudo.

O segundo elemento motivador para compreender a temática decorre do reascender no legislativo nacional a temática acerca do fim da contribuição sindical obrigatória, vinda à tona com a proposta de Reforma Trabalhista, apresentada através do Projeto de Lei (PL 6787/16¹⁴). Este projeto era voltado a alterar as leis trabalhistas em vigor, apontando para a extinção gradativa da contribuição sindical obrigatória de trabalhadores e empregados, contribuição essa voltada à manutenção dos sindicatos de classe existentes em todo o território nacional. As discussões em torno dessa temática resultaram em inúmeros debates, sobretudo nos anos de 2017 e 2018, logo após o Golpe desferido contra a presidente Dilma Rousseff. Por fim, o desconto da contribuição sindical tornou-se ato facultativo, possível de ser realizado mediante autorização prévia do empregado ao empregador¹⁵.

Este movimento permitiu redirecionar nossa atenção ao estudo da organização e planejamento da educação nacional e aos apontamentos sobre seus sistemas e planos¹⁶. Naquele momento, dediquei minha atenção à compreensão do Plano Nacional de Educação – PNE e suas metas para o período 2014-2024. O estudo me aproximou da compreensão da dinâmica de tramitação da legislação, construindo as bases para o entendimento de questões que reverberam na escola e em seus agentes. Encontrei então um solo propício à reflexão e ao entendimento das dinâmicas coletivas, da história da educação e da representação de classe, conforme se constroem e são resguardadas nas ações e memórias daqueles que realizam a empreitada dentro do segmento educacional, no caso da temática sindical.

Ao decidir direcionar o olhar para as memórias do movimento sindical docente em Sergipe, busquei na perspectiva da história de educação, aprofundar nas bases e preceitos construídos e consolidados pelos estudos do Grupo de Pesquisa de História e Educação do Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq), no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes, tendo em vista a compreender ações do sindicato docente em Sergipe no último quartel do século

¹⁴ Projeto de Lei, de autoria do Poder executivo, busca alterar o Decreto-Lei nº 5.452 / 43, e dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, nos eixos eleições de representantes dos trabalhadores, trabalho temporário e outras providências.

¹⁵ Conforme a Lei 13.467/2017, que alterou o art. 579 da CLT.

¹⁶ Temática desenvolvida em nosso trabalho de conclusão do curso em Pedagogia, pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (2018).

XX, e mergulhando em uma das muitas perspectivas possíveis para se conhecer a educação no nordeste, e por conseguinte compreender a dinâmica da história da educação, em aspectos teóricos, metodológicos e de construção da identidade profissional docente.

O desenvolvimento da pesquisa, foi inicialmente prejudicado e incerto, dada a eclosão da emergência do novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, detectado pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, na China, tendo sido confirmado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em janeiro de 2020 como vírus em circulação e com características de pandemia¹⁷, o que tornou o trabalho ainda mais desafiador. Assim, o desafio da coleta de dados projetou-se ainda mais penoso a esse estudo, no qual recorri, mesmo em meio às inconstâncias, a espaços físicos como o Arquivo Público de Sergipe (APES), ao Arquivo Público de Aracaju (APA), Biblioteca Pública Estadual Epiphânio Dória (BEPD); Arquivo do SINTESE¹⁸, e as plataformas digitais, a exemplo do sítio eletrônico do SINTESE¹⁹, Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RIUFS)²⁰ e do Arquivo Nacional (AN)²¹. Além disso, fiz uso de diferentes meios e estratégias digitais como ferramentas de interação, na busca de driblar as dificuldades e acessar as fontes.

A nossa perspectiva centra-se na compreensão dos professores como trabalhadores dedicados à educação, com os seus dilemas, lutas e reivindicações por melhorias no reconhecimento profissional, na formação profissional, nas condições de trabalho, na prestação de serviços, nas políticas públicas aplicadas ao

¹⁷ LANA, Raquel Martins *et al.* Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020.

¹⁸ Passado o impacto inicial do fechamento dos espaços a circulação pública, o Estado voltou a abrir suas portas e assim uma nova realidade foi constituída. Realizando um prévio agendamento, respeitando a delimitação gravada na arquitetura, por meio da política de distanciamento de corpos, uso de álcool gel, e de posse de instrumentos de segurança sanitária como jaleco, máscara e luvas pude ter acesso a documentos físicos dos arquivos em Aracaju. No APES Diário Oficial do Estado de Sergipe; (30/12/1919; nº 18.010, 20/10/1977); Gazeta de Sergipe (28 de abril de 1977, ano XXI); Diário de Aracaju, (13/06/1979); no APA, Correio do Povo (26/09/1988); Jornal da Manhã (04/04/1987; 16/04/1992); O popular (nº 12, 25/01-25/02/1992); no BEPD (O Operário. Aracaju 11/12/1910; Gazeta de Sergipe, nº 10.686 de 10/08/1994;) e a posteriori no Arquivo do SINTESE (Formação, Processo, Negociação. Cartilha S/D), Fotografias avulsas (1993; 1995; 1996; 1997; 1998).

¹⁹ Endereço web, <https://sintese.org.br/>, destaca-se o Documentário Dió (26/10/2011)

²⁰ Endereço web, <https://ri.ufs.br>. No Repositório da UFS, consultamos Diário de Sergipe (nº 1.213, 13/05/1946; nº 1.213, de 18 / 05/1946); Correio de Aracaju (22/02/1946; 02/02/1946); Gazeta de Sergipe (12/06/1979; nº 6,233, 03/07/1979; 13/04/1984; 25/03/1987; n 10.691, 16/08/1997); Jornal da Cidade (07/05/1922; 27/05/1992; 17/06/1992);

²¹ Endereço web <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>, de posse do fundo acervo do Serviço Nacional de Informação.

tecido social de que fazem parte e no respeito pelos seus direitos enquanto trabalhadores da educação, o que inclui uma remuneração adequada.

Diante da conjuntura apresentada, o estudo dos movimentos sindicais docentes, tornou-se para mim objeto de entendimento, aprofundamento e construção, de modo que esta pesquisa se mostra singular por entender os caminhos da sua formação, construídos pelas memórias²² daqueles que estiveram na liderança do Sindicato, em seus primeiros vinte e quatro anos de existência.

Nas páginas que se seguem será possível encontrar um panorama contemporâneo composto pelo estado do conhecimento sobre a temática, na busca de construir e promover um mapeamento, verificando os impactos e o desenvolvimento de ações que tornaram a questão docente uma pauta política com um campo de dados representativo e significativo.

Partindo da premissa de que é preciso desenhar o cenário e objeto de pesquisa, delimitou-se o estudo do movimento sindical sergipano, a partir do SINTESE, entidade que engloba maior número de filiados e que envolve geograficamente servidores da educação de todas as microrregiões sergipanas²³. A partir daí foi delimitado o período de 1977 a 2001, como marco temporal da pesquisa²⁴.

A problemática geradora da nossa pesquisa é: Como as memórias dos ex-dirigentes do sindicalismo docente sergipano podem contribuir à compreensão da consolidação da identidade docente do magistério público sergipano, no período de 1977 a 2001?

Como objetivo geral desta pesquisa, buscamos compreender a história do associativismo docente em Sergipe, a partir das memórias de três ex-dirigentes, durante o período de 1977 a 2001. Do ponto de vista específico, intenciono: I - investigar as bases pelas quais o sindicalismo docente foi forjado em Sergipe e suas dinâmicas de estruturação; II- examinar a relação entre a constitucionalidade das instituições sindicais e as estratégias de atuação organizadas e implementadas pelo

²² Para esse exercício a trilha foi construída parte das lembranças de três ex-presidentes sindicais, que em suas práticas vivenciaram a docência e a militância sindical, os quais mais à frente apresento.

²³ A medida que nos debruçamos sobre esse estudo percebemos que o SINTESE, representa 74 dos 75 dos professores das redes municipais de ensino, e somente a cidade de Aracaju (capital do Estado), possui uma entidade própria de representação da classe, o SINDIPEMA (Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju).

²⁴ Nesse ínterim cabe destacar que outros colaboradores e membros do SINTESE também são consultados e suas falas, embora não sejam o foco da nossa pesquisa, colaboram ao nosso entendimento das entrelinhas que tecem a tessitura que rege a construção da entidade.

SINTESE; III- identificar as estratégias e lutas sindicais para a promoção do enfrentamento à proletarização do trabalho docente e das questões educacionais.

Nesse sentido, defendo a tese de que a atuação do movimento sindical do magistério público sergipano por meio do SINTESE, exerce e reivindica junto ao Estado e aos Entes Federados a salvaguarda do sistema educacional, zelando pela profissionalização da classe docente, associada às prerrogativas e debates construídos na defesa da educação, tal movimento contribuiu à conformação da história da educação, ao combater à proletarização da classe, ao passo em que constrói memórias de ensinamentos sobre suas estratégias e ações, que aproximam e fazem entender o docente como um profissional, aquele que sustenta a si e aos seus em razão do seu trabalho, e que para tanto deve gozar de plenas condições ao desempenho do seu ofício laboral.

Retomar os caminhos que conduzem a essa construção possibilita conhecer a trajetória já desenhada, suas possibilidades, práticas, metodologias de luta, atos de rebeldia, organização e ação, todas voltadas à construção e defesa da classe docente e a sua identidade.

1.2 Recorte de pesquisa e desenho metodológico

Afim de alçarmos nossos objetivos e responder a problemática, nos servimos de diversas fontes de pesquisa, caracterizando a investigação como histórico-documental, com ênfase na história oral, com a realização de entrevistas semiestruturadas, a fim de ampliar o entendimento e a familiaridade com o fenômeno da sindicalização.

Logo, além das fontes bibliográficas como livros, teses, dissertações, artigos publicados em periódicos e jornais de circulação local e nacional, utilizamos de documentos físicos presentes em acervos (APES, APA, BEPD, SINTESE) e por meio das plataformas digitais (SINTESE, APMESSE, RIUFS e AN), constituindo um corpo de pesquisa fundamental a compreensão dos estudos. É por meio deles que encontramos traços para identificar o processo de desenvolvimento da entidade na busca por sua representatividade, suas pautas de reivindicações, e as estratégias perante o Estado.

Para além dos documentos escritos utilizamos das memórias dos entrevistados enquanto espaço de salvaguarda dos fatos, que nem sempre se

encadeiam na cronologia lógica dos acontecimentos, ela torna-se viva ao saltitar desobedecendo a dança das horas, dos dias e por vezes dos anos, focando nos fatos e em suas representatividades pessoais, de modo que “*ensinem a quem sabe de tudo, a entregar o conhecimento*” (Brandão, 1995).

O pesquisador ao adentrar pelos terrenos da memória deve ter a noção e o cuidado de entender que caminha por campos delicados, onde a subjetividade se faz presente e a presença de Lete²⁵ é constante. Neste não há ordem cronológica dos fatos, nem tão pouco uma arrumação por ordenamento alfabético. Os fatos sucedem um ao outro por meio das impressões, das lembranças, as memórias se confundem, não há compartimentos, mas nem por isso podem ser desprezados enquanto fonte histórica em potencial, e cabe ao pesquisador a função de ao confrontá-las estabelecer um sentido, construindo assim retratos desse passado. Espera-se do leitor mais atento, o entendimento dos encadeamentos dos fatos e das suas dinâmicas, sendo assim, compreensivo com que tabulou, organizou e buscou estabelecer uma cronologia.

A memória em seu natural processo de seleção rememora, construí uma reflexão sobre o movimento institucional, que por vezes se apresentará com falhas e omissões, afinal à memória é coletiva, e a sua transcrição e análise sempre vem carregada de emoções, escolhas, impressões, recortes e posicionamentos políticos e culturais. Mas confiante e amparada em Julián Gindin quando diz:

Tenho a impressão de que todos nós, os que pesquisamos na área, acabamos montando nosso arcabouço analítico por meio de sínteses individuais de leituras sobre história da educação, trabalho docente, reforma educacional e do estado e estudos sociológicos sobre os tradicionais sindicatos do setor privado (Gindin, 2009, p. 7).

A partir da possibilidade de realização da pesquisa, submetemos a mesma a apreciação do Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Tiradentes por meio da Plataforma Brasil, que foi aprovada conforme o Parecer Consubstanciado do CEP, nº 5.697.326, (ANEXO A).

Uma vez obtida a aprovação junto ao referido comitê, seguiu-se as providências necessárias a oficialização da pesquisa, como encaminhamento da

²⁵ Lete, o esquecimento, é filha de Éris, a discórdia, e, segundo a tradição, mãe das Cáritas. A fonte do esquecimento, conhecida por Lete, e situada nos infernos, era de onde os mortos bebiam um líquido para esquecer a vida terrena.

Declaração da Instituição, Termo de Compromisso e Confidencialidade, e Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) (modelo no ANEXO B).

O processo de liberação em tramitação junto ao Comitê de Ética de Pesquisa da IES / UNIT, veio acompanhado de uma demora pontual, por certo decorrente do acúmulo de pedidos e do estado de excepcionalidade ao qual todos estavam submetidos. O contexto da pesquisa acadêmica vivia um momento intenso de intranquilidade e incerteza gerada em função da COVID-19 e seus alarmantes índices de contaminação, isolamento e nos casos mais extremos, morte.

Considerando todos esses atenuantes naturais da Pandemia, ainda tivemos que lidar com o delicado estado de saúde da professora Ana Lúcia Vieira Menezes, que vem lutando com uma enfermidade pulmonar e em razão disto, optamos por utilizar da plataforma Google Meet²⁶ (e fazendo uso do perfil do PPED/UNIT). Dada as suas particularidades da docente, acordamos em uma autorização verbal, devidamente registrada em vídeo para utilização do material para fins acadêmicos, e na construção deste trabalho.

Dentre os entrevistados, realizamos uma ação presencial somente, com o professor e Deputado Estadual Iran Barbosa, que nos recebeu em seu gabinete, nas dependências da ALESE²⁷. Na ocasião foi assinado pelo mesmo o Termo de RCLE (ANEXO C).

Na entrevista com o professor Joel Santos, a comunicação se deu via plataforma *Google Meet*, e em um momento oportuno coletamos a assinatura do termo da RCLE conforme consta (ANEXO D).

O roteiro das entrevistas foi previamente elaborado (APÊNDICE A) e a sua coleta consistiu um processo definidor das diretrizes e encaminhamentos que essas linhas teriam, uma vez que estabelecemos a partir destas a narrativa que iria nortear essa escrita²⁸.

²⁶ Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pela plataforma Google, amplamente utilizado para realização de reuniões, eventos e diferentes atividades públicas, no qual é possível a interação entre indivíduos equidistantes, em tempo real. A plataforma, em sua versão paga, permite ao usuário a gravação das atividades e sua utilização posterior para publicação, análise e afins, desde que tudo previamente autorizado.

²⁷ Na ocasião contei com o suporte e apoio do estudante de Medicina do 9º período, Roberto Fontes Júnior (Qvida), que auxiliou na demanda.

²⁸ Uma vez tendo realizado o levantamento histórico documental, a nossa pesquisa chegou a um impasse sobre o caminho a seguir. Tínhamos em mãos muitas possibilidades de construir esse olhar, podendo prosseguir por meios das publicações da mídia, impressão ou audiovisual, observando a óptica do Estado, retratando a história narrada por membros atuantes do SINTESE, aos quais cito a professora Maria José Nascimento Filho, e do colaborador Hildebrando Oliveira Maia Júnior, e nos debruçando sobre os arquivos sindicais. Contudo, optamos por nos deixar guiar pelos caminhos da

No que confere à pesquisa empírica, trilhamos um caminho construído a partir do exame das memórias de ex-presidentes sindicais, a saber, professora Ana Lúcia Vieira Meneses, do professor José Iran Barbosa Filho e do professor Joel de Almeida Santos²⁹, profissionais que lideram a construção do sindicalismo docente na esfera pública no estado de Sergipe e que atuaram na construção da história do SINTESE, em decorrência das suas ações.

A opção por limitar a pesquisa somente aos seus ex-presidentes, consistiu em uma escolha dessa pesquisadora em razão das adversidades impostas pela emergência do novo coronavírus e por conta das políticas de isolamento (que tantas vidas salvaram), considerando a intranquilidade mediante a possibilidade/impossibilidade de prosseguir na pesquisa e coleta de dados. Desse modo, a limitação na escolha, também se justifica pelo papel exercido por esses indivíduos na construção da história da educação em Sergipe, por suas trajetórias pessoais de engajamento à causa educacional e ao sindicalismo.

Uma vez coletados os dados, passamos a organizar, delimitando e sistematizando-os. No processo a análise nos conduziu a categorizar as particularidades que mais se fizeram ouvir. Questões como a identidade, a construção da carreira docente, os processos e políticas de formação sindical e educacional dos professores, a necessidade de assegurar ações de socialização e integração, as dificuldades impostas pelo Estado, foram alguns pontos em comum nas entrevistas.

Tal experiência nos permitiu construir um panorama anterior ao nosso período de estudo, e que consideramos fundamental apresentar. Os dados nos levaram a aprofundar os estudos, de modo a buscar e compreender as primeiras associações de servidores públicos, entidade que reúne a todos sem distinção de categoria profissional.

memória, a medida em que os entrevistados, percorrendo os caminhos rememorados por eles e amparados da documentação encontrada.

²⁹Durante a transição das falas suprimimos partes, afim de melhor objetivar a nossa análise, por meio do uso de colchetes [], os mesmos também são utilizados para complementar nomes ou informações que a memória narrada deixou subentendida.

1.3 Aspectos teóricos aplicados à pesquisa

No tocante ao referencial teórico, este trabalho ampara-se nos pressupostos teóricos do estudo da memória e da história do sindicalismo docente, dentro da perspectiva da história da educação, refletindo as matrizes do pensamento pedagógico. Para melhor compreender o tema, buscamos conhecer outros trabalhos, e o fizemos em artigos, dissertações e teses, nos bancos de dados das bases nacionais das plataformas Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (Rede Aste), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e no repositório da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e junto ao Instituto Brasileiro de Informações Ciência e Tecnologia (IBICT), no período de 2000 a 2021.

Foram eleitos como critérios de exclusão, estudos que abordem o sindicalismo por meio da iniciativa privada de educação, mesmo que da educação básica, e o sindicalismo aplicado à educação superior. Como critérios de inclusão, nos valem os trabalhos cujas temáticas estejam fundamentadas no sindicalismo docente da educação básica, aplicado aos servidores públicos³⁰.

Para a construção do levantamento de dados, em todas as bases utilizamos descritores como “associação docente”, “sindicato docente”, “proletarização docente”, e “SINTESE”.

Ao todo identificamos 37 artigos (APÊNDICE B), nas mais variadas revistas³¹. De posse do levantamento, foi possível identificar autores e temáticas discutidas nas pesquisas. Entre os periódicos, destaca-se a *Educar em Revista*, que realizou seis publicações, entre seus autores filiam-se Dal Rosso (2013), Gindin (2013), Gouveia

³⁰ Embora a educação básica seja oferta pelos entes federados, União, Estados e Municípios, nossa atenção voltou-se ao sindicalismo aplicado pelo SINTESE, junto aos docentes da Rede Estadual e Municipal de ensino em Sergipe, haja vista que Institutos Federais (IF) e Colégio de Aplicação (CA) também ofertam a educação básica e possuem associações próprias como é o caso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), respectivamente. E que os servidores do município de Aracaju, tem por órgão de representatividade o SINDPEMA.

³¹ Embora haja um empenho em catalogar os trabalhos e produções acadêmicas, sabemos que eles representam um recorte, e dentre esses buscamos construir um levantamento considerando elementos como objetivos, referenciais teóricos, metodológicos, fontes e instrumentos de pesquisa.

& Ferraz (2013), Melo (2013), Rodriguez & Fernandes (2013) e Tello (2013), este com artigo voltado às políticas e perspectivas sindicais na Argentina, México e Chile.

Na revista *Educação & Sociedade*, identificamos quatro publicações, Ferreira (2007), Gouveia & Ferraz (2016), Sobreira (2001), Rês (2011) e Gentili *et al.*; (2004), este último citado também no periódico anterior. A Revista *Educação*, apresenta duas publicações, realizadas por Stoer (2008) e Weiner (2013) respectivamente. E por fim, duas publicações realizadas pelo professor Sadi Dal Rosso (2011; 2013), na *Pró-posições*, com temáticas que abordam a fragmentação sindical e a emergência do sindicalismo docente. Dentre as palavras-chave mais utilizadas, destacam-se “central única dos trabalhadores, corporativismo sindical, identidade de gênero, relações de gênero, teoria política, trabalho docente, políticas educacionais, financiamento da educação, saúde do trabalhador, emergência e fragmentação sindical”.

Dentro dessa seara, destaca-se a Rede Aste, fundada em 2009 e que trata das questões de identidade docente e da qualificação da pesquisa na área. Em seu primeiro seminário, realizado, no ano de 2009, no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), apresentou contribuições voltadas para discussão de pesquisas e constituição de rede internacional aplicada ao estudo do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores da educação. A Rede desde então realiza encontros regulares e propõe estudos voltados à articulação entre sindicalismo docente e sindicalismo em geral, promovendo o desenvolvimento de pesquisas na área para além do Brasil, criando meios para a troca de experiências e opções teóricas e disciplinares acerca do sindicalismo docente.

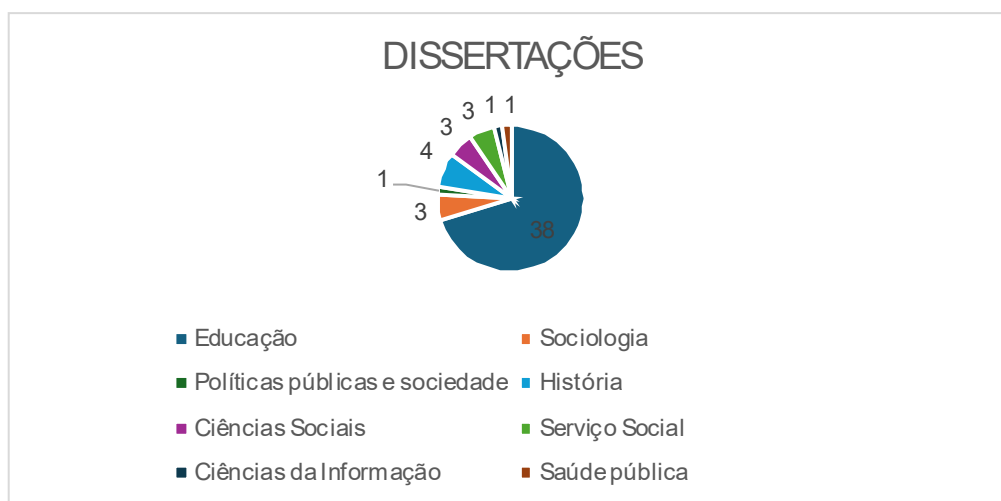
Segundo Ferreira (2010), a formação da Rede Aste tem por propósito tratar o sindicalismo de profissionais docentes e de trabalhadores de instituições educacionais do Brasil, de modo a possibilitar a sistematização de debates sobre sua realidade e construir meios para o tratamento metodológico do sindicalismo como objeto de estudo, no qual seja possível confortar e/ou articular diferentes referenciais analíticos.

Dentre as suas publicações, destacamos um levantamento em 89 teses e dissertações brasileiras, realizados por Julián Gindin (2009), no qual alcançou uma análise de temas e metodologias ligadas à temática, em que destaca o estudo do processo de organização sindical, com foco na utilização da greve; à perspectiva do sindicato como espaço de formação e construção da identidade profissional, política

e coletiva do docente; a busca pela democratização na gestão escolar, com levantamentos voltados a representação da escola pública e da identidade profissional docente; o engajamento político e de gênero no espaço sindical; além de outras abordagens voltadas ao campo do sindicalismo na educação. O estudo construído apresenta o resultado de trabalhos de dissertações e teses publicados nos anos de 1980, nas mais diferentes regiões do país, e destaca-se por apresentar a perspectiva da memória sindical em suas construções.

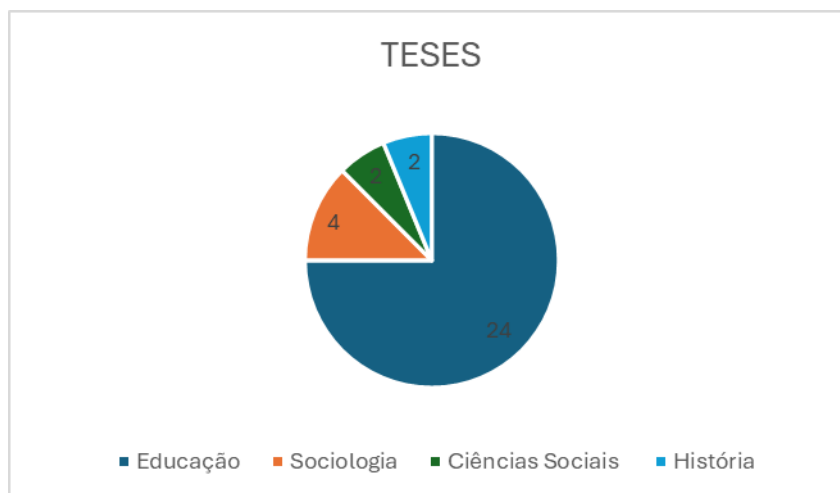
No campo das dissertações e teses, lançamos nosso olhar aos repositórios da CAPES, da BDTD, da SciELO e do IBICT, identificamos 54 dissertações (APÊNDICE C). Assim distribuídos: na Área de Educação (38), e os demais distribuídos nas áreas de Sociologia (3), Políticas Públicas e Sociedade (1), História (4), Ciências Sociais (3), Serviço Social (3), Ciências da Informação (1) e Saúde pública (1).

Gráfico 1: Índices de dissertações



Fonte: Produzido pelo autor.

Entre as teses (APÊNDICE D), nestes repositórios identificamos 32 trabalhos, sendo na área de Educação (24), Sociologia (4), Ciências Sociais (2), História (2).

Gráfico 2: Índices de teses

Fonte: Produzido pelo autor.

Utilizamos os descritores acima destacados e dentre os trabalhos algumas temáticas destacam-se. Com o descritor “associação docente”, encontramos trabalhos, com abordagens centradas em temas como: políticas públicas, lutas (inter)nacionais, financiamento da educação básica e neoliberalismo. Ao utilizar o descritor “sindicato docente” encontramos trabalhos sobre a precarização do trabalho docente em Belo Horizonte; financiamento da educação em Curitiba/PR; história da organização do magistério maranhense, e do Rio de Janeiro (1977-1980); tendências políticas aplicadas à educação e o surgimento de entidades (1978-2011) no Brasil e o papel da CUT; sindicalismo na esfera neoliberal no Chile, o México e na Argentina; e a questão de gênero e invisibilidade sindical.

Ligado ao eixo “associação docente”, apresentam destaque as representações docentes, a trajetória da sindicalização brasileira, a formação de professores, questões de lutas e financiamento. Relacionados ao estudo da “proletarização docente”, sobressaem estudos sobre o desgosto e as tensões; as relações ambíguas presentes no trabalho docente, e questões de gênero, a valorização dos profissionais da rede pública e a gestão democrática.

Identificamos ainda estudos no eixo “sindicato docente”, a ênfase nas políticas LGBTQIAPN+³² e suas particularidades identitárias, as reivindicações do magistério público, a precarização do trabalho docente e a luta de classe e sua relação com a gestão democrática. Nestes há uma grande concentração em

³² A sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais. Cf. [<https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>], acesso em 01 de abril de 2024.

instituições do sul do país. Os estudos voltados à história, discutem aspectos ligados à história da educação e ao trabalho, com ênfase na profissionalização e no trabalho docente.

Sobre o SINTESE, há trabalhos que citam a Instituição. Como o realizado por Maria Oliveira Santos, junto ao Núcleo de Educação/UFS, em 2012, intitulado “Prática Sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores”. A dissertação junto ao núcleo de Pós-graduação em Educação, sob o título, “Lentes de gênero sobre o sindicato dos trabalhadores em educação básica da rede oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)” (2017), de autoria de Adenilde de Souza Dantas (UFS), e a tese sob o título, “A Comunicação Sindical: As redes digitais como espaço para a formação política dos professores em Sergipe” (2019), trabalho de doutoramento de Maria Conceição da Silva Linhares (UFS).

Os eixos em destaque trabalham a história do sindicalismo sergipano e as características da classe, a formação docente, a política sindical, a questão de gênero, os avanços na democratização das relações sociais e o uso das plataformas de comunicação a serviço da interação social no SINTESE.

No Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, destaca-se o trabalho de dissertação de mestrado de Catarina Nascimento Oliveira, com o título “Sindicalismo na educação: consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE em Sergipe (1992-1996), que se propõe a analisar os consensos e conflitos presentes pela disputa da hegemonia e direção do SINTESE entre 1992 e 1996.

Diante de todo o levantamento, identificou-se que, quanto aos tipos de pesquisa, prevalece a bibliográfica, em detrimento da pesquisa de campo e documental. Os instrumentos de pesquisa incluem coleta de dados bibliográficos e documentais, questionários, entrevistas e observação. Os contextos estudados referem-se a abordagens estaduais, municipais, nacionais e internacionais. Quanto ao referencial teórico, evidenciamos traços marxistas ou do materialismo histórico-dialético, neomarxismo, representações sociais, história cultural, e nova história.

Em geral, os temas são muito diversificados e o aumento das pesquisas sobre o tema é exponencial, especialmente considerando aspectos como economia e reconhecimento salarial, expansão do sistema educacional, processos de democratização política, neoliberalismo e gênero.

Encontramos em Dermeval Saviani (2015) e em seus postulados os fundamentos orientadores ao nosso entendimento no decorrer dessa tese. Ao discorrer sobre a teoria da pedagogia histórico-crítica e da sua relação com a luta de classe e os pressupostos da educação escolar, percebemos ser possível compreender que:

Dizer, então, que a educação é um ato político significa dizer que a educação não está divorciada das características da sociedade; ao contrário, ela é determinada pela sociedade na qual está inserida. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais. Ora, no caso da pedagogia histórico-crítica, uma de suas características fundamentais é que ela se posiciona claramente a favor dos interesses dos trabalhadores, isto é, da classe fundamental dominada na sociedade capitalista. Daí seu caráter de pedagogia contra-hegemônica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual (Saviani, 2019, p. 106).

Por esse caminho seguimos na contramão da concepção que entende a 'luta pela transformação' pela perspectiva da apologia à violência. Longe disso, a luta travada nesses termos acontece na seara da educação e aos professores cabe posicionar-se, pois agir de modo neutro, representa concordar com a estrutura imposta e por conseguinte com os interesses em vigor.

Objetivando uma compreensão mais sólida dessa dinâmica, buscamos na literatura os referenciais teóricos. De Bourdieu (1989, 1996, 2007), com a teoria de campo e representatividade, Ecléa Bosi (1994), Maurice Halbwachs (1968), e suas lições sobre memória; em Karnal & Tatsch (2013), os aportes para compreender a história oral. Por meio dos estudos de Tardif *et al.* (1991), Vicentini e Lugli (2009), Paulo Freire (1987, 1997, 1993, 1992), e suas considerações sobre saberes docentes e as fundamentações quanto a história da educação no Brasil.

A fim de compreender o sindicalismo docente e sua política educacional, nos propomos a adotar o caminho metodológico que associa a história oral à pesquisa histórica documental e a memória, sob a tônica da teoria histórico-crítica, buscando estabelecer um corpus documental coerente e inteligível acerca do passado narrado e a constituição de um arcabouço documental.

De acordo com Karnal & Tatsch (2013, p. 9- 28) "o recurso à história oral, amplia a noção dos dados documentais, permitindo que o pesquisador mude o seu olhar sobre as fontes, ampliando o seu entendimento sobre um corpo documental,

principalmente ao considerar que o documento histórico tende a ser pouco ou raramente “dócil”, “aberto” ou “fácil”.

Ao historiador cabe compreender a lembrança e seu papel social, pois como salienta Ecléa Bosi (1994), “esquecer é morrer”. Nesses termos, o ato de lembrar funciona com uma função política, segundo a qual a amnésia corrobora com a manutenção da história oficial, ao atender aos interesses e celebrações dos grupos políticos que detém o poder. Bosi defende que a nitidez da memória deve ser avaliada pela experiência grupal, e não de maneira isolada.

Neste ponto, recorremos a Halbwachs (1968) e sua noção de memória coletiva como atributo dos sujeitos, ao compreender que nossas memórias se forjam e apoiam-se nas lembranças e narrativas dos demais sujeitos, e ganham a partir delas significado e legitimidade.

Para Halbwachs (1968) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória do indivíduo depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos sociais que são considerados referências peculiares aos indivíduos. A lembrança pode ser considerada como uma imagem construída pelos materiais que estão, no presente, à disposição do indivíduo, no conjunto de representações que povoam sua consciência atual.

As costuras construídas neste trabalho enveredam por esses pressupostos definidos por Bosi e Halbwachs, sem perder de vista que o ato de lembrar e esquecer seja proposital ou não, são atributos naturais da memória.

A construção desse campo nos permite ouvir as memórias. O conceito de campo é fruto do “estruturalismo genético” pelo qual Bourdieu (1996) o compreende como produto de uma gênese que incorpora a sua formação às estruturas já existentes. Visto dessa forma, os campos são mundo na esfera artística, política, literária, religiosa, científica, e correspondem a microcosmos autônomicos e pertencentes ao universo social, formado por agentes que desenvolvem o mesmo *habitus* e internalizam ou incorporam a mesma estrutura social.

De tal modo que a cultura docente em seu processo de formação de professores, analisado por Tardif *et al.* (1991), compreende um conjunto de aprendizagens e saberes que convergem para formulações e práticas sociais de variadas fontes, que são utilizadas em suas práxis e que decorrem das suas

relações sociais e do seu processo de formação de historicidade dos saberes educacionais.

Vicentini e Lugli (2009) traçam um panorama da formação da identidade docente e da sistemática de sindicalização da classe. Seus estudos revelam aspectos ligados às dinâmicas que constituem a identidade docente e a sua organização em classe. Em Nóvoa (2005) encontramos meios para a compreensão da estrutura educacional. Seus estudos apontam para a consolidação da identidade profissional docente, sobretudo perante o Estado.

Para melhor ilustrar a discussão, as fontes iconográficas encontram relevo na pesquisa, uma vez que atuam como signos e símbolos da autora referência das histórias e narrativas descritas. Assim, ao longo destas páginas, ao utilizarmos de fotografias e imagens, a faremos por se tratarem de fontes, as quais Burke (2004), considera evidências históricas e testemunhas mudas dos fatos. Desta forma, conforme o autor, “as fotografias podem ser consideradas ambas as coisas, evidência da história e história. Elas são especialmente valiosas, por exemplo, como evidência da cultura material do passado” (Burke, 2004, p. 29).

Assim, também Bencosta (2011) defende ser a fotografia de significativa potencialidade enquanto elemento de compreensão das culturas presentes no universo educacional. E é dentro dessa estrutura que as imagens e fotografias serão trabalhadas ao longo desta construção, atribuindo junto ao texto escrito, sentido e testemunho aos fatos e repertórios discutidos.

Compreender essa lógica requer identificar a relação existente entre sociedade, Estado e os/as professores/as, segundo o qual o campo é definido como um espaço estruturado, com regras próprias de funcionamento e relações de força, sendo variáveis em consequência da posição que os agentes ocupam. Logo, a depender das mudanças provocadas no curso da abordagem, muda-se a estrutura do campo, permanecendo a disputa dentro dos espaços sociais, no caso, o contexto sindical. O campo assim é estruturado em função do objeto em disputa e dos interesses sendo continuamente definidos e redefinidos.

Para Marx (1975), a sociedade é permeada pela dinâmica dos conflitos, da luta social e das contradições. No universo docente, o professor é explorado como os demais trabalhadores, e essa discussão vem à tona associada ao aspecto imaterial do seu trabalho. Marx entende que o docente é produtor de valor, aquele que vende sua força de trabalho ao empresário, ou ao Estado, como é o caso. Em

seu ofício não gera diretamente a mais-valia, pois que não desempenha o papel de aumentar sua arrecadação e assim produzir lucro, contudo ao prestar um serviço à sociedade, lhe conferindo a formação e a qualificação da mão de obra, atribui a sua função um sentido produtivo.

O educador Paulo Freire (2003), concebe que na relação ensino-aprendizagem a ação pedagógica é um caminho para o desenvolvimento de uma visão crítica, condição que estimula o processo de emancipação política e, por conseguinte, de transformação da realidade. Considerando ainda que o professor ao ensinar aprende, este na condição de trabalhador deve buscar melhores condições de vida para si e para os seus, reagindo sempre às situações e circunstâncias em que seus direitos são feridos.

Envolto nos dilemas, sociais e morais, entre educar e construir a identidade profissional para o professor, discutir a sindicalização da categoria não consiste em uma tarefa simples. Com o propósito de atender a essa função, sistematizamos nosso estudo em seções, e amparados numa gama de publicações identificadas e analisadas buscamos aprofundar o diálogo e as reflexões construídas ao longo das seções que se seguem.

Apresentados os delineamentos da construção desta pesquisa, e embora a vida não seja compartimentalizada, num esforço, construímos uma estruturação a essa trajetória textual. *“Eu queria, gostaria de um discurso bem mais feliz”*³³. Vamos a ela!

1.4 *“Batam palmas pra ele, que ele merece”*³⁴: estrutura do trabalho

Com o firme propósito de dar conta das problemáticas levantadas, este trabalho é dividido em cinco seções.

A seção introdutória volta-se a contextualizar o leitor acerca da temática estudada, apresentando os pressupostos da pesquisa (problema, tese, objetivos), metodologia. Seguindo-se do estado de conhecimento e os referenciais teóricos que fundamentam o trabalho abordando as bases pelas quais o sindicalismo docente foi forjado no cenário brasileiro e sergipano, compreendendo suas dinâmicas de estruturação.

³³ Brandão, 1995.

³⁴ Brandão, 1995.

Na segunda seção, o foco concentra-se em examinar a historicidade do sindicalismo educacional, a contribuição do pensamento do educador Paulo Freire, as questões de legitimidade, legalidade e constitucionalidade das instituições sindicais, além das estratégias de atuação organizadas e implementadas pelo Estado. O mesmo volta-se a compreensão das mobilizações sindicais necessárias à estruturação do sindicalismo docente no Brasil e em Sergipe.

Na sequência, a terceira seção, tem o propósito de compreender o modo como o SINTESE é forjado, suas estratégias e lutas sindicais para a promoção do enfrentamento à proletarização do trabalho docente e das questões educacionais. Retrata a configuração pedagógica do SINTESE, seus alinhamentos ideológicos presentes nas formações, congresso, plenárias e boletins sob as diferentes formas de mídias utilizadas pela instituição de educação, através das memórias dos sindicalistas.

A quarta seção do trabalho se propõe a construir uma retomada dos processos que forjaram o sindicalismo docente em Sergipe, à implementação dos direitos obtidos via legislação, nas diferentes esferas públicas – nos âmbitos nacional, estadual e municipal, o processo de formação docente, de modo a compreender sua contribuição, avanços e situações de impedimento diante das demandas que lhes foram impostas, considerado sempre a natureza reivindicativa da entidade e seu potencial enquanto instituição representativa do servidor público docente sergipano.

E por fim, na última seção silenciemos a nossa sintonia, como quem descansa o aparelho radiofônico, após uma longa audição. Nesta realizamos um apanhado, mas não encerramos a audição, deixamos como um professor que se esforça por fazer germinar o saber, reflexões e exercícios a serem pensados e apresentam mais possibilidades de pesquisa, recortes e objetos de estudos, que respostas sobre a educação local e a história do sindicalismo docente em Sergipe. No mais, seguimos na torcida para que o Acordar o professor!, oportunize novas conexões e uma maior amplitude e visibilidade a categoria.

2 UMA LONGA NOITE... DO ASSOCIATIVISMO AO SINDICALISMO: ASPECTOS DA HISTORICIDADE SINDICAL EM SERGIPE

Nesta seção abordaremos as bases pelas quais o sindicalismo docente foi sendo forjado em Sergipe e suas dinâmicas de estruturação. Trata-se da primeira fase das organizações de classe, que vão das ações de natureza associativista ao sindicalismo docente. A proposta consiste em estabelecer uma sintonia (ou dito dentro numa linguagem radiofônica, uma frequência) para dialogar com as transformações encetadas pelo serviço público, com e a formas de inserção destes profissionais a rede pública de ensino, condição que assegura suas ações e conduzem em consequência do grau de estabilidade que o trabalho proporciona.

A compreensão destes elementos permite uma audição mais eficiente e eficaz com os agentes educacionais, bem como a possibilita o desenvolvimento de consciência, reivindicação e organização por classe, diante de questões relacionadas a sua atuação e condição do exercício profissional, como também aos seus direitos e deveres de trabalhador.

O processo de racionalização e sistematização da exploração capitalista engendrou o trabalho assalariado, e com ela os mecanismos de cooperação e defesa da classe, fazendo com que qualquer ato de contestação, torne-se uma ação de rebeldia e recaia por vezes em diversos e conflitantes julgamentos sociais.

A compreensão desta conjuntura engloba o entendimento das primeiras sociedades beneficentes e associações voltadas a assegurar e amparar o servidor público e seus dependentes diante das intempéries ocasionadas por doenças, invalidez temporária ou permanente e inclusive em caso de morte.

O surgimento do sindicalismo, apoia-se então nos avanços históricos e na maior participação social do cidadão, na transição política republicana e na absorção de valores, o que faz com que os direitos do trabalhador assalariado e a prática da sindicalização sejam produtos da modernidade, e no caso do magistério público, objeto de autorização por força da Constituição de 1988.

Para fundamentar essa construção realizamos o cotejamento de fontes documentais, depoimentos e entrevistas, voltadas a compreender as formações e transformações pelas quais o magistério público em Sergipe passou, diante da sua luta por direitos e melhor condição de atuação, destacando as dificuldades impostas

pela proletarização do serviço docente e seus impactos sociais no contexto sergipano dos séculos XIX e XX.

Partindo da coleta de entrevista, apresento os participantes, conforme suas falas. O faço agora, pois ao longo do texto essas informações serão omitidas.

A professora Ana Lúcia Vieira Menezes, conforme trouxe em suas memórias, nasceu no ano de 1949, filha de Claudomiro Andrade Vieira, empresário do ramo automobilístico, e Ivone de Menezes Vieira, dona de casa e artesã, esse lar ainda era composto pelo irmão, o poeta, Mário Jorge (*1946 +1973)³⁵. Membro de uma família de classe média, residente nos entornos da Praça Tobias Barreto, na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe.

Sobre sua formação destaca:

Eu fiz o pedagógico também com excelentes professores (...) a coordenadora pedagógica, era irmã Flórida, ela era baiana assim, de uma visão muito progressista na questão da pedagogia. E ela influenciou [a seguir o magistério], e além dela também a decisão..., quando o meu irmão foi expulso, meu irmão, com 16 anos, ele fazia o segundo ano científico e era militante já do Partido Comunista e era liderança estudantil no Atheneu. [...] Aí tanto ele como meu tio, [Osman Fontes³⁶] que eu chamava de paizinho, já haviam influenciando muito minhas leituras, no campo social. [...] O meu tio tem uma biblioteca muito grande, (...) ele foi o primeiro procurador da República aqui, e ficou como procurador Coordenador Geral até se aposentar (...). Bom, aí eu decido fazer para pedagogia, e com uma ideia fixa, vou fazer para pedagogia, para nas escolas, eu não deixar que aconteça isso que aconteceu com meu irmão, não é esse processo, expulsão, essa dor terrível, essa ruptura horrorosa (...). Eu faço parte da terceira turma [licenciatura em Pedagogia da UFS –

³⁵No livro “Professora Ana Lúcia a trajetória de uma intelectual orgânica: múltiplos olhares” (2023), ao construir suas memórias a professora Ana Lúcia retrata da sua relação com seu irmão e o movimento de repressão militar que levou a expulsão de Mário Jorge, aos dezesseis anos, e alguns dos seus amigos que contestavam o governo, do Colégio Atheneu Sergipense. O 28 BC (28º Batalhão de Caçadores), chegou a recomendar por Portaria, segundo o relato, a proibição do direito a matrícula dos expulsos. Os encaminhamentos só foram solucionados graças influência de Dom Távora (Bispo da Arquidiocese de Aracaju 1960-1970), religioso amigo da família, que intercedeu ao padre Carvalho (reitor do Seminário de Aracaju) para os recebesse, concedendo a condição para que concluíssem a educação básica. Esse episódio impactou a vida da jovem moça de família de classe média alta e a fez enveredar pelo caminho do magistério, a fim de que a nenhum outro indivíduo lhe fosse negado o direito à escolarização. As obras também têm seus capítulos abertos com poemas selecionados do autor.

³⁶ Atuou no Diretório Central dos Estudantes – DCE, da Faculdade Nacional de Direito (RJ) onde iniciou os estudos em Medicina aos 16 anos, tendo migrado para curso de Direito no qual se formou. Em Sergipe atuou pelo período de um ano como juiz na Comarca de São Cristóvão, tendo deixado a magistratura para tornar-se advogado operário. Nas décadas de 1940-1950 esteve presente na fundação do Partido Socialista em Sergipe. Ao tornar-se Procurador da República, se desfilou, e concomitante atuou como docente universitário. (Cf. Professora Ana Lúcia a trajetória ..., 2023, p. 248 - 255).

1970-1973] ³⁷. Terminei meu curso exatamente no ano em que o meu irmão faleceu. (...) Eu fiz, na licenciatura didática e sociologia da educação. Naquele tempo que estava produzindo essa parte técnica, do pedagogo. Então você tinha as habilitações, em orientação, expressão, administração e supervisão, eu fiz supervisão. Na minha turma tinha muitas colegas professoras, supervisoras do tempo que o MEC, através de convênio MEC/USAID, elas fizeram esse curso. Eram professores, funcionários que passaram a ser supervisores, estavam ali agora fazendo o curso de Pedagogia. (...) Tinha, assim, leituras, que para mim, hoje, como mulher socialista, são leituras assim liberais mais importantes para a gente conhecer, a contestação e a nova fórmula de ensino. Era o novo que estava sendo lançado. A gente tinha acesso a Carl Roger, então a visão da psicologia também, não só skinneriana. Que Skinner era muito forte nessa época, da nossa formação, mas também uma visão mais democrática, mais avançada (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

Professora formada em Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) (1973). Um dos seus primeiros contatos como a questão da representação docente de modo mais expressivo, se deu por meio do Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe (CEPES) de 1986 – 1990 e desse ponto não parou mais de atuar. Exerceu atividade parlamentar entre os anos de 2003 a 2019, por quatro mandatos consecutivos, ocupando na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe – ALESE, a cadeira de Deputada Estadual, e assumiu ao longo da sua jornada cargos na legislatura municipal de Aracaju e no governo de Sergipe.

Do professor José Iran Barbosa Filho, nascido em 1966, filho José Iran Barbosa e da dona Maria Bernadina Torres. Sua formação no ensino fundamental e médio, se deu no Centro Educacional Presidente Vargas, e em nível superior formou-se em Licenciatura Plena em História e bacharelou-se em Direito.

Conforme conta:

Vivi minha infância e a minha fase inicial juvenil também dentro desse período, e peguei já quando retornei um jovem mais envolvido, consciente, politizado, eu peguei o movimento da fase de luta pela redemocratização. Final da década de 70, década de 80, que é o período da redemocratização, da luta pela redemocratização. E isso foi evidentemente marcante para a minha vida, eu acompanhava leituras, jornalismo, e isso foi formando em mim, um cidadão tendente à resistência contra toda a situação de opressão em função do momento que a gente vivia no Brasil. Segundo a formação

³⁷No primeiro ano, sob a orientação do professor Jackson Barreto, foi eleita representante do curso de Pedagogia no Centro Acadêmico da UFS. (Cf. Professora Ana Lúcia a trajetória ..., 2023, p. 255).

educacional, acadêmica também contribuíram bastante para isso, eu como estudante de história, na Universidade Federal de Sergipe (...) eu entrei em 1984, era exatamente o momento de efervescência das lutas pela redemocratização. E lá eu tive a oportunidade de ter professores das mais diversas linhas de pensamento. Desde professores que tem uma visão autoritária, conservadora, há professora que tinha uma leitura muito avançada (...). Isso tudo foi criando em mim, evidentemente, um caldo cultural e político muito identificado com as lutas sociais. Bem, daí para luta com movimento social é um passo, porque o seu filho de trabalhadores, meu pai era cobrador de ônibus, e eu vi sempre a dificuldade da vida do trabalhador dentro da minha casa (...). No momento imediato, que eu ingresso na Rede Pública Estadual de Ensino, isso se dá em 1988, eu já começo a participar das atividades coletivas de lutas, então a opção pela luta sindical (...), eu começo a participar das assembleias, das plenárias, eu começo, a junto com um grupo de colegas que ingressaram comigo no magistério, e que também tinham estudado junto comigo na universidade, os mais variados cursos, agente formavam um grupo que acompanhava toda luta, nesse momento ainda inicial, ainda sem me filiar ao SINTESE, mas já acompanhando a luta do grupo que a professora Ana Lúcia coordenava, e isso começou a me fazer me envolver bastante luta sindical, e a opção pelo meu sindicato. Que época, quando eu ingressei, ainda não era nem SINTESE, ainda era APMESE. Logo em seguida, depois da Constituição de [19]88 é que vem a possibilidade da sindicalização dos servidores públicos que antes não era permitido. E aí nós tivemos a mudança da APMESE para SINTESE, e eu começo a me enfrontar na luta sindical (Entrevista com Iran Barbosa, julho de 2022).

O professor José Iran, exerceu diversas atividades parlamentares. No ano de 2004 foi eleito para um primeiro mandato como Vereador pelo município de Aracaju e no ano de 2006, chegou à Câmara dos Deputados, exercendo o cargo de Deputado Federal por Sergipe. Em 2012 regressou como vereador à Câmara Municipal de Aracaju, sendo reeleito em 2016. No ano de 2018, conquistou uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE), estando no cargo até fins de 2022.

O último dos entrevistados foi o professor Joel de Almeida Santos, Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Em sua atuação de descreve:

Eu sou professor da educação Básica. Eu vou fazer 31 anos de trabalho numa Escola Pública (...). Sou militante da causa da educação, e sou militante partidário também, acho que é importante aliar a causa sindical a causa partidária, não vejo uma muito distanciada da outra, embora nas ações é necessário que se tenha diferenciações. Eu como diria, eu estou no movimento sindical a vinte e cinco anos, portanto, eu tenho uma experiência muito grande. Conheço profundamente o SINTESE que foi a minha grande escola.

Porque toda a minha experiência do movimento sindical a base foi o SINTESE. Eu também estive por dez anos como dirigente da CNT que é a Confederação Nacional dos trabalhadores da Educação. Estive por oito anos como Conselheiro Estadual de Educação. (...) Eu quando entrei na Rede Estadual, eu era muito jovem fiz o meu ensino médio foi na Escola Normal, quando havia ainda o curso de normalistas, lá na Escola Normal. E eu venho da classe trabalhadora eu morei até antes de me casar no Bairro Cidade Nova, e Dezoito do Forte, eu venho da classe trabalhadora e da periferia de Aracaju (...). E aí eu resolvi fazer o curso normal, na Escola Normal que logo assim que terminei o curso fiz o estágio de onze meses na Petrobrás e depois fui trabalhar numa “banca” de alunos. [...] E de imediato eu fui para Universidade, eu passei no curso de Letras, e logo surgiu o concurso da Rede Estadual (...). Logo, logo, eu na Universidade já era militante do Movimento Estudantil. Eu sempre gostei muito. Eu logo, nos dois ou três primeiros anos eu virei liderança na escola em que trabalhava. Na década de [19]90, início de 90, 93 / 94, por aí. Eu era militante na escola que eu trabalhava. E comecei a andar nas Assembleias, dos professores. Na época a professora Ana Lúcia presidente do SINTESE. Eu comecei a andar nas assembleias, e comecei a levar fichas de filiação dos professores da escola que eu trabalhava por SINTESE, e então me notaram lá (...). Foi um processo interessante esse de início assim, esse muro que apareceu para mim de início, mas eu encarei, eu sempre fui assim (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

O professor Joel, esteve à frente da entidade entre os anos de 2004 a 2009, militante cresceu dentro do movimento a partir da sua participação nas ações sindicais. Sua trajetória é marcada pela militância estudantil universitária, e pela constante busca de representatividade da classe trabalhadora e em especial da docente. Possui a característica de liderar e colocar-se em ação e a frente diante de situações desafiadoras.

Um ponto comum aos participantes da pesquisa, é que todos foram presidentes do SINTESE, e em sua vivência ocuparam-se da realidade do cotidiano escolar, das angústias e inquietações. A organização sindical, contudo, guarda uma singularidade, a prática de os três presidentes terem atuado como vice-presidentes dos seus antecessores, (exceto a professora Ana Lúcia, que assume em oposição ao grupo que dirigia anteriormente a entidade), essa dinâmica não é uma regra, mas ela acaba se estruturando na prática.

Amparada também em documentos, buscamos a compreensão da formação e transformação da identidade dos profissionais do magistério público, onde antes se via uma classe ordeira e ‘pacata’, erguer-se uma categoria consciente do papel que exercer na sociedade e que ensina a partir da reivindicação, lutando por seus

direitos e melhores condições ao seu desempenho profissional, no campo estrutural e material.

O sindicato é aqui compreendido enquanto instituição que busca a garantia de representatividade dos trabalhadores do magistério público em Sergipe. No entender de Dal Rosso (2011, p. 17), primeiro, a teoria do sindicalismo em educação “está contida dentro da discussão geral do lugar e do papel do sindicalismo na sociedade, [e segundo] é uma esfera da vida social com estatuto de legitimidade igual a qualquer outra esfera de atividade para o estudo da atividade sindical”.

Assim, partindo desse pressuposto, a construção sindical há muito já é trabalhada pelas ciências sociais e políticas, contudo, o sindicalismo na educação, que compõem em seus quadros o trabalhador com ‘produtividade’ imaterial e de natureza intelectual, que também perfila entre os trabalhadores assalariados, com vínculos formais, deveres e direitos como quais outros trabalhadores, ainda possuía baixa audiência.

2.1 Na época da ardósia³⁸... as práticas mutualistas nas sociedades beneficentes

Desde meados do século XIX, são observados os estudos difundidos sobre as práticas associativas³⁹ no mundo ocidental, considerando a relação entre trabalhadores e a promoção da ajuda mútua entre seus pares, por meio de auxílio pecuniário, em caso de doença, acidente, invalidez, velhice, prisão e morte.

Ronaldo Pereira de Jesus (2016) defende que os movimentos mutualistas, em Portugal e no Brasil, sofreram limitações no primeiro quartel do século XIX, em razão da extinção das corporações de ofício (1824) e da gradual convergência para o trabalho operário. Contudo, foi nos anos de 1870 que houve a implementação, fortalecimento e ampliação dos fenômenos associativistas, resultado dos reflexos da Comuna de Paris⁴⁰ sobre os movimentos dos trabalhadores urbanos, e do

³⁸ Referência a um recurso metodológico de escolarização, utilizado no século XIX. Consiste em uma forma de rocha metassedimentar utilizada como lousa e facilmente portada pelo docente no exercício do seu trabalho, seu uso consiste em um dispositivo utilizado pelo professor no exercício da sua atividade, e que era preenchido com uso de giz ou material semelhante, que é facilmente apagado e reutilizado por inúmeras vezes, oportuniza alfabetizar a um grande número de alunos a um só tempo.

³⁹ Por trabalharmos com marcos distintos, práticas associativas se distinguem das práticas sindicais. A primeira entendemos como uma reunião sob a vigilância das autoridades públicas, mas tom de auxílio entre seus pares, a segunda possui uma conotação política formativa de base ideológica, como movimento e como instituição social.

⁴⁰ Primeira experiência de ditadura do proletariado na história, governo revolucionário da classe operária criada pela revolução proletária em Paris. Durou 72 dias: de 18 de março a 28 de maio de

movimento iniciado já a década de 1860, por meio da legislação reguladora das questões econômicas e do processo de gradual abolição da escravidão, que o movimento associativista ascendeu no Brasil.

Entre os membros do funcionalismo público brasileiro, a herança do período imperial surge com o intuito de assegurar auxílio ao trabalhador em seus momentos de dificuldades. As ações operadas pelo movimento mutualista, tem conotação humanitária, voltada a amenizar as agruras do sistema capitalista.

Os estudos sobre as práticas mutualistas ganham relevo no Brasil a partir do olhar para a classe trabalhadora sob o prisma histórico-cultural. Tânia Regina de Luca (1990), ao estudar as práticas do mutualismo entre fins do século XIX à década de 1920, destaca a finalidade do movimento como voltado a constituir formas de resistência à exploração da relação capital-trabalho, sobretudo, por considerar a ausência de mecanismos institucionais voltados à regulamentação do trabalho.

Ao nos debruçarmos sobre as sociedades de socorro mútuo⁴¹, foi possível demarcar sua existência desde a Monarquia. Sua marca consiste na seguridade, apoio, benefícios e proteção aos mais variados segmentos sociais que buscam por solidariedade e estabilidade econômica, mas é temerário apontar o seu fim, haja vista que o fenômeno do mutualismo embora se desenvolva associado ao avanço capitalista, não finda com o surgimento dele, como apontam os estudos de Pereira de Jesus (2016).

Quando o foco são as associações ligadas ao segmento educacional, Rosso, Cruz e Rêses (2011), chamam atenção as amarras relacionadas a formação do docente, a sua origem social, e ao controle sob o sistema educacional exercido pelo Estado principalmente na condição de provedor das estruturas escolares e da oferta e formação para a atividade docente.

Daniel Lemos (2011), analisou o associativismo dos professores na cidade do Rio de Janeiro, à época a capital da corte brasileira, no século XIX, encontrou

1871. A Comuna de Paris foi resultado da luta da classe operária francesa e internacional contra a dominação política da burguesia. A causa direta do surgimento da Comuna de Paris consistiu no agravamento das contradições de classe entre o proletariado e a burguesia decorrente da dura derrota sofrida pela França na guerra contra a Prússia (1870-1871). (FONTE: Dicionário Político, 2023).

⁴¹ Destacam-se Beatriz Kushnir (1996) ao estudar as prostitutas e cafetinas judias; Adhemar Lourenço Jr (2004), ao investigar a sua usabilidade junto às elites econômicas em busca de proteção; Sidney Chalhoub (2007), quando a busca compreender sob a conjuntura dos homens de cor, ex-escravos do Rio de Janeiro Imperial; Vitor Fonseca (2008), ao investigar as relações e normas legais das personalidades jurídicas do Rio de Janeiro, dentre outros.

registro documental de nove associações de professores, sob as quais construiu sua análise⁴².

O associativismo docente na Corte Imperial é destacado por Lemos (2011) em razão das condições a que estavam submetidos os professores públicos primários, com uma pequena remuneração, muitas vezes não questionada devido às amarras existentes em sua condição, privilegiada, de servidor do Estado. O estudo lhe permitiu compreender a gênese das associações, as diferentes formas de atuação, as conexões entre os indivíduos, em suas relações na singularidade e na coletividade. O seu trabalho contribui para a construção de um panorama da categoria no período estudado permite conhecer as práticas dos movimentos coletivos e a política oficial em vigor.

Sobre a formação dessa elite docente, Ferronato (2014), ao discorrer sobre o acesso a aulas públicas na Província da Paraíba do Norte no período de 1836 a 1884, destaca as particularidades da oferta, formação intelectual e construção de aulas avulsas no Liceu. Em sua análise destaca a preponderância do ensino a rapazes, sobretudo os de famílias que dispunham de boa estabilidade financeira, sendo estes os que, eventualmente, passaram a ocupar cargos de destaque na sociedade.

Com a regulação da oferta da educação e a sua ampliação nas escolas de primeiras letras provinciais, coube ao estado e sua fazenda Pública a responsabilidade financeira para a sua manutenção. No contexto sergipano (1871/1888), a vida cultural era acanhada, inexistia uma legislação que favoreça o trabalhador, e embora a capital dispunha de uma biblioteca pública, ainda carecia de atenção. A estrutura educacional da Província de Sergipe, era composta por 22 cadeiras de ensino, distribuídas a sua maioria no primeiro grau e, algumas, poucas no segundo grau⁴³.

Sobre esse aspecto, Amorim (2012, p. 32) chama a atenção de que em Sergipe o ensino primário, embora financiado pelo Estado, era resultado de um investimento em qualificação que cabia ao professor, com ações que incluíam a capacitação para atuar em conformidade com a proposta e método de ensino instituído pelo Estado, no caso o ensino mútuo. Assim a qualificação e preparo se dava à custa deste profissional.

⁴² Sobre o assunto, ver: Lemos (2011).

⁴³ Cf. Ibarê Dantas, *História de Sergipe República (1889-2000)*, 2004, p. 17-18.

Amorim destaca ainda que na província de Sergipe, quando por motivo de doença ou outras questões de natureza pública havia a necessidade de afastamento do servidor público, este deveria comunicar às Câmaras Municipais o motivo, a fim de que seus ordenados fossem pagos integralmente aos seus substitutos, cabendo ao poder público a organização da profissão docente, o provimento dos salários fixos e a benevolência da oferta da aposentadoria integral (Amorim, 2012). Percebe-se aqui a natureza e a benignidade do Estado diante do docente.

Os primeiros momentos de atuação docente, de acordo com Vicentini e Lugli (2009), construíram a imagem social da docência, forjada pela persistência de profissionais mal remunerados e associados a missionários. Entidades representativas da classe surgiram, como a Sociedade Literária Beneficente - Instituto dos professores públicos da Corte (1874-1875), Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro (1875), Associação dos professores públicos da Corte (1877), Grêmio dos professores primários de Pernambuco (1879) e Grêmio dos professores públicos primários da Corte (1881), estas em geral voltavam-se às questões relativas à profissão docente e, em muitos casos, atuavam por meio de políticas assistencialistas e recreativas.

No serviço público do magistério a livre manifestação em ações e contestações eram limitadas. Vicentini e Lugli (2009) denunciam sobre a questão, a fragilidade presente no recrutamento dos docentes para o serviço, condição que os torna dependentes do grupo político que o recrutou e submetidos às imposições impostas.

Ao se analisar os estatutos dos servidores é comum encontrar cláusulas proibitivas à participação dos servidores junto a manifestações, debates e discussões políticas públicas. Em meio a tamanhos mecanismos de controle, manifestar insatisfação é colocar-se em situação de perigo diante do poder público, este na condição de empregador.

A que se considerar pelas estruturas de admissão à vida pública presentes na época (diga-se troca de favores) há a ausência da estabilidade do profissional na condição de servidor público. Somam-se a esta a intencionalidade do Estado ao orquestrar as questões político-salariais, socioculturais e os mecanismos de acesso educacional à população, deixando em segundo plano as necessidades estruturais

dos profissionais dedicados à educação, muitas vezes descritas em relatórios de inspeção, mas sem que haja uma maior preocupação em saná-las⁴⁴.

Muitas dessas questões podem ser entendidas pela dificuldade a que este profissional se encontrava ideologicamente e politicamente ligados, condição impeditiva de praticar sua capacidade disruptiva do ciclo que o envolvia. Neste contexto, a inserção no serviço público é condição de *status* e destaque social, e o educador encontra-se investido de uma roupagem segundo a qual, socialmente, deve ser paciente e ordeiro.

O paradigma a ser construído para a compreensão do associativismo docente parte de um contexto mais amplo, do universo do trabalho e da condição do trabalhador como provedor da família, para um universo que tende a ser direcionado ao estudo da profissão docente e ao estabelecimento da sua identidade enquanto trabalhador intelectual.

Para Bourdieu (1989, p. 40), “falar de *profession*, era tratar de uma verdadeira realidade, de conjuntos de pessoas com o mesmo nome, os *lawyers* por exemplo, dotados de um estatuto econômico quase equivalente e, sobretudo, organizados em associações profissionais”. Vendo sob essa tônica, constitui-se uma agremiação com regras e uma construção social definida, composta por uma representação de grupos, o mundo social, o campo de atuação, a demarcação por categoria social e categoria mental, que demarcam uma posição.

Na realidade portuguesa, conforme Nóvoa (2002, p. 21), a identidade profissional dos professores constituiu-se a partir da separação e independência das comunidades locais, se forjando sob a tutela do Estado, que no século XVIII estabelece o “funcionário público”. Contudo, a consolidação da sua identidade se deve aos movimentos associativos das décadas iniciais do século XIX, condição que permite compreender a constituição da identidade profissional do docente, como um movimento de equilíbrio entre os procedimentos externos e internos.

Borges e Lemos (2009), defendem que a emergência do associativismo docente surge de forma isolada, ganhando contornos de ação conjunta ao ser relacionado inicialmente à defesa dos interesses materiais, digam-se econômicos, e

⁴⁴ Relatos dessas situações podem ser visualizados em ofícios e notas de afastamento e transferências publicadas no Diário Oficial do Estado de Sergipe, mas que por uma questão de opção não vamos a elas nos deter.

ao longo do tempo, como reivindicações pensadas para a melhoria das condições de trabalho e ensino.

No estado de Sergipe, já no período republicano, os servidores do estado, todos aqueles que prestavam serviço nas mais diversas autarquias e que eram pagos por meios de proventos e verbas públicas, sem distinção das esferas da União, estados e municípios, eram representados pela Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos, entidade de natureza assistencialista que se diferenciava pelo voluntariado, num misto de assistencialismo e piedade ao próximo.

Conforme o professor Iberê Dantas (2004, p. 28-30), é do governo de Oliveira Valadão (1894-1896), a criação da imprensa Oficial de Sergipe, o montepio (instituições assistencialistas) para os empregados estaduais e outros institutos. E durante o governo do Monsenhor Olympio Campos (1899-1902), houve o cuidado em reforçar o montepio dos funcionários⁴⁵.

Sobre sua atuação, consta no Diário Oficial do Estado de Sergipe, de dezembro de 1919, relatos acerca da conclamação dos seus confrades, “a fim de construir o pecúlio a que tem direito a família do falecido sócio”, este o Sr. João José Gonçalves.

Conforme consta na convocação para Assembleia geral e da diretoria da Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos:

SOCIEDADE B. DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E DA DIRETORIA

Consonante o que se dispõe os Estatutos, convido todos os sócios até agora inscritos para se reunirem em Assembleia Geral, às 11 horas de 1 de janeiro vindouro, na Biblioteca Pública, a fim de se dar posse à nova diretoria e ouvir a leitura do relatório correspondente ao ano

São, outrossim, convidados os membros da diretoria para se reunirem em sessão ordinária a 31 do corrente, às 17 horas, também na Biblioteca Pública.

Aracaju, 20 de dezembro de 1919.

O presidente

Napoleão de Carvalho

(Hemeroteca APES. Diário Oficial do Estado de Sergipe. 30 de dezembro de 1919, nº 53).

As notas se seguem no documento com a chamada para formação de pecúlio:

⁴⁵ As informações sobre a forma de atuação do governo, junto aos funcionários são vagas e incertas, e não nos aprofundamos por anteceder ao nosso marco temporal.

1ª CHAMADA PARA A FORMAÇÃO DE PECÚLIO

Tendo falecido hoje, nesta cidade o sócio fundador e Tenente-Coronel João José Gonçalves, são convidados os sócios da 1ª série para entrarem com a quantia de um mil réis e os da 2ª com a de 3\$000, no prazo de 30 dias a contar desta data, a fim de se construir o pecúlio a que tem direito a família do falecido sócio.

Aracaju, 23 de dezembro de 1919.

O presidente,

A. Napoleão de Carvalho

(Hemeroteca APES. Diário Oficial do Estado de Sergipe. 30 de dezembro de 1919. nº 53).

Neste entremeio era comum no periódico apresentar aos seus membros chamados a auxiliar uma causa⁴⁶ e também por meio impresso prestar conta do valor arrecadado junto a seus sócios. Segundo consta no recibo da Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos:

SOCIEDADE BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS RECIBO

Recebi do sr. capitão José Araújo Monteiro, tesoureiro da Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos, a quantia de cento e vinte e cinco mil réis (125\$000), a qual fizeram jus meu falecido pai, tenente-coronel João José Gonçalves, para despesas do funeral consoante o estabelecido na letra B, do art. 22 do Estatuto da mesma Sociedade.

Para documento valioso passeio presente que assino com as duas testemunhas abaixo firmadas.

Aracaju, 29 de dezembro de 1919.

Severino Gonçalves.

Testemunhas: *Caetano José da Silva, Vicente Martins de Souza.*

Estava selado com estampilha de 3\$00 réis
(Hemeroteca APES. Diário Oficial do Estado de Sergipe. 30 de dezembro de 1919).

A entidade utilizando-se do periódico Oficial do Estado, solicita a seus pares contribuições (joias e receitas), àquela altura, os funcionários públicos compunham a classe média alta da sociedade, composta em sua maioria por indivíduos do sexo masculino, e que contam com a estima do governo⁴⁷.

⁴⁶Não conseguimos identificar os critérios da divisão, mas o que consta os sócios da 1ª série deveriam contribuir com um mil réis, os da 2ª com 3\$000, num prazo de até 30 dias. Hemeroteca APES. Diário Oficial do Estado de Sergipe. 30 de dezembro de 1919. Nº 53.

⁴⁷ Dentro do contexto outras ações de trabalhadores urbanos, são destacadas em periódicos que circularam em Sergipe, como O Operário (1891,1986, 1910/11, 1916), Voz do Operário (1920/25 e

Como se vê, a prática do mutualismo persiste na análise da construção histórica das experiências da classe trabalhadora, sendo um dos seus elementos, quando se observa o processo de formação, no período dos anos finais do século XIX e no decorrer do século XX.

O Estado nesse caso, usando a expressão de Marx (1999, p. 12), é o “fio condutor” (Prefácio de 1859), de tal modo que a política se aplica com uma intencionalidade, na qual “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”, em detrimento a agir em prol da sociedade como um todo. Essa concepção, no entanto, não coloca em xeque o aparelho do Estado, mas reflete suas configurações internas, seus níveis de decisões e funções com os mais diversos centros de poder, tanto ao produzir decisões, organizar classes, quanto na determinação do seu caráter, dentro de uma conjuntura de sistema estatal.

Cabe analisar também o modo como as informações são veiculadas no periódico, o que permite compreender a transfiguração e legitimidade da instituição em trazer o que Bourdieu (1989, p. 37) configura como poder simbólico, descrevendo as relações sociais como relações de força e de modelos, que fazem dela relações de comunicação, transformando-a em uma força capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.

Dentro de uma abordagem mais geral, Maria da Glória Gohn (1997), constrói um panorama de temáticas que envolvem o estudo do associativismo e as englobam em blocos: i) o paradigma norte-americano – centrado nas organizações dos sistemas sociopolíticos e econômico, com ênfase em organizações coletivas sob a lógica organizacional, e as teorias de mobilização de recursos – esta tem por ênfase o papel do estado e as mudanças operadas no sistema político institucional e a concepção de permanências (longa duração); ii) a estrutura europeia, com o paradigma marxista – com ênfase nos estudos dos processos históricos globais e nas diferentes contradições sociais; e o paradigma dos movimentos sociais (NMS) – temáticas que parte de explicações conjunturais de natureza sócio político, ligadas à cultura, identidade, redes sociais, dentre outras; iii) e os estudos latino-americanos, com abordagem na perspectiva política – focada na construção da identidade política e no processo de resistência, principalmente a cultural.

1927/29). Destacando-se a criação do Centro Operário Sergipano, em 1910, e o Centro Socialista Sergipano (1918), conforme Dantas, 1999, p. 54.

Cada uma dessas correntes apresenta abordagens variadas, e o fato é que se interconectam dentro das suas particularidades. No Brasil, o controle social, político e ideológico sobre a identidade do profissional docente, tem íntima relação com as influências políticas internacionais, destacando-se a herança italiana e espanhola.

O pensamento mutualista instituído, aproxima-se do idealismo católico de prestação de auxílio, enquanto que as formas de pensar o trabalho a partir de questionamentos, surgem como tendência anarquista e desdobram-se em perigos que precisam ser vigiados e combatidos pelo Estado.

Quando essa prerrogativa avança para a seara pública à organização requer outros elementos. Ao se ter em mente que Estado é o contratante, o que provê a oferta e assegura os vencimentos dos seus colaboradores, deve-se ter a ciência que o campo de abrangência é maior. Neste universo à política de governo é a responsável pelo norteamiento das questões, e agir fora das suas tratativas pode representar a quebra da harmonia social, por sinalizar uma movimentação pouco desejada por aqueles que orientam e governam, e ao se tratar de uma mobilização docente, seus impactos são ainda maiores por colocar em xeque a manutenção das dinâmicas de salvaguarda de crianças e jovens, em especial.

De acordo com Carvalho (2002), em 1932 foram decretadas regras ao trabalho, que estipulam jornada de oito horas, salário mínimo (adotado a partir de 1940) para o comércio e a indústria, regulamentação do trabalho feminino, com proibição de trabalho noturno para mulheres, igualdade salarial para homens e mulheres, normatização do trabalho de menores, criação da carteira de trabalho, estabelecidas Comissões e Juntas de Conciliação e Julgamento, ou seja, uma espécie de primeiro esboço de uma justiça do trabalho. Entre 1933 e 1934, o direito de férias foi regulamentado para comerciários, bancários e industriais. Em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, houve a codificação de todas as leis trabalhistas e sindicais do período.

Como se vê o período favoreceu ao desenvolvimento e implementação de uma série de benefícios à classe trabalhadora, sobretudo, urbana e privilegiada, mas não incluía servidores públicos, trabalhadores autônomos, domésticos (urbanos) e trabalhadores rurais, situação que demonstra a pouca disposição do Governo em entrar em conflito com seus servidores e com os grandes proprietários de terras e riquezas do campo. O peso da elite rural predominava, fazendo o Estado silenciar e

negligenciar estes trabalhadores, restando a estes a autoproteção por meio das ligas de interesses comuns, mesmo sob forte controle e perseguição governamental (Carvalho, 2002).

Para manter o controle das questões sociais, o governo regulamenta a sindicalização brasileira⁴⁸, nesta expõe sua filosofia dogmática, segundo a qual cabia ao Estado garantir a harmonia e o papel de regular e arbitrar as questões trabalhistas de modo a assegurar o sindicato como instrumento de cooperação entre patrões e operários, e entre as classes e o Estado.

Pelo Decreto nº 19.770/1931, em seu Art. 1º, a proteção de direitos e deveres, de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural de patrões e operários, devem ser defendidas perante o Governo por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e estes devem organizar-se em sindicatos. O artigo determina, para tanto, o número mínimo de associados em sindicatos, federações e confederações, que deve ser superior a 30 membros, sendo estes maiores de 18 anos, brasileiros natos ou naturalizados. Condições estas que, inclusive, possibilitam a participação destes em cargos administrativos e de representação nas entidades. O artigo desencoraja ainda o uso para fins eletivos de campanhas de apelo social, político ou religioso dos seus membros.

Os sindicatos eram acompanhados de perto pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de tal forma que o Art. 2º assim determina que a estes cabia enviar “os seus estatutos, acompanhados de cópia autêntica da ata de instalação e de uma relação do número de sócios com os respectivos nomes, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e lugares ou empresas onde exercerem a sua atividade profissional” (Brasil, 1931). O controle exercido é absoluto, o que inclui a necessidade de notificar ao Ministério sobre alterações nos estatutos, ficando as mesmas suspensas até que o Órgão a regule.

Pelo documento, é possível fundar e administrar instituições assistencialistas como agências de saúde e educação aos associados, desde que nestas não houvesse a interferência direta de não associados, nem participação ou associação de estrangeiros junto às entidades. O Ministério se dispõe em colaborar para manter a assistência à educação e as questões sociais, além de atuar fiscalizando pautas como a regulamentação de horas efetivas de trabalho, as condições de salubridade, as condicionantes a saúde físicas e mentais dos trabalhadores, as pautas de

⁴⁸ Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931.

melhorias salariais, como o cumprimento do pagamento do salário mínimo, direitos trabalhistas em caso de demissão, indenização e questões afins, além do direito à organização sindical e ampla defesa.

A título de colaboração mútua, as instituições deveriam colocar-se a serviço do Poder Público a fim cooperar em caso de conciliação e julgamentos entre patrões, operários ou empregados, de modo a primar pela harmonia entre as partes, ficando, no entanto, facultado aos sindicatos a realização de acordos na defesa de interesses recíprocos, desde que o mesmo seja ratificado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A lei é clara ainda quanto aos funcionários públicos, “a) os empregados ou funcionários públicos, para os quais, em virtude da natureza de suas funções, subordinadas a princípios de hierarquia administrativa, decretará o Governo um estatuto legal” (Brasil, 1931). A delimitação de um estatuto específico, prever regras próprias e a ser atribuída dentro da esfera político-estatal.

Essa prática é típica do *velho sindicalismo*, modelo vinculado à política governamental populista, estruturada na obtenção de benefícios materiais e troca de favores entre Estado e representantes da elite, o que resulta num comparativismo estrategicamente pensado para favores base oligárquica pouco representativa em detrimento de uma maioria.

No Estado de Sergipe do início do século XX, encontramos relatos da atuação do agrupamento urbano dos operários têxteis, presentes nos relatos do Centro Operário, criado em 1910⁴⁹ e eternizado em suas publicações no periódico O Operário. O folhetim apresenta aspectos do cotidiano dos trabalhadores urbanos e das suas mobilizações por melhores condições de trabalho e ajustes na carga horária diária de jornada. Outros relatos sobre o dinamismo social e os estudos sobre as atividades e organização dos trabalhadores sergipanos é objeto de estudo de autores da historiografia local como Ibarê Dantas, Terezinha Oliva, Ariosvaldo Figueiredo, Bonifácio Fortes, Pires Wynne, que relacionam trabalho, política e economia sergipana⁵⁰.

Quanto à seara educacional e a busca pela implementação de novo modelo, destaca-se como proposta educativa em Sergipe a criação do Jardim de Infância

⁴⁹Hemeroteca da BEPD. O Operário. Aracaju 11 de dezembro de 1910.

⁵⁰ Há também um trabalho de especialização realizado pelo professor Antonio Lindvaldo Sousa, junto ao departamento de Ciências Sociais, pela UFS (1993), “Em nome do Progresso e da liberdade: uma ordem e rebeldia no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930).

Augusto Maynard em 1932 (Dantas, 2004). Acredita-se que o modelo instituído é amparado nos princípios do escolanovismo, e no processo de intrigar para educar⁵¹.

Para tratar dos movimentos e dos pressupostos que orientam a atuação do Estado mediante seus colaboradores, é fundamental observar que por mais que existam similaridades entre os trabalhos urbanos e o servidor público, estes respondem e obedecem a parâmetros e questões que lhe são particulares. No contexto de 1945, em Sergipe as mobilizações populares, contavam com a participação de estudantes, trabalhadores e intelectuais, empenhados na redemocratização, na instituição de novos partidos e na defesa das liberdades democráticas.

Os servidores públicos tiveram durante toda a Era Vargas (1930-1945) suas questões limitadas pelo forte controle exercido pelo governo. No setor educacional, de acordo com Isabel Silva (1997), estes não dispuseram por muitas décadas de instituições de classe voltadas a assegurar seus direitos em Sergipe. O que se tinha eram entidades com aspecto e caráter reivindicatório voltadas à defesa do setor público de maneira geral e abrangente.

Oliva (2013), ao analisar o contexto político em Sergipe, salienta que a flexibilização do Estado Novo se deu em razão de questões pontuais locais, como o torpedeamento de navios na costa sergipana, ainda em razão da II Guerra Mundial e a insatisfação com o regime de governo. A sociedade por meio da Liga Estudantil, encontrou motivações para manifestar abertamente a sua insatisfação e solicitar maior liberdade democrática.

Novos partidos políticos surgiram em Sergipe a partir de 1945, como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Republicano (PR), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) cassado em 1947 (OLIVA, 2013, p. 188-191). Os trabalhadores eram representados sobretudo pelo PTB e PCB, partidos de maior apelo popular, e a disputa política estava centrada entre a aliança PSD/PR e PTB de um lado, e por outro lado a UDB e o PCB, mesmo na ilegalidade (DANTAS, 1989).

A articulação política do governo, oficializou no ano de 1946 o registro de fundação da Associação dos Servidores Públicos de Sergipe (ASPES) e em 1948, a criação da União dos Empregados Públicos do Estado de Sergipe (UEPES), entidades representativas do servidor público.

⁵¹ O modelo pode ser compreendido na perspectiva da Saviani (1999).

As entidades defendiam em suas bandeiras o funcionalismo público em geral, em suas múltiplas representações e segmentos, como se observa na publicação do jornal Diário de Sergipe, de 18 de maio de 1946, um convite aberto à sociedade para a instalação e fundação da ASPES.

A nota ocupa o centro da página do folhetim e a manchete leva a crer que existia a expectativa de considerável mobilização, por realizar-se no dia de sábado, fora do expediente administrativo.

O convite expressa as intenções da Entidade, e seu objetivo consiste em “promover a união da classe e a defesa dos servidores públicos de todas as categorias (funcionários e extranumerários), quer federais, estaduais, municipais ou autárquicos, ativos e inativos, civis e militares, sem distinção de cor, de crenças religiosas, políticas ou filosóficas”. Considerando-se a oficialidade da mesma e o contexto político encetado pelo governo Vargas, a sua existência é regulada pelos arranjos políticos locais, amparados na legislação trabalhista da década de 1930, sob a qual o Estado exerce constante vigilância e firme controle (Lei nº 19.770 / 1931)⁵².

⁵² O decreto lei de nº 19.770, de março de 1931, regula a sindicalização das classes patronais e operárias.

Fotografia 1: Convite para fundação da ASPES

NUMERO 1.213 — Sabado 18 de Maio de 1946 — ARACAJU

DIÁRIO DE SERGIPE

Sociais

ANIVERSARIOS

Fez ano íntem

Transcorreu, ontem, o seu primeiro aniversário, a interessante garota Iracema, querida filhinha do nosso pressado amigo Marcionilo Andrade de Oliveira, funcionário da Pensar do Brasil, no Rio de Janeiro, e de sua consorte D. Risoleta Marques de Oliveira. Enviamos parabéns à querida garotinha extensivos aos seus dignos pais.

Fazem anos hoje.

Transcorre, hoje, a data natalícia da exma senhora D. Izabel Protazio Nunes, virtuosa esposa do Sr. Pedro Protazio, esforçado auxiliar de nossas oficinas.

— A exma. sra. D. Adelia Gomes da Silva Lemes, funcionária estadual na Bahia.

— O Sr. Eliezer Silva Santos.

— O Dr. Olimpio Mendonça, ex-Juiz de Direito desta Capital.

— O sr. Manuel Barreto Fontes, adiantado proprietário no município de Cotiguiuba e pessoa bastante estimada nos nossos círculos sociais.

Associação dos Servidores Públicos em Sergipe

Convite ao funcionalismo e ao povo em geral

A comissão abaixo-firmada tem o grato prazer de convidar o povo em geral para assistir, no dia 21 do corrente, às 20 horas, no Cine-Teatro "Rio Branco", a solenidade da instalação da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM SERGIPE (ASPES) recentemente fundada nessa Capital com o objetivo de promover a união da classe e a defesa dos seus legítimos interesses, congregando em seu seio os servidores públicos de todas as categorias (funcionários e extranumerários), quer federais, estaduais, municipais e autárquicos, ativos e inativos, civis e militares, sem distinção de cor, de crenças religiosas, políticas ou filosóficas.

Na mesma ocasião será empossada a Diretoria eleita para o primeiro período administrativo da ASPES.

Aracaju, 15 de maio de 1946.

A COMISSÃO:

Sálvio Oliveira
Armando Domingues
José Aloisio de Campos
Iolanda Pereira Costa
Antonio Garcia Filho
José Vieira Teles de Menezes

Fonte: Diário de Sergipe. APSE [Recortes Avulsos] (2021).

O periódico apresenta em destaque a matéria, levando o leitor a crer na regularidade política da mesma, ao apresentar sua composição executiva, o uso de um espaço social convidativo e aconchegante para que seus associados e sociedade possam apreciar o ato solene de instalação da mesma, num espaço nobre palco de encontros e reuniões autorizadas pelo governo, o Cine Teatro Rio Branco, e que possuía condições objetivas de acomodar confortavelmente o público presente.

A comissão responsável pela ASPES, fora composta em sua maioria por indivíduos do sexo masculino, com o propósito representar todos os funcionários públicos das esferas federais, municipais e estaduais.

Considerando-se a pujança e efervescência a que os trabalhadores estavam submetidos, pelo estabelecimento da Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT (1943), em especial a coletividade urbana que passa a atuar de forma direta ou

indireta neste processo. Durante o governo de Leandro Maciel (1955 - 1962), conforme Dantas (2004), os professores tiveram aumento nos seus benéficos, houve a criação de novas escolas, e dentre elas o Instituto Rui Barbosa, esse clima favoreceu a relação entre os trabalhadores urbanos sindicalizados e o governo, que chegou a ser homenageado. Não vamos nos deter as questões pelegas, mas ao clima de harmonioso descrito.

No Gazeta Socialista⁵³, a coluna sindical, assinada por Wilson Moura, discorre sobre a posse da diretoria da ASPES, presidida pelo Dr. Aloísio Campos, representando o Governo do Estado. Na solenidade a presidente D. Zuleica de Souza Mendes, leu o relatório das atividades referentes aos anos de 1956/7, neste constam alterações administrativas e reivindicações de aumento dos vencimentos ao funcionalismo público, e outros membros questionam a ausência de cumprimento das sentenças de melhorias relativas a obras, respeito ao funcionalismo, e toda sorte de infortúnios causados pelo aumento de impostos e consignações.

A literatura local⁵⁴ assinala aspectos dessa mobilização, com suas agitações, efervescências e os registros de aspectos e processos políticos que também corroboram com o dinamismo⁵⁵.

Para Carvalho (2020), o sindicato formado sob o jugo do governo, deixava de ser uma instituição de direito privado e passava a ter personalidade jurídica pública; o sindicato deixava de ser órgão de representação dos interesses dos operários para ser "órgão consultivo e técnico" do governo, ao qual por força de lei, todos estavam obrigados e submetidos.

O sindicalismo não nasce obrigatório, mas o Governo Varguista, a fim de manter maior controle sobre a classe de trabalhadores, oferecia vantagens aos sindicalizados, como a defesa em caso de perseguições, o direito a férias e os benefícios da legislação previdenciária, atuando no sentido de eliminar a pluralidade de entidades, instituindo a unicidade sindical.

A saber, a concepção marxista, se põe tanto a violência como a não violência exercida contra a classe operária. E por isso entende as normativas do Estado,

⁵³ Gazeta Socialista, Ano II, número 222, de 1 de fevereiro de 1958. Hemeroteca, l¹⁰ 09 de fevereiro a junho, 1958. APES.

⁵⁴ Embora destacamos sobre o tema o romance Os Corumbas de Amando Fontes (1933), uma obra inspirada nas dinâmicas da industrialização sergipana e as suas tramas, resultantes do contexto da revolução de 1930 e das lutas em torno do processo de industrialização e dos seus desdobramentos.

⁵⁵ Sobre a questão destaca-se o apanhado construído pelo professor Ibarê Dantas, sobre "Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)" um clássico da historiografia sergipana.

como é o caso da exercida pelo governo Vargas, como mecanismo coercitivo e sendo:

Assim, o marxismo reconhece que nenhuma classe irá recorrer à violência se ela puder manter seu domínio sem lançar mão da coerção. Mas que igualmente nenhuma classe deixará de recorrer à violência se esta se apresentar como o último recurso para assegurar seu domínio. E que, finalmente, uma classe que montou, na forma do Estado, uma burocracia civil e militar equipada com um aparato de violência altamente desenvolvido o fez exatamente para colocá-lo em ação quando os demais recursos não se revelarem suficientes. E esse, sem dúvida, o caso da sociedade em que vivemos, caracterizada pela violência instalada. Com efeito, o mundo de hoje, um mundo dito globalizado, define-se como um mundo regido pela violência (Saviani, 2015, p. 127).

É perceptível que o pensamento marxista a violência acontece quando há a negativa da existência da classe, uma vez que à revolução proletária a fim de neutralizar a violência imposta pela classe dominante, que impõe uma violência que nega a violência, a faz negando a existência da violência criada por ela mesmo.

No caso da legislação estabelecida, por não abranger os servidores públicos que na forma da lei encontravam-se proibidos de organizar-se e estabelecer representatividade ou organizar-se em movimentos e motins grevistas ou de paralisação, tornavam-se vítimas e instigada a luta de classes.

Contudo, é fundamental ter em mente que os fenômenos do associativismo, mutualismo e mesmo sindicalismo⁵⁶, sempre coexistiram e que muitas vezes suas formas de atuação se confundiram, fazendo com que houvessem formas de resistências para além do estabelecimento de socorros, construindo as bases aos modelos que serão definidos ao longo do tempo.

Sobre essa relação Batalha (1999) coloca em questão a visão tradicional segundo a qual as associações e sociedades mutualistas e as entidades sindicais são organizadas em etapas distintas, tornando clara a sua defesa de que eles coexistem na construção da história do Brasil, inclusive salientando o papel de resistência e reivindicação muitas vezes exercidos pelas mutuais e por vezes as ações assistencialistas desempenhadas por sindicatos, e justifica sua defesa dentre outros pontos por defender que a proibição das corporações de ofícios em 1824,

⁵⁶ Sobre o fenômeno do associativismo tem-se os trabalhos de Cláudio Batalha, que se encaminham no sentido de superar a visão da ocorrência dos fatos por meio de etapas previamente estabelecidas.

criou os mecanismos para a função de formação a ser exercida pelas sociedades de ajuda mútua, traço que mais se aproxima das ações sindicais.

As entidades mutuais permanecem na sociedade sergipana, e na década de 1940, surge também a União dos Empregados Públicos do Estado de Sergipe (UEPES) destacando-se pelo caráter de reivindicação do servidor público. Segundo Silva (1997), no período, em Sergipe inexistiam entidades de classe voltada à representação da categoria de professor/a, sendo estes representados pelas distintas entidades, e presume-se que a baixo custo e risco, as determinações escritas nas 'ardósias' do governo eram reverberadas a todos que exerciam funções públicas, mesmo que estes se considerassem diferenciados dos demais trabalhadores.

Sobre a celeuma, é fundamental compreender que desde os primórdios a relação com os governos e seus aparatos ideológicos e repressivos, constitui um problema político e teórico. A princípio o Estado reprime a ação sindical, ao passar do tempo busca controlar sua existência atrelando-o ao seu aparato com vistas a delimitar sua autonomia e liberdade.

2.2 A cruzada das organizações associativas: um braço da política

O ato de organizar-se por classe de trabalho não configura uma postura natural ao trabalhador, essa prática requer organização e empenho dos que compõem a classe profissional assalariada, entendimento e respeito por parte do empregador e observância às questões econômicas e sociais por parte do Estado.

Em Sergipe, o clima urbano de agitações presentes no período da fundação da ASPES e da UEPES, compreendem o contexto da Segunda Grande Guerra, na década de 1940, em que estavam em xeque os blocos apoiadores da democracia e o combate às agitações fascistas. Hobsbawm (1995), entende que o fim do conflito inspirou valores e aspirações ligados à busca pelo progresso com a aplicação da razão, da educação e de governos populares, num movimento onde as sociedades voltam-se mais para o futuro que para o passado, condição que vai favorecer as bases do milagre econômico e em que se acreditava na administração e planejamento da economia pelo Estado.

Este clima de euforia movimentou os trabalhadores na busca e no apoio a governos populares. Em Sergipe, a efervescência se dá por meio da participação de

intelectuais, trabalhadores e estudantes nas mobilizações em busca de maior participação e na defesa de interesses democráticos. Neste papel destacam-se os partidos políticos com suas agendas e bandeiras de defesa, espaços que aproximam as causas partidárias das reivindicações trabalhistas, embora estes não dispusessem de liderança político-partidária própria.

Para Silva (1997) o contexto sergipano era limitante ao servidor público na busca por formar a força de contestação ao Estado, haja vista a sua dependência das forças políticas locais que lhe asseguravam a condição de trabalho, desse modo, as poucas manifestações existentes eram pacíficas, diferentes dos movimentos dos grandes centros industriais que eram descritas pelo seu caráter violento e anárquico.

Os folhetins religiosos, muitas vezes buscavam eles mesmos construir e orientar a liga de trabalhadores. O jornal católico *A Cruzada*, periódico administrado pelo Seminário Diocesano de Aracaju, fundado em 1918, por Dom José Thomaz Gomes (1973-1948), em seus textos de tiragem semanal representam a orientação da Arquidiocese de Aracaju, e sua postura quanto há aspectos culturais, de instrução cristã e atos de fé. O mesmo atua como um veículo de aproximação e catequização da sociedade sergipana à doutrina cristã, e no período da Era Vargas identificou-se um alinhamento com o pensamento do governo e um forte discurso anticomunista, em defesa da religião, da Pátria e do Estado. Ao longo da sua existência, passou por períodos de pausas, sendo a maior delas por nove anos, entre 1926 e 1935, encerrando sua circulação no ano de 1970.

O periódico dedica-se por contínuas edições a tratar das causas sindicais associadas aos direitos naturais do homem e aos perigos a que estavam submetidos em razão da “ameaça comunista”.

Somado aos cuidados com o que é vinculado na imprensa local, estava o cuidado das instituições em empreender estratégias para nortear a vida dos seus colaboradores.

No estatuto da ASPES (1946), conforme descreve Silva (1997)⁵⁷, identificam-se pautas que sinalizam a insatisfação dos servidores com suas questões de trabalho. Pontos como a defesa da equiparação salarial, pagamento da

⁵⁷ Documentação, possivelmente, disponível no acervo do IGHSE, da qual a professora Maria Izabel Ladeira Silva, em sua dissertação faz uso ao construir um relato sobre a diretrizes da ASPES e a UEPES, chegam a tem nos por meio do seu olhar, dada a impossibilidade do acesso em função da pandemia da COVID-19 e na sequência do início das reformas do Instituto.

insalubridade, ajuste das horas de trabalho semanal em trinta e três horas para trabalho diurno e trinta horas para o turno noturno, busca por aposentadoria com salários integrais, aposentadoria especial aos docentes do magistério aos vinte e cinco anos de serviços, instituição da oferta do ensino obrigatório e gratuito a analfabetos, férias de trinta dias com vencimentos em dobro, licença prêmio, reajustes das aposentadorias, disponibilidade de restaurantes em locais de trabalho, apoio às cooperativas de consumo, facilidade na política de aquisição da casa própria com a construção de conjuntos habitacionais.

Os aspectos expostos no estatuto preveem melhorias a condição do trabalhador, além de reivindicar a instalação de Conselho de serviço civil, voltada a julgar e disciplinar a conduta do servidor, com vistas a lhe assegurar os benefícios da admissão, promoção, transferência, a punição quando necessário diante de infrações cometidas e também de demissão quando fosse o caso.

Como formas de contribuir com a classe, o estatuto previa a realização de congressos entre os servidores, a criação da federação dos servidores públicos, a eleição de delegados por repartição nos diferentes municípios do estado e o direito à filiação a organizações nacionais ou internacionais.

É sobretudo os funcionários públicos através da ASPES (1946) que tem seus interesses defendidos. A associação esteve ligada ao Partido Comunista Brasileiro, até que os comunistas entrassem na ilegalidade. Os periódicos, A Verdade, e o Jornal do Povo, eram seus meios de comunicação. Por volta de 1949, o Partido Socialista, também buscou representar pelo Gazeta Socialista, os interesses dos trabalhadores rurais e urbanos. Tudo num período de intranquilidade e uso da força policial a classe trabalhadora se viu representada pelo que em alguns momentos que de forma clandestina, conforme defende Dantas (2004, p. 153 - 156).

O desenho aqui traçado favorece a perspectiva e os caminhos utilizados no sentido de requerer maior atenção e melhor condição aos seus membros. Muitos pontos não passaram de aspirações, mas representam, no contexto, passos importantes para a consolidação de objetivos maiores.

No entender de Silva (1997), a UEPES por sua vez, em seu estatuto, empenhava-se em por meio de ações beneficentes a fornecer suporte e assistência diversas aos seus membros. Suas ações compreendiam desde suporte advocatício, serviços de assistência à saúde, a beleza e bem-estar com descontos em serviços de barbearia e sapataria, consultas médicas e serviços hospitalares de internação

com descontos. O seu estatuto esteve voltado à oferta de assistencialismo, não se notam questões de reivindicação.

Para Silva (1997), a impressão que se tem quando se depara com os estatutos da ASPES e da UEPES, é que ambos serviam a públicos diferenciados do serviço público. A ASPES, aos escalões superiores e médios, e a UEPES aos escalões inferiores, estes atraídos por inúmeros benefícios de primeira necessidade. Ao seu ver “os fundadores da UEPES orbitavam em torno do varguismo/trabalhismo, tal qual os fundadores da referida Aliança Proletária de Sergipe. Já os fundadores da ASPES, orbitavam em torno da UDN na medida em que a entidade foi, durante certo período, monopolizada pelos comunistas”.

Do contexto, destacam-se denúncias sobre a condição salarial publicadas no UEPES Jornal e no Correio de Aracaju⁵⁸ de 1949. Enquanto o primeiro atenua buscando conciliar o descontentamento dos servidores do estado para com o governo, o segundo, por sua natureza oposicionista, empenhava-se em tom de agressividade e ironia, a defender a classe. E conclui afirmando ter tido a ASPES longevidade no cenário sergipano, e por sua vez a UEPES tendo desaparecido sem que as memórias e registros deem conta do seu término (SILVA, 1997).

⁵⁸ No periódico, fundado em 1906, também encontramos referência sobre a existência de um Movimento Unificador dos Servidores Públicos (MUSP), que elege seus representantes por meio de votação no IHGSE, entre os votantes estão inclusos os servidores analfabetos, no ano de 1946.

Fotografia 2: Informativo do Jornal Correio de Aracaju, de 02 de fevereiro de 1946, sobre comitiva de servidores representantes dos funcionários públicos na Capital Federal

Vão representar os funcionarios publicos de Sergipe

Seguirão para o Rio de Janeiro, na próxima segunda-feira, às 9,30 horas, em avião da Panair os d^{rs}. Jorge de Oliveira Neto e José Aloisio de Campos.

Os dois jovens viajantes vão representar os funcionarios publicos do Estado e dos municipios de Sergipe no conclave dos servidores publicos do Brasil, a realizar-se dentro de poucos dias na Capital Federal.

Ali tratarão da equiparação de vencimentos aos padrões do funcionalismo federal e por certo tudo farão para a vitoria das reivindicações dos funcionarios de Sergipe, pois se trata de uma causa justa e humana.

Trazendo-nos as suas despedidas, estiveram hoje nesta redação e, im-

possíveis de despedirem-se pessoalmente de todos os funcionarios estaduais e municipais de Sergipe, fazem-no agora, por intermedio do "Correio".

PIANO

Vende-se um piano "Bechstein" alemão em perfeito estado, á rua de Pacatuba n.º 70 — Aracaju.

12 — 15

VENDE-SE

A casa n. 54, sita á Avenida Augusto Malnard.

A tratar á rua João Pessoa n. 455.

11 — 15

Fonte: RIUFS/ IHGSE (2022).

A seu modo e dentro das possibilidades em razão de instabilidades no trabalho público, a classe busca representatividade, dentro e fora do Estado, como aponta a nota do Correio de Aracaju, ao destacar a viagem dos servidores Dr. Jorge de Oliveira Neto e José Aloísio de Campos, ao Rio de Janeiro, a fim de representar os servidores públicos e tratar de questões como equiparação salarial do funcionalismo público federal. Conforme a nota, estes representam os funcionários estaduais e municipais de Sergipe, no ano de 1946.

Por outro lado, as dinâmicas populacionais do período também influíram no desenvolvimento do pensamento e na compreensão de novas questões trabalhistas. A chegada de imigrantes italianos e japoneses aos centros industriais, a migração interna, nordeste e sudeste, tornaram-se fatores que reforçaram a maior atuação e vigilância do Estado junto ao operariado. O que não impedia manifestações de insatisfação da classe, e o confronto.

De acordo com Vicente e Lugli (2009), a partir da década de 1940 para São Paulo e até a década de 1950 para a maioria dos estados brasileiros, observou-se um acelerado crescimento na demanda pela escolarização. A consciência e a busca foram maiores ao público da escola primária, atingindo um contingente de crianças que, tradicionalmente, não frequentavam a escola. A nova realidade possibilitou aos Grupos Escolares o funcionamento em até três turnos diários. Essa realidade influenciou inclusive na diminuição das horas de aula, – no estado de Sergipe esse processo aconteceu durante a década de 1950.

Na estrutura da legislação, temáticas como eleições sindicais, reconhecimento de associações, a exemplo da Confederação Nacional de Educação e Cultura, também foram objeto de ajustes, controle e intervenção.

O atendimento destinado a classe trabalhadora deu-se muito em razão da aplicabilidade das leis pelo Estado, que ao patrociná-las criava, construía e regulava espaços limitantes as suas reivindicações em troca de benefícios. Entre os fatores limitantes impostos ao trabalhador sindicalizado, estava a proibição de greves, que só deveriam ocorrer em último caso.

Estas estratégias, a longo prazo, contribuíram para a fragilização e divisão dos trabalhadores em suas questões.

A conjuntura política, em razão do cenário internacional, refletia os primeiros sinais de enfraquecimento do Eixo e da postura ditatorial por ele representada. Atento Vargas intensificou, a partir de 1943, via rádio, sua aproximação com a classe dos trabalhadores, através do programa Hora do Brasil, e sua atitude com a exaltação à legislação trabalhista, protocolo que o colocou na condição de “pai dos pobres”. O resultado do movimento, fez crescer o apelo popular por meio do movimento do “queremismo”. Mobilização em prol da permanência de Vargas no poder. Enquanto que as forças liberais se empenharam em criar meios para retirá-lo do poder, o que ocorreu em 1945. As eleições que se seguem em 1950, o reestabelecem a condição de presidente da República, resultando no fim do Estado Novo.

A deposição, então, abriu caminho à experiência democrática no Brasil entre 1946 a 1964, processo que mesmo limitado pela tradição populista, da qual a população era maioria, com um sistema eleitoral que proibiam o voto a analfabetos, e dentro de um espectro em que a influência econômica preponderava na política uma nova consciência da classe trabalhadora aprecia ganhar terreno.

Fotografia 3: Alterações à legislação sindical

LIBERDADE SINDICAL

O Presidente da Republica baixou um decreto que está causando grande contentamento nos circulos proletarios e politicos. O referido decreto modifica a legislação atinente aos sindicatos, não os deixando mais subordinados ao Ministerio do Trabalho, como acontecia nos tempos da ditadura estadonovista.

E quem quizer observar que o regime que teve fim em outubro p. p. era contra o trabalhador brasileiro, mantendo-o sem autonomia, não é preciso ir muito longe, basta ficar nesse item: no Estado Novo fascista não havia liberdade sindical.

E sem essa liberdade de que tanto careciam, não podiam os operarios nacionais pugnar na defesa dos seus interesses, não lhes era consentido erguer, por mais palida que fosse, a bandeira das reivindicações. Tinham que viver como automatos, recebendo de vez em quando como grandes favores do ditador, pequenas parcelas do muito ha que tinham direito.

A liberdade sindical, é, no entanto, um direito dos trabalhadores de todas as patrias livres, assim como o direito de greve. E' com essa arma, pacifica mas valiosa, com que o proletariado do mundo inteiro se apresenta na arena para pelejar, para impor as suas justas pretensões.

Desse modo, o decreto recentemente assinado só podia deveras ser recebido com alegria nos meios proletarios e politicos.

Fonte: Correio de Aracaju (22/01/196) RIUFS/ IHGSE (2022).

O periódico não deixa claro a que decreto faz referência, mas por meio de ironia, celebra uma possível vitória da classe operária. Contudo, é da década de 1950, o reconhecimento do direito de greve e da livre associação profissional e sindical, regulada pela lei.

A lei nº 1.136 de 19 de junho de 1950, dispõe sobre aposentadorias e pensões, mantidas pelos Institutos e Caixas de aposentadorias e pensões, a lei da estabilidade, substituída pela lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966, que cria, regulamenta e institui o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Cunha (1991) salienta mesmo na década de 1960, com a ampliação da possibilidade de debates, atuação, propaganda e coalizões políticas, as tratativas as causas dos trabalhadores se polarizaram em dois blocos, um favorável às reformas solicitadas pelas diferentes classes dos trabalhadores, e outro em defesa da acumulação e acomodação de capital restrita a determinados grupos.

No cenário político sergipano, a interação com os acontecimentos nacionais de cunho grevistas se intensificou no início de 1964, durante o governo Seixas Dória (1962 - 1964), sendo que “o de maior dimensão foi a greve dos professores da rede pública do Estado que teve o apoio tanto de setores da Igreja Católica quanto de lideranças do Partido Comunista” (Dantas, 2004, p. 144). Somado a essa configuração, ainda existia a promessa do governador de realizar a reforma agrária, conforme anunciado no Rio de Janeiro, no Comício da Central do Brasil.

Diante dessa fase breve de livre pluralidade político-ideológica, interrompida por conta da ditadura civil-militar-empresarial em 1964, os espaços dedicados à atuação política para o trabalho foram mais uma vez redesenhados, com novas perseguições e atuações do governo junto ao sindicalismo dos trabalhadores.

A promulgação do Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969⁵⁹, apresenta-se como elemento cabal pelo qual o Estado busca limitar e disciplinar professores, alunos, funcionários e agentes ligados à educação pública e privada. Pelo mesmo é considerada infração disciplinar o aliciamento ou incitação à paralisação, o uso de prédio ou instalações públicas, a realização de passeatas ou atos públicos não previamente autorizados, a confecção e impressão de materiais de natureza subversiva, o sequestro e o cárcere privado de membros do corpo docente, dentre outros.

A aplicação da lei e o entendimento do que seriam reuniões, incitações e mesmo atos subversivos resulta de uma abordagem interpretativa subjetiva que estabelecia de modo consciente o receio e o temor em torno de perseguições a pessoas, grupos e mesmo instituições.

A lei em questão exemplifica o clima de intranquilidade e pressão social, ameaçando a continuidade de estudo prazo de três anos a estudantes que se envolvam com a causa, a perda da função docente com demissão ou dispensa, e com extradição em caso de agentes estrangeiros.

Não obstante as questões de controle políticas imposto, a sociedade a essa altura, sobretudo, as que viviam nas áreas urbanas, passam a envolver-se de maneira mais atuante nas questões sociais, solicitando do poder público maior

⁵⁹ Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que define as infrações disciplinares aplicadas a professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares.

atenção a questões como moradia, saneamento básico e escolaridade, reunindo-se muitas vezes de forma clandestina nas igrejas.

Conforme Antonio Gramsci, escola e Igreja constituem-se como as maiores instituições culturais do ocidente, concentrando intelectuais relacionados aos mundos do conhecimento e da cultura, assim, “[...] em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres” (Gramsci, 1987, p. 29). Essa constatação nos permite compreender a influência transformadora que a educação e os educadores podem promover.

A lei complementar de nº 8, de 3 de dezembro de 1970, alterada pela lei complementar de nº 19, de 25 de junho de 1974, que trata da aplicação dos recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Contudo, a legislação restringe o direito de greve ao serviço público, que desempenham as chamadas atividades essenciais, restrição que inclui, a educação (BRASIL, 1967).

A Constituição de 1967 legalizava os chamados Atos Institucionais⁶⁰ do governo, e as restrições faziam nascer uma nova necessidade de consciência, que aflorou na busca por saúde, educação e serviços essenciais.

No ABC Paulista⁶¹, entre 1978 e 1979, insurge movimentos grevistas, ligados aos metalúrgicos, num cenário onde predominava a crise econômica, a estagnação produtiva e uma elevada inflação, esses elementos contribuíram para o retorno do movimento sindical à política nacional. Conforme Barbosa (2003, p. 39), “foi no ABC, maior centro industrial nacional, que afloraram com maior intensidade novas reivindicações dos trabalhadores, contribuindo para a redemocratização política e das relações de trabalho no país”, movimento que resultou no “novo sindicalismo⁶²”.

⁶⁰ Os atos Institucionais foram dispositivos utilizados com a finalidade de permitir a governança durante o Regime Militar, e o Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969, dispõe sobre o banimento do território nacional do brasileiro que se torne inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional, por certo os trabalhadores contestadores, se enquadraram nesses contextos. (BRASIL, 1969).

⁶¹ Originalmente termo que envolve as cidades paulistas de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, embora sua abrangência e influência chegue a outras regiões como Diadema por exemplo.

⁶² O chamado “novo sindicalismo” foi fomentado pelos movimentos de industrialização iniciado na década de 1930 e o processo de modernização e de acelerada troca nas relações com o capitalismo nos meios de produção a condição de vida urbana, as ações contestatórias foram inauguradas

O período corresponde a entrada de novos segmentos de trabalhadores ao cenário político dos anos 1970 e 1980 empenhados na defesa de melhores condições sociais, reivindicando saúde, educação, transporte e moradia. Assim,

O novo sindicalismo que toma as ruas em defesa dos salários e da liberdade de organização nos locais de trabalho. A luta pela universalização do acesso à escola pública e da melhoria da sua qualidade torna-se uma bandeira dos movimentos populares (Rocha & Rocha, 2013, p. 246).

A proposta do novo sindicalismo, caracteriza-se por concentrar questões econômicas, políticas e sociais nas suas lutas, trazendo para cena as camadas populares, as contestações à legislação e a própria estrutura sindical, defendendo a ampliação dos direitos dos trabalhadores, inclusive o direito à liberdade sindical e a greve.

E como salienta Dal Rosso (2009), a mobilização e a sindicalização possuem uma natureza subjetiva, voltada a conscientizar para compreensão das novas gerações quanto a clareza e a conscientização da transmissão do patrimônio cultural acumulado, decorrente da atividade intelectual e afetiva desenvolvida pelo professor.

O movimento dos trabalhadores, e a crescente tomada de consciência social, sacudiram os centros urbanos, gerando inquietude, aumento da participação popular e uma infinidade de mobilizações e a constante vigília das forças de segurança.

A tomada de consciência e a emergência a essas questões não foram, no entanto, acompanhadas pelo enraizamento político, haja vista as limitações que o sistema político se encontrava inserido, reforçando a seara política como cabide de empregos e acomodação das elites regionais.

durante a Ditadura Civil-Militar, sobretudo a partir de greves realizadas entre os operários do ABC paulista no final da década de 1970. O mote desenrola-se num contexto em que o Brasil estava na 8ª posição do PIB na economia mundial, a burguesia e o proletariado fabril assumiram os postos de principais protagonistas da estrutura de classes da sociedade brasileira, a escolaridade de oito séries do ensino básico passa a ser obrigatória e a categoria social e cultural dos professores da educação de 1º e 2º graus é consolidada. (JÚNIOR, A. F.; BITTAR, M., 2010.). O “novo sindicalismo”, constitui-se como uma concepção na qual a luta sindical passa a questionar as contradições sociais e políticas decorrentes do capitalismo e por defender as bandeiras das classes frente ao sindicalismo patronal / estatal, como é o caso da classe docente. Junto às Comunidades Eclesiais de Base presentes na Igreja Católica e alguns militantes de esquerda que atuaram na luta armada, o movimento se fez presente na fundação do Partido dos Trabalhadores (1980) e da Central Única dos Trabalhadores (1983). Conforme Amarílio Júnior e Marisa Bittar (2010), incorporam em sua pragmática a defesa das revogações repressivas, o direito as eleições diretas em todos os níveis, o direito à greve, a autonomia sindical com revisão da CLT, negociação coletiva de trabalho e fim do arrocho salarial. O movimento do “novo sindicalismo” contribuiu para pôr fim à ditadura civil-militar, e a construção do processo de um Estado democrático.

2.3 “Fazer para convencer”⁶³: a Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe - APMESE (1977)

No Brasil, o modelo político populista e democrático, entrou em crise a partir da década de 1960, a democracia não vigorou, estabelecendo-se um padrão em que grupos corporativos e defensores de interesses econômicos, profissionais e religiosos prevaleceram em detrimento às demandas sociais e as necessidades do indivíduo.

A conjuntura política favoreceu o fortalecimento da necessidade de associar-se, formar e ser parte de organizações cooperativas por classe a fim de assegurar o bem-estar de um determinado segmento social, em detrimento ao aspecto coletivo universalizante típico dos modelos políticos democráticos. Esse processo, no entanto, representou uma “ruptura epistemológica”, implicando na transformação da forma de pensar, de conceber, e de estabelecer métodos, rompendo com senso comum e da compreensão positivista do bom senso científico (Bourdieu, 1989).

Sobre esse período a professor Ana Lúcia recorda sobre sua atuação:

[...] é quando eu vou me aprofundar, me aprofundar mais na leitura marxista, e numa leitura de educação num campo mais progressista. É através da professora Isabel Vilela. Depois é muda governo essa professora Isabel Vilela vai dirigir o departamento de educação e me convida para ficar no departamento. No departamento era [Antônio Carlos] Valadares o Secretário de Educação, no governo Augusto Franco. Eu fiz críticas porque ele criou um departamento para pedagogos, que eu era a Coordenadora Técnica Pedagógica, que separava os pedagogos dos professores de uma forma geral. E eu colocava que isso não dava certo e tal, enfim [...]. Bom, com um ano ele me convida para assumir essa coordenadoria. E aí, aquele desafio, “se ficar, o bicho pega, se correr o bicho come”. Então eu aceitei o desafio, e aí a gente constrói dois grandes projetos, que é o projeto é de Alfabetização, porque essa equipe era pequenininha, ele me deu autorização de montar essa equipe. Era uma equipe pequena, onde eu tinha uma pedagoga que tinha experiência no MEC. Uma grande intelectual, uma grande poeta. Aí eu tinha uma professora que era a grande referência nossa na orientação, que era a professora Judite. Eu tinha uma professora com muita experiência na questão de criança, de educação infantil, porque ela dirigiu por muito tempo aquela Instituição Bem-Me-Quer, que acolhe, as filhas das profissionais do sexo. É uma entidade da Igreja Católica e ela tem uma experiência muito grande e era muito estudiosa também nessa área da metodologia da matemática, que é uma área mais difícil, mas desafiadora para a gente trabalhar com as crianças.

⁶³ Lema oficial da APMESE, quando da sua fundação. Slogan presente no Estatuto da Entidade, 1977.

Enfim, esse grupo tinha também a irmã de Déda [Marcelo Déda], que hoje é advogada. Então esse grupo a gente informou, e começamos a criar horários de estudo com os pedagogos para ver o que é que a gente fez, como é que a gente ia começar a trabalhar com esses pedagogos no sentido de interferir nessa realidade do ensino tão desafiadora. Nesses estudos eu já tinha conhecido um grupo novo da pedagogia recém-chegado, recém concursado, em um curso de Bárbara Freitag. Esse curso foi promovido pelo Departamento de Serviço Social. Naquela época, na década de final da década 70, esses professores, pedagogos, começaram a frequentar os nossos grupos, as nossas reuniões de estudo. [...] Da década de 80, que está em plena transição política que você tem uma efervescência de produção intelectual por parte da academia e da militância. Então você tem as grandes teses. Foi reativado, reeditada a Revista Educação & Sociedade, aí você começa a ter os livros publicados por Mauricio Gutemberg. Os livros publicados por Moacir Gadotti, começam a ter acesso às edições dos livros de Paulo Freire⁶⁴. Enfim, é a parte de história da educação de Luiz Antônio Cunha e Dermeval Saviani. Então era assim, uma riqueza de produções. A parte crítica ao livro didático, como aqueles livros, mentiras que parecem verdade (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

Como se pode notar a efervescência político-educacional emerge no contexto sergipano. Tudo ainda inicial, mas fomentando as bases de um movimento de conscientização maior que produzirá resultados a curto, médio e longo prazos.

A proposta estrutural adotada é a luta por melhores e dignas condições de sobrevivência a partir do resultado do seu trabalho, o que não significa a organização instrutiva da sociedade. A participação e a representatividade, se traduzem em possibilidades e caminhos de lutas e negociações entre trabalhadores e setor patronal, onde o Estado, por vezes, atua intermediando as questões conflitantes⁶⁵.

Parafraseando Marx (1999), o resultado do processo [o golpe de Estado], não é um “ato de força de um indivíduo” é antes, produto específico das lutas, de tal modo que, todas as lutas consistem no grau de desenvolvimento econômico, do modo de produção e troca, este determinado pelo precedente.

No campo da educação, no entanto, Saviani (1999, p. 38) destaca que a escola se desenvolve dentro de uma missão voltada a impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado, e da sua luta revolucionária, haja vista que a burguesia se apodera da escola qualificando o indivíduo, por meio do preparo ao mercado de

⁶⁴ Autores que Dermeval Saviani (1999), intitula como postulantes do escolanovismo, e os associam a pedagogia tradicional, mas de alcance limitado a um pequeno grupo de indivíduos.

⁶⁵ Ver mais em Marx (1999).

trabalho e de produção. No muito, quando o proletário consegue, ao continuar qualificando-se intelectualmente, é atuar com pequeno-burguês. A crítica aqui estabelecida sedimenta o enraizamento entre Estado e burguesia e a ausência de uma política ideológica por parte dos trabalhadores que se encontram, pode-se dizer, limitados ao trabalho manual reprodutivista.

Cunha entende que por mais que a sociedade tenha se organizado, “o sistema político não se fortaleceu. Enquanto as organizações de interesse tendem a cristalizar o sistema corporativo, o sistema partidário continua a ser o espaço de disputa e acomodação dos interesses das elites regionais” (Cunha, 1991, p. 21). Os laços políticos constroem dependência entre o indivíduo, a necessidade de sustentabilidade familiar e as vontades políticas.

A dimensão política aplicada ao trabalhador, pode ser vista sob o prisma da dualidade, na qual por um lado favorece a reprodução e confirmação das desigualdades entre diferentes classes ao manter o controle sobre a massa, e por outro, tende a potencializar uma nova onda conservadora em que os interesses passam a ser estruturados por grupos sociais, criando blocos específicos em detrimento da luta comum. Em ambos os casos, perde-se a dimensão social e coletiva dos direitos do cidadão e institui-se os comportamentos individuais por classe e *status* com distribuição de papéis específicos dos trabalhadores conforme suas necessidades.

O apelo político, prevalece no período de 1964-1985, sobretudo, com a prática de ações voltadas ao favorecimento da acumulação de capitais nas mãos de poucos, a intervenção do Estado nas entidades de classe e sindicais, com o silenciamento político de opositores, por meio de cassação de mandatos políticos e recorrentes ajustes à legislação.

Em meio as celeumas e contradições internas presentes em suas concepções, a prática da cooperação por classe ou categoria, será uma modalidade amplamente utilizada, por permitir ganhos reais aos trabalhadores. Sua existência, no entanto, ocorre em meio a instabilidades, haja vista o governo instituir o Estado de Segurança Nacional⁶⁶, com o desmantelamento de lideranças sindicais, e perseguições a federações⁶⁷ e confederações⁶⁸ de trabalhadores.

⁶⁶ O princípio da segurança nacional, pode ser compreendido a partir do reconhecimento da falência do sistema de segurança social, pela ausência de condições necessárias a assegurar a legitimação do sistema político e do aparelho político-representativo, e por não possuir mais a capacidade de garantir a lealdade das massas. Diante da sua falência, o sistema político passa a assumir a função

Cunha (1991), defende que mesmo durante o governo de ditadura civil-militar-empresarial, nas regiões do interior as prefeituras municipais eram paulatinamente ocupadas por forças de oposição fazendo acelerar transformações como a anistia a presos políticos punidos por questões político-ideológicas (1979), essas flexibilizações locais influenciam em questões outras com a conquista do sufrágio universal (1982), contudo, as aberturas democráticas, são limitadas.

O período de governo e intervenção dos militares é marcado pela aplicação rigorosa da Lei de Greve (nº 4.330 de 1/06/1964), e da negativa ao servidor público de manifestar-se por meio de sindicatos. A Consolidação das Leis Trabalhistas, também atuaram limitando e tornando ilegal muitas greves.

Pela lei de greve, ao servidor público era imposta uma disciplina salarial que os impossibilitava de progredir em seus vencimentos, e por não poderem reunir-se em sindicatos, ficavam limitados em suas contestações. Nesse meio tempo a inflação continuava a reinar diante dos seus vencimentos, condição geradora de empobrecimento e proletarização da categoria.

O avanço na consciência do trabalhador docente enquanto classe trouxe outras consequências:

A progressiva proletarização aproximava os professores do movimento sindical do operariado urbano, que, no último quartel da década de 1970, [...] passou a ocupar o espaço político que fora alargado por um conjunto de medidas que permitiram maior participação da sociedade civil no questionamento de legitimidade do estado de segurança nacional. O impacto desses movimentos que se revitalizaram no País após 1978 conduziu a uma revitalização das práticas sociais que passara a sustentar as manifestações e os protestos que encontraram maior efervescência na greve dos trabalhadores ABC paulista (1978), que marcou a história sindical no período pós-64. A dinâmica do movimento reivindicante atravessa a categoria dos professores profundamente prejudicados pela política econômica de arrocho salarial. Em 1978 eles também deflagraram greves por melhores condições de trabalho, buscando ainda a reposição das perdas salariais. Esta realidade reflete fortemente no

de tutela da Constituição, estabelecendo que lhe é favorável e quem é desfavorável, sobrepondo uma instância de superlegalidade política aos princípios constitucionais, desse modo, a superlegalidade possa se sobrepor-se à legalidade, à liberdade individual e ao sistema do Estado de direito (BOBBIO, *et. al*, 1998, p.409).

⁶⁷Formada pela associação sindicatos de mesma representatividade profissional, atua na defesa das ações e atividades similares entre os trabalhadores.

⁶⁸ Atuam como embriões das Centrais sindicais, consistem em entidades que possuíam ou buscavam ter dimensão nacional da categoria, é formada por federações.

comportamento dos profissionais da educação mobilizando suas concepções e a própria identidade (Brzezinski, 2004, p. 91-92).

Ao setor privado, foram impostas regras semelhantes de disciplina salarial em que os índices de ajuste passam a ser realizados mediante decreto do Executivo, o mecanismo funcionou também para esvaziar as negociações coletivas de trabalhadores, haja visto que os decretos eram de fatos as propostas aceitas por força da lei e tinham a função de regular o percentual de aumento salarial.

O Estado por suas manobras implantou o Estado de Segurança Nacional com o incentivo econômico ao capital internacional gerando a ampliação de lucros das empresas. O processo de bem-estar social⁶⁹ gerou uma falsa impressão de progresso e desenvolvimento nacional.

No estado de Sergipe, o governo acompanha esta dinâmica, e antecipa-se ao que podemos chamar de rearticulação das entidades civis, ao patrocinar a formação de entidade de classe, como a Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe – APMESE, o que acreditamos ser uma forma de controlar os apelos dos trabalhadores docentes sergipanos, mas não conseguiu impedir mobilizações de trabalhadores, mesmo que agissem na clandestinidade⁷⁰.

O Diário Oficial do Estado de Sergipe⁷¹, em sua edição de número 18.019, de 20 de outubro de 1977, apresenta à sociedade o Estatuto da Associação Profissional do Magistério Público do Estado de Sergipe (APMESE), fundada em 08 de setembro de 1977⁷².

⁶⁹Hobsbawm (1995) discorrer sobre o impacto econômico na América Latina nas décadas de 1970 e 1980, destacando as fragilidades das economias e o reaparecimento da pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade, colocando inclusive o Brasil, como candidato a campeão mundial de desigualdade econômica. Ao seu ver a crise impactou sobremaneira a classe trabalhadora que se desfazia em fragmentos e se afundava em subclasses.

⁷⁰ Sobre os movimento de resistência e das formas de driblar as perseguições aos movimentos sindicais, o trabalho de Ricardo André de Souza “Movimento sindical dos professores: memória e história da luta dos trabalhadores em educação de Lagarto (1982-2009)” monografia, 2011, discorre sobre as manobras encetadas por sindicalistas e religiosos no interior de Sergipe.

⁷¹ Hemeroteca. Diário Oficial do Estado de Sergipe. Setembro a outubro de 1977. APES, I⁰¹ 201.

⁷² A questão sindical se manteve como ponto crucial durante o governo de José Rollemberg Leite em Sergipe. Conforme depoimento do Assessor político-sindical do SINTESE, Hildebrando Maia (em 29 de novembro de 2022), a esta pesquisadora. O General Djenal Tavares Queiroz, político sergipano e apoiador do governo, na condição de ex-Secretário de Segurança Pública de Sergipe (1954-1955), mantinha junto ao setor de inteligência da Polícia Política, órgão responsável pelo monitoramento de ‘rebeldes’, a supervisão de professores em suas ações e mobilizações como na distribuição clandestina de panfletos. O General por meio das suas fontes teria influenciado o governo a financiar uma Associação de Professores, para coibir o expansionismo desenfreado da classe e evitar o associativismo comunista que ameaçava chegar em Sergipe. Saiba mais consultado no Arquivo Nacional no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, fundo do Serviço Nacional de Informação (web).

O documento é composto por onze títulos, a saber:

Quadro 1: Estatuto da Associação Profissional do Magistério Público do Estado de Sergipe (APMESE), fundada em 08 de setembro de 1977

TÍTULO	OBJETIVO	FINALIDADE
TÍTULO I	Fundação, denominação, sede, constituição e finalidade	Composto por 2 artigos, que tratam das características e finalidades da instituição.
TÍTULO II	Lema	Artigo 3º “Fazer para convencer”.
TÍTULO III	Organização	O título é dividido em capítulos: Capítulo I - Assembleia Geral: composto pelos artigos de 4º a 7º; Capítulo II – Diretorias: artigo 8º, trata da composição da diretoria; Capítulo III – Conselho administrativo: distribuído entre os artigos 9º e 10, dispõe sobre o arranjo administrativo e sua estrutura de composição.
TÍTULO IV		Capítulo I – Administração: artigos de 11 ao 23, discorre sobre o conselho administrativo, competências da assembleia geral, a diretoria, a competência do presidente, dos vice-presidentes (1º e 2º), do secretário geral, de expediente, de intercâmbio, tesoureiros (1º e 2º), conselho administrativo e de titulares; Capítulo II – eleições: artigos 24 e 25.
TÍTULO V	Recursos	Capítulo I – Patrimônio: o artigo 26 trata sobre as formas de onde resultará o patrimônio, por contribuição, subvenção e auxílio, e doações espontâneas; Capítulo II – Contribuições: no artigo 27 discorre sobre as mensalidades; Capítulo III – Aplicação do capital: o artigo 28 determina quem que situações o capital será utilizado.
TÍTULO VI	Departamentos Regionais	Nos artigos de 29 a 31, ficam estabelecidas as regras de subordinação das regionais à presidência e suas obrigações departamentais, com obrigação de envio anual de plano de trabalho, relatório de atividades

		executadas, e a prestação de contas.
TÍTULO VII	Divisões Assistenciais	Distribuída entre os artigos 34 a 36, trata dos assuntos peculiares ao ensino e a assistência aos sócios, distribuídas a saber: ao ensino de 1º, 2º e 3º graus e supletivo; ao setor médico-odontológico e à divisão jurídica, com obrigação de prestação de contas anual.
TÍTULO VIII	Sócios	Distribuído em dois artigos 37 e 38, trata da divisão em categorias: a) fundadores, b) contribuintes c) honorários e d) beneméritos, e dos candidatos a sócios, o que inclui estudantes do magistério em exercício.
TÍTULO IX	Deveres, Penalidades Direitos e	Capítulo I – Deveres: o artigo 39 trata dos deveres a) cumprimento do estatuto; b) colaborar para com a Associação; c) contribuir mensalmente; d) apresentar a documentação necessária à sua atualização cadastral; e) comparecer às reuniões; e f) zelar pelo bom nome da entidade; Capítulo II – Direitos: o artigo 40 apresenta como direitos, a) votar e ser votado; b) participar das Assembleias Gerais; c) gozar de todos os benefícios sociais; e d) representar a Diretoria quando solicitado; Capítulo III – Penalidades: o artigo 41, dispõe sobre as penalidades aos que violarem o Estatuto, a) advertência; b) suspensão; c) eliminação. No artigo 41, trata das penalidades aplicadas à diretoria.
TÍTULO X	Disposições Gerais	Dos artigos 43 ao 46, tem-se a descrição das atividades como não remuneradas, da composição da biblioteca e do seu empréstimo a sócios contribuintes, da possibilidade de dissolução da Associação por $\frac{3}{4}$ dos seus sócios em Assembleia Geral e da existência de outras questões que devem ser levadas pela Diretoria ao Conselho Administrativo.
TÍTULO XI	Disposições Finais	Os artigos 47, 48 e 49 encerram o estatuto instituindo

		os termos da sua publicidade, a obrigatoriedade do registro do mesmo em cartório, sua validade a partir da publicação e trata da revogação das disposições em contrário.
--	--	--

Fonte: Diário Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 20 de outubro de 1977. Elaborado pela autora.

Conforme consta no seu estatuto, a APMESE, “é uma entidade civil, social e reivindicatória, sem fins lucrativos e constituída de professores, orientadores educacionais, administradores escolares, inspetores escolares, supervisores escolares e demais especialistas” (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 1977).

Em suas diretrizes destacam-se a necessidade de representar e mediar junto ao poder público o magistério sergipano, batalhando por “*status*” social da classe. Com o lema “Fazer para convencer”, se propõe a atingir os ideais da educação e da cultura num patamar de educação nacional, deixando sua contribuição para o engrandecimento da Pátria.

Quanto ao associativismo docente, Nóvoa (1998), afirma ser um requisito ao processo de profissionalização da categoria, ao revelar a organização e existência da autoconsciência da categoria como grupo profissional.

Para Oliveira (2002), a APMESE, em sua atuação nasce no contexto ditatorial, atrelada ao poder público e com caráter assistencialista e recreativo, distante da função reivindicatória. Do seu contexto, empreendeu-se o fim do “milagre econômico” e o afundamento dos setores de classe média, como é o caso da docência, prontamente atingido pela “proletarização” das condições de trabalho, salário e formas de lutar do magistério.

No contexto da educação o grande gargalo era combater o analfabetismo e a substituição da metodologia do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)⁷³ por uma com maior eficiência. Os docentes empenhavam-se no processo, contudo, as ações dependiam também do financiamento da educação. Dentro dessa realidade, a professora Ana Lúcia traz a memória,

A categoria [docente] começa a se organizar, aí vem o papel do SINTESE, que naquele tempo era APMESE, era Associação dos Profissionais de Ensino de Sergipe, que foi criado no governo [José]

⁷³ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um programa do governo brasileiro criado em 1968. O objetivo do MOBRAL era alfabetizar jovens e adultos para que pudessem integrar-se à comunidade e ter melhores condições de vida e trabalho. O programa foi extinto em 1985, sendo substituído pelo Projeto Educar.

Zé [Rollemberg] Leite, em 1977. Era uma Associação muito voltada mais a agradecer ao governo quando tinha o reajuste salarial, tinha até 'jornalzinho', só para os aniversariantes filiados. A entrada, não só dos pedagogos, mas de professores através de concurso público na rede na década, no início da década de 80. Essa juventude que estava saindo da Universidade Federal de Sergipe, eles vêm exatamente com toda energia, com toda a força para que o movimento dos professores comece a reivindicar o direito de sindicalização, de transformar essas associações e sindicatos. E é com esse pessoal que eu vou me identificar, [...] nesse projeto de alfabetização. Então, tinha uma simbiose entre o nosso trabalho e essa luta inicial de caráter sindical, que ele vai acontecer essa no início de 1980. Esse grupo que nós chamamos de oposição a APMESE, esse grupo, coordenado pelo professor Diomedes Santos Silva, foi constituído em 1979 (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

Ao longo da década de 1970, houve por parte dos trabalhadores não operários uma retomada das suas lutas por melhores condições de vida e por maior representatividade. No contexto sergipano o caráter de representatividade da APMESE, foi objeto de contestação e associado a ele, foram desenvolvidas ações que visavam combater os maiores problemas da educação.

As notas de reprovação às ações da APMESE ganham destaque na imprensa local. A insatisfação docente, com a diretoria da Associação faz com que os associados reunidos em assembleia geral, optem pela destituição do presidente Valter Leão, e escolham uma nova diretoria, sob a acusação deste agir a serviço das pretensões do Governador Augusto Franco.

Fotografia 4: Denúncias contra a presidência da APMESE

Após o primeiro passo que é a destituição da atual diretoria da APMESE, “comprometida com o governo e tendo através do seu presidente, Valter Leão, elemento que inclusive exerce cargo de confiança na Secretaria de Educação e Cultura”, os professores partirão, já com nova diretoria, para dialogar com o Governo do Estado e no último caso, os professores usarão o recurso da greve para fazer valer suas reivindicações.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 12 de junho de 1979 RIUFS/ IHGSE. (2022).

O movimento é enfático ao acusar o presidente de servir aos interesses do Estado, haja vista que a diretoria da entidade estava comprometida com o governo, e o presidente Valter Santana Leão, exercia cargo de confiança na Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Diante das demonstrações de rebeldia por parte dos professores, o periódico chama atenção a potencialidade grevista da ação “em último caso, os professores usarão o recurso da greve”. Aqui se estabelecem elementos de conscientização da classe em defesa da criação do Estatuto do Magistério, documento sonhado pelos profissionais docentes.

Como observa Lawn (2001), as entidades docentes ao longo da sua consolidação sofrem ataques e intervenções por parte do Estado, como leis e regulamentos que afetam o seu desenvolvimento. Por vezes o ataque ou o descrédito também parte da imprensa, ao questionar a imagem dos profissionais, tornando-se uma preocupação relevante e contínua da classe.

Os professores reuniram-se na Assembleia Legislativa, para exigir a renúncia da diretoria da APMESE,

Fotografia 5: Professores entram em Greve contra a representantes da Classe (13/06/1979)



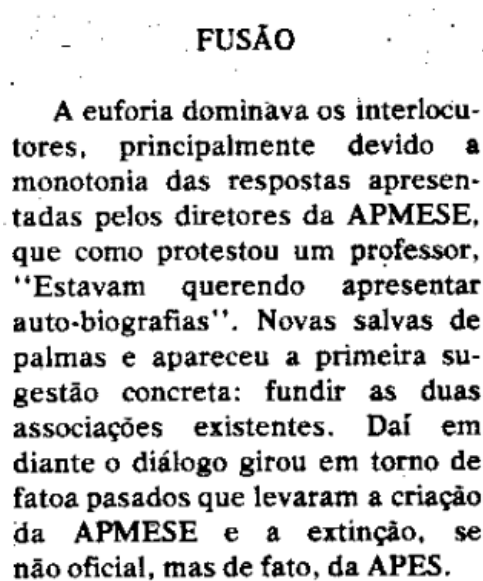
Fonte: Diário de Aracaju, APES [Recortes avulsos] (2021).

Neste ano, conforme Costa (2009, p. 45), “surgiu um grupo de professores que percebiam a necessidade de a entidade desenvolver ações que pudessem esclarecer e conscientizar a categoria e lutar por melhores condições de vida e de

trabalho”, nascia assim uma nova consciência em perspectiva, pronta para questionar as ações do governo e a representatividade a que os docentes estavam submetidos, a APES (Associação dos Professores do Estado de Sergipe).

A APMESE enquanto instituição busca construir relações que a fortaleçam e dada a instabilidade constituída, ao longo dos dias propostas foram surgindo. A que se tornou viável foi a fusão entre APES e APMESE, com o propósito de fortalecer o governo e a entidade, que a essa altura era acusada de servir aos interesses estatais em detrimento à causa do serviço e do servidor público do magistério. A fusão então representou o esvaziamento da APES e a concentração e representatividade a partir de uma única instituição capaz de agregar e gerenciar sozinha a causa do servidor público, fortalecendo dessa forma suas bases e campo de atuação.

Fotografia 6: Nota que retrata a Fusão da APES à APMESE, publicada na Gazeta de Sergipe, 12 de junho de 1979



Fonte: RIUFS/IHGSE (2022).

O desenho público sinaliza a fusão da AMPESE com a APES, e a oficialização da uma única associação oficial, a APMESE. A título oficial, em julho de 1979, a diretoria da APMESE, reúne-se em audiência com o governador Augusto Franco e sinalizam o fim da crise.

Fotografia 7: Visita dos professores ao Governo



A Diretoria da APMESE teve audiência com o Governador

Visita dos Professores ao Governo Encerra Crise

Fonte: Gazeta de Sergipe (03/07/1979), ano XXII, nº 6.233, RIUFS/ IHGSE (2022).

Conforme publica o Gazeta de Sergipe, em 03 de junho de 1979, o que parecia ser o fim de uma divergência de posicionamento, na verdade foi uma tentativa oficial por parte da APMESE e do Estado de acalmar os ânimos e sufocar o movimento contestatório que ainda estava em voga. Para assegurar sua legitimidade, a APMESE, estreitou intercâmbios com entidades federativas como a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) em 1979. Na ocasião, a mesma já apresentava em suas práticas questionamentos ao Estado e ao governo ditatorial quanto a sua forma de atuação junto às entidades associativas e sindicais. A esse tempo, os sindicalistas do ABC paulista destacavam-se em suas reivindicações e formas de atuação coordenadas.

A transformação no modo de agir e operar dos servidores públicos, agrupamento do qual os professores são parte, inicia de forma mais precisa na década de 1980, dada a emergência da categoria diante da luta por conquista de benefícios como a instituição do concurso público⁷⁴ para o magistério, e procede pela década de 1990 com a luta em defesa da aposentadoria especial aos professores. Estes dois em especial, são pontos que tornam a categoria mais coesa e coerente em suas pautas de reivindicação, cabe também considerar que este avanço é resultado da aproximação do sindicato no ABC Paulista e as suas formas

⁷⁴ Sobre a importância do concurso público para o desempenho da atividade e reivindicação da classe docente ver Luiz Antônio Cunha.

de mobilização que produz maior consciência de classe e lugar social de reivindicação.

Num primeiro momento, o estabelecimento do concurso público para ingresso no magistério assegura maior caráter de pertencimento e segurança para reivindicar por direitos, melhores condições de trabalho e estabelecimento de sistema de ensino universalizante ao país, e num segundo momento, compreende a oportunidade de lutar pelo reconhecimento de melhores condições de salários, trabalhos e seguridade, o que inclui a aprovação da aposentadoria⁷⁵ em regime especial aos professores, reivindicações presentes no movimento reivindicativo nascente.

No contexto nacional, o movimento pela conquista da democracia e o restabelecimento das liberdades com o Estado de direito e a política se reestruturam na década de 1980, tendo um dos seus símbolos foi a eleição de Tancredo Neves, à presidência pela Aliança Democrática (formada pelo Movimento Democrático Brasileiro e pela Frente Liberal), tendo por vice, o ex-presidente José Sarney, pelo Partido Social Democrático.

Entre os compromissos firmados, destaca-se, para o trabalhador a revisão da política salarial, dos trabalhadores, servidores públicos e da classe média, garantindo-lhes autonomia e liberdade sindical, com direito a greve.

A abertura e as lutas pela democracia no Brasil, e a consequente busca pela universalização de regras voltadas à coletividade, com maior participação cidadã, se dará pela abertura eleitoral, iniciada pela eleição de Tancredo Neves, como Presidente de República (1985), via instalação da Assembleia Nacional Constituinte (1987), da qual resultará a Constituição de 1988 e também as eleições presidenciais de 1989, resultante de todo processo e das lutas pelas “diretas já”.

2.4 O sindicalismo e o pensamento freireano: o diálogo e o conflito

O desenvolvimento e a evolução do movimento sindical no Brasil, no período populista ganhou uma nova tônica, criando meios para um projeto de educação mais autônomo e globalizante para o sindicalismo. No período tem-se mecanismos de

⁷⁵ Um levantamento sobre os percalços no Congresso Nacional decorrente da aprovação de aposentadoria em regime especial para os profissionais do magistério é compreendido a partir da leitura de Amarílio Ferreira Júnior.

controle político eficientes e fortes, a ponto de mesmo a esquerda, representada por trabalhadores, ser incapaz de aplicar propostas. A construção ideológica em exercício irradia-se no interior das correntes hegemônicas, mesmo as de oposição ao governo, de maneira que as massas e os agentes se sintam por elas representados, na estrutura escolar ganha destaque às práticas do escolanovismo, como pedagogia voltada à educação.

Sobre esse olhar Saviani (1999) chama atenção sobre o uso da Pedagogia Nova, aplicada à educação das massas, dentro de uma perspectiva revolucionária. A esse respeito, suas críticas à pedagogia tradicional, e em especial ao escolanovismo consistem no emprego de métodos repetitivos desvinculados da realidade, numa projeção que fomenta uma rotina burocrática ao funcionamento da escola. A matriz construída, busca “aprimorar a educação das elites e esvaziar ainda mais a educação das massas” (Saviani, 1999, p. 76) e em termos pedagógicos, “a Escola Nova contribuiu, pelo afrouxamento da disciplina e pela secundarização da transmissão de conhecimentos, para desorganizar o ensino”, levando ao “rebaixamento do nível da educação destinada às camadas populares” (Saviani, 1999, p. 76).

O forjar dessa construção pedagógica, fortalece os interesses de um pequeno grupo, e na contramão, fragiliza o processo ao construir uma formação que não zela pelas necessidades educacionais aplicadas aos recursos objetivamente tangíveis, assim formando uma massa de trabalho que reproduz as condições dos que o sucederam. Prega-se a democratização e universalização do saber, mas a limita ao não assegurar as mesmas condições de acesso a todos.

Nos anos de 1960, a educação, a arte, a cultura e os movimentos sociais ganham uma nova dimensão a partir do despertar para a conscientização da sua relação com o mundo. Neste eixo, os saberes informais são ressignificados pela e para a construção de uma educação transformadora, capaz de dialogar com os interesses da classe trabalhadora. Passam a ser revisto sistema educacional e a sua abrangência junto aos segmentos mais populares, com vistas a construir instrumentos de transformação social direcionados às reivindicações e necessidades da classe trabalhadora.

Sobre o contexto, já na década de 1970, a professora Ana Lúcia destaca, seu encontro com Paulo Freire enquanto atuava na Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM):

É a minha agonia de ver como estimular esses meninos para o processo de alfabetização. [...], meu pai, que já tinha recebido a Pedagogia do Oprimido e papai, era um grande leitor meu. [...] ele tinha uma articulação nacional para estar recebendo os livros, até clandestinamente. E aí ele me dá a Pedagogia do Oprimido para eu ter acesso a Paulo Freire. E aí eu fiquei apaixonada pela Pedagogia do Oprimido. [...] Então eu lia e debatia com as professoras para ver como é que a gente ia absorvendo essa concepção. Não era bem um método, era a concepção. E a primeira coisa que a gente percebeu é que para motivar a criança, a gente tinha que conhecer a linguagem deles, porque eles têm todo um vazio que eles constroem para se defender exatamente da repressão. Quando vão pegá-los na rua e aí os monitores que ficavam durante o dia com ele, mas mais a noite. Ele tinha um estudante de química com um monitor e ele se dispôs a ir dialogando com os meninos e traduzindo para gente a linguagem deles. Foi assim. [...] Eu me lembro bem que a moeda naquele tempo eu acho que era Cruzeiro, não era nem Real, mas o equivalente a R\$ 5,00. Hoje eles chamavam de camarão, então tem toda uma linguagem que eles falam entre eles, o que a gente não entende, mas é a linguagem que eles construíram. Eles dão outro sentido às palavras que a gente usa. E aí a gente foi dialogando com eles e motivando (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

Nessa direção o movimento “Escola Nova Popular”, fundamentado na “Pedagogia Freinet”, de inspiração francesa, e no “Movimento Paulo Freire de Educação”, no Brasil, surgiu como uma forma de aplicar educação às massas. A esse respeito Saviani (1999, p. 77-78) discorre que Paulo Freire, atuou dentro de uma concepção humanista de corrente personalista do existencialismo cristão, ao constituir e implementar a sua proposta no Brasil entre 1959-1964, tendo com fontes referenciais Mounier, G. Marcel, Jaspers. O seu empenho voltou-se sobretudo, numa pedagogia aplicada aos interesses populares, tendo por alvo inicial, os adultos analfabetos.

O Movimento de Cultura Popular (MCP)⁷⁶, organizado em Recife/PE, no governo de Miguel Arraes e a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, em Natal/RN, no governo de Djalma Maranhão, são exemplos, do entrosamento entre diferentes segmentos sociais e as instituições públicas. A presença de

⁷⁶ Sobre a temática vê: a tese, Fundamentos histórico-educacionais do Movimento de Educação de Base (MEB) e do Movimento de Cultura Popular (MCP) em Sergipe, no período de 1958 a 1964, de Acácio Nascimento Figueredo, UNIT, 2022, e ainda a dissertação de mestrado em Educação de Bianca Sthephanny M Gomes, Os processos socioeducacionais do MEB na rádio cultura de Sergipe: 1959 – 1970, UNIT, 2022.

trabalhadores dos segmentos populares faz emergir novos sujeitos ativos e reivindicadores.

A um só tempo, o movimento em defesa da escola pública e as mobilizações e reivindicações pela expansão da oferta de ensino primário e secundário, realizada sobretudo, pela classe média e pelos trabalhadores colaboraram para ampliar o coro e fazer valer o desejo da oferta da escolarização. O professor a partir da utilização dos novos métodos, buscarão estimular

À atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (Saviani, 1999, p. 79).

Esse modelo de educação, impulsiona a formação de docentes para a educação, e será amplamente utilizado nos processos de formação sindical enquanto aparato de promoção de uma pedagogia nova, popular e revolucionária, não exatamente pensada por parte dos movimentos sindicais, mas incorporadas ao projeto educativo para fazer frente a proposta ideológica do Estado, no qual professores e alunos são vistos como agentes sociais.

Sistematizado o método adotado por Paulo Freire a ser aplicado para o que chamou de “Escola Nova Popular”, e por conseguinte reverberando nos espaços de formação, Saviani o sistematizou considerando:

O ponto de partida seria a prática social, 1º passo, que é comum a professor e alunos. [...] Enquanto o professor tem uma compreensão que poderíamos denominar de “síntese precária”, a compressão dos alunos é de caráter sincrético. A compreensão do professor é sintética porque implica uma certa articulação dos conhecimentos e experiências que detém relativamente à prática social. [...] a compreensão dos alunos é sincrética uma vez que, por mais conhecimentos e experiências que detenham, sua própria condição e alunos implica uma impossibilidade, no ponto de partida, de articulação da experiência pedagógica na prática social de que participam.

O segundo passo [...] a identificação dos principais problemas postos pela prática social. [...]

[...]. Chamaremos, pois, este terceiro passo de instrumentalização.

[..] Trata-se da apropriação das camadas populares das ferramentas

culturais necessária à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem.

[...] Chamaremos o quarto passo de catarse, entendida na acepção gramsciana de “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (Gramsci, 1987, p. 53). Trata-se da efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social.

O quinto passo [...]. O ponto de chegada é a própria prática social [...], manifesta-se nos alunos a capacidade de expressarem uma compreensão da prática em termos tão elaborados quanto era possível ao professor (Saviani, 1999, p. 79-82).

Pelo método proposto, fica evidenciado que a educação não se transforma de modo direto ou imediato, ela é resultado da aplicação de métodos indiretos e mediado, pelo qual o sujeito da prática, ao vivenciá-la, transforma-se⁷⁷. Sua implementação, no entanto, foi comprometida pela ditadura de 1964.

Conforme Manfredi (1996) não houve por parte dos movimentos sindicais a preocupação em elaborar um projeto educativo para fazer frente a proposta ideológica do Estado e que primasse pelas questões da democracia, as experiências político-cultural aplicadas foram construídas a partir dos grupos conservadores e dos vários setores intelectuais e políticos, que atuava com vista as necessidades dos setores estudantis e dos movimentos de educação e base.

A respeito das questões políticas:

Minha geração não tem tensões. Os novos é que tem às vezes determinadas tensões, mas os antigos já conhecem bastante. Eu acho que é uma mediação bem interessante. [...] o primeiro partido que faz um programa para a educação e está registado no livro de Luís António Cunha. É o PT! Sim, liderado por Paulo Freire e Marilene Chauí. Então essa influência é muito forte na nossa formação, mas em termos de estrutura, funcionamento, não. E nós conseguimos manter essa independência o tempo todo (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

As dinâmicas estruturais deram fôlego ao diálogo, os sistemas educacionais dentro de uma perspectiva nova passaram a enfocar educando e educadores, seus conflitos sociais, culturais e de toda multiplicidade de grandeza. Conforme defende Gadotti (1998, p. 22-23):

⁷⁷ Sob essa argumentação Saviani (1999, p. 83), encontra no método de Paulo Freire, um entremeio entre a pedagogia Tradicional e a pedagogia da Escola Nova, ao argumentar que encontra uma orientação segura ao processo de novas descobertas do conhecimento, pelo uso do método científico, e para o processo de transmissão-assimilação do conhecimento, enquanto método de ensino.

A educação passou a ser o lugar da denúncia da própria educação e a escola tornou-se uma instituição em conflito como qualquer outra. Os poderes constituídos temem a escola, principalmente a universidade pelo seu potencial crítico e pela capacidade de mobilização social. Esse conflito é hoje visível no momento em que a escola, organizada como aparelho de reprodução, repensa a sociedade, unindo lutas pedagógicas e lutas sociais.

Desse modo estabelece-se uma crise, resultado da finalidade da educação, da sua capacidade de transformar a realidade, da condição de trabalho do profissional da educação e reverbera nos problemas já vivenciados pela sociedade. A relação então ganha contornos complexos, uma vez que extrapola o eixo da escola e esbarra nas relações de poder, representadas pelo Estado e pelas entidades de classe.

Da década de [19]80, em plena transição política, você tem uma efervescência de produção intelectual por parte da academia e da militância, então você tem as grandes teses, você tem, foi reativado e reeditado, a revista Educação e Sociedade e aí você começa a ter os livros publicados por Maurício Gutemberg. Os livros publicados por Moacir Gadotti, começa a gente ter acesso às edições dos livros de Paulo Freire. Enfim, é a parte de História da Educação, de Luiz Antônio Cunha e Dermeval Saviani. Então era assim, a riqueza de produções, a parte de crítica, o livro didático com aqueles livros, Mentiras que parece verdade, que são dois grandes livros que são publicados naquela época e fora textos muito, muitas revistas. Então nós começamos a somar esses textos (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

O despertar para as leituras, somado ao contexto de efervescência político, econômico e cultural, trouxeram à sociedade uma nova consciência, condição essa que implica no modo de portar-se e de questionar a sua atuação.

A partir da década de 1980 com os movimentos grevistas é que se inicia um movimento onde as entidades sindicais engajam-se na construção de um modelo de capacitação voltado a dirigentes e trabalhadores, com departamentos de educação e cultura. A nova perspectiva possibilita a construção de projetos de formação sindical com maior autonomia e alicerçados nas perspectivas político-formativas direcionadas às bases, consolidando a defesa de propostas e produção política em contestação ao Estado.

Estando os sindicatos a serviço do Estado, tinha-se por um lado o uso da entidade para a propagação das políticas governamentais e solicitação de aplicação junto aos docentes, mas também os próprios espaços de assembleia serviam como espaço para a expor teses com novas perspectivas, promovendo a reflexão, mesmo que muitas não fossem levadas a diante.

Incorporando a identidade de trabalhadores, os educadores, com a filiação dos sindicatos dos professores a CUT, as lutas da classe ganham uma nova concepção capaz de alterar as relações entre escola, espaços de atuação em sala de aula, relações com alunos, comunidade e com o Estado, gerando assim um repensar a educação e ao ato educativo, considerando, pois, a filiação da CNTE a CUT e as trocas construídas no processo.

Contudo, a formação político-pedagógica que vigora nos sindicatos, alicerçam-se nas concepções e teses do educador Paulo Freire, uma vez que no processo de organização há uma forte influência do seu pensamento diante da categoria. Embora seja a preponderante, a pedagogia freireana e a educação popular, não se configuraram em exclusividade ou unanimidade na sua concepção ideológica ou filosófica do movimento sindical e da prática docente.

Na Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire (1987), aponta que há críticas à compreensão da história, fazendo valer a reflexão de que se fala e a recusa às posições dogmáticas sectárias. Tem-se o gosto pela luta permanente, a promoção e geração da esperança, sem qual a luta fenece, a oposição às políticas e ações neoliberais que buscam impedir o sonho, defendendo o sonho que se faz possível, em nome das adaptações faces às ruindades do mundo capitalista. A obra de Freire transcende o caráter problematizador, o diálogo e a relação entre trabalho educativo e transformação da sociedade.

A concepção dialética para a educação, em Freire, consiste no ato revolucionário e no caráter pedagógico, segundo o qual a educação é um ato político que contribui para que os estudantes lutem e vençam, e nesses termos educar é ser político dentro da própria especificidade da pedagogia, e assim sua concepção e seus atos são profundamente políticos no espaço da pedagogia.

O diálogo libertador em Freire (1959) também aponta para a construção de uma educação emancipadora, voltada à construção de um futuro com equidade e justiça, no qual é possível criar os meios e disposições ao homem para que supere a

“inexperiência democrática”, podendo ter a possibilidade de discernir, conhecer e criar cultura.

Freire trabalha as concepções de homem, sociedade e educação, sobretudo, dentro de uma ação político-pedagógica com vistas a romper os laços com a educação elitista e “bancária”, aproximando-se e comprometendo-se com a educação popular, por meio de elementos que promovem a “problematização”, numa relação dialógica-dialética entre quem ensina, o que ensina e o modo que se aprende ao ensinar, no encontro entre educador-educando.

Ao defender que a educação é um ato político e este é educativo, Freire chama a responsabilidade de assumir a política da educação, e para tanto, a necessidade de rever o processo pedagógico, ao se considerar que a educação se volta para as esferas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade.

Assim, parecemos que a ação e a prática educativas ultrapassam a transmissão de conhecimento ao criar vivências e estabelecer relações, assim o sendo, estabelecem a criticidade em relação ao mundo, mesmo que sem a leitura da palavra escrita. O ato de refletir é uma condição possível e necessária ao homem e a mulher, e cabe ao educador reinventar a educação e à política, atuando com ações conscientes no combate à cultura dominante, sem para tanto seguir na contramão da história. O grande obstáculo a se considerar é impedir a perpetuação das imposições e vontades de alguns sobre muitos.

O exercício das práticas democráticas na sociedade também se faz necessário no ambiente sindical docente e exige dos agentes flexibilidade diante dos conflitos e das contradições. Em um universo de tensão estabelecer a relação dialética entre o diálogo e a mediação de conflitos é fundamental.

A pedagogia do conflito é dialógica e dentro do universo sindical a relação entre Estado e entidade representativa não é estática, assim como afirma Freire, a educação é um ato de intervenção política e por sua particularidade um meio pelo qual agentes pouco atuantes e marginalizados, oprimidos, diante do sistema.

Inspirada nas concepções marxistas e no método dialético, temas como exploração, alienação, poder, contradições e desigualdades sociais compõem o discurso pedagógico de Freire e o auxiliam a repensar a educação e para além dela. Sobre essa relação assim discorria:

Mas a pedagogia do conflito não pode prescindir do diálogo entre iguais e os diferentes que participam da luta, ou do grito, para botar abaixo o poder que nega a palavra. Ora, qual é o espírito fundamental da pedagogia do conflito, senão esse! E este é o espírito da concepção que tenho de diálogo também (Freire, 1986, p. 123).

Ao seu ver caminham de mãos dadas o conflito e o diálogo se relacionam e complementam-se, construindo o caráter político e educativo. Em suas publicações *Pedagogia do Oprimido* (1975) e *Educação como prática da liberdade* (1977), é possível compreender esses traços. Mas é sobretudo, em *Extensão ou comunicação* (1983), que o ato de comunicar ganha expressividade ao defender que o conhecimento é resultado da interação entre os sujeitos da intersubjetividade, mediados pelo objeto que se pretende conhecer. A relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível.

Dentro da seara sindical docente, essas concepções foram incorporadas ao se considerar as experiências e vivências dos sujeitos que a constitui, e para além disso a capacidade de dialogar com o diferente, num exercício de tolerância, estratégia política necessária a conquistas e avanços.

A esse respeito e buscando compreender a articulação entre Paulo Freire e o sindicalismo, Ana Maria do Vale conclui:

[As] matrizes discursivas formadoras do sindicalismo docente, baliza a interpretação da realidade, norteador a direção a partir da qual os sindicatos docentes se formam e se movem e os mecanismos de ação se definem. No rastreamento dessa questão, o estudo apontou para a influência da matriz freireana na formação do sindicalismo docente, associada à influência das matrizes marxistas gramsciana e da educação popular. [...] Segundo as lideranças, sua formação deveu-se aos espaços de organização e de formação política dos movimentos sociais dos primeiros anos da década de 1960 e à própria militância. Foram muitos os espaços e movimentos sociais dessa época: Movimento de Educação de Base — MEB; Movimento de Cultura Popular - MCP; Comunidades Eclesiais de Base — CEBs, movimentos de bairros, movimento dos educadores, partidos políticos, movimentos estudantis, os centros cívicos, dentre outros. A formação de base das lideranças sindicais docentes ocorreu nesses espaços organizacionais. O exercício da militância deu-se nos referidos espaços de formação e atuação política — acentuando-se, principalmente, na década de 1980 -, marcado pelo processo de abertura democrática no Brasil, de grande efervescência política, de manifestações populares e de expansão do "novo sindicalismo" no país. Constituído enquanto instância sindical, o sindicalismo docente expande-se, incorporando-se aos grandes movimentos contestatórios do país. Filiado à CUT, a militância dessa categoria

sindical destacou-se pelo seu envolvimento nos movimentos grevistas da década de 1980 (inspirada nas greves iniciadas na região do ABC Paulista) e pela sua participação nas atividades político-formativas da CUT e do Partido dos Trabalhadores (Vale, 2002, p. 256-257).

A conquista de uma sociedade democrática exige a propositura de uma educação livre e capaz de promover a paz e a justiça social, esse sonho é um ato de esperança presente também nas bases sindicais, que ao alicerçarem em Paulo Freire seu pensamento, atuam politicamente contra as propostas de exílio, tortura e usurpação do poder à força e à revelia, transmitindo ao Estado e não as políticas de governo a oportunidade de repensar a educação e a sua organicidade, preservando a autonomia conquistada historicamente pela categoria.

Em Sergipe por meio do Projeto de Lei (7.382/2012) de iniciativa da Deputada Ana Lúcia (PT), fez tornar o educador Paulo Freire como Patrono da Educação Sergipana⁷⁸, o rito segue e incorpora outras entidades nacionais que vê neste e na sua vasta obra o reforço diante da indignação e das discrepâncias sociais ao passo em incorporar de forma esperançosa as concepções de ternura que devem ser exercidas a ação educativa. Cabe, entretanto, destacar a inexistência da unanimidade, mas como defende Nóvoa (1998, p. 169), “a sua vida e a sua obra estão inscritas no imaginário pedagógico do século XX, constituindo uma referência obrigatória para várias gerações de educadores”.

Não se buscou aqui problematizar o pensamento e a contribuição de Paulo Freire, mas antes, compreender o modo como sua forma de atuação colaborou no desempenho e na fundamentação político-social dos sindicatos, haja vista que muitas outras abordagens se fazem possíveis dentro de uma produção tão vasta e plural. A que se considerar também que a construção do pensamento freireano é resultado de inúmeras influências e leituras acumuladas⁷⁹ e das vivências realizadas ao longo da sua vida.

Corroborando com esse pensamento, Ana Maria afirma:

Algumas *teses freireanas* foram claramente citadas como responsáveis pela formação do sindicalismo docente: a compreensão da relação dialética entre o diálogo e o conflito; o entendimento da educação como ato dialógico; o respeito pelas diferenças; a busca de

⁷⁸ Lei nº 7.382 de 03 de janeiro de 2012, Governo de Sergipe.

⁷⁹ A esse propósito, Moacir Gadotti, em Convite à leitura de Paulo Freire (1989), apresenta algumas das suas inspirações teóricas.

coerência entre o discurso e a prática; a disponibilidade para o diálogo; a busca incessante da utopia social e educacional e a esperança na luta. Sem dúvida, tais teses sinalizaram a "direção" em que se dá a influência de Freire nessa categoria sindical. Contudo, sua relevância aumenta na medida em que essas teses podem ser lidas no interior de determinado entendimento assumido pelos sindicalistas (Vale, 2002, p. 258).

Em suma, o trabalho do educador em sala de aula e sua atuação no espaço sindical docente exige deste a necessidade de realizar uma leitura crítica do mundo, de modo a reconhecer-se sujeito da própria história capaz de atuar de modo consciente, ético, profissional na escola e no sindicato enquanto espaços de libertação, num movimento dialético de ação/ reflexão/ ação.

3 A BUSCA PELA SINTONIA ADEQUADA: A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS LUTAS PELA ORGANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO SINDICALISMO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO

Nesta terceira seção examinaremos o processo de tramitação do associativismo para o sindicalismo do magistério público sergipano. Para tanto, será preciso compreender os caminhos e a ‘sintonia’, entre o funcionalismo e o Estado, como quem constrói uma programação radiofônica, é preciso estar atento às notícias, às diretrizes e por vezes aos conflitos, de modo a assegurar a audiência.

A trajetória do movimento trabalhista docente em Sergipe, segue caminhos que oscilam entre a normatização e a clandestinidade, carregando em seu processo disputas por representatividade coletiva, observância às questões normativas da categoria e a construção e conscientização quanto à identidade docente.

A organização dos trabalhadores do magistério público, é então estruturada na representatividade e na sistematização em torno de interesses coletivos, de modo a superar as barreiras das proposituras mutualistas e assistencialistas. É chegada a hora de construir e desempenhar um novo papel, muito mais ligado a contestação e ao reconhecimento da classe enquanto trabalhadora.

O direito à sindicalização era expressamente negado ao funcionalismo público. O Decreto nº 19.770/1931 (Brasil, 1931) regula a sindicalização dos operários e da classe patronal no setor privado. E por mais que a legislação fosse alterada as condições permaneciam impeditivas, como ocorre no Decreto nº 1.713/1939, somente a existência de Associações eram permitidas.

Do intervalo de tempo entre a década de 1930 e 1960, há uma expansão da social e a organização da categoria. É nesse contexto o Movimento dos Pioneiros da Educação (1932), que foi a primeira tentativa republicana nacional para elaboração de um plano educacional. O movimento estruturou um documento, após diagnosticar a educação pública nacional e com base nos dados construiu um modelo que aproxima a ideia da sistematização de um sistema educacional, de modo a atuar como um instrumento de introdução à racionalidade científica aplicada à educação.

Outro marco impactante é resultado do controle exercido pelo estado em razão do governo de ditadura civil-militar-empresarial (1964-1985), todos esses episódios, buscam definir um modelo capaz de sistematizar a educação e a vida do

trabalhador do país, sempre dentro dos seus preceitos e nos princípios ideais de homem que se busca formar como povo brasileiro.

A conjuntura das décadas de 1970 e 1980, nos campos políticos, econômicos e sociais representam um novo despertar para a classe trabalhadora, dado, sobretudo, à instabilidade vivida. No entanto, são dos anos 1980 as maiores mobilizações e conquistas. A Constituição Cidadã de 1988, inaugura uma fase democrática na qual por lei são garantidos os direitos e deveres fundamentais, tanto de abordagem individual quanto coletiva, o que passa a incluir o direito à livre sindicalização de trabalhadores.

Dentro dessa abordagem é possível compreender a historicidade da classe trabalhadora docente, por meio das memórias de que as viveu e assim acompanhar o desenvolvimento dos movimentos populares e sindicais, examinando a relação entre a constitucionalidade, instituições sindicais e as estratégias de atuação organizadas e implementadas pelo SINTESE.

3.1 Ajustando a sintonia ao desenho do “novo sindicalismo”

As transformações em curso na seara política dos últimos anos no Brasil, contribuíram para com a precarização do trabalho e do funcionalismo público. O aumento no índice de desemprego, a desregulamentação do emprego e a crise financeira, criam um rebuliço na classe trabalhadora, em especial entre os anos de 1970 e 1980. O trabalhador passou a observar com maior atenção os debates e determinações do Estado à sua causa, e aqui cresce em importância a organização e conscientização dos trabalhadores.

Neste jogo, os meios de comunicação exercem um papel fundamental, pois facilitam o acesso de proliferação de saberes e não-saberes. Assim, os sistemas midiáticos e simbólicos presentes na sociedade, por seus instrumentos de conhecimento e comunicação ganham maior relevância ao tornar-se objeto de conscientização das massas. Ter a posse ou o controle sobre eles, significa ter a chave do poder e por meio dela exercer articular emoções e proposituras esperadas dos seus espectadores. Penso, vim daí o envolvimento, a paixão e a influência que a audição do rádio, exerce sobre minha mãe, no desejo de estar sempre informada.

O controle sobre as normativas e do poder estruturante traduz-se no que Bourdieu (1989) chama de conformismo lógico, que dentro de um processo

sistêmico de imposição, assegurada na dominação de uma classe sobre a outra em seu cotidiano. Essa condição é imposta pelo monopólio do capital econômico e por meio do emprego de princípios ideológicos conversadores, típico de quem detém o poder, como é o caso do Estado.

Mesmo com tentativas de ajustes e mudanças a ordem vigente, ensaiadas por grupos de representatividade política, como os docentes nos anos 1930, com os Pioneiros da educação, que buscavam elaborar um novo desenho a ser aplicado ao sistema de educação nacional, a força coercitiva do governo sempre preponderou. Suas tentativas esbarraram em muitos obstáculos, para além do espaço educativo, como o golpe do Estado Novo (1937-1945)⁸⁰ e posteriormente, entre 1946 e 1964⁸¹, nestes o Estado favoreceu-se ao operar uma ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, colocando o desenvolvimento econômico-social a seu serviço e como um instrumento a sua ideologia política educacional⁸².

⁸⁰ Saviani (1999, p. 32-35), amparado em Althusser, defende que o Estado, tende a atuar junto a escola, valendo-se da prerrogativa ideológica, de produção capitalista, onde toma todas as crianças para lhe assegurar a escolarização obrigatória, e neste processo ao longo dos anos, lhe impõe seu pensar e os saberes práticos voltados ao desenvolvimento da ideologia dominante. Mesmo aquelas que por razões diversas não tenham concluído a educação básica, uma vez iniciado o processo, tende a alimentar o aparelho do Estado e a sua ideologia. Sobre o processo recorremos também a tese de doutorado, "No garbo de estudante, na disciplina dos militares": ritos e práticas educativas nas comemorações cívicas escolares no Estado de Sergipe (1964-1985), de Patrícia Batista dos Santos, UNIT/ PPED, 2003, na qual encontramos outras listas.

⁸¹ O cenário político brasileiro inicial era centrado no Queremismo varguista, este apoiado sobretudo por trabalhadores e membros de partidos, como o recém-criado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fazendo frente ao Partido Social Democrático (PSD). Os desdobramentos históricos apontam para outorgada da Constituição de 1946, a presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o funcionamento dos partidos políticos e o fortalecimento dos sindicatos, a implementação do Plano Salte (com foco nos eixos saúde, alimentação, transporte e energia), e o retorno de Vargas (1952-1954) ao Palácio do Catete, no período marcado por políticas desenvolvimentista em que o governo precisou lidar com as questões sindicais e inúmeras denúncias de corrupção e desgoverno que o desgasta. O período encerra-se com a morte de Getúlio, desse período ao fim do mandato Café Filho (1954-1955) assume a Presidência da República até ser deposto do cargo. Ainda sob a égide democrática, mas marcado pelo fortalecimento das forças do Exército, e intranquilidade o país foi governado por Carlos Luz (1955) governo de três dias, de 08 a 11 de novembro por ser Presidente da Câmara dos Deputados, sendo afastado sob a alegação de licenciar-se para tratamento de saúde, Nereu Ramos (1955-1956) assume interinamente por esta condição de Presidente do Senado Federal, Juscelino Kubitschek (1956-1961), herdeiro político de Vargas, Jânio Quadros (1961), político que renúncia à presidência e a articulação política faz com que Paschoal Ranieri Mazzilli (1961) exerça o cargo, em vacância, na ausência de João Goulart, que estava em viagem na China,, e somente por força da Emenda Constitucional nº 4, de 22 de setembro de 1961, artifício que instituiu o sistema parlamentar de governo no Brasil, pode assumir a presidência no período de 1961 a 1963, no último respiro democrático, antes do golpe de ditadura civil-militar de 1964. Sobre o tema ver Schwarcz e Starling, Brasil: uma biografia (2015).

⁸² Articulação política realizada no Governo Vargas com vistas a liquidar a ameaça comunista e as forças de oposição, seu implemento foi possível em razão da engenhosa articulação política com manobras de esvaziamento da força parlamentar, exílio de opositores, fragilidade das estruturas democráticas do país, aliança com o Exército, e o convencimento da opinião pública ante o perigo do comunismo, visto como uma ameaça a civilização cristã, episódio, noticiado por Getúlio Vargas, via rádio. O clima de intranquilidade culmina no forjado Plano Cohen, de 30 de setembro de 1937, que

Ao servidor público o rigor da lei era impiedoso:

Recuando no tempo, até mesmo no período da chamada "abertura" do regime militar (Governo Geisel - 1974/79), o que prevalecia era a repressão pura e simples aos movimentos reivindicatórios de servidores públicos. A Lei de Segurança Nacional (Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978), no auge da "distensão", considerava crime, punível com detenção de oito meses a um ano, a cessação coletiva dos serviços públicos por parte dos servidores, no todo ou em parte (artigo 37). As mesmas penas poderiam ser aplicadas ao "funcionário público que, direta ou indiretamente, se solidarizar com os atos de cessação ou paralisação do serviço público ou que contribua para a não execução ou retardamento do mesmo" (Cf. Programa de Formação da CNTE, 2008, p. 20).

No pós-64 ocorrem mais pressões dos conflitos sociais, implementando a racionalidade tecnocrática à educação. Já no período de 1985 a 1989, com a transição para a "Nova República" a sociedade se volta para combater o autoritarismo em nome da racionalidade democrática, e finalmente, na década de 1990, observa-se uma racionalidade financeira presente na política educacional, com a perspectiva do Estado mínimo e da redução dos gastos públicos, demarcação que permite mergulhar no universo e nos instrumentos simbólicos – estruturantes, estruturados e de dominação, argumentados por Bourdieu (1989).

Embora no Brasil, a hegemonia da classe trabalhadora esteja nos partidos de esquerda, como, PT, PCDB, Bourdieu (1996) via com maus olhos o modo como estes propunham e buscavam representar toda a classe trabalhadora, pois acreditava nas especificidades dos campos de atuação dos diferentes agentes, que embora apresentassem afinidades, também possuíam sensíveis particulares. Desse modo, temia e se desviava do modelo de intelectual orgânico, dado o que chamou de perigo, a aproximação do intelectual com o operariado. Considerando, que o *habitus* dos intelectuais e dos trabalhadores são diferentes⁸³.

No contexto do magistério público, as dificuldades são maiores, e precisam ser analisadas sob a ótica político-social, haja vista que as mudanças ou

implanta o fascismo e resulta em oito anos de ditadura varguista, interrompida pelos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e aos desdobramentos à luta pela democracia e combate ao fascismo, realizados na Europa. Vargas diante da nova conjuntura, articula o processo de transição para um regime constitucional, apoiado por setores da população, sobretudo, daqueles que se beneficiaram da legislação social e trabalhista. Sobre o tema ver Schwarcz e Starling, Brasil: uma biografia (2015).

⁸³ Sobre as relações entre entidades políticas e multiplicidade dos movimentos sindicais em Sergipe, vê Luiz Carlos Galetti (2022), que trata dos diferentes sindicatos e das questões que envolvem a sua ameaça de fragmentação em Sergipe.

reivindicações da categoria impactam na sociedade como um todo. Isto ocorre, inclusive, na superação das engrenagens que constituem a carreira, tradicionalmente, formada pela classe média instruída⁸⁴, mesmo que sob a supervisão do Estado, da Igreja e das suas relações de apadrinhamento. Ocorre ainda a necessidade de uma superação da ideia colonial de vocação e sacerdócio docente como missão a ser vivida, perspectiva inclusive contestada por Pierre Bourdieu (1996).

Ao tratar do receio da transformação ou revolta, Bourdieu (1996) destaca a questão do *habitus* e do capital simbólico agregado ao ofício, que determina a posição do agente no campo, conquistado e acumulado durante as lutas na disputa do domínio do campo.

Os professores do sistema público de ensino, da última década do século XX, estão inseridos no contexto do “novo sindicalismo”, que se distingue do sindicalismo fabril em razão do seu relacionamento direto com Estado, e por ser um movimento situado dentro da classe média escolarizada, como é o caso dos professores Iran Barbosa, e do professor Joel Santos, que acessaram aos movimentos associativistas e sindicalista em razão da inserção no magistério público⁸⁵.

Sobre o Novo Sindicalismo, no deparamos com a definição dos princípios básicos que orientam a luta:

- a liberdade total de organização;
- a autonomia sindical, ou seja, o sindicato não deve ser dependente de qualquer partido político;
- a democracia interna, para que todos os trabalhadores filiados tenham o direito de participar das decisões do sindicato;
- a unidade, decidida pelos próprios trabalhadores;
- a auto sustentação financeira, para que os sindicatos sobrevivam com os seus próprios recursos, oferecidos pelos trabalhadores, sem depender do governo;
- o contrato coletivo de trabalho, no qual os trabalhadores e as empresas - negociando diretamente e sem interferência do governo - cheguem a um acordo sobre tudo aquilo que interessa às duas partes: salários, férias, direitos sindicais, jornada de trabalho,

⁸⁴ Diga-se de passagem, a necessidade da formação em cursos normais era condição que atribuía *status* ao profissional da educação. O estudo sobre a relação entre sindicalismo e classe média é possível ser verificado em trabalhos como o da socióloga Angelina Teixeira Peralva das Chagas e Silva, *A classe média rediscutida*, no qual há uma ampla análise sobre as lutas sociais no Brasil, 1988, em sua leitura é possível compreender o surgimento de uma nova classe de trabalhador, que atua sob o prisma de uma nova postura profissional, no trato com as questões trabalhistas e de formação.

⁸⁵ Conforme depuseram a esta pesquisadora durante o processo de entrevista.

mudanças na organização das empresas, etc. (Carvalho & Andrade, 1991, p. 49-50).

A opção por essa definição consiste no fato de estar presente em livro de bolso, 'Coleção pergunte ao José', um material pensado para o trabalhador e com uma linguagem formativa aplicada ao trabalhador que busca compreender a historicidade do sindicalismo.

Na Constituição Cidadã de 1988, em seu Art. 5º está previsto o direito à organização de reunião pacífica, assegurada a liberdade de associação para fins lícitos, como criação de associações e cooperativas sem a intervenção do Estado, de maneira a oportunizar ao trabalhador o livre direito a associar-se, sendo reconhecidas as entidades pela força da lei e tendo estas a autorização de representar seus filiados nos órgãos judiciais ou extrajudiciais, conforme suas necessidades, os docentes encontram nesta, o respaldo legal para filiar-se. Contudo, cabe destacar que nem sempre as relações foram constituídas nestes termos, e nem atuaram segundo a legalidade sindical, diga-se por ambas partes.

As mobilizações nacionais no campo da política, despontavam para o surgimento de um partido político voltado aos interesses dos trabalhadores. Hobsbawm (1995) defende que a efervescência do mundo operário e da industrialização, criaram as bases para a existência de partidos dos trabalhadores. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 1980, foi fundado com o apoio do clero católico, e desempenhou um papel relevante na defesa do movimento trabalhista, sobretudo, da indústria automobilística de São Paulo, produzindo uma mescla voltada a assegurar por um lado, as leis trabalhistas populistas e a militância, e por outro as propostas dos intelectuais, digam-se católicos. O desenvolvimento dos setores de trabalho, promoveram o surgimento de educadores profissionais.

Sobre o período e as ações desenvolvidas em Sergipe, a professora Ana Lúcia, desponha, sobre sua atuação da CODEP, e sua relação com o eixo Rio-São Paulo:

[André Franco] Montoro [1983-1987] assume o governo de São Paulo com visão e com a militância de esquerda. Eu sempre bem articulada com o pessoal do eixo Rio-São Paulo. Então o Wanderley Geraldi, a Corinto, o pessoal todo da UNICAMP. E Regina, Leide Garcia, Sônia Cruz, só do Rio, Gaudêncio Fragoso. Então, essa

turma toda contribuiu durante dois anos com esse projeto CODEP⁸⁶. Em dois anos foram mais de 30 cursos. (...) nós estamos aqui [no contexto do] governo Montoro, projetando um grande dia onde a gente vai para a Rede toda para escutar a categoria e a partir da então pensarmos a política a partir das necessidades que vêm das escolas (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A prática de ouvir a necessidade de quem faz a escola construiu em Sergipe a possibilidade de elaborar um retrato da educação entre a década de 1980 e início dos anos de 1990, dentro do cenário de intranquilidade que vivia politicamente o país. O contexto político viu nascer também a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Nesse sentido, a sindicalização do professorado representa a ruptura com uma ideia que relaciona esta categoria - que socialmente e historicamente apresenta-se como ordeira e construtora da pacificidade e exemplo social - para o eixo de trabalhadores da educação que reivindicam melhores condições de vida, proventos e de instrumentalização do trabalho.

As agitações e as mudanças estruturais produzidas pela sociedade e pelos centros urbanos de trabalhadores, impactaram na estruturação da política e na condição da vida. O alargamento da oferta no campo educacional e o surgimento de movimentos urbanos fizeram com que o Estado e a classe empresarial fossem impactados.

As novas perspectivas encontram em suas ações espaços propícios a conscientização da classe e (re)análise da identidade enquanto um profissional docente. Discute meios e estratégias para abordar as pautas necessárias à construção da carreira, como a reformulação e criação de novos princípios estatutários e conhecimentos de seus direitos. Para tanto, empregou maior atenção a formação continuada do professor, construindo assim um corpo consciente e coeso quanto às pautas e capaz de estabelecer um conforto em situações de embates. A formação dos professores em questões educacionais e nas políticas sindicais, instituiu uma nova tônica e possibilitou criativos e diferentes enfrentamentos diante do Estado.

Destacando-se, no caso de Sergipe algumas teses orientadoras:

⁸⁶ Coordenadoria Técnico-Pedagógica, criada pelo então secretário de Educação do Estado de Sergipe, Antônio Carlos Valadares. Cf. Albuquerque *et al*, 2023, p. 266

O eixo da escola democrática é o eixo das condições de trabalho e de uma política inclusiva da escola pública. [...] Então, nossa pauta era muito ampla. Você devia ser bem jovem ou criança. Sua mãe devia acompanhar os debates nos rádios, na televisão. O governo queria enquadrar gente numa pauta só, economicista. E a gente ia para cima denunciando as condições de trabalho, denunciando os problemas pedagógicos, denunciando a ausência de livro didático, a ausência de material do giz ao apagador, material de limpeza. [...] nossa luta era pelo funcionamento das bibliotecas, pela atualização das nossas bibliotecas. [...] E aí a gente fazia panfletos específicos colocando qual era a concepção de gestão democrática para gente (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A educação dentro do contexto de mercado, não se identifica inteiramente enquanto produção material, no entendimento capitalista das suas políticas produtivistas. A educação é um produto gerado que não se separa do ato da produção, e por mais que esteja universalizada, ainda consiste numa falácia, haja vista que embora universalize o acesso, está longe de universalizar a conclusão da formação básica a todos⁸⁷.

A partir desta breve contextualização, observamos que a formação de propostas com vistas a atender às necessidades educacionais da população e o valor social da educação são buscas históricas, as quais os docentes participam ativamente, haja vista, serem os fomentadores de propostas de ensino capazes de instituir e aprimorar a qualidade da educação pública.

O estudo do tema representa também um esforço acadêmico na compreensão da história do movimento dos trabalhadores. Conforme o pensamento de Thompson (1998), na verdade, a economia moral da multidão e sua coletividade, representa a uma alternativa à ausência da proteção paternalista do Estado, aprofundada por anos de ruína e desleixo, e fundamenta-se na inexistência de lideranças pré-estabelecidas. Assim, a causa de um levante não é somente por um motivo único e isolado, mas pelo sentimento de abandono provocado a uma comunidade ou classe.

⁸⁷ Quanto a relação entre educação, Estado e democracia, Luiz Antônio Cunha (1991), estabelece uma crítica ao caráter parcial e descontínuo das chamadas políticas educacionais brasileiras, nas mais diferentes esferas (estadual e nacional), por entender que atuam como empecilho a análise de seus resultados e, por conseguinte da elaboração de uma proposta educacional efetivamente democrática e democratizante.

3.2 Brava gente brasileira⁸⁸: o risco da proletarização do trabalhador da educação

O processo de centralização do ensino ganhou mais fôlego na década de 1970, com a ampliação da oferta do ensino e da necessidade de ter mais profissionais aptos a atuar no mercado.

Dentro do universo docente, o período contribuiu para a formação de uma categoria de classe formada e forjada nos bancos universitários. A difusão do ensino superior, sobretudo por meio de instituições privadas após 1968, fez emergir uma nova classe média urbana formada em cursos de licenciatura, um público destinado a ocupar as vagas abertas com a expansão do ensino obrigatório, conforme estabelecido por lei (1971).

A nova composição docente nasce das dores e a partir do modelo da classe proletária, das suas dificuldades em manter suas famílias e honrar com seus compromissos, o processo de proletarização com sua instabilidade e arrocho também aflige os professores.

Durante o governo Geisel (1974-1979), a Confederação dos Professores do Brasil atuou reivindicando a profissionalização docente via estatuto do magistério, conforme previa a legislação (5.962/71) e também o reconhecimento da aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho docente. A pressão ao governo se deu conforme as lutas pela democratização surgiam, e ao longo do processo foi ganhando espaço a ponto de transformar-se na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), mandando o início de uma fase de luta dos trabalhadores da educação.

Dentro dessa realidade Saviani (1999) discorre sobre os modelos pedagógicos aplicados ao ensino, que através da educação busca equalizar e superar a marginalização social, e/ou ser aplicado no sentido de instrumentalizar e ampliar a discriminação social, tornando-se fator de marginalização.

Ao seu ver dentro de uma abordagem do ensino tradicional, a educação é focada na escola, o professor atua como transmissor de conteúdos acumulados e sistematizados, essa abordagem ignora o fato de os alunos não se ajustarem a um só tipo de sociedade. Por outro lado, percebendo as fragilidades do modelo tradicional, o Estado apodera-se do modelo escolanovistas, centrado na

⁸⁸ Referência a construção de uma nova identidade ao professor como trabalhador que zela por sua profissionalização e por suas condições de trabalho.

individualidade e experimentação, onde os alunos são estimulados e orientados pelo professor. A proposta, no entanto, trouxe à tona na realidade escolar o problema da falta de estrutura e deslocou o eixo da qualidade do ensino do âmbito político, para o aspecto técnico pedagógico existente no interior das escolas, fazendo crer que o problema da educação é o docente, e não a falta de estrutura a sua execução. Em suma, a proposta tornou-se inviável por não ser aplicada a todos, criando espaços experimentais, o que fez afrouxar o ensino tradicional e resultou no rebaixamento do nível de ensino, sobretudo, na seara pública.

O escolanovismo e o tecnicismo, fizeram parte da metodologia de formação docente em Sergipe, entre os anos de 1970, 1980 e 1990, conforme descrito pelos professores Ana Lúcia, Iran Barbosa e Joel Santos. Neste contexto o problema da escolarização brasileira está:

“De um lado surgiram tentativas de desenvolver uma espécie de “Escola Nova Popular”, cujos exemplos mais significativos são as pedagogias de Freinet e de Paulo Freire; e do outro lado, radicaliza-se a preocupação com os métodos pedagógicos presentes no escolanovismo que acaba por desembocar na eficiência instrumental. Articula-se aqui uma nova teoria educacional: a pedagogia técnica (Saviani, 1999, p. 23).

Assim, empenhando-se em construir um modelo pedagógico não-crítico, o Estado encontrou na pedagogia tecnicista, uma possível solução para as questões da educação, por ter seu foco na racionalidade, eficiência e produtividade, desse modo os riscos ao exercício educacional seriam limitados. Esse modelo, contudo, impôs burocratização ao ato pedagógico, desarticulou e desconsiderou que o aprender associa-se a articulação entre escola e processo produtivo de modo indireto, e gerou então a aplicação de conteúdos cada vez mais rarefeito, fazendo aumentar os índices de evasão e repetência escolar.

Além do ato de que o desenho dessa proposta interessava ao modelo tecnicista dos acordos assinados entre o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), conhecidos na historiografia da educação como Acordos MEC-USAID⁸⁹, sob o qual inexistia a

⁸⁹ Entre junho de 1964 e janeiro de 1976, o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), realizaram uma série de convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação desde o ciclo primário (atual ensino fundamental) ao ensino superior. As propostas inserem-se num modelo educacional marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, no qual buscou orientar a educação à luz do

construção de uma fundamentação crítica entre os educandos, resultado de um modelo político que a educação deveria servir aos interesses de industrialização e preparação rápida ao mercado de trabalho, para tanto os espaços de formação, faculdades e universidades, deveria atuar nesse sentido.

Cabe sinalizar aqui que a formação acadêmica da professora Ana Lúcia, é estabelecida nesse contexto político, contudo, as leituras e a formação a que teve acesso durante toda a vida, fizeram diferença à compreensão das referidas diretrizes, o que a levou em sua vida a conhecer o tecnicismo, mas a “aprofundar mais na leitura marxista e na leitura de educação num campo mais progressista”. (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A formação e o planejamento educacional oficial buscaram garantir a manutenção da estrutura do Estado, sem que houvesse alternativas à educação e à sociedade, de modo que a formação crítica fosse limitada, embora esta nunca tenha deixado de existir, mesmo que composta muitas vezes por ações isoladas de grupos ou indivíduos. Na prática o fazer da aula, passou a requerer por parte do educador a observação de objetivos previamente definidos, pelo Estado, para os quais a equipe da supervisão escolar tinha o dever de observar e zelar pelo cumprimento e a prática de ensino, à luz das prerrogativas legais.

Sobre o papel do supervisor a professora Ana Lúcia assim discorre:

E eu assumi essa coordenação do Departamento de Educação, essa coordenação, da supervisão do estado. É, no início, um pouco tenso. É uma pessoa muito jovem para coordenar pessoas. Muitos colegas, muito experientes, já com uma visão muito técnica, do controle da fiscalização, do desempenho de professores primários. O meu chefe, o chefe do departamento, era o professor Antônio Fontes Freitas, agimos sob a Lei nº 5.692 [1971]. Então era Ensino de Primeiro e Segundo Grau [...]. Eu convenci que era necessário a gente baixar uma portaria colocando que todos supervisor só poderia entrar nas salas dos professores, quando os mesmos soubessem o porquê. Para que na verdade, fosse um processo de interação visando a melhoria do ensino e não de fiscalização. Sim, isso foi um pouco complicado, mas depois deu certo e nós conseguimos ampliar, para dialogar com os professores por área (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

O contexto de formação da educadora demonstra um momento em que a educação atravessava o processo de reformulação, uma vez que suas orientações seguem em consonância com o governo e a sua proposta educacional, baseada em princípios novos, associados ao maior controle do processo educacional. Do outro lado da balança, no contexto social, havia uma maior busca pelo acesso ao espaço público da escola, como uma forma de inserir-se na sociedade e em suas políticas.

Nacionalmente, se populariza e cresce a busca e o acesso a escolarização, famílias buscam meios para o ingresso dos filhos e o seu sucesso na escola. Os efeitos da escolarização, conforme Cunha (1991), tanto são reais quanto imaginários, com troca de votos por vaga na escola, espera em longas filas para a matrícula dos filhos, e a adoção de complicadas estratégias no trabalho de pais e filhos para que um deles tenha condições de prosseguir nos estudos. Esta pesquisadora precisou sair antes dos oito anos de casa, na zona rural, para morar com familiares na zona urbana do município de Lagarto/Se, a fim de ter acesso à educação, isso na primeira metade dos anos 1990.

Como se percebe a valorização da escola é crescente, mas na contramão, há a desvalorização do trabalho docente, por vezes justificada pela ausência de profissionais habilitados a atender a demanda crescente por educação, condição explorada pelos governantes e às quais se submetem educadores e educandos.

A intensidade das demandas populares por educação e o surgimento dos grupos sociais urbanos reivindicando acesso às políticas de estado, dão ao trabalho uma nova tônica. Para atender a demanda, o acesso ao trabalho se dará por meio de cadastro e apadrinhamento, como relata a professora Ana Lúcia, sobre a sua experiência.

Então, em (19)73, no início do ano, de 73, em março, a diretoria de ensino de Aracaju, ela sempre no início do ano, ela, ela abria o cadastro, naquele tempo, não tinha sempre, é para o nível superior, não tinha concurso. Os professores eram todos contratados. Aconteceu logo que eu entrei, eu acho que em 70 ou 71 houve concurso para professor primário. Eles abriam cadastro, para a gente se cadastrar, e como tinha um déficit de professores com nível superior, eles aceitavam os alunos dos terceiros e quartos anos das licenciaturas. Eu já estava no quarto ano, quando me cadastrei para ensinar no Instituto de Educação Rui Barbosa. E aí no dia 4 de abril eu fui contratada para 12 horas aulas, no Instituto de Educação Rui Barbosa, ensinava à noite. Eu ensinava didática, e eu ensinava a sociologia da educação, nessas 12 horas (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A prática da contratação provisória por indicação é uma realidade sempre justificada pela demanda necessária à educação e aos serviços básicos, e consiste em uma brecha pela qual os governos realizam manobras a fim de assegurar o empreguismo a alguns em detrimento à oferta do concurso público.

A incerta condição de trabalho e a pouca regulamentação da categoria os colocava numa situação de vulnerabilidade. O trabalho docente requer capacitação técnica, conhecimento prévio, escolarização, mas a sua prática muitas vezes esteve submetida aos programas previamente ofertados pelo Estado, com vistas a obedecer às propostas e propósitos estabelecidos.

Pari passu, essa realidade começa a ser modificada. O professor Joel Santos, em entrevista (junho/2022) descreve, que ingressou no serviço público por meio de concurso, quando ele era estudante do curso de Letras da UFS, e na época possuía formação como docente habilitado no ensino médio, pela Escola Normal. A prática do concurso público, vai aos poucos mudando a realidade e o perfil dos educadores que ingressam na carreira pública.

A ampliação e organização da oferta de escolarização foram sendo aumentadas, pelas necessidades crescentes da sociedade, e aos docentes coube a tarefa de reivindicar melhores condições de trabalho, num movimento contínuo e crescente, inclusive com disputas internas por maior representatividade e ativismo.

Conforme Dantas (2004) os funcionários públicos que só teriam o direito à greve reconhecido na Constituição de 1988, promoveram numerosas paralisações. Sobretudo, na primeira fase, de 1983/1990. Em 1984, os professores do ensino estadual param, e outras categorias do serviço público estadual também aderiram.

Figura 1: Charge em alusão a manifestação dos servidores públicos



Fonte: Jornal da Manhã. Aracaju (SE), 04 de abril de 1987, página 7. Arquivo Público de Aracaju (2022).

A charge publicada pelo Jornal da Manhã, na sua edição de 04 de abril de 1987 descreve os problemas sociais e sobretudo econômicos enfrentados em Sergipe no ano de 1987. A imagem descreve homens (gênero masculino), que lideram mesmo que descrentes no processo de reivindicação por melhores condições de vida, de um lado, e do outro lado, a observação política e a descrença de que de fato os resultados pudessem ser alcançados.

Considerando ser a venda da força de trabalho, o meio pelo qual o trabalhador garante a sobrevivência sua e da sua família, chama a atenção a mescla de profissionais que se unem, estão nesse rol funcionários públicos, médicos, comércio, professores, bancários e motoristas aqui representados. Mas destacamos, a inclusão dos servidores da educação, que passam a atuar como classe profissional que reivindica seus direitos enquanto trabalhador.

Para regulamentar esse direito, os servidores públicos enquadram-se na Lei nº 7.783/89⁹⁰, a chamada Lei da Greve que regulamenta o direito de greve ao trabalhador, e impõe a estes dois pontos fundantes, o entendimento sobre o exercício da atividade essencial a sociedade, e quanto a natureza das manifestações grevistas. Nosso foco, no entanto, não é a parte jurídica, mas entendemos que essa reflexão nos auxilia na compreensão dos desdobramentos das ações sindicais e da sua representatividade, constituindo-se em pontos nevrálgicos diante da estrutura do Estado, do Judiciário e dos poderes Executivo,

⁹⁰ Lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989, dispõe sobre o direito de greve e define as atividades essenciais regulando a oferta e atendimento inadiáveis à comunidade.

como um todo, dada a burocratização imposta, ao se estabelecer mesas de negociação entre o Estado na condição de patrão e seus colaboradores.

Para autores como espanhol Fernández Enguita (1991, p. 41-46), o trabalho docente ocuparia um “lugar intermediário entre a profissionalização e a proletarização”, desse modo a docência não teria o estatuto de profissão, seria o que chamou de sem-profissão, considerando que o desenvolvimento do campo de trabalho, se associaria a formação social capitalista voltada ao desenvolvimento de ações fragmentadas e simplificadas em que fosse estabelecida a cisão entre concepção e execução de tarefas, características que diferem do trabalho docente, que ao seu vê mantém a autonomia do processo. Esse raciocínio, importado do autor espanhol, inaugura no Brasil, os estudos sobre a profissionalização e a proletarização do trabalho docente, desassociando-o do trabalho fabril.

Fernández Enguita defende o entendimento de que “a proletarização é o processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, mais ou menos sucessivamente, o controle sobre os meios de produção, o objetivo do trabalho e a organização de sua atividade” (Enguita, 1991, p. 46).

Em contraposição a sua análise Naville (1962), chama atenção a dialética do progresso, de tal modo que a disposição técnica serviria para reunificar o trabalho, e apresentar uma nova dinâmica ao processo, no qual o trabalhador passaria a supervisionar, observar, controlar e reparar o todo e não mais ter contato direto com a matéria-prima, e desse modo na educação e os docentes deveriam incorporar a inclusão de recursos como livros didáticos, materiais paradidáticos e adaptados ao seu trabalho.

Considerando o progressivo controle das atividades laborais sob o jugo do estado, através da inclusão de supervisores de ensino, da determinação prévia das matérias, destruição do número de horas por aula e temas/currículo, o docente, tem progressivamente perdido a sua autonomia, contudo, goza da prerrogativa de possuir o domínio profissional.

O processo de urbanização das sociedades, a necessidade de escolas e a expansão do serviço público têm favorecido a imposição de limites à autonomia do trabalho docente. Com o aumento populacional e a busca por acesso à escola, o estado passa a exercer maior controle sobre o processo de escolarização, inclusive

patrocinando qualificações específicas⁹¹ aos que buscam e têm a oportunidade de cursar. Dessa forma, a escola exerce um papel importante no processo de qualificação populacional e sua oferta é ampliada junto a dinâmica econômica capitalista imposta aos trabalhadores.

Nesse sentido, a atuação e mobilização docente, visa reivindicar o zelo e salvaguarda de um sistema educacional equânime e da própria capacidade de profissionalização da classe. O movimento busca a defesa da educação para todos, o combate à proletarização da classe, a construção da identidade e a elaboração de estratégias e ações, que deem sustentação aos profissionais do magistério.

O processo de proletarização aqui desenhado é intimamente associado ao reconhecimento monetário do trabalhador e incorre no risco de recair no romantismo econômico presente no século XIX, sem perceber as mudanças em curso na sociedade e na economia, corolário de embate e mobilização.

Longe de trabalhar o caráter e as prerrogativas dos que acreditam estar o magistério se sujeitando a condição de “lugar intermediário” buscamos aqui dá luz a concepção de identificação enquanto classe, e na condição de trabalhador que defende a autorregulamentação da sua profissão e da representatividade da categoria seja por meio de associações ou da força sindical, aplicada, aos servidores públicos do magistério.

3.3 Se você quer mudar, vamos nos juntar⁹²: a estruturação do sindicalismo em Sergipe, disputas internas

Em Sergipe as estruturas de reivindicação por representatividade se mantêm de forma contínua. Sob as bênçãos do Estado a APMESE e sua diretoria permaneceu como única entidade oficial de representatividade do magistério

⁹¹ A relação trabalho e qualificação esteve relacionada ao domínio do ofício, a busca pela combinação de conhecimentos, materiais e habilidades específicas ao exercício de funções, como é o caso da especialização em supervisão escolar, condição oportunizada a uma minoria de trabalhadores, com acesso privilegiado à educação superior. A qualificação desse modo obedece a critérios técnicos, quando na verdade deveria primar pela construção política da consciência social, uma vez que a qualificação sem o emprego e sem o reconhecimento financeiro, perde seu valor de qualificação. Toda essa dinâmica torna a especialidade que outrora era garantidora de trabalho, em uma aprendizagem fluida e instável, que mobiliza o trabalhador em busca de uma melhor remuneração financeira.

⁹² O tema é inspirado no slogan utilizado no Boletim do CEPES, em março de 1987, ao convocar uma Assembleia Geral, a ser realizada dia 14 do referido mês, às 15 horas no IHGSE. Cf. Vânia Maria de Jesus, 2006.

público. No entanto, dado os descontentamentos, um núcleo de professores liderados pelo professor Diomedes Santos da Silva⁹³, fundou um movimento de transformação nas bases da entidade, com o objetivo de assegurar representatividade e defesa dos interesses fazendo frente às determinações do Estado.

Sobre o movimento de oposição, a professora Ana Lúcia relata:

Em 1981, o professor Diomedes, vai disputar a presidência da APMESE, nós ganhamos em Aracaju e ganhamos em Propriá, porque tinha uma grande liderança nossa lá, o também, pedagogo [José Alberto Gomes] Varjão. Hoje ele é procurador do Ministério da Fazenda, porque depois ele fez Direito. Mas não conseguimos realmente é a vitória total. Porque nós estávamos disputando com uma chapa que o governo tinha feito com os diretores das Diretorias Regionais de Ensino (DRE), imagina que substituiu os diretores de DRE e formataram uma chapa para concorrer com a gente, porque a gente já estava incomodando muito. No início, com pequenos panfletos que a gente distribuía. O primeiro é foi “Contra fatos não há argumentos”. Nós distribuimos à noite nas esquinas das escolas, com medo da Polícia Federal. É o início da década de 80, que está na transição política ainda. E paralelo a isso, gente que está construindo e debatendo essa pedagogia progressiva, e libertária (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

As disputas pela representatividade se faziam crescentes e acirradas, e o clima demonstrava grande animosidade. A liderança da classe docente se construía por meio de criatividade e empenho.

Na abordagem marxista:

Enquanto fenômeno concreto, a luta de classes não se resume à violência, mas vai muito além. (...) a luta de classes trava-se predominantemente no campo da hegemonia de forma cotidiana e persistente com a utilização não apenas do aparelho escolar, mas de um amplo aparato que inclui a imprensa diária e periódica, os meios de comunicação de massa e as novas tecnologias de comunicação e informação, além das Igrejas das mais diferentes confissões religiosas, que cumprem o papel de conformar e resignar as massas à sua condição social. Trata-se de um conjunto amplo e complexo de ações não violentas que se dirigem aos indivíduos como seres conscientes e sociais, sem submeter seus corpos à violência. Localizam-se aí o recurso à persuasão, a educação em todas as esferas sociais, a força edificante do exemplo etc. Nesse terreno

⁹³ Sobre o professor Diomedes, há um documentário “Dió: o tempo sem tempo de ser”, sobre aspectos da vida e das questões sociais do seu tempo, em que por meio de depoimentos, os membros sindicalistas discorrem sobre o professor e sua atuação diante das questões político-sociais.

reencontramos o lugar da educação escolar (...) ela situa-se no interior da luta de classes, objetivamente, isto é, quer tenhamos ou não consciência disso, quer queiramos ou não (Saviani, 2015, p. 127);

É no início da década de 1970, que o marxismo, avançou no contexto educacional e social de classe, no que Saviani chama de teoria-crítico-reprodutivista da educação, segundo a qual é preciso libertar-se da dominação e como isso produzir uma nova realidade.

O clima de inquietude e enfrentamento permanecia contínuo mesmo sob a constante vigilância da Polícia Federal. No ano de 1982, houve a distribuição clandestina do panfleto, “**Contra fatos não há argumentos**”, a noite nas esquinas mais movimentadas de Aracaju onde se concentravam o maior número de escolas públicas. Havia denúncias sobre a morosidade do governo Augusto Franco, na elaboração de um novo Estatuto do Magistério, em substituição ao de 1980, que já fora reformulado a partir do documento do ano 1973, mas que ainda pouco representava os anseios da classe quanto a criação de políticas educacionais de valorização da docência. Essa ação iniciou o processo de negociação com o governo do estado.

Em decorrência das dinâmicas projetadas pelos trabalhadores da educação, duas entidades associativas de professores da rede pública de ensino se formam em Sergipe, a Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe (APMESE), fundada em setembro de 1977, voltada aos docentes da rede estadual de ensino, e a Associação Profissional dos Educadores do Município de Aracaju (APEMA), criada em junho de 1985.

Considerando as dificuldades impostas pelo governo diante da candidatura ao cargo de diretoria da APMESE, em fins da década de 1980, o professor Diomedes, articula uma chapa para candidatar-se na APEMA, tendo como líder o professor Jorge Carvalho do Nascimento⁹⁴.

⁹⁴ O professor Dr. Jorge Carvalho, nasceu em Salvador, porém cresceu no estado de Sergipe, tendo realizado sua formação nas escolas e faculdades aracajuanas. É licenciado em Pedagogia (com habilitação em Administração Escolar) pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Aracaju. Estudou Direito, pela Universidade Federal de Sergipe. Especializou-se em Administração Pública pela Universidade Estadual de Campinas, e em Desenvolvimento Econômico e Relações Humanas, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais da Universidade de Havana, em Cuba. É mestre em Filosofia e doutor em História da Educação, pela Universidade Católica de São Paulo. No contexto sergipano destacou-se como jornalista redator da Gazeta de Sergipe, repórter de Rádio e Televisão do Sistema Atalaia de Comunicação. No magistério sua carreira desenvolve-se

Sobre as eleições da APEMA:

Diomedes achava que, naquele primeiro momento, não daria para ganhar; o pessoal ligado a Jorge Carvalho e a Teresa Cristina [Cerqueira da Graça]⁹⁵ era mais forte no município, porque Diomedes era recém-chegado. Jorge Carvalho estava filiado ainda ao PT. Então, fizemos um pacto: Diomedes ficou como vice e ele [Jorge Carvalho] como presidente. Ele não aguentou um ano e renunciou. Diomedes assumiu (Albuquerque, *et al*, 2023, p. 275).

A chapa é eleita e as articulações ligadas ao modo de operação da categoria passam a ser implementadas.

De acordo com a professora Ana Lúcia Vieira de Meneses, conforme consta no documentário, “a presença de Diomedes na APEMA, vai ajudar bastante a fortalecer a oposição na APMESE. Neste meio tempo, sem conseguir acesso aos docentes da rede estadual, o grupo de oposição Renovação, formado em 1979, se transformasse numa entidade classista, voltada aos interesses e necessidades da categoria (Resgate do Síntese, 2011).

As questões internas e a divisão da classe em torno da representatividade, oportuna ao Estado realizar manobras impeditivas de ganhos à categoria, no que tange ao novo Estatuto do Magistério, e faz o dilema tornar-se um impasse que se arrasta por anos⁹⁶.

A APMESE empenhada em consolidar sua hegemonia, realizou em 21 de novembro de 1983, o I Encontro Estadual de Educadores. O Jornal Folha do Educador⁹⁷ relata as contradições da entidade, demonstrando sua acomodação e a combatividade. Do Encontro resultou a elaboração de uma extensa “pauta de reivindicações”. No eixo nacional: mais verbas para a educação; eleições diretas para diretores de escolas; reforma tributária; e fim dos desvios de recursos públicos. Na esfera local (seara estadual): equiparação salarial; reformulação da Lei 2.253/80

Universidade Federal de Sergipe, na Faculdade Pio Décimo, na Secretaria Municipal de Educação de Aracaju e na Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. (PERFIS ACADÊMICOS, 2022, p. 693)

⁹⁵ A professora Dra. Tereza Cristina Cerqueira da Graça é graduada em Pedagogia, especialista em Ciências Sociais e mestre em Educação pela UFS. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É aposentada do magistério da Rede Municipal de Ensino de Aracaju, onde ocupou o cargo de Secretária de Educação (2005-2011) e da Rede Estadual de Sergipe. Atualmente, é 2ª Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

⁹⁶ A esse respeito Pierre Bourdieu (1989), defende o conceito da ideologia estruturada, específica de quem a produz e a mantém manipulando segundo as suas conveniências e interesses, nos campos da produção ideológica e no campo da luta de classes.

⁹⁷ Periódico consultado pela professora Maria Izabel Ladeira Silva (1997, p. 91 - 92), junto ao acervo particular da Professora Laura Maria Ribeiro Marques.

(Estatuto do Magistério); reajuste salarial; reativação dos concursos públicos; fim das remoções arbitrárias; fim da politicagem na educação; garantia do acesso e distribuição de carga horária com igual percentual para tarefas de estudo e coordenação.

As questões destacadas se tornam bandeira de luta e reivindicação ao longo da década de 1980, e plataforma de reivindicação da categoria. Com maior abertura para profissionalização docente, com cada vez mais funções ligadas a atividades burocráticas, controle discente, preparo e ação didática de modo a atender as necessidades técnicas e científicas e o desenho institucional que o sistema de educação buscava implementar, o magistério encontrou meios de organizar-se, mobilizando a categoria construindo uma ruptura e conformando uma estrutura sindical, num espaço que é majoritariamente ocupado por mulheres.

O ano de 1984 foi marcado pelo movimento favorável às Diretas Já, e desse contexto temos a primeira “paralisação” da categoria, após vinte e um anos sem manifestações públicas. “O Estado era governado por João Alves Filho, eleito em 1982 com o apoio das forças conservadoras ligadas ao moribundo regime militar” (Silva, 1997, p. 94).

O clima de efervescência política chega a Sergipe com a participação em manifestações políticas e seu “showmício” inclusive contando com a presença de lideranças do PT no evento ocorrido da Praça Fausto Cardoso em 26 de fevereiro de 1984⁹⁸.

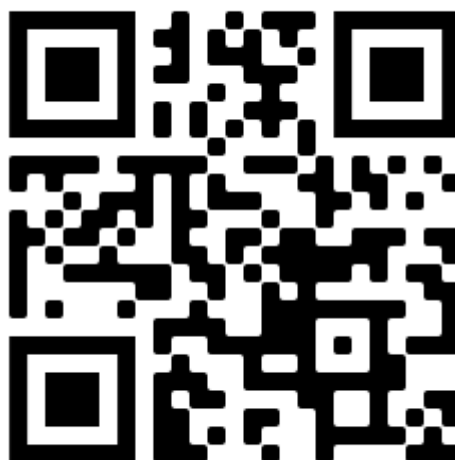
A partir desses episódios de foro nacional, e inspirados no novo sindicalismo, o movimento docente em Sergipe, nos anos de 1980, iniciaram uma série de atos em favor das pautas eleitas no I Encontro, suas ações reverberam em atos públicos com exibição de faixas e cartazes. Ação que resulta em ganhos salariais a todo o funcionalismo público⁹⁹.

Sobre o professor Diomedes Santos, o SINTESE produziu em 2011 um documentário intitulado **“Dió: do tempo sem tempo de ser”** que retrata aspectos da sua atuação como profissional, militante e como cidadão.

⁹⁸ Gazeta de Sergipe, edição de 28 de fevereiro de 1984. Repositório UFS / IHGSE.

⁹⁹ Gazeta de Sergipe, edição de 20 de abril de 1984. Repositório UFS / IHGSE.

Figura 2: QRCODE do Documentário “Dió: do tempo sem tempo de ser” (2011)



Fonte: TV Síntese, 26 de outubro de 2011 [Youtube] (2022).

O Documentário retrata aspectos da vida e atuação do professor Diomedes Santos Silva, destacando suas influências, tendo como fontes depoimentos de profissionais que lhe foram contemporâneos.

O uso das memórias e a sua contribuição carrega além da natural subjetividade, marcas da individualidade. O tempo também se encarrega de lapidar fatos destacando características e omitir outros, com que num julgamento oportuno para fazer valer contextos e realçar tantos outros. Assim, a memória,

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo (HALBWACHS, 2006, p. 72). Neste documentário, destacam-se as lembranças, como o registro da participação da professora Gilnete Cardoso, ex-dirigente sindical, que fala do perfil do professor Dió, como era chamado entre os seus pares, e seu papel de provocador perante as atitudes complacentes da diretoria da APMESE, diante do arrocho salarial a que os professores eram submetidos, condição que os fez questionar a ausência de animosidade docente perante a realidade, sem que

houvesse movimentos de reivindicação conta a situação. Na contramão do movimento, surgiram mobilizações que regeram impulso e criaram meios para surgirem novas reivindicações e transformações no sindicalismo docente sergipano, o aproximando ao modelo implementado por trabalhadores do ABC paulista, com atos de mobilização social, o que inclui passeatas, paralisações e greves.

Fotografia 8: Professor Diomedes Santos da Silva



Fonte: Síntese, 26 de outubro de 2011.

A transformação na forma de pensar e agir constroem impactos e revolucionam o modo de atuação e reivindicação. De acordo com o depoimento da professora Gilnete Cardoso, mesmo não tendo conseguido vencer a disputa pela presidência da APMESE, o grupo liderado pelo professor Dió era quem realizava as mobilizações, atuando à revelia da diretoria eleita, que mesmo convocando a categoria tinha o processo conduzindo pela oposição, com a organização de passeatas, movimentos de rua, paralisações. O grande marco do grupo foi a greve de dois dias, realizada no ano de 1984 (SINTESE, 26 de outubro de 2011).

Mesmo diante dos avanços junto ao governo, o magistério compreendia que os índices não correspondiam às suas necessidades, por conta das manobras do Estado, em 28 de abril de 1984 fica estabelecida uma paralisação de dois dias, a ocorrer entre 03 e 04 de maio. Segundo Silva (1997, p. 99), “o movimento de maio de 1984 representou [...] o magistério romper com a concepção de sacerdócio [...] o movimento [que] vai agregar novos elementos, novas lideranças, que mais tarde conduziram as lutas do professorado”.

O movimento de 1984 defende a equiparação salarial dos docentes com os demais servidores do Executivo e a aprovação do novo Estatuto do Magistério. A

manifestação dura dois dias, e termina sem sucesso. O resultado, contudo, gerou a renúncia do presidente Joaquim Macedo, e a instabilidade se instaurou na APMESE (RESGATE DO SINTESE, 2009).

Fotografia 9: Presidente da APMESE, José Joaquim Macedo



Fonte: Gazeta de Sergipe (13/04/1984). RIUFS/ IHGSE.

A associação era alvo de observação e questionamentos por conta das contradições que existiam em seu interior. “O presidente da entidade José Joaquim Macedo, também ocupava cargo de direção, junto à Secretaria de Educação” (Oliveira, p. 86), e assim o choque de interesses da classe e do Estado tornava a luta e a prática sindical “pelega”, descaracterizando a função autônoma da associação e a sua independência.

Em 29 de outubro de 1986, um grupo criou com “mais de 300 professores em um movimento de resistência denominado Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe – CEPES, que desempenhou papel fundamental na mudança da trajetória do movimento dos professores” (Costa, 2009, p. 45-46).

Conforme Ana Lúcia:

Em 1986, nós resolvemos criar Centro de Profissionais de Ensino de Sergipe, que é o CEPES, para se contrapor a APMESE, que a gente não conseguia avançar muito na pauta. E aí nós criamos esse Centro, o grande fórum era aqui, era Aracaju que ele não tinha dinheiro para mobilizar o interior. E a gente começou a politizar bastante a categoria. Com esse Centro, eu vou ser a primeira coordenadora. Quer dizer, a primeira e única, porque em 1990,

quando APMESE se transforme-se em SINTESE, a gente encerra o Centro e todo mundo vai se filiar ao SINTESE (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

O Centro nasce com o propósito de questionar a forma de atuação e representação docente. Para Silva (1997), o Boletim Informativo dos Professores, publicado pelo agrupamento “Renovação”, estabelece que o propósito do CEPES consiste em conduzir a luta do magistério a partir de uma associação classista alinhando reivindicações com estudos e debates, sobre a política da Rede Pública do Estado de Sergipe. Em sua atuação o CEPES, liderado pela professora Ana Lúcia¹⁰⁰, destacou-se por atuar sob o prisma da combatividade docente e pelo protagonismo ostensivo perante as formulações do Estado. A proposta de atuação do CEPES encontra bases e fundamentação na CUT¹⁰¹ e na constituição de uma entidade de unificação do sindicalismo nacional de corte autônomo e independente.

As lutas que se seguem decorrem da busca por condições dignas para o sustento, buscando fazer frente ao arrocho salarial e ao congelamento construído através do Plano Cruzado, implantado no país desde o ano de 1986.

3.4 Ensino, suor e café “para todos”

Com atos voltados a mobilizar a categoria docente e a provocar o governo, o CEPES atua, e utilizando-se de “boletins” e muita criatividade para despertar, complementar e conscientizar a sociedade e classe trabalhadora docente para os feitos e as questões da hora.

¹⁰⁰ Embora não seja objeto deste trabalho merece atenção o movimento iniciado na década de 1970, com o novo sindicalismo e suas práticas que traz a emergência e o protagonismo feminino nas entidades de representatividade sindical, fazendo cair por terra, ao menos em Sergipe, que mulher não sabe posicionar-se politicamente ou que tem dificuldades em argumentar com homens e fazer frente ao Estado. A formação e leituras realizadas pela professora Ana Lúcia ao longo da vida, por certo a capacitaram para que atuasse dentro das práticas e discursos sindicais. Sobre o tema ver Márcia O. V. Ferreira, pesquisando gênero e sindicalismo docente. IN: Associativismo e sindicalismo em educação, Paralelo 15, 2011.

¹⁰¹ Conforme Antunes (1995, p. 30), a CUT formou-se como um sindicalismo independente, sem militância política e sem convicção ideológica consolidada, ao qual se somaram a esquerda católica, sob o influxo da Teoria da Libertação e da opção pelos pobres. Aglutinou-se também tendências socialistas e comunistas, desistentes da esquerda tradicional ou vinculada às postulações de Leon Trotsky. Com um ideário diverso e multifacetado, o que se buscou foi “estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se em um instrumento decisivo para a ação do trabalho em nosso país”. A sua atuação desenvolveu-se vinculada ao Partido dos Trabalhadores, porém contava com outros partidos como o PDT, e militantes não-partidários.

Figura 3: O boletim “Acorda... professor!”



por provocar a atenção do Estado, sendo inclusive recebida pelo governador Antônio Carlos Valadares.

Figura 4: O boletim CEPES Informa – A proposta do “Estatuto do Magistério”



Fonte: JESUS (2006).

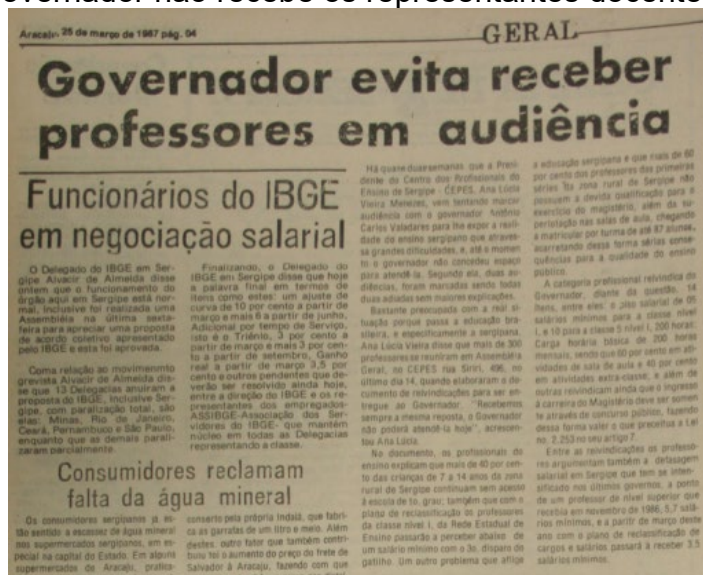
Com o mote, “Essa luta é de toda a categoria, precisamos conquistar nossos direitos”, e palavras de ordem “A vitória é de todos!”, a entidade mobiliza a sociedade e a classe docente, inaugurando um novo modelo de realizar mobilizações, de forma atuante e reivindicativa, num período em que aos servidores lhes eram restritos os direitos de livre-associação.

A gestão da entidade apresenta ao Estado uma pauta de questões relativas às dificuldades enfrentadas pelos profissionais de ensino. Ao que se consta, o agendamento da audiência junto ao governo foi algo penoso.

Um ponto chave do processo, foi a greve, ocorrida durante o governo de Antônio Carlos Valadares (1987-1991), de mais de vinte dias¹⁰², na qual o magistério estadual participou, que demonstrou a insatisfação, e a combatividade da classe perante os obstáculos a que estavam expostas.

O periódico Gazeta de Sergipe, de 25 de março de 1987, relata sob a perspectiva do CEPES pontos enfatizando: a educação rural, a ausência de qualificação dos profissionais aptos exercício do magistério, a insuficiente oferta de escolarização a crianças de 7 a 14 anos, os impasses impostos pelo governo para a reclassificação dos profissionais da classe em nível I, a superlotação das salas de aulas, a necessidade de estabelecer o piso salarial, e também a implementação do ingresso no magistério público por meio de concurso público.

Fotografia 10: Governador não recebe os representantes docentes



Fonte: Gazeta de Sergipe, de 25 de março de 1987. RIUFS/IHGSE (2022).

As denúncias apresentadas apontam e representam uma maior mobilização e conscientização do magistério sergipano diante do seu compromisso com a educação local. O aspecto da responsabilidade aplica-se à luta pela melhoria da escola pública, do ensino, das estruturas físicas, da necessidade de formação e qualificação continuada, como também do reconhecimento através da justa medida dos seus rendimentos laborais.

¹⁰² Em análise em trabalhos anteriormente escritos, e aqui citados, identificamos relatos de que a greve teria uma duração de 28 ou 22 dias e que nesta houve a greve de fome da professora Ana Lúcia Meneses, mas identificamos junto a fontes impressas e em depoimento com a mesma que o ocorrido foi em um ato na década de 1990, durante o governo de João Alves Filho.

Como consta em entrevista do presidente do SINTESE, professor Hamilton Santana, ao periódico O Popular¹⁰³, o governo pouco atua na área dos trabalhadores em educação. A categoria busca ver reconhecido e cumprido o seu plano de cargos e salários com os avanços horizontal e vertical, a esse tempo a entidade representava tanto os docentes quanto os demais servidores da área administrativa que também sentiam os impactos da inflação.

Assim:

Há uma crise da educação, crise de suas finalidades, que não é apenas reflexo da crise da sociedade; a crise da educação é fruto dessa reeducação do próprio educador como profissional da educação, numa época em que ele deixou de ser mestre para tornar-se um profissional de massa e mal remunerado. Apreendendo nas ruas, ele descobre que havia depositado muita confiança na escola e nas reformas escolares. Daí ele se interroga sobre a sua função na sociedade, sobre as finalidades de sua prática. Essa questão não se resume apenas em saber se o educador reproduz ou pode transformar a sociedade. A relação entre educação e poder é muito mais complexa (Gadotti, 1998, p. 23).

As dificuldades, o jogo de empurra empreendido pelo governo no sentido de fragilizar os trabalhadores da educação é denunciado pela dificuldade estabelecida em aprovar o estatuto do magistério, uma luta sem avanços. Os baixos salários, as disparidades de recursos em decorrência dos diferentes níveis de regime de contrato e a ausência de clareza quanto a aplicabilidade das verbas, sobressai sobre docente e discentes, fragilizando a oferta do ensino.

Os movimentos neste sentido se fazem sentir por toda a sociedade, inclusive com nota no periódico governista Jornal da Cidade¹⁰⁴, que retrata a paralisação dos servidores dos professores do Estado, ação a ser somada ao quadro já vivenciado pelos servidores do município de Aracaju.

Conforme consta, às reivindicações docentes ganharam destaque pelo número de servidores da educação que estiveram presentes em atos em busca de melhores salários, condições que resultaram neste ato.

¹⁰³ Jornal fundado por Paulo Garcez, com traços de reivindicação das classes populares e de contestação do Estado e suas diretrizes. O periódico dedica-se a denunciar as manobras do governo frente às demandas populares e dos trabalhadores.

¹⁰⁴ O jornal da cidade em sua linha editorial não tem por hábito relatar as ações dos docentes do Estado, suas denúncias e reivindicações, quando acontecem giram em torno das dificuldades dos servidores públicos municipais.

Fotografia 11: Paralisação dos professores do Estado

Professor do Estado também deve parar

Os professores da rede estadual de ensino decidiram ontem durante assembleia geral realizada pela manhã na quadra de esporte da Escola Normal por uma greve de advertência nesta quinta-feira. A reunião contou com mais de 1 mil educadores, inclusive do interior do Estado e a decisão foi unânime. O presidente do Sintese Hamilton Santana disse que mesmo que o governador venha a anunciar o novo reajuste nas próximas horas, a greve será mantida.

Na quinta-feira, às 15 horas no mesmo local os professores estaduais voltam a se reunir em nova Assembleia Geral e se até lá não for encontrada uma solução para atender a reivindicação da categoria será decretada uma greve por tempo indeterminado acompanhando assim, o movimento que já se desenrola entre os professores municipais de Aracaju.

Os educadores lotados no Estado estão reivindicando um piso de três salários mínimos para professores de nível superior e de 1 salário e meio para os de nível médio. Atualmente um professor de nível superior do Estado de Sergipe recebe um piso de apenas Cr\$ 180 mil, menos que o salário mínimo em vigor no País desde o último dia 1º de maio.

Foto: Síntese

Fonte: Jornal da Cidade (27/05/1992). RIUFS/ IHGSE (2022).

A partir das manobras e expectativas dos sindicalizados, o presidente Hamilton Santana é acusado de exercer uma atuação branda diante do governo, deixando suas esperanças no cumprimento de normativos nacionais, “para este ano, os trabalhadores em educação esperam que seja aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a qual estabelece um piso salarial unificado para todo o país; eleições diretas para diretores, entre outras” (O Popular, 1992, nº 12, p. 9), sem atuar de forma mais expressiva e pontual.

A questão do piso salarial do magistério é uma bandeira defendida pela Confederação dos Professores do Brasil – CPB, em 1987, e embora constitucionalmente no período a greve ainda fosse proibida ao servidor público, na prática as reivindicações e paralisações do funcionalismo público existiam e se espalhavam por todo o país.

Para Silva (1997, p. 101):

Com o aprofundamento da crise pós-Plano Cruzado, e a ofensiva do movimento grevista em todo país, estoura em Sergipe a ‘primeira greve histórica’ na definição do presidente da APMESE, Luís Hamilton Santana de Oliveira, em abril de 1987.

Fotografia 12: Hamilton Santana, presidente da APMESE (1987)



Fonte: O Popular (25 de janeiro a 25 de fevereiro de 1992). Arquivo Público de Aracaju (2022).

A essa altura, conforme Oliveira (2002, p. 94), “não se pode considerar os professores como um bloco homogêneo, mesmo quando pertencentes ao mesmo organismo associativo ou em busca de interesses comuns”. Dentro do contexto, a APMESE, sob a liderança de Hamilton Santana, houve mobilização dos servidores da educação, e a ação contou com o apoio popular.

Toda a ação dos profissionais era acompanhada de perto pelo Ministério da Justiça e pelas forças da Polícia Federal e seu serviço de informação e a partir dos seus relatórios que podemos acompanhar a versão do Estado sobre o contexto.

Fotografia 13: Relatório de acompanhamento da greve dos professores da rede Estadual de Sergipe/Se– Confidencial (1987)

009302/87 CONFIDENCIAL 00526 1/1 02

GREVE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE SERGIPE/SE

1. Cerca de 3.525 professores da Rede Estadual de Educação de SERGIPE paralisaram as suas atividades, no período de 09 Abr a 06 Mai 87, reivindicando piso de 10 salários mínimos para professores de nível superior e 5 para nível médio; pagamento dos disparos do "gatilho"; democracia nas escolas; plano nacional de carreira; e que as verbas públicas sejam aplicadas somente nas escolas públicas.

2. Inicialmente a greve seria por 24 horas, no dia 9 Abr, cumprindo determinação do comando nacional, que elegeu aquela data como sendo o "Dia Nacional da Educação". Mas, em Assembleia Geral realizada naquele dia, a categoria decidiu continuar o movimento grevista por tempo indeterminado.

3. A greve, que foi liderada pelo presidente da Associação dos Profissionais do Magistério do Estado de SERGIPE (APNESE), HAMILTON SANTANA DE JESUS, e pela Presidente do Centro de Profissionais em Educação de SERGIPE (CEPES), ANA LÚCIA FREITAS (SDQ), deixou cerca de 81.800 alunos sem aulas durante 27 dias.

4. Apesar do Secretário Estadual da Educação, MARCOS PRADO DIAS, ter afirmado que não negociaria com grevistas, a categoria conseguiu uma audiência com o Governador ANTONIO CARLOS VALADARES (BO097585), que propôs 20% de reajuste salarial a partir de Ago 87, além dos 30% concedidos aos funcionários públicos estaduais; regulamentação do Estatuto do Magistério; e eleições diretas para diretores e vice-diretores das escolas da rede estadual.

5. Em Assembleia Geral realizada no dia 05 Mai, a categoria aceitou a proposta do Governador e encerrou o movimento grevista no dia 06 Mai.

* * *

Z3: B2S

Z1: E1C CONFIDENCIAL

II/RP1/00058/140/B25/180587/01

Fonte: Arquivo Nacional. FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8 - Dossiê (2023).

A descrição do episódio nos permite reconhecer o modo como as forças policiais acompanhavam o movimento de reivindicação dos docentes. A sua descrição permite perceber o estado de anormalidade causado pelo episódio e o estado de vigília a que a classe estava submetida. Outro ponto a ser destacado é o reconhecimento que o documento traz a existência do CEPES como entidade ligada a classe docente da rede estadual de ensino de Sergipe.

Fotografia 14: Greve dos professores da rede Estadual de Sergipe/Se (1987)

CONFIDENCIAL

009302/87

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

INFORME Nº 058/87-SI/GR/DPF/SE

DATA : 29 ABR 87
ASSUNTO : GREVE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - SERGIPE

REFERÊNCIA : -X-
ORIGEM : SI/GR/DPF/SE
AVALIAÇÃO : A-1
ÁREA : -X-
DIFUSÃO ANTERIOR : -X-
DIFUSÃO : CI/DPF - ASV/SNI
ANEXOS : -X- XEROCÓPIA DE PANFLETO (01 FOLHA).

1. Paralisados há vinte dias, os professores da rede estadual de ensino de SERGIPE realizaram na tarde de 28 ABR 87 mais uma assembleia geral da categoria, na sede do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, nesta Capital, para avaliação de seu movimento e deliberações, decidindo-se pela continuação da greve por tempo indeterminado.

2. A assembleia de 28 ABR 87 estava marcada para análise de contra-proposta do governo sergipano através do Secretário do Trabalho, WELLINGTON PAIXÃO, o que não ocorreu, por ter sido o encontro entre secretário e professores adiado, por alegação de doença do citado representante do Governo.

3. Segundo o presidente da ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORIS DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DE SERGIPE (APMES), HAMILTON SANTANA, a categoria mostra-se unida e participativa, acreditando num resultado que lhe seja favorável.

4. Acha os professores que os sucessivos adiamentos

CONFIDENCIAL Continua ... DPF-1137

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO INFE Nº 058/87-SI/GR/DPF/SE

adiamentos do esperado encontro entre eles e o Secretário do Trabalho, tem como motivo a falta de propostas sérias e concretas do Governo do Estado para apresentar-lhes.

5. Procurando outras formas de levar o Governo a negociar, os professores aprovaram na já citada assembleia novo plano de ação, consistindo na realização de atos públicos, passeatas e vendas de doces caseiros na Praça Fausto Cardoso, frente à sede do Executivo Estadual, procurando por-se em evidência.

6. Notícias não confirmadas foram divulgadas através dos jornais desta Capital, dando conta de que o Secretário de Educação, MARCOS PRADO DIAS, teria determinado aos diretores dos estabelecimentos de ensino do Estado, que pressionassem os mestres grevistas com ameaças de redução de salários por dias parados e mesmo demissão, como forma de fazer terminar a greve sem necessidade quaisquer concessões ao professorado.

CORREÇÃO DA SS - 623

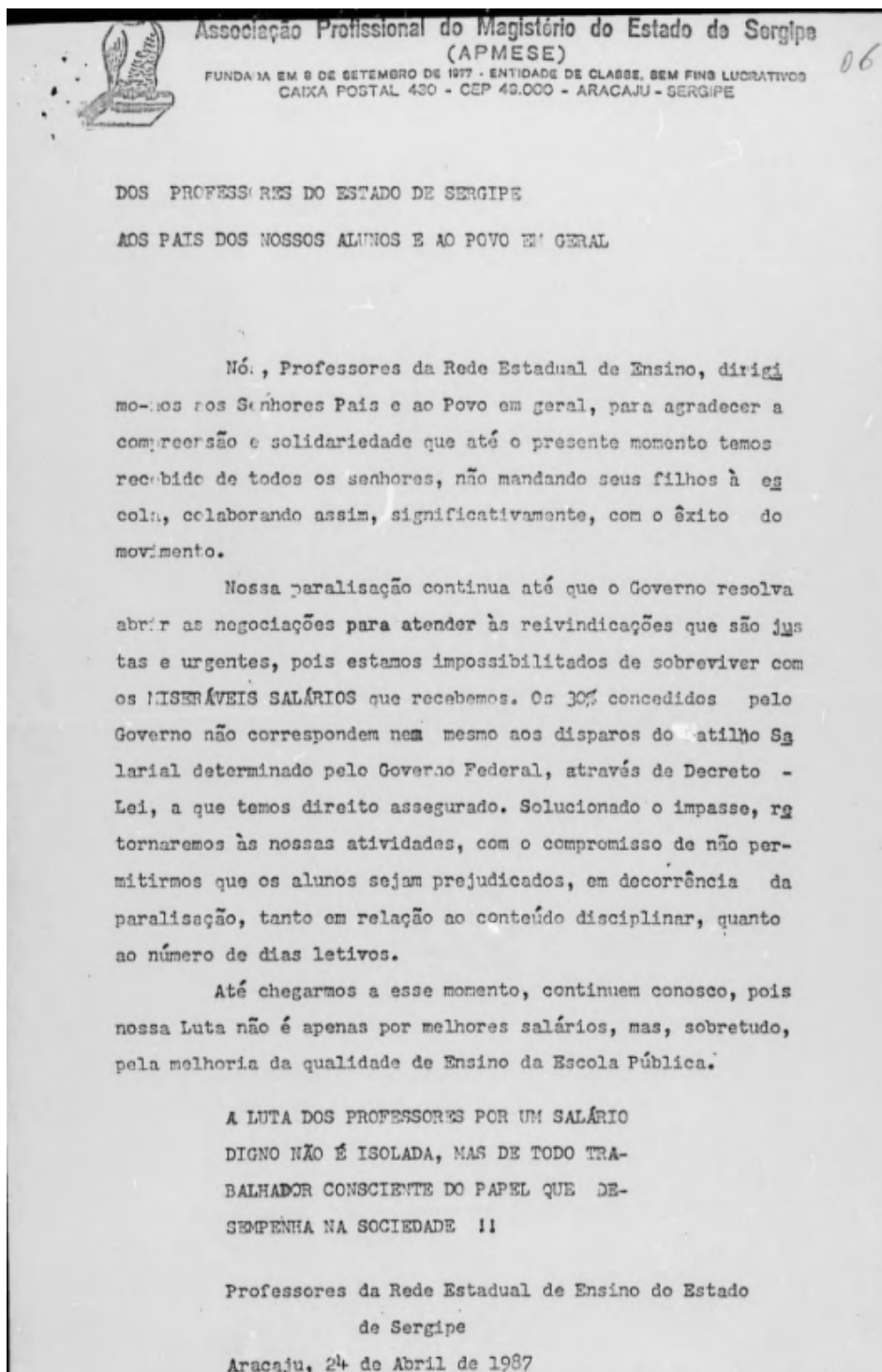
As Fls	Onde se lê	Leia-se
04	WELLINGTON PAIXÃO	WELLINGTON DA MOTA PAIXÃO (R1255599)

CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional. **FUNDO:** Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8 - Dossiê (2023).

As tratativas com o governo não pareciam fáceis, a assembleia dos professores também se demonstrava segura dos seus direitos e fundamentada em princípios de outras esferas trabalhistas empenharam-se em manter-se em greve. Utilizando-se de estratégias variadas buscavam recursos para manter-se e chamar atenção da sociedade. O governo por sua vez, parecia empenhado em criar meios para dificultar a permanência do estado de greve e punir os envolvidos.

Fotografia 15: Carta dos professores aos pais e ao povo em Geral – APMESE (1987)



Fonte: Arquivo Nacional. FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8 - Dossiê (2023).

Com a extensão da ação, o movimento procurou justificar-se junto à sociedade quanto a razões do movimento parадista/grevista. Em carta enviada aos pais dos alunos e ao povo em geral registra-se a preocupação em agradecer o não

envio dos filhos às escolas, ação que colabora e reforça o impacto do movimento, e busca também justificar as razões da paralisação e as questões em reivindicação. O ponto chave do movimento, segundo o documento, são os “miseráveis salários” a que os professores estavam sujeitos, e mesmo tendo sido proposto um reajuste de 30% este não corresponde ao previsto em lei.

O texto enfatiza os inconvenientes gerados pelo impasse e neste os docentes assumem o compromisso de prejudicar os alunos quanto aos conteúdos disciplinares e ao número de dias letivos.

A justificativa do governo para os baixos salários fora apresentada por meio do Secretário de Estado da Educação, Marcos Aurélio Prado Dias, profissional da área médica que passa a assumir a pasta da educação sob reação e parte dos membros da AMPESE¹⁰⁵, é que o governo Valadares, embora tendo a educação como prioridade, viva um período de dificuldade financeira¹⁰⁶. Outros servidores, como os da saúde, também estiveram mobilizados.

A greve, ao final apresentou resultados, “como incorporação de carga horária (para aqueles que ainda não possuíam esse benefício), matrícula limitada a 30 alunos por sala da 1ª a 4ª série, criação de um calendário de pagamento e 13º salário integral (o famoso “abono natalino”), conclui Izabel Silva (1997, p. 103 – 104).

O resultado do movimento fortaleceu a APMEESE, que em outubro realizou o seu I Encontro Estadual de Educação, mas manteve um clima de intranquilidade como CEPES, no tocante a representatividade, situação amplamente utilizada pelo governo para retardar as tratativas quanto a formulação do Estatuto do Magistério, uma reivindicação antiga da categoria. A luta pela questão salarial não é encerrada, mesmo com o fim da greve.

Conforme nos disse Oliveira (2002, p. 97):

A APMEESE, sob a orientação da CPB [Confederação dos Professores do Brasil], promoveu naquele ano o I Congresso Estadual de Educação cujo tema, “Valorização e Democratização da Escola Pública”, enfocava políticas nacional, sindical e educacional. De acordo com o presidente, tal evento significava o “compromisso assumido pela entidade, de elevação do nível de consciência do professor sergipano, como também pela preocupação e responsabilidade com a educação”, sobretudo a luta pela elevação da qualidade do ensino da escola pública, cujo meio era a elevação da qualificação docente.

¹⁰⁵ Conforme o Jornal da Cidade, de 17 de março de 1987, s/n.

¹⁰⁶ Conforme o Jornal da Manhã, de 28 de abril de 1987, p. 02.

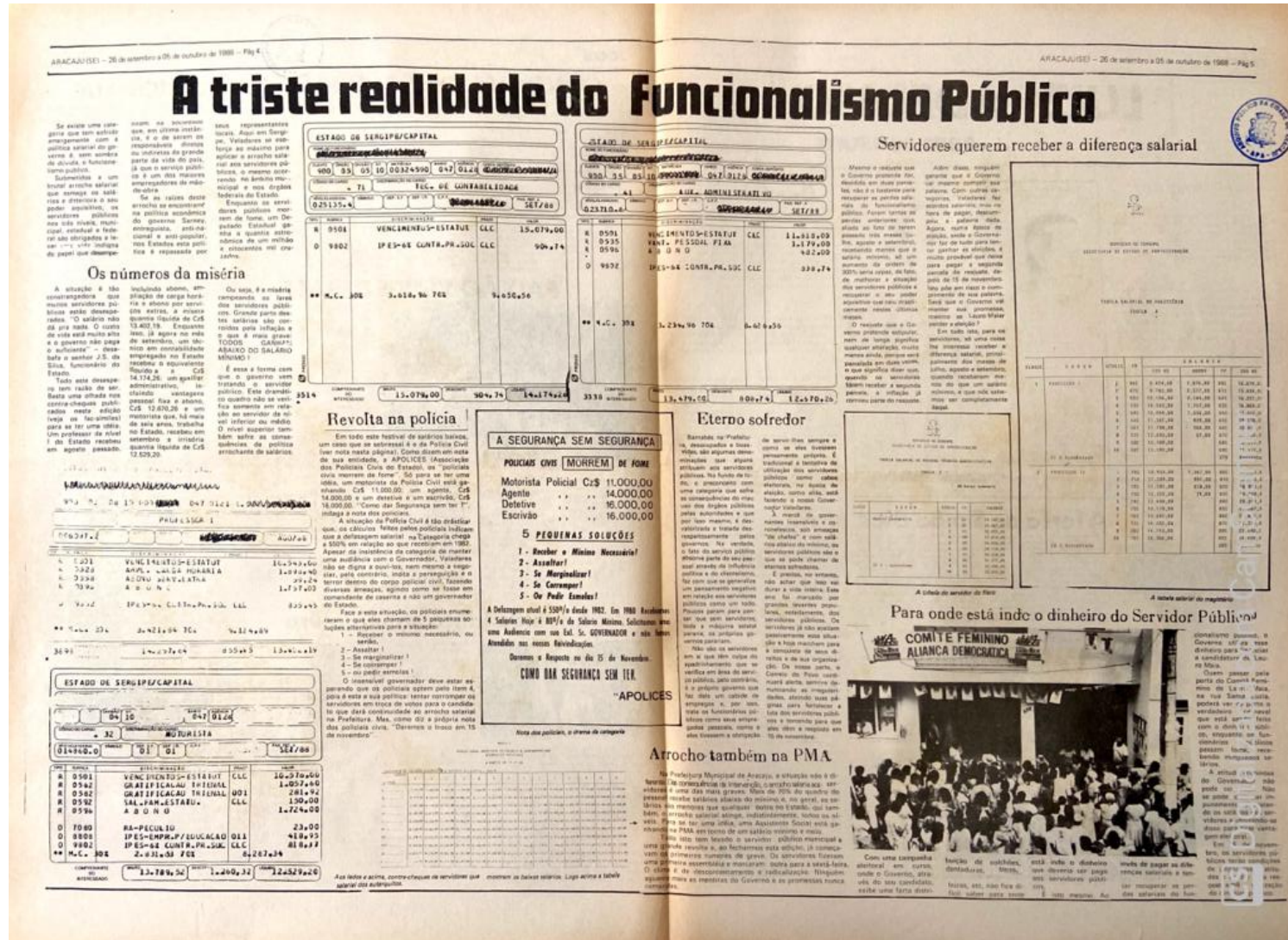
O periódico *Correio do Povo*, setembro/outubro de 1988, a insatisfação dos servidores públicos com o governo e a sua forma de atuação, diante da supressão dos salários dos servidores. O informativo em suas denúncias imprime comprovantes de vencimentos de professor I, motorista, técnico de contabilidade, auxiliar administrativo, e expõem uma tabela com os salários das autarquias.

Há que se considerar as manobras eleitoreiras presentes na composição de jornais e informativos, por mais que se considere uma corrente situacionista ou de oposição, as questões da economia estão em pauta, e somada a elas a proximidade do pleito eleitoral o que mais se vê são estratégias construídas com o objetivo de influenciar a opinião pública e angariar votos.

Ao trazemos o periódico/documento, parafraseando os ensinamento de Le Goff (2012), podemos enfatizar e perceber que em suas páginas há denúncias da precária situação servidores públicos e a destacada atuação sindical como no caso do Sindicato dos Policiais Cíveis (Apólices), representamos o movimentos de contestação que florescia entre os servidores e suas estratégias para sensibilizar a sociedade, apontando os perigos da marginalização, da corrupção e do estado de pobreza e fome a que o estado submetia seus agentes, enquanto operava uma política assistencialista com distribuição de brindes colchões, dentaduras, filtros, feiras, etc. (*Correio do Povo*, set. / out., 1988).

Em razão da greve de 1988, o então governo de Antônio Carlos Valadares, institui uma comissão formada por representantes da APMESSE, CEPES, OAB, Conselho Estadual de Educação, Magistratura e do Poder Executivo, com a proposta de reformular o Estatuto da categoria. A proposta de reformulação foi entregue em 14 de agosto de 1988 e ficou engavetada pelo governo. (Resgate do SINTESE, 2009).

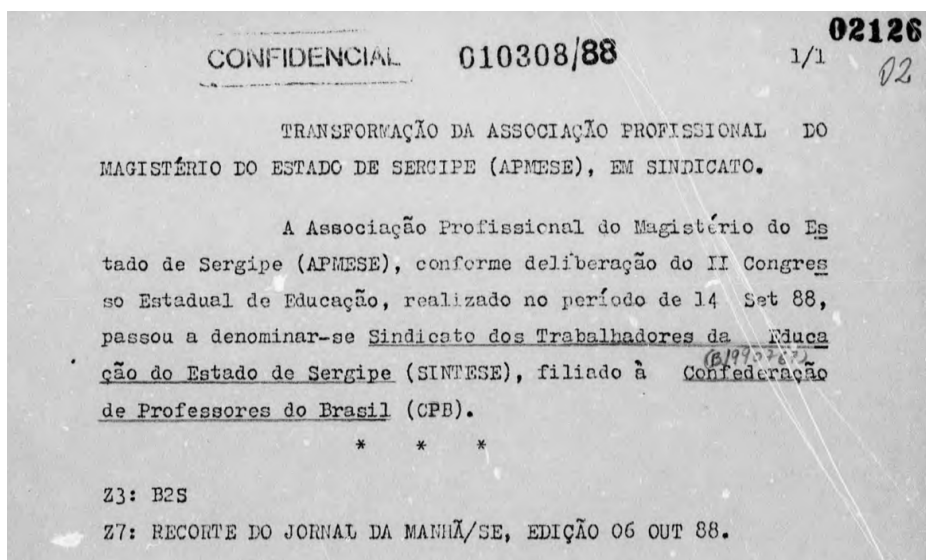
Fotografia 16: Demonstrativo de pagamento dos servidores públicos de Sergipe



Fonte: Correio do Povo. Aracaju (SE). De 26 de setembro a 05 de outubro de 1988. Arquivo Público de Aracaju (2022).

O ano de 1988, é marcante para a APMESE, que no mês de setembro, em razão da possibilidade constitucional de sindicalizar as associações de servidores públicos em sindicatos, torna-se o Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE).

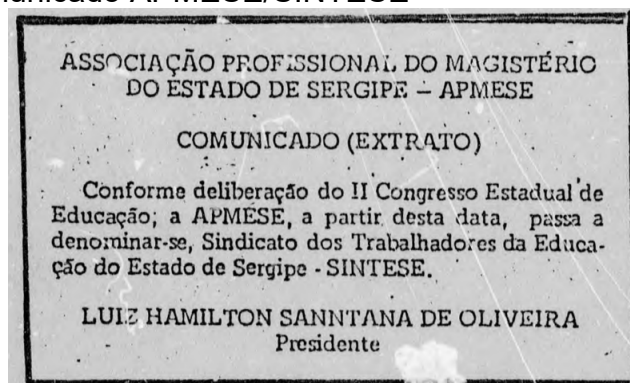
Fotografia 17: Transformação da APMESE em SINTESE



Fonte: Arquivo Nacional. FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8 - Dossiê (2023).

Aproveitando-se do II Congresso Estadual de Educação, realizado entre 14 e 17 de setembro de 1988, houve a transformação na nomenclatura da Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe (APMESE) em Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Sergipe (SINTESE), sendo este filiado a CPB, conforme nota do Jornal da Manhã /Se de 06 de outubro de 1988, salvaguardada pelo Arquivo Nacional.

Fotografia 18: Comunicado APMESE/SINTESE



Fonte: Arquivo Nacional. **FUNDO:** Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8 - Dossiê (2023).

Essa mudança, segundo a professora Isabel Silva (1997, p. 107), decorreu de uma atitude “clandestina”, motivada por conflitos internos, com o propósito de evitar que o CEPES atuasse no sentido de autoproclamar sindicato, descartando a entidade oficial do Estado. Nestes termos, embora em 1988, já houvesse o registro da entidade como sindicato, mas o seu Estatuto só foi consolidado em novembro de 1990, no II Congresso Estadual de Educação e I Estatutário.

A partir do ano de 1990¹⁰⁷, os membros do CEPES foram orientados a filiar-se ao SINTESE, por questão de legalidade e representação da categoria, que só poderia ser representada conforme a lei por uma entidade sindical. No ano de 1992 o CEPES foi definitivamente extinto.

Sobre a questão Dantas (2004, p. 267), ao falar sobre o funcionalismo público e as associações e sindicatos, destaca “os professores do Estado passaram algum tempo divididos em dois grupos com associações próprias, mas terminaram se compondo, através da APMESE, depois transformada no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (SINTESE)”.

Nesse ínterim, os trabalhadores em educação durante o governo de João Alves Filho, agem no sentido de reivindicar melhorias em razão dos baixos salários, a categoria busca dialogar com o governo na esperança de ver reconhecida a base do Plano de Carreira e Salário, aprovado no ano de 1990 e até então não implementado. As disputas internas da categoria dificultam os reais ganhos.

As reivindicações da categoria aos poucos têm demonstrado resultado, a exemplo do ganho na justiça pelo pagamento do dissídio referente ao ano de 1989, conquistado em 1992.

¹⁰⁷ Documentário Dió..., 2011.

Fotografia 19: Ganho do SINTESE na justiça contra o Estado

Sintese ganha dissídio que foi ajuizado contra Estado

O Superior Tribunal Federal deu ganho de causa aos trabalhadores em educação do Estado de Sergipe que, em 1989, entraram com dissídio coletivo na Justiça contra o Estado. O STF determinou um aumento real de 30% e estabeleceu o salário base da categoria em 250 cruzados novos, hoje equivalente a algo em torno de Cr\$ 1 milhão. A determinação judicial dá direito a cada trabalhador de receber Cr\$ 4 milhões em diferença salarial.

O dissídio coletivo foi impetrado pelo Sintese, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe, em junho de 89 tendo sido julgado inicialmente pelo Tribunal Regional do Trabalho, em Salvador, que lhe deu ganho de causa. O Estado de Sergipe, através do Governo Estadual, recorreu à Brasília e o mérito foi novamente julgado pelo TST, Tribunal Superior do Trabalho que reafirmou a decisão do TRT, da Bahia.

Novamente o Estado recorreu, desta vez, ao STF com uma ação de agravo ao instrumento solicitando a im-

procedência das ações já ganhas pelos trabalhadores em educação. Este ano, o Ministro Marco Aurélio, relator do processo, negou seguimento de agravo tornando improcedente o recurso do Estado e mantendo a decisão que o TST deu para o Sintese.

De acordo com Hamilton Santana, presidente da entidade, a determinação judicial estabelece um piso para a categoria muito superior ao que era pago pelo Governo do Estado em 89. Nesta época, os educadores recebiam um salário base de 111 cruzados novos o que lhes dá direito a receber uma diferença salarial acumulada durante os três anos de tramitação do processo.

Outro ganho que a categoria obteve foi a concessão de 4% sobre os salários, a partir de junho de 89, a título de produtividade. Com a determinação judicial não resta nenhuma alternativa ao Estado de Sergipe, senão, a de pagar aos trabalhadores os direitos obtidos.

Segundo o presidente do Sintese,

em reunião mantida com o procurador geral do Estado, Luis Rego, este admitiu a possibilidade e um acordo entre as partes, mas ressaltou que tudo dependerá do Governo do Estado.

O procurador assegurou ainda a Hamilton Santana que entrará em contato com o Governador João Alves Filho no sentido de buscarem uma solução para a questão. O presidente do Sintese garante que, se o Governo se negar a pagar a entidade entrará com uma ação de execução da sentença obrigando-o a cumprir.

Novo caminho - A batalha judicial ganha pelos trabalhadores em educação do Estado de Sergipe despertou o interesse de outras entidades em todo o País. Esta foi a primeira vez, ressaltou Hamilton Santana que "um sindicato de servidores estaduais ganhou um dissídio na Justiça o que abre um caminho novo de luta para a categoria".

A CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, já solicitou ao Sintese toda a documentação expedida durante o processo para que a mesma sirva de base para que outras entidades entrem com ações semelhantes para assegurarem seus direitos.

Fonte: Jornal da Cidade, 07/05.1992. RIUFS/IHGSE (2022).

O cenário de pouco ganhos e muitas pautas em aberto, fez crescer nas eleições sindicais uma campanha articulada, na qual a oposição capitaneada pelos ex-dirigentes do CEPES.

O clima de transformação que mobilizou a classe docente, se materializa na disputa eleitoral do ano de 1992, ação que reverberou em toda sociedade, como podemos perceber na matéria do Jornal da Cidade, ilustrada a seguir.

Fotografia 20: Denúncia de irregularidade nas eleições do SINTESE

Desorganização na eleição do Sintese

Dos 15 mil professores da rede estadual filiado ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe (Sintese) apenas 4 mil estiveram em condições de votar ontem quando ocorreu as eleições, disputadas entre três chapas. Na capital, a votação começou às 9 horas, terminando às 21 horas, nas cinco urnas espalhadas pela cidade, colocadas nos colégios Presidente Médice, Costa e Silva, Ofenísia Freire, Tobias Barreto e Marco Maciel. No interior a votação terminou às 17 horas e foi instalada uma urna em cada município.

Durante a votação houve um clima muito tenso, pois surgiram vários problemas quanto ao andamento, com diversos professores reclamando da falta de organização da Comissão Eleitoral, que por sua vez percorreu todos os locais de urnas para resolver os problemas surgidos. Segundo a professora Isabel, membro da Comissão Eleitoral, a questão maior foi o fato de alguns nomes não constarem na lista. "Já tomamos as devidas providências, colocamos novos envelopes para que os professores que não constarem com seus nomes na lista possam votar em separado, junto com o contracheque", salienta.

Para o presidente do Sintese, Hamilton Santana, o grande problema das mesas apuradoras foi quanto a relação dos sócios que foi de setembro do ano passado. "O pessoal estava com dificuldade de localizar os novos associados gerando grandes filas e daí os professores ficaram impacientes, mas esta eleição demonstra que

o professorado está consciente pois estão comparecendo em massa demonstrando a seriedade que os professores têm", disse. O fato de apenas 4 dos 15 mil estarem aptos ao voto nega o entusiasmo.

TUMULTO

No Colégio Tobias Barreto diversos professores foram impedidos de votar porque não constava o nome na relação dos votantes. Anilda Barreto votou em separado, contra sua vontade. "É uma desorganização este Sindicato, até na hora de votar há toda uma confusão, não fomos avisados do local de votação, não quero deixar o meu contra cheque, mas em protesto votei, deixando o contracheque e espero que me devolvam ao local onde trabalho", disse indignada.

Confusão formada, se vota separando ou não, o professor José Benedito Santana, disse que na última assembleia realizada, a categoria definiu que para se votar bastava apresentar o contracheque e a Carteira de Identidade. "A confusão está formada porque a mesa coileira não está atendendo as determinações da assembleia, se o nome do professor não está na lista, o seu comprovante do contra cheque pode muito bem mostrar que está quite com o Sindicato, basta apenas carimbar o contracheque identificando que votou e acaba com toda esta problemática, isto é mais um desrespeito à categoria", comentou revoltado.

Angela Maria Pascoal também teve que deixar o seu contracheque junto ao

voto em separado porque não constava seu nome na lista. "Não temos culpa se o sindicato é desorganizado até para votar ocorre estes problemas, só espero que devolvam o contracheque".

Nas cinco urnas instaladas em Aracaju, houve muitos votos em separado, houve até professores que desistiram de votar por não concordar com as medidas tomadas pela Comissão Eleitoral, de ficar com o contracheque tumultuando a eleição não só com a formação de grandes filas, bem como o processo de votação lento, para encontrar o nome do associado, que obrigava a mesa coileira passar muito tempo para direcionar um votante à urna.

No interior do estado também houve desorganização neste gênero, além de outras desavenças de fiscais, nas boca-de-urnas. Em Pedrinhas houve fiscal que tentou impugnar chapa e em Malhada dos Bois também o pessoal não estava aceitando as normas da Comissão Eleitoral, bem como em outras cidades, onde os professores protestavam quanto ao voto em separado.

Uma das primeiras sócias do Sindicato, Maria Angélica de Andrade, disse que jamais deixaria o contracheque para ninguém. "A comissão deveria era aceitar a decisão da categoria em assembleia, o meu nome deveria estar nesta lista porque tenho muitos anos que sou filiada ao Sindicato, e agora para votar tenho que deixar o meu contra cheque, é um absurdo, se a lista tem o nome de todos porque o meu não consta", argumenta.

Fonte: Jornal da Cidade (17/06/1992) RIUFS/IHGSE (2022).

As eleições sindicais ganham destaque no cenário sergipano por envolver, um lado, um grupo que já estava a muito tempo no comando da entidade, e do outro, um grupo que ensinava há muito assegurar a soberania e a representatividade da classe. Mas a nota jornalística, deixa no ar um clima de incertezas quanto ao resultado do pleito, dada as supostas 'irregularidades' na listagem e a desistências de alguns professores em participar do mesmo, dada a demora em sua execução, a exigência de documentos e a desorganização descrita.

O clima de disputa apresenta e reformula a chegada de uma nova diretoria, formada pelos que compunham oposição à chapa do professor Hamilton Santana, e dos quais passariam a orientar as diretrizes do SINTESE a partir de 1992.

3.5 Era uma vez... não, não era uma vez. É a nossa vez!¹⁰⁸

É a hora de compreender que "sem dominar o que os dominantes dominam os dominados não chegam a se libertar da dominação" (Saviani, 2015, p. 129). A

¹⁰⁸ Lema presente na faixa de Posse da Professora Ana Lúcia Vieira Meneses em sua posse como presidente do SINTESE no Cotinguiba Esporte Clube de Aracaju em 17 de julho de 1992. Cf. Professora Ana Lúcia a trajetória de uma intelectual orgânica: múltiplos olhares, 2023, p. 223.

passagem trazida por Saviani, será preciosa a compreensão da trajetória que se começa a desenhar.

O sindicalismo construído terá uma tendência a formação política, sindical e educacional, o que trará uma nova dinâmica e realidade. Nosso objetivo, no entanto, consiste em compreender a história do associativismo docente em Sergipe, a partir das memórias de três ex-dirigentes, do ano da fundação da APMESE em 1977, até a conquista do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Estado de Sergipe, Lei Complementar nº 61, de 16 de julho de 2001.

Em depoimento da professora Ana Lúcia (Entrevista, Aracaju, em 01 de abril de 2022), destaca, “nosso agrupamento escolheu - eu deveria ser a candidata a presidente. Na medida em que o professor Diomedes já era presidente do SINDIPEMA da rede municipal. Então esse agrupamento conseguiu primeiro conquistar o SINDIPEMA”. A organização sindical crescia à medida que novos espaços eram conquistados, e o desafio inicial consistiu em colocar ordem na casa.

Sobre as disputas das eleições sindicais e a vitória da professora Ana Lúcia Vieira de Menezes, em 16 de junho de 1992, para Costa (2009, p. 47) “a direção do SINTESE passa para o controle do grupo que ao longo do tempo vinha fazendo oposição à direção da entidade. Depois de uma conturbada campanha eleitoral, o resultado aponta 57% para a chapa vitoriosa”.

Sobre o momento inicial a professora,

O agrupamento já tinha clareza, a chapa toda já tinha clareza, nós queríamos organizar o Sindicato numa perspectiva, claro, dos direitos, numa perspectiva econômica e também pedagógica. De disputar a política da educação. Então, não era pouca coisa para um sindicato que estava muito desestruturado. Nós assumimos 3.400 filiados, assumimos com várias dívidas, nós não tínhamos patrimônio. Aluguel atrasado, a xerox atrasada. O patrimônio que tínhamos era apenas um som pequenininho e uma máquina elétrica. E tinha muita cama, beliche, e nós vendemos as camas para começar a pagar a dívida, porque tinha até dívida trabalhista. Com um ano, estava tudo sanado, e a gente não deixava de fazer a luta. Mas o primeiro ano foi muito de informação enfim, mas com muita ousadia também. Nós assumimos no dia 17 de julho de 1992, foi a nossa posse, eu escolhi o Cotinguiba Esporte Clube [...]. E em dezembro em um congresso sindical e aí a gente já mostra para que veio (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A posse da professora Ana Lúcia Meneses à presidência do SINTESE é destaque na imprensa local e o periódico Jornal da Cidade, em sua edição de 17 de julho de 1992, a imprime em suas páginas.

Fotografia 21: Posse da Professora Ana Lúcia no Cotinguiba Esporte Clube (1992)



Fonte: JESUS (2006).

A conquista da presidência da entidade se deu por um percentual de 57,8% dos votos válidos, por certo resultado de um longo de reivindicação e persistência, consagrado no ano de 1992. O processo eleitoral demandou, conforme declarações da professora aposentada Maria José Nascimento Filha e Hildebrando Maia¹⁰⁹, assessor político-sindical, aos professores que buscavam a renovação, a prática do voluntariado e a fiscalização junto as urnas eleitorais de modo a impedir quaisquer tipos de perturbação à ordem ou os princípios eleitorais. Para tanto, alguns destes voluntários, confessou os informantes, chegaram a dormir nas escolas e em rodoviárias para assegurar a legalidade eleitoral.

¹⁰⁹ Embora não fossem personagens diretos da nossa pesquisa, pudemos contar com a colaboração e os esclarecimentos de pontos e particularidades por meio de conversas e animados cafés com os referidos sindicalizados, aos quais somos gratos.

Fotografia 22: Transferência de cargo na Direção do SINTESE (1992)



Fonte: JESUS (2006).

A cerimônia de posse contou com a presença de políticos, “a minha posse, a primeira posse, a posse dessa nova diretoria, [19]92, nós tínhamos aqui o [Eduardo] Genuíno, que é da direção nacional do Partido dos Trabalhadores [...] Edvaldo Nogueira, Jackson Barreto e Marcelo Déda. Todo mundo”. Ao ato da posse seguiu com a declaração pública dos bens dos que compunham o colegiado do coletivo, “todos nós íamos apresentar para no ato da posse, os bens que nós temos no nome nosso, da nossa família, para não render especulação de que ninguém recebeu, ficou rico ou melhorou de vida passado do sindicato”. (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A disputa pelo sindicalismo também esbarra nas concepções políticas da CUT, do PC do B, do PSTU e PT, que entremeiam o jogo do sindicalismo, por se tratar de opções particulares dos seus dirigentes, sobretudo ligados à política de representatividade e a carreira política.

Buscando organizar o sindicato, a primeira diretoria do SINTESE na gestão da professora Ana Lúcia (1992-1995)¹¹⁰ estruturou-se:

¹¹⁰ A gestão foi constituída da seguinte forma: Diretoria Presidente - Ana Lucia Vieira Menezes, Vice-Presidente - José Ananias Souza Santos, Secretária Geral - Ângela Maria De Melo Marques, Primeira Secretária - Ubaldina Fonseca Santana Moreira, Tesoureira - Mary Pascoini, Primeiro Tesoureiro - Jailton Alves Dos Santos, Diretora de Formação Sindical - Sandra Maria Xavier Beiju, Diretor de Filiação e Patrimônio - Antônio Freitas de Meio, Diretora Sociocultural - Sônia Maria Santos, Diretora de Assuntos Educacionais - Maria Do Carmo De Santana Freitas Souza, Diretor Intersindical - Rubens Marques de Sousa, Diretora de Comunicação e Imprensa - Jailda Alves Bezerra, Diretor de Assuntos Jurídicos - José Pacheco Barros Filho. (Cf. Estatuto do SINTESE, novembro de 1994).

[Nos] dois primeiros anos da nossa gestão, a secretária geral, que é a professora Ângela [Melo], que hoje é vereadora, e a professora Meire Pascoin, que era tesoureira. Nós ficamos liberados porque a Constituição Estadual colocava que o dirigente sindical do serviço público, tinha direito a ser liberado. Três dirigentes. Bom, aí nós ficamos liberados que tinha que ficar liberado para atender o Estado inteiro e começamos a luta para que houvesse uma emenda na Constituição Estadual, onde o sindicato pudesse fazer a opção, o trecho totalmente liberado ou seis parcialmente liberado. E vai ser o deputado Jorge Alberto que vai incorporar esta nossa pauta e conseguimos essa emenda constitucional (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A reorganização sindical, conforme descrito, implicou na mobilização de diferentes recursos e do apoio de inúmeras instituições. A estruturação do SINTESE, contou com o apoio do sindicato dos Petroleiros Sindicato, do sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Petroleiros (SINDIPETRO), que por vezes atuou como no empréstimo da estrutura móvel para o atendimento nos espaços mais remotos do Estado¹¹¹.

Ao desenhar um novo capítulo ao sindicalismo docente em Sergipe, o SINTESE, constitui e fortalece suas alianças com outras entidades sindicais que foram fundamentais ao processo de reorganização das estruturas da entidade e na promoção e acesso às regiões mais interioranas.

Sobre a posse, o estado e estrutura da entidade:

O agrupamento já tinha clareza, a chapa toda já tinha clareza, nós queríamos organizar o Sindicato numa perspectiva, claro, dos direitos, numa perspectiva econômica e também pedagógica. De disputar a política da educação. Então, não era pouca coisa para um sindicato que estava muito desestruturado. Nós assumimos 3400 filiados, assumimos com várias dívidas, nós não tínhamos patrimônio. Aluguel atrasado, a xerox atrasada, o alugue. O patrimônio que tínhamos era apenas um som pequenininho e uma máquina elétrica. E tinha muita cama, beliche, e nós vendemos as camas para começar a pagar a dívida, porque tinha até dívida trabalhista. Com um ano, estava tudo sanado, e a gente não deixava de fazer a luta. Mas o primeiro ano foi muito de informação de... enfim, mas com muita ousadia também. Nós assumimos no dia 17 de julho de 1992, foi a nossa posse. Eu escolhi o Cotinguiba Esporte Clube, porque lá meu pai era um dos sócios apaixonados. Era ex desportista de lá, era campeão de basquetebol, meu pai tinha 1,62m, mas era campeão do basquete. Então, eu, meu irmão, nossa infância, frequentamos muito o Cotinguiba, e é assim, é uma paixão que ficou em todos nós. Meu pai conseguiu assim, fazer com todos

¹¹¹ Sobre as relações sindicais em Sergipe, ver Galetti (2022).

nós tivéssemos essa identidade com o Cotinguiba (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

As conquistas da educadora e agora presidente sindical se confundem com os seus sonhos e sua trajetória familiar. Os espaços de celebração erguidos pela mesma simbolizam essa paixão. O desafio de administrar uma empresa com sérias dificuldades chegou, era preciso uma nova postura e construir novas alianças, para superar as fragilidades o apoio chegou de sindicatos parceiros:

Na verdade, quem nos deu apoio foi o SINDIPETRO, os Petroleiros nos deram bastante apoio e os bancários. Eram os maiores sindicatos, naquele tempo. Eram os maiores sindicatos em termos de estrutura e de tudo. Então eles sim, nos deram e ajudaram contribuindo bastante com essa vitória no sentido de nos dar estrutura, porque a gente não tinha material para fazer panfleto, não tinha dinheiro para botar gasolina, nem tinha carro, só quem dirigia, era eu e Meire. Aracaju a gente dava conta, mas no interior não dava. E aí o carro do SINDIPETRO é que se colocavam para a gente ir para as escolas, e fazer campanha (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

Novas alianças nacionais também são costuradas, e estas exercem o papel de fortalecer e instruir a luta sindical, junto a elas vem também as bandeiras político-partidárias e o entendimento de que é preciso ter representação junto aos espaços onde as leis e normativos são construídos.

Quanto a autonomia sindical e a relação entre sindicatos e partidos políticos. Ana Lúcia Vieira Menezes, em entrevista, sublinha que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem promovido uma relação solidária e independente, mesmo com as diferenças entre partidos políticos como PT, PSOL e PSTU. Ela ressalta que a CUT valoriza a autonomia sindical, evitando que os sindicatos se tornem dependentes do poder público ou dos partidos políticos, mantendo a independência e criticando qualquer tentativa de atrelamento. Esta autonomia é fundamental para o funcionamento e a criticidade do sindicato, garantindo que ele continue a representar efetivamente os interesses dos trabalhadores da educação, sem confundir sua atuação com a de partidos políticos.

Cabe considerar:

Nós somos entidade que preza pela autonomia frente a determinadas situações. A entidade sindical, ela representa os trabalhadores da educação dos trabalhadores da educação, existem

peessoas filiadas aos mais diversos partidos e pessoas que não são. Há uma coisa que nós precisamos a autonomia frente ao poder público frente ao patronato, nós precisamos, precisamos também autonomia frente aos partidos políticos. Então toda vez que a gente fala entidade sindical nós não misturamos com o sindicato. Mas como cidadão, qualquer um tem o dever de exercer o livre direito de filiar-se ou não, a partidos políticos, associações, ou que quer que seja, e nós sempre tivemos uma linha muito cuidadosa em relação a isso. Houve um tempo em que nós temos uma ligação [...], mas isso era apenas um trabalho que extrapolava a ação do sindicato, porque nós como trabalhadores temos a compreensão de que a luta em defesa dos direitos ela se dá em vários espaços e os espaços indicados no espaço importante, mas ele não é suficiente para a luta de classe da classe trabalhadora, a classe trabalhadora tem a medida exata da noção de que a pauta. E é aí que entra o partido político que é a entidade, é um organismo vivo da sociedade que garante que na disputa pelo poder a classe trabalhadora atinja patamares projetos de estado e de execução. Portanto, o partido político é uma coisa o sindicato é outra (Entrevista com Iran Barbosa, julho de 2022).

Como se presume a relação entre a entidade e as bandeiras políticas e partidárias por vezes se entrelaçam. E por mais que se neguem os mandatos e a representatividade sindical influenciaram na definição e constituição da vida dos professores Ana Lúcia e Iran Barbosa, ambos atuaram como políticos eleitos sob a bandeira da classe docente representando suas lutas e amparando as questões ligadas ao sindicalismo, sendo filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A entidade sindical representa os trabalhadores da educação e deve manter autonomia frente ao poder público, patronato e partidos políticos. Embora dirigentes possam ser filiados a partidos, o sindicato deve preservar sua função independente, separada da política partidária. A luta pelos direitos dos trabalhadores se dá em diversos espaços, e o partido político, enquanto instituição, é crucial para a disputa por projetos de governo e estado. Portanto, a distinção entre sindicato e partido político é essencial, e a filiação partidária dos dirigentes não deve comprometer a independência do sindicato.

Corroborando com essas diretrizes, o professor Joel Santos defende:

O sindicato não pode se afastar ou se alienar desse processo político, pois a política é fundamental para definir os rumos da sociedade. No entanto, a ação do sindicato deve ser independente, mantendo sua linha de atuação e não fazendo tratamentos diferenciados apenas porque apoiou um político em particular. O que importa é a defesa dos interesses da classe representada e a busca por avanços nas questões sindicais e trabalhistas. E é por isso que a gente acha importante essa proximidade, você ter esse elo de

ligação junto com as lideranças políticas, com o partido político. Para além desse universo político, existe dentro do sindicato uma série de associações com outras entidades, como a CUT (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

As estratégias que traçadas não são nosso objeto e esses caminhos não foram propriamente ditas, mas se presume a partir da sua postura e fala que se tratou de saber jogar com as regras da política para buscar construir uma entidade representativa e de envergadura.

As ações encetadas pelo SINTESE tornaram-se referência na defesa da classe trabalhadora docente, as plataformas e os canais de comunicação e difusão de ideias ampliaram-se. As reivindicações saíram dos impressos, e ganharam corpos em diferentes formatos, inclusive na dramaturgia, que passou o processo de democratização foi redefinida e incorporada ao sindicato. O uso da criatividade também se transforma em marcas da entidade. Nas palavras da professora Ana Lúcia, souberam ser criativos, quando viviam uma “*via crucis* do magistério” (2002).

Na contramão do movimento, o Estado buscou reagir judicializando os conflitos com a esfera sindical, a perspectiva neoliberal, iniciada desde o governo de Fernando Collor (1990-1992), seguindo pelos governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) empenharam-se em utilizar a mídia e o judiciário para frear as ações sindicais e confundir e dividir a opinião pública.

Sobre o modelo adotado, Pereira (*in* Dal Rosso, 2011, p. 90-93):

Os anos 1990 corresponderam a um período em que o funcionalismo público, especialmente o civil, era associado à figura do “marajá” em propagandas eleitorais, jornais e noticiários apelativos. A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, entretanto, os ataques sofisticaram-se. Bresser Pereira, ministro de Fernando Henrique Cardoso, atribuía a “improdutividade” do funcionalismo à ausência de adoção de uma gestão “científica” (...). Um segundo viés a que nos referimos foi o deslocamento do terreno da luta sindical para a esfera policial e judicial. A tendência à criminalização do movimento sindical – com a prisão de seus líderes, encerramento de atividades sindicais *ex officio* e a aplicação de multas que, na prática, inviabilizavam a figura jurídica do “sindicato” – foi estratégia aplicada logo no início do governo FHC. [...] A reforma administrativa de Bresser Pereira foi uma das primeiras tentativas de “enquadramento” dos trabalhadores na administração pública brasileira. Tratava-se de um dos desdobramentos do plano de “racionalização” das atividades desenvolvidas pelos servidores públicos que atendia pelo nome de “Reforma administrativa” [...]. Na área da educação, entretanto, sua implantação era muito mais complexa, pelas próprias características do trabalho docente, quase artesanal e centrado na competência do

professor. A implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a reforma administrativa caminharam de mãos dadas em uma tentativa, até certo ponto frustrada, de quebrar a autonomia docente. [...]. Apesar dessas tentativas de enquadramento nos anos correspondentes ao governo FHC, o sindicalismo público de docentes ganhava cada vez mais adesão em suas bases e ampliava o alcance de suas atividades. Eram bandeiras do movimento – além do ensino público e gratuito – a crítica à presença do FMI na economia brasileira, o fim da política neoliberal, a denúncia à privatização das empresas públicas, entre outras. A essas bandeiras se associava um conjunto de mobilizações de cunho nacional, congressos, presença na mídia, greves e manifestações públicas.

Fazer frente à nova conjuntura nacional requer moldar-se a uma estrutura que busca esvaziar a regulamentação no que tange a manifestação trabalhista popular. Por mais que se tenha avançado pelos princípios de uma Constituição Cidadã, segundo a qual os trabalhadores têm direito à greve, o seu livre exercício não é regulamentado por legislação específica, como preconiza o artigo 37 da Constituição Federal “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica” cabendo o seu entendimento ao poder judiciário, no entrave de ter direito a fazer greve, mas ter limitado o seu exercício.

Mesmo em meio às tentativas de silenciamento da categoria, esteve mobilizada, organizando e reunindo-se em observância a suas necessidades.

Fotografia 23: Assembleia grevista de 1993



Fonte: Assembleia da categoria durante a greve de 1993. Auditório Lourival Batista. Aracaju/Se (Arquivo do SINTESE)

A greve de 1993, teve a duração de 18 dias letivos. Nesta as mobilizações para o SINTESE, se constituíram como um:

Momento privilegiado de estabelecimento da relação com os pais dos alunos para conscientizá-los sobre o dever do Estado em assegurá-los gratuitamente uma escola pública com qualidade para todos. Devido a esse contato, os pais deixaram de fazer pressão para que os professores suspendessem as paralisações. Os pais compreenderam que a luta pela melhoria da educação passa por uma aliança que envolve os professores, os alunos e os pais (SINTESE, fluxo 40 anos, S/D).

As ações junto às famílias e a mobilização construída criaram as bases quanto à compreensão do papel da escola e da necessidade de valorização do trabalho docente. Acredita-se que embora boa parte dos pais tenham compreendido o movimento, nem todos concordaram com ele e possivelmente a mobilização trouxe e impôs transtornos. Mas o fato é que se começava a olhar, a partir da atuação do sindicato, com maior atenção a causa do trabalhador da educação em Sergipe.

Dentro do modelo em que neoliberalismo e democracia coexistem, com o emprego das decisões via judicial, o processo de manifestação dos trabalhadores

permanece limitado, haja vista o caráter imediatista das decisões da justiça, e associada a elas o impacto das ações engendradas junto aos poderes executivos, o que torna e fortalece o Estado diante do trabalhador, por vezes silenciando, sobre o preço de muitas estratosféricas a sua voz.

Sem estender por demais a discussão, sob a legitimação da democratização e da transparência impostas pelo poder judiciário, ao exigir por parte do sindicalismo público a prévia negociação preconizada na força da lei, com convocação de assembleias publicadas nos meios de comunicação e afins, antes da sua deflagração, o judiciário busca esvaziar o caráter das greves. Entendendo as propostas em andamento diante do Estado, mesmo que a passos lentos. Essa prerrogativa repercute e causa entre os membros sindicalizados o enfraquecimento dos ânimos dada a constante resolução judicial pela ilegalidade do movimento, diminuindo o seu impacto de ação reivindicativa e instalando sobre os mesmos a sensação de impotência diante das constantes negativas.

O primeiro mandato da professora Ana Lúcia, à frente do SINTESE, ainda apresenta uma página de luto. O ano de 1993, ainda encerra à trajetória sindical construída pelo professor Diomedes Santos da Silva, o professor Dió frente ao movimento sindical. Em 03 de agosto, um acidente de carro ceifou sua vida, silenciando sua ação, mas não sua luta. O movimento não pode parar, uma nova dinâmica e liderança para o movimento sindical de oposição em Sergipe segue sendo instituída e continuada.

A organização do SINTESE, ao longo dos anos, passa por alterações. Conforme a professora Ana Lúcia:

[...] quando eu fui reeleita, em 95 e eu, a professora Ângela [Melo], já ficamos parcialmente liberados e eu voltei para o Instituto de Educação de Barbosa. A professora Ângela, professora de História, voltou para dar a história, a professora Meire, também na Educação Física. Então nós passamos a ter seis dirigentes parcialmente equiparados, porque era uma tese nossa. Nós não podemos sair do chão para a escola para que a gente não fale sobre, mas a gente fale pouco dos colegas. Então a gente está ali vivendo também, com a carga horária menor na escola e na sala de aula, mas vivenciando todos os desafios da escola pública de uma sala de aula e assim, pronto. A partir daí o SINTESE tem a cultura de pedir a liberação de seis e não de três e todos são liberados só parcialmente (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

Uma outra luta descrita pela professora foi no sentido de ampliar a base de apoio, uma vez que na Constituição Estadual, o sindicato tinha três docentes desobrigados das atividades do magistério, com tempo para dedicar-se a pasta sindical, alterando o Art. 278 da Constituição Estadual, segundo o qual passa a assegurar a liberação de servidores públicos, o limite de três, em tempo integral ou que pudessem ser liberados parcialmente seis docentes, em termos de 50% da jornada de trabalho, tendo estes garantidos os direitos e vantagens pessoais.¹¹²

¹¹² Emenda Constitucional nº 22/2000, de 13 de junho de 2000. Disponível em https://al.se.leg.br/arq_transparencia/arq_constituicao/constituicao_estadual_2017.pdf, acesso em setembro de 2022.

4 ESPERANÇAR EM BASES DIALÓGICAS: “SOBRE O SUOR DE QUEM TRABALHA”¹¹³

A quinta seção empenha-se em fazer um balanço do modo como as ações planejadas pelo grupo que assume o SINTESE busca trabalhar a promoção do enfrentamento à proletarização docente e das questões educacionais.

Amparados em ações e no estudo da conjuntura, local, nacional e internacional, o modelo sindical implementado firma-se no tripé: educação social, educação política e formação educacional para construir as bases capazes de modificar a relação construída e transformar a identidade docente.

A fundamentação parte do princípio da formação de uma base capaz de pensar a coletividade enquanto espaço de representatividade, identidade e potencialidade à negociação. Muitas vezes o questionamento é mal visto, e o servidor público que desempenha esse papel é perseguido e para tanto precisa encontrar meios e mecanismos para se proteger e trazer leveza a luta.

O recorte que finaliza esse estudo vai até o ano de 2001, e as lutas em prol da constituição do Plano de Carreira docente, mas até que se chegue a ela, há muito que se compreender e se formar forjando-se nas dinâmicas que direcionam o poder, e comprovando a tese de que a atuação do movimento sindical do magistério público sergipano por meio do SINTESE, exerce e reivindica junto ao Estado e aos Entes Federados a salvaguarda do sistema educacional, zelando pela profissionalização da classe docente, associada às prerrogativas e debates construídos na defesa da educação, de modo a contribuir com a conformação da história da educação, ao combater à proletarização da classe.

Sabedores de que o conhecimento passado é incompleto, recorreremos as memórias e retratos para compreender os ensinamentos, estratégias e ações, que constroem a identidade docente e coloca este na condição trabalhador atuante, questionador dos seus direitos e consciente de que é um profissional, e por meio da sua atuação deve ter a condição de sustentar a si e dos seus, gozando de plenas condições ao desempenho do seu ofício laboral e a plena manutenção e valorização da vida.

O tema e os subtemas desta seção, foram retirados do hino “A internacional socialista”, por ser o SINTESE, um sindicato socialista, consideramos apropriado. A

¹¹³ Referência ao hino “A internacional socialista”, música de Pierre Degeyter, letra de Eugene Pottier.

Internacional é um hino de natureza internacionalista, escrito em francês no ano de 1871 com música de Pierre Degeyter (1816-1887) e letra de Eugene Pottier (1816-1887). É ligado ao movimento Comuna de Paris e a insurreição operária e é sempre executado no início de grandes eventos organizados pela entidade.

4.1 De pé, de pé, não mais senhores!¹¹⁴

Lembro-me bem de ter vivido nos anos 1990, a instabilidade gerada pelo Horário de Verão¹¹⁵, neste, o nosso horário era ajustado de modo a impedir o desenvolvimento de uma crise energética no país, dado o aumento expressivo no consumo de eletricidade e da nossa baixa capacidade de produção energética nacional. Era um tormento, quando se estabelecia o horário de verão, minha mãe ligava o nosso aparelho de rádio mais cedo, o dia mal clareava e já estava ele a nos despertar.

Os primeiros programas jornalistas transmitidos eram sempre os jornalísticos e sua vasta pluralidade de conteúdos e informações. Íamos do esporte à economia, da educação à política, tudo concatenado e milimetricamente pensado para impactar e chamar atenção do ouvinte que ainda acordava.

A construção do discurso, empenhava-se muitas vezes num monólogo, por vezes até respondido, mas dificilmente debatido. No eixo da educação, a formação para cidadania e democracia eram temas em voga, e o diálogo era o caminho necessário a percorrer para alcançar tamanho êxito.

O entendimento sobre o diálogo pode ser pensado à luz de Sócrates (470 a. C - 399 a. C), no qual se constitui a partir da relação entre duas pessoas com igualdade de condições e reciprocidade. Contudo, diálogos, também podem ser construídos entre indivíduos que possuem diferentes realidades sociais e concepções ideológicas igualmente díspares.

Numa construção disruptiva, no universo do discurso, entra em cena o diálogo, enquanto forma política e de alcance social, na qual a neutralidade e o discurso de igualdade caem por terra, ganhando novos tons ao ser utilizado como estratégia política, na qual, relações antagônicas são pontuadas, num conflito entre

¹¹⁴ Referência ao hino “A internacional socialista”, música de Pierre Degeyter, letra de Eugene Pottier.

¹¹⁵ Instituído pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto nº 20.466/1931, sua adoção foi descontinuada ao longo dos anos sendo suspenso no ano de 2019. Ver mais sobre o Horário de Verão no sítio do Ministério de Minas e Energia <<https://www.gov.br/mme/pt-br/>>.

quem oprime e quem se sente oprimido, parafraseando Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (1975). A ausência de diálogo, da partilha e da troca, muitas vezes utilizada na construção do conhecimento, resulta numa situação conflituosa e que carece de negociação.

A esse respeito, Paulo Freire destaca:

Eu acho o seguinte, que não há possibilidade de nós termos, se nós homens e mulheres, se não continuarmos brigando para ser, quer dizer, ninguém é, se não briga para ser. Não é possível, em outras palavras, ninguém é gratuitamente, ninguém é sem fazer força. Ninguém é sem brigar. Até a briga é uma coisa formidável. É uma coisa que faz a gente. Não é necessariamente a briga corpo a corpo, mas às vezes também. Não é a briga de murros, nem de facas, nem de tiros, mas a briga que se dá historicamente, as brigas, as lutas para mudar o mundo. Isso de que tu falas é exatamente, tem a ver com a necessidade imperiosa de nós, brasileiras e brasileiros (sem nenhuma alusão ao presidente Sarney), reorientarmos a política deste país. Porque não é possível continuar com a sociedade brasileira do jeito que está. E a forma injusta como a sociedade brasileira funciona, como a sua economia funciona, como a sua política de privilégios e falsificações se faz é que provoca em muitos de nós o desânimo, que pode nos levar a um tal pessimismo, do qual, para sairmos, irá ser muito difícil. De maneira que o importante para mim é não deixarmos que a gente caia algo pessimismo. É brigar contra essa possibilidade, mas isso de uma forma crítica, não ingênua. Quer dizer que a militância político-partidária é sumamente fundamental. Quando eu digo militância, eu não digo que a militância deve ser igual para todo mundo, quer dizer..., eu sou militante de um partido e tenho um profundo respeito pelos militantes dos outros partidos. Acho que devem existir. Acho que a diversidade é absolutamente fundamental numa democracia. Eu acho que o consenso é profundamente antidemocrático. Eu tenho horror ao consenso (Diálogo Paulo Freire, 2011-2014, p.10).

Essa realidade, contudo, se aplica dentro do universo sindical, no qual a construção de novas bases e ações direcionam-se a erguer espaços de formação, negociação e socialização entre seus pares.

Seguindo os preceitos do novo sindicalismo, o SINTESE buscou estruturar-se através da criação de delegacias sindicais, desenvolvimento de cursos para formação sindical e políticas de incentivo à sindicalização da categoria, com base no tripé: sindicato educador social, política sindical e formação educacional continuada.

A construção de um modelo pedagógico de formação aqui desenhado é o que Dermeval Saviani, intitulou na teoria pedagógica não crítica, segundo a qual “ a sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo à integração

dos seus membros” (Saviani, 1999, p. 16) e cabe a educação ser utilizada como instrumento, no sentido de corrigir quaisquer distorções, por meio da força homogeneizadora que possui, e assim reforçar laços sociais, promovendo a coesão e a integração de todos os indivíduos com o corpo social. A educação pensada, possui autonomia e garante os meios para a construção de uma sociedade igualitária.

O trabalhador da educação ao compreender que para conquistar direitos dentro de uma organização coletiva precisa ter ciência e construir um entendimento que o capacite a tal, passa a incorporar e reportar-se a sua condição de trabalhador proletariado, assim:

[...] este se educa tomando consciência de sua situação, de seus direitos. Luta por eles. Ao saber da humilhação à qual é submetido diariamente, conscientiza-se da necessidade e da possibilidade de ultrapassar os seus limites atuais, porque é criador, é produtor de cultura. Descobre a sua capacidade de ser, não porque alguém lhe esteja insuflando no ouvido, mas porque, diante da humilhação, decide ser. A escola, quando não lhe foi negada, não lhe ensinou a ser. Muitas vezes humilhou-o ainda mais, incutindo-lhe a ideia de sua inferioridade e a sua incapacidade de ser. [...] (Gadotti, 1998, p. 195).

Isso se aplica também ao desenvolvimento da consciência de classe e da organização a que estes devem ser orientados e conduzidos, como defende Rosa de Luxemburgo¹¹⁶.

Colocar-se na condição de negociador diante um tema é construir elo entre os personagens envolvidos, compreendendo o significado do objeto e suas dinâmicas, é desenvolver e colocar-se num processo onde seja possível ouvir e ser ouvido, considerando ser esse um jogo complexo de defesa de interesses de um grupo em detrimento a uma Instituição poderosa.

Assim, no processo de negociação coletiva os personagens negociam, a partir de pontos de vista e objetivos diferentes, o encaminhamento de determinadas demandas. Por sua vez, o desfecho do processo depende de um conjunto de fatores em que se destacam o poder de pressão de uma parte sobre a outra e os prejuízos ou benefícios prováveis para cada uma delas, caso a reivindicação inicial seja ou não atendida. Neste processo de negociação, têm peso fatores econômicos (recursos disponíveis, elevação dos custos) e políticos (desgaste do governo municipal,

¹¹⁶ Sobre Rosa de Luxemburgo, ver Revista Paulo Freire, nº 02, Sergipe, janeiro, 2009, edição celebrativa organizada pelo SINTESE com finalidade político-pedagógica.

possibilidade de crescimento de partidos da oposição, possibilidade de fortalecimento do sindicato) (Processo Negociação, 1993, p. 14).

A configuração pedagógica sindical baseia-se na formação e no esclarecimento da base, segundo a qual e pela qual as ações são realizadas. Com o fenômeno social do “novo sindicalismo”.

Contudo, uma questão delicada deve ser levantada, a proteção ao direito de organização sindical. Na 64ª sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (1987) foi estabelecida a proteção do direito de organização aos trabalhadores da função pública, e assim descrito na parte que trata da proteção do direito de organização:

Artigo 4º 1 - Os trabalhadores da função pública devem beneficiar de uma proteção adequada contra todos os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho. 2 - Essa proteção deve, designadamente, aplicar-se no que respeita aos atos que tenham por fim: a) Subordinar o emprego de um trabalhador da função pública à condição de este não se filiar numa organização de trabalhadores da função pública ou deixar de fazer parte dessa organização; b) Despedir um trabalhador da função pública ou prejudicá-lo por quaisquer outros meios, devido à sua filiação numa organização de trabalhadores da função pública ou à sua participação nas atividades normais dessa organização (Süssekind, 1998, p. 338).

Seus princípios passam a ter validade internacional a partir de 25 de fevereiro de 1981, apesar de não ter força de lei é um importante aliado a liberdade sindical no serviço público, e valida os possíveis caminhos para a dissolução de conflitos por meio da mediação, da conciliação e da arbitragem em negociações coletivas.

O estabelecimento de uma bancada de negociação é complexo, custoso e pode ser frustrante, por isso está preparado requer em personificar uma ação da coletividade conferindo aos representantes segurança, domínio do conteúdo, observância aos normativos e princípios da legislação. Esse trabalho se equipara ao de um ouvinte, só que este acompanha tudo do conforto do seu lar, estabelecendo a audição de diferentes ritmos, que se apresentam muitas vezes de forma ‘aleatória’ e se sobrepondo a fatos e ritmos anteriores, num frenesi tamanho, que é preciso com discernimento, acompanhar os fatos e ter a capacidade de discernir, juntar fatos, argumentar negociando, impor ou mesmo recuar.

Nem sempre os embates são apenas ideológicos ou em razão da causa, por vezes tornam-se ataques pessoais, é o desafio é não se deixar levar pelas emoções, e saber que por representar um colegiado, vez ou outra é preciso dançar conforme a música, mesmo que não tenha habilidade prévia com o ritmo.

No ano de 1992, ocorre em Sergipe, o IV Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, cujo tema é “Redimensionar a política sindical e pedagogia, uma necessidade do ensino público”¹¹⁷.

A realização do IV Congresso constituiu em uma reconfiguração na concepção pedagógica da política sindical, “a partir de uma visão coletiva de gestão sindical e tendo como diretriz a opinião da maioria dos educadores” (SINTESE 40 anos, s/n).

A organização do Congresso foi o primeiro ato coletivo da gestão da professora Ana Lúcia:

Nesse Congresso, nós já organizamos, a tirada de delegados por local de trabalho, nesse estado inteiro, e também uma estrutura onde a tese era exatamente sobre movimento sindical, análise de conjuntura, pauta de reivindicação. Uma semana de congresso, todos os dias você tinha as conferências de manhã e as oficinas no campo sindical, e a tarde nós tínhamos as oficinas por área do conhecimento. Nós conseguimos trazer dez professores das várias áreas do conhecimento. Nós não tínhamos dinheiro, compramos as passagens aéreas, dividindo em dez vezes. Todos vieram sem cobrar *pró-labore*, só pela solidariedade aos professores. E meu pai, meu tio que eu chamava de paizinho [Osman Fontes], tinha uma casa num condomínio aqui na José Sarney, ele nos deu a casa, nós pagamos uma pessoa para ficar cozinhando e cuidando da casa, e esses professores toparam ficar lá, alojados, porque a gente não tínhamos dinheiro para ficar no hotel. E assim, nós começamos e fizemos questão que o Primeiro Congresso, já íamos mostrar que o Sindicato tem é espaço pedagógico, é um espaço educativo e como tal você não pode dissociar as suas reivindicações enquanto direito da categoria, da exigência da dignidade profissional que passa pelos direitos e deveres e pelo direito dos nossos estudantes, daí a gente tem que entender a política da educação e buscar uma perspectiva que ajude, a qualificar a escola pública. Então a luta maior pela qualidade da escola (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A construção de uma nova ideologia sindical combativa, exige preparo e formação, de modo que os representantes sindicais se aproximem das bases

¹¹⁷ Cf. Oliveira, 2002, p. 108. Ata do IV Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, 16 de dezembro de 1992.

formadoras por meio de trocas de experiências em congressos nacionais e de repercussão internacional.

Ainda em 1992, os dirigentes sindicais do SINTESE participaram da CNTE, no Rio de Janeiro, nesse processo de trocas, formação e consolidação da representatividade da classe.

E aí em janeiro nós vamos para o Congresso Nacional da nossa Confederação, vai ser no Rio de Janeiro. Nós não tínhamos dinheiro para colocar a delegação no hotel. Compramos também passagem aérea, dividindo em dez meses, e ficamos alojados num Caipe na Lapa. Todo mundo lá, dormindo na sala de aula, no chão, para poder participar desse Congresso, da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. É aí nesses dois primeiros anos da nossa gestão eu, a secretário geral da professora Ângela, que hoje é vereadora [por Aracaju], e a professora Meire Pascoin, que era tesoureira, nós ficamos liberados porque a Constituição Estadual colocava que o dirigente sindical do serviço público, tinha o direito a ser liberado três dirigentes (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

As trocas entre agrupamentos e a formação da base constitui-se um compromisso do agrupamento em busca de constituir uma identidade consciente do seu papel, com segurança para argumentar e detentora de princípios que assegurem uma boa representatividade como estudo e domínio da pauta, assim trabalhando ao máximo as potencialidades e limites, preparando para atuar nas mais adversas questões.

Fotografia 24: Seminário Estadual de formação Sindical – CNTE (1992)



Fonte: Acervo do SINTESE (Aleatórios).

As práticas educacionais aplicadas pelo SINTESE ao longo dos anos favorecem a compreensão das articulações internacionais ao trabalhador e ao sistema educacional brasileiro. Seu modo de agir ultrapassa os limites do sindicalismo de reivindicação, e ingressa na perspectiva de formação. Talvez seja esse um grande diferencial em sua base e estrutura, formar dirigentes, formar frente de massas, formar famílias e estudantes.

Fotografia 25: Grupo de formação sindical SINTESE – CNTE (1992)



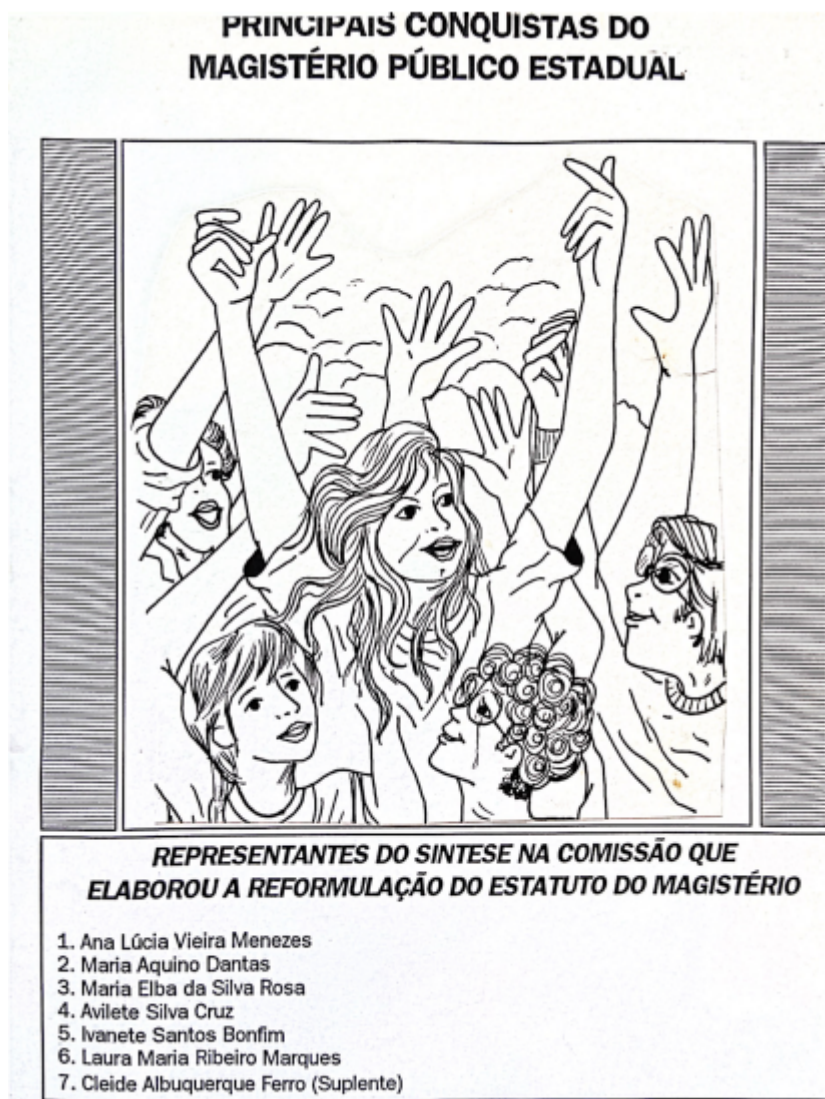
Fonte: Acervo do SINTESE (Aleatórios).

Ao captar o docente a sua conjuntura, o SINTESE o faz por meio dos eixos de formação para a construção e reforço da ideia de trabalhador da educação, que como tal deve estar amparado conforme a legislação pertinente, sendo capaz de acompanhar as diretrizes nas conjunturas internacionais e nacionais, debatendo e compreendendo as articulações a ela associada.

A fim de melhor esclarecer a população e aos docentes, o SINTESE elaborou a cartilha “Principais conquista do magistério público estadual”¹¹⁸. Nestas são tratados pontos como: política salarial, concurso público, ocupação de cargos nas atividades técnico-pedagógica, bolsas de estudo para o magistério, licença prêmio, adicional do biênio, adicional pelo exercício da função de direção, secretariado ou de assessoramento, dedicação exclusiva, gratificação por insalubridade, gratificação por atividade em locais de difícil acesso, titulação, salário-família.

¹¹⁸ Assinam como representantes do SINTESE na comissão, Ana Lúcia Vieira Menezes, Maria Aquino Dantas, Maria Elba da Silva Rosa, Avilete Silva Cruz, Ivanete Santos Bonfim, Laura Maria Ribeiro Marques e Cleide Albuquerque Ferro (Suplente).

Figura 5: Cartilha docente



Fonte: Arquivo do SINTESE, 1993.

A produção da cartilha é um trabalho manual, feito por meio de recortes de imagens e colagens que se sobrepõem, construindo de forma didática e ilustrada motes e aprendizados voltados a estimular e conscientizar sobre os avanços buscados pela categoria. A produção original é artesanal e compreende um trabalho realizado e reproduzido em material xerocopiado.

Assim, ao preparar o docente à compreensão da dimensão política das lutas interpostas ao trabalhador, a faz a partir das diferentes instituições as quais é filiada, como a CUT, CNTE e ampara-se em dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), trazendo e ampliando a demandas e causas educacionais, incorporando movimentos de natureza e envergadura nacional e realidade da educação pública sergipana.

Os espaços de luta e ganhos se constrói por meio da preparação dos professores ao exercício do debate e defesa dos interesses da categoria. A realização de seminários e cursos com especialistas fomentam e constroem essas condições, no que Saviani (2015), considera ser o resultado da pedagogia histórico-crítica, em que existe a preocupação em articular a educação escolar com a luta da classe trabalhadora, nesse caso a causa docente, para a superação do capitalismo e a implantação de um novo modelo de gestão, no caso o socialismo, e porque não dizer da inclusão.

A esse respeito, o professor Iran Barbosa destaque o sindicalismo exige aprendizado contínuo e a integração de lutas locais e nacionais. A adesão à CUT e à CNTE fortaleceu a luta local, ampliando o alcance para pautas nacionais e internacionais. A CUT proporcionou solidariedade de classe e suporte para a luta sindical ampla, enquanto a CNTE e o DIEESE ofereceram assessoramento técnico e conexão com a luta nacional. Essa articulação nacional e internacional é essencial para defender os direitos dos trabalhadores da educação e influenciar políticas mais amplas, mas a base da luta continua sendo local.

E ainda discorre o professor Joel:

E o SINTESE ele é afiliado à CNTE, a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e ele é filiado à CUT. Primeiro porque nós somos educadores e é importante que a gente compreenda como é que o que acontece na educação no Brasil inteiro, quem passa essa visão para a gente é a CNTE, entende porque, assim como ela é uma confederação nacional, ela agrega as diversas entidades da educação do país inteiro, certo. [...] E a gente sempre se reúne em Brasília porque a CNTE a sede é em Brasília. Eu tenho companheiros da direção, que são de diversos estados do Brasil, e lá a gente debate profundamente o que está acontecendo na educação do Brasileiro e isso tira um norte para nós e compreensão de ação, entendeu? Por isso que é importante você ter aprendizagem, de experiência. [...] Isso ocorre no âmbito da Confederação e na CUT. É porque nós somos educadores. Mas antes de sermos educadores, nós somos também trabalhadores e gente precisa compreender como é que anda a situação e a relação do trabalho dos outros trabalhadores. A CUT tem um papel e tem a responsabilidade de organizar todos os trabalhadores, independente da profissão. [...] Dentro das bandeiras atuais do sindicato. E a gente tem sempre o olhar para o professor. Mas o SINTESE hoje ele ainda continua tendo como grande foco o professor ou os trabalhadores em educação de uma forma mais ampla, todos aqueles que compõem a realidade escolar (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

As relações estabelecidas e os princípios fundantes ao sindicalismo docente, ampara-se assim, ao que acontece no cenário nacional e internacional, de modo a discutir em eventos, simpósios conferências a questão. As ações sergipanas através do SINTESE, passam a ser ouvidas em eventos fortalecendo o intercâmbio e a aprendizagem.

4.2 Façamos nós por nossas mãos, tudo o que a nós diz respeito!¹¹⁹

No ano de 1993 é retomada a mobilização em prol da reformulação do Estatuto do Magistério, iniciado em 1988, durante o governo de Governador Antônio Carlos Valadares, com uma comissão formada por representantes da APMESE, CEPES, OAB, Conselho Estadual de Educação, Magistratura e o Poder Executivo, e somente em com as greves realizadas entre maio e junho de 1993, as negociações foram retomadas, formando uma nova comissão constituída por 6 (seis) representantes do Sindicato e por 6 (seis) representantes da Secretaria da Educação, conforme decreto nº 13.817 de 27/07/93 (Arquivo do SINTESE. Formação. Processo negociação, 1993).

Para Gramsci (1987), o sujeito que atua junto às massas pode não ter clareza teórica da sua ação, mas ao conhecer sobre sua realidade busca mecanismos para a transformar. A busca pela formação teórica, contudo o coloca em conflito com realidade sócio histórica, contradição que o impulsiona na busca por transformar a realidade vivida. Desse modo, o processo de formação é um instrumento necessário para que o professor seja capaz de dar significado a sua docência e a sua luta, de maneira consciente, associando teoria e prática a sua ação de trabalhador.

¹¹⁹ Referência ao hino “A internacional socialista”, música de Pierre Degeyter, letra de Eugene Pottier.

Fotografia 26: Greve de maio, 1993



Fonte: Arquivo do SINTESE, 1993 (Fotografias avulsas).

Entre os anos de 1992, 1993 e 1994, o SINTESE protagonizou inúmeras ações. Em 1993, os professores paralisaram 18 dias. Em suas mobilizações buscaram conscientizar os pais de alunos sobre o dever do Estado em assegurar gratuidade da escola pública com qualidade para todos. Essas ações junto aos pais fizeram diminuir a pressão social deste para as causas dos docentes, fazendo com que a família e a sociedade compreendessem a luta pela melhoria da educação, numa aliança composta por professores, alunos e pais. (SINTESE 40 anos. Fluxo histórico, s/n).

Outro fator decisivo que fez o governo João Alves negociar foi a greve fome protagonizada pela professora Ana Lúcia no ano de 1994, com o mote “João cai na Real”.

Sobre o período a professora Ana Lúcia destaca, que nos anos 90, houve intensa mobilização na educação, incluindo cursos, oficinas e conferências. O SINTESE buscou atualizar o antigo Estatuto do Magistério, de 1973, com uma nova equipe de negociação que incluía representantes da categoria e do governo. Apesar das dificuldades, como a resistência de João Alves, a mobilização incluiu a “Via Crucis do Magistério” e uma greve que teve adesão de 90% dos professores. Como medida extrema, a greve de fome foi proposta, inicialmente por Ana Lúcia Vieira Menezes e Rosa, embora Rosa tenha sido convencida a desistir por problemas de saúde. Ana Lúcia continuou por 24 horas na Assembleia Legislativa, levando à negociação com o governo e à aceitação da proposta para o novo estatuto.

O clima de inconformidade diante da indiferença governamental levou a luta a um ponto extremado, com a greve de fome por três dias da professora Ana Lúcia, e efetivamente a consagrou como liderança sindical disposta a sacrificar sua saúde pela coletividade.

Fotografia 27: Presidente do SINTESE faz greve de fome



Fonte: Gazeta de Sergipe, 10 de ago. 1994, nº 10.686. BEPD.

O extremismo lhe assegurou uma expressividade de representatividade sem precedentes, consagrando-a símbolo das lutas em defesa do magistério público em Sergipe.

As mobilizações em prol das melhorias das condições de trabalho extrapolaram os espaços intramuros escolares e tomaram as ruas. As reivindicações compreendem as questões salariais, manutenção das unidades escolares, abono salarial, redistribuição dos professores à disposição de outros órgãos e ajuda de custo em deslocamentos intermunicipais (Gazeta de Sergipe, 16 de ago. 1994, nº 10.691, p. 05).

Como formas de pressionar o governo, os professores organizados e em consenso optaram pela realização de vigília na Praça Fausto Cardoso em frente à Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE).

Fotografia 28: Professores grevistas em frente da Assembleia Legislativa



Fonte: Gazeta de Sergipe, 16 de ago. 1994, nº 10.691. RIUFS/IHGSE.

No ano de 1994, houve a realização do V Congresso Estadual de Trabalhadores em Educação, cujo tema foi “Educação no Centro das Atenções”, que ocorreu no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), entre os dias 09 e 11 de dezembro.

O Congresso desenvolveu a tese “Construção, resistência e luta” e tratou de temas como: o movimento sindical como espaço educativo; o projeto neoliberal na educação; o piso nacional do magistério; as formas de luta dos Trabalhadores da educação; gestão escolar, e democrática em questão. (Oliveira, 2002, p, 114).

Na análise da tese apresentada no V Congresso, encontram-se críticas ao projeto neoliberal, à política privatizante nacional, à política adotada para a educação e também estão colocadas as bandeiras históricas de luta do magistério, como o Piso Nacional da educação, previsto em R\$ 300,00 para o ano de 1994. Entre os tópicos da tese há a ampliação de investimentos na estruturação física da entidade e a implantação dos núcleos e subsedes, a fim de montar uma estrutura alternativa de comunicação popular e envolver os não docentes nas lutas sindicais, como a sociedade como um todo (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

As greves da primeira metade da década de 1990, resultaram na redução da jornada de trabalho para 25 horas em sala de aula, auxílio vale-transporte e no estabelecimento de um calendário de negociação com o governo, que resultaria na retomada das negociações pela aprovação do Estatuto do Magistério, em 1994.

O Estatuto do Magistério foi aprovado conforme Lei Complementar nº 16, aprovada em 28 de dezembro de 1994 e publicado no Diário Oficial nº 22.207, de 29 de dezembro de 1994.

Dentre os muitos pontos que trata o Estatuto do Sindicato (1994), destacamos a existência de uma diretoria voltada a formação continuada, na qual em seu art. 25, estipula enquanto espaço de atuação o “e) Departamento de Formação Sindical [...] e o h) Departamento para Assuntos Educacionais”, como basilares ao processo de formação à negociação e a representatividade do empregador público do magistério na bancada sindical, considerando a necessidade da formação e o preparo para lidar com diversas possibilidades de entraves e desfechos, e que envolvem docentes, Estado e a sociedade civil de forma direta ou indiretamente.

Em suma, representar a coletividade em seu processo de negociação envolve lidar diretamente três atores sociais: os servidores, o poder Executivo e o poder Legislativo, e neste caso, o planejamento da ação e definição de uma campanha coerente é fundamental ao desenrolar dos fatos.

Sendo o sindicato uma entidade representativa e não deliberativa, muitas das suas propostas para serem ouvidas precisam passar pelo crivo do apelo social-popular, o que torna a especificidade da negociação, parte do entendimento da coletividade, professores, alunos, pais de alunos e poderes legislativo e executivo.

Construir essa base, implica capacitar e formar dirigentes e membros de base, e estes devidamente orientados quantos aos fundamentos, objetivos e metas a que o movimento e a classe se propõe empenham em suas conquistas estabelecendo estratégias e mobilizações.

Por meio de cursos, seminários, oficinas, conferências, congressos, grupos de estudos e dentre outros a entidade busca formar seus representantes, e assim com ousadia, criatividade, compromisso e irreverência o SINTESE, atua em muitas manifestações públicas.

Conforme o professor Iran Barbosa:

A formação, [...] ela sempre foi para nós a base sobre a qual se ergue a organização sindical. Sem ela, termina fazendo as coisas de improviso e sem qualidade. A formação se dá em todos os momentos de contato da categoria entre si, da direção com a categoria, da categoria entre si. Portanto, desde as plenárias por escolas que a gente fazia muito, nós tínhamos. Eu dirigia o SINTESE, nós tínhamos calendários semanais de visitas às escolas,

cada dirigente tinha dividido ali qual era a área que ia visitar, porque nós fazíamos permanentemente visitas semanais e estávamos nas escolas. Então as plenárias eram espaços de formação importante, para a gente discutir as pautas, para a gente compreender a dificuldade daquela escola, o que é que os professores estão vivendo e analisar com eles por que a escola tinha aquela condição tal. [...] A gente sempre realizou muito assembleias. [...] nós temos, além das assembleias, o que nós chamamos de Conselho de Representantes do SINTESE. Esse conselho de representantes sempre é também um espaço de formação, porque ele reúne a direção sindical, mas também as comissões sindicais municipais. Porque pega de cada município representações que estão lá, participando e nas reuniões do Conselho de Representantes, a gente sempre fazia um processo de formação. Estavam lá discutindo temas, conjuntura, economia, além das questões da categoria. Nós realizamos estatutariamente congressos e conferências. Os congressos são espaços de deliberação, claro, de formação política, de debate, de conjuntura, de grandes temas educacionais. Mas são também espaços de deliberação política da categoria aqui que se aprovam as pautas de luta (Entrevista com Iran Barbosa, julho de 2022).

O ato de formar o educador à causa pedagógica precede da utilização de preceitos ligados ao enfrentamento de desafios impostos pela à educação, à sociedade e aos representantes constituídos.

As ações pelas quais o educador é submetido extrapolam a práxis tradicional da pedagogia, no ensinar a ler e escrever por exemplo, uma vez que é preciso educar para além do contexto capitalista e traz à luz a concepção de uma educação que extrapola as diretrizes da sociedade burguesa, suas limitações e seu caráter ideológico, em uma educação transformadora.

Para entender a pedagogia partimos do entendimento de que:

O conceito de pedagogia reporta-se a uma teoria que se estrutura a partir e em função da prática educativa. A pedagogia, como teoria da educação, busca equacionar, de alguma maneira, o problema da relação educador-educando, de modo geral, ou, no caso específico da escola, a relação professor-aluno, orientando o processo de ensino e aprendizagem. Assim, não se constituem como pedagogia aquelas teorias que analisam a educação pelo aspecto de sua relação com a sociedade não tendo como objetivo formular diretrizes que orientem a atividade educativa, como é o caso das teorias que chamei de crítico-reprodutivistas (Saviani, Duarte, 2021, p. 153).

Desse modo se busca nas concepções científicas equacionar o problema da relação professor-aluno, e orientar o modo como o ensino e a aprendizagem devem ser realizados. Na prática é preciso considerar a emergência entre os preceitos da

sociedade (à burguesia) e os anseios da transição socialista-capitalista de promoção humana. Para tanto é preciso considerar as condições em que se encontram esses alunos e docentes, haja vista os limitantes herdados, assimilados e os meios para operar as transformações.

O ano de 1995, conforme o relatório do fluxo comemorativo aos 40 anos do SINTESE (s/n), foi um ano singular ao processo, destacando-se pela ampliação da rede de filiados, houve um implemento das estratégias e ferramentas de comunicação. Ampliaram os mecanismos e canais para o contato entre o sindicato e a sociedade, sobretudo, por meio de denúncias da situação em que se encontravam o ensino público no Estado de Sergipe. Tem-se também a busca constante pela atualização da base a respeito da situação e do quadro geral educacional, e dos direitos dos docentes e destaca-se do contexto, a ampliação do diálogo sindical com todos os segmentos da sociedade organizada.

Conforme o professor Joel:

O SINTESE era um sindicato de rede estadual somente, mas a atuação era tão forte, era tão forte que começou a gerar uma expectativa muito grande de professores que estavam nas redes municipais de se filiar ao SINTESE. Havia em Sergipe, por exemplo, e dois sindicatos, um com força, mas com força municipal, que era o SINTEME, que era um sindicato dos trabalhadores do município de Estância, e o SIMPLA, que era o Sindicato dos Professores do município de Lagarto. E eram sindicatos apenas municipais. Sindicatos que tinham uma estrutura, tinham uma casa própria, tinha carro. [...] Só que assim, eles entenderam que eles tinham um limite muito grande [...]. Em relação à rede municipal, era um público razoável [...] e para fazer luta você não precisa apenas ter um coletivo bom. Você precisa muito de recursos, [...] uma série de coisas que te demanda e às vezes você retirar de apenas uma contribuição de 1% de cada professor, não dá conta disso. E às vezes o sindicato não conseguia a luta que queria por ausência absoluta de recurso. E na medida que você ia se somando e se juntando a um sindicato maior, amplo, com mais força, com mais recursos, você se somava, você consegue atrair mais pessoas e atrair mais recursos. Você tinha outra estrutura que funcionava muito forte e que poderia alavancar mais com mais força sua luta nos municípios. E foi esse o processo. [...] E houve uma anexação do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Lagarto e Estância ao SINTESE, ou seja, e aí tudo virou SINTESE e aí acabou sendo o patrimônio, ficou sendo um patrimônio do SINTESE, virou o patrimônio do SINTESE, o patrimônio que eles tinham certo é o SINTESE [...]. Uma base municipal e daqui depois se transformou numa coordenação regional [...]. Esse processo histórico foi muito importante, muito interessante, porque deu certo para todo mundo, fortaleceu muito o SINTESE, como o sindicato fez, cresceu o

SINTESE, desenvolveu os sindicatos nos municípios. Eles passaram a ter outra audição, ou seja, alto nível de respeito e passaram a ter uma estrutura muito maior e isso fez com que houvesse a motivação que os municípios das regiões da circunvizinhança passassem também se filiar ao SINTESE como rede municipal. E como contratempo, a gente teve alguma sanção, alguma manifestação do Estado para tentar impedir isso. [...] A medida que a gente foi, foi anexando esses municípios, foi comunicado, Ministério do Trabalho que aqueles municípios ali, eles estavam filiados ao SINTESE (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

As configurações sindicais e o processo de interiorização trouxeram aos educadores a possibilidade de construir um sindicato forte e de atuação ampla no Estado de Sergipe. E os próprios movimentos já constituídos vieram nessa união a possibilidade de ampliar seu alcance de suas bases para fazer valer as reivindicações da classe.

Dentre as ações no eixo da comunicação, destaca-se a “Criação do Jornal Intervalo, primeiro veículo de comunicação oficial da entidade, uma das publicações informativas com maior número de exemplares do estado”. Em suas páginas eram noticiadas as ações do SINTESE, como vigílias, panfletagens, uso do rádio para entrevistas e escuta da população; O SINTESE também se utilizou da exposição de telão em praça pública, apresentando e denunciando as promessas de campanha para a educação, realizadas pelo governo Albano Franco (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

A configuração política sindical permitiu em meio a acertos, erros e tentativas construir as bases de reivindicação das questões do trabalhador docente, e para além disso, cercar-se de possibilidades que lhe permitisse agir e envolver a sociedade. Contudo nesse processo houve também a preocupação em formar os filiados a causa pedagógica.

A fim de ampliar e difundir as prerrogativas sindicais, em parceria com a UFS e outras instituições parceiras, o SINTESE empenhou-se em realizar seminários, debates, simpósios, cursos e conferências visando a socialização do conhecimento, e também promovendo a ampliação da sua base, com o fortalecimento da instituição e da categoria em todo o estado.

Fotografia 29: Formação sindical, política e educacional



Fonte: Arquivo do SINTESE (1995).

A formação e as rodas de estudo se davam de modo variado, com estudo como o “Estudo sobre a sistematização”, ministrado pela professora Silvia Manfredi, na ocasião texto ligados às dinâmicas e políticas de governo eram estudados, visando à formação crítica do educador, para além das questões didático-pedagógica¹²⁰.

O ano de 1996 é marcante nessa trajetória por ser um intervalo de tempo em que a LDBEN 9.9394/96 estava sendo aprovada. Neste ano houve com maior destaque denúncias e fiscalização, no sentido de assegurar uma educação de qualidade.

No período houve a elaboração do documento “Cenário da educação pública em Sergipe”, abordando pontos como os diagnósticos das escolas e estabelece uma pauta de reivindicações necessárias ao bom desempenho da educação. Tem-se também greve de 13 dias, “greve difícil porque havia nessa época o receio da perda do vínculo empregatício” (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n). A essa altura, as questões sindicais aplicadas aos servidores públicos ainda não haviam sido regulamentadas constitucionalmente pelo Congresso Nacional, como direito a greve, e por conta disso a greve de 13 dia foi decretada ilegal.

No processo, o governo define que só sentaria à mesa para negociação com o fim da greve. Ao fim do imbróglio, a categoria assegurou, “gratificação de 20% acrescidos aos vencimentos; 13º salário, e promessa do governo de construir o Piso Salarial a partir de janeiro de 1997” (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

¹²⁰ Na imagem é possível identificar a professora Ana Lúcia, professor Iran Barbosa e outros educadores em processo de formação com a professora Silvia Manfredi.

No eixo formativo, houve por parte do sindicato, um empenho em elevar o nível de consciência política à categoria.

Uma preocupação que o grupo que dirigia o sindicato SINTESE sempre teve, que era com a formação tanto das lideranças, dirigentes, lideranças sindicais, como também da base sindical. Nós entendemos que uma luta como a que travava, complexa, é uma luta permanente, uma disputa muito dura com as instituições de poder. Não podia ser feita sem preparo, sem formação e formação classista. Então, sempre apostamos muito nisso. [...] um dos requisitos para professores de redes municipais ingressarem como filiados ao SINTESE era que eles passassem por um processo de formação que tinha etapas, inclusive formação política e formação sindical, para as pessoas estudarem a organização do Estado e da sociedade, estudarem como se dá a luta de classes, estudar a importância das instituições sindicais, a organização dos trabalhadores no mundo inteiro. Então, para nós, sempre foi muito importante. Nós tínhamos, como temos até hoje na estrutura sindical, um departamento específico que trata da formação e nós sempre tivemos preocupação muito grande com a formação da direção, mas também da base, envolvendo sempre muito isso e o outro (Entrevista com Iran Barbosa, julho de 2022).

A atuação sindical se dá seguinte forma:

[Por] conselhos de representantes, nós temos os delegados de base que fazem parte do Conselho de em cada subsede, que por sua vez você tem de cada subsede, a direção e delegados de base que fazem parte do Conselho Estadual e em geral tem uma reunião por mês, ou duas reuniões ou a cada dois meses, ou emergencial, pode ter mais de uma reunião em um mesmo mês. Depende do cenário que está se vivendo. Esses conselhos discutem, deliberam para levar as deliberações para a Assembleia Geral, que são as duas instâncias deliberativas (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

O SINTESE por meio da sua política de formação profissional ao magistério, empenha-se em reforçar a participação dos educadores, os capacitando quanto às determinações da Constituição (federal e Estadual); da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB 9394/96); dos princípios legais que regulamentam o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº 11.738/08; das Leis Orgânicas Municipais, dos princípios normativos da Lei de Responsabilidade Fiscal; do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e do Estatutos e Planos de Carreira do Magistério em Sergipe.

Dentro de um espaço representatividade, o ato formativo soa como uma imposição do sistema, uma espécie de doutrinação segundo o qual é preciso que todos sigam a mesma linha de pensamento e defesa. Até que ponto essa massificação da formação é benéfica não se pode medir, mas se presume que ela contribui à construção de um discurso único e repleto das mesmas nuances e particularidades, como por exemplo ao nos depararmos com a coleta das informações, principalmente nas fontes de depoimentos orais, em que todos guardam a mesma construção factual e narrativa dos fatos e acontecimentos, construindo assim a identidade sindical do SINTESE.

Fotografia 30: VI Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação



Fonte: Arquivo do SINTESE (28 de outubro de 1996).

Em audiência no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), os professores do magistério público de Sergipe se reuniram no VI Congresso Estadual dos Trabalhadores em educação, e com o tema “Escola, democracia e qualidade social”, entre os dias 28 de outubro e 02 de dezembro de 1996, discutiram e analisaram as temáticas, constituindo assim, formadores e multiplicadores das concepções e saberes, de modo a ampliar o alcance das discussões e teses do sindicato de classe.

A prerrogativa inicial do SINTESE buscou agregar todos os que compunham a atividade educacional, quer fosse docente ou não. Mas esse aspecto, no ano de 1996, tornou-se um problema.

Neste ano, o SINTESE enfrentou desafios legais durante uma greve por salários congelados. O juiz José dos Anjos alertou sobre a necessidade de reconhecimento legal do sindicato, pois a Procuradoria do Estado considerava o SINTRASE como o representante dos servidores públicos, não o SINTESE. Para resolver o impasse, o SINTESE teve que suspender a greve e negociar a desfiliação de funcionários que eram vinculados ao SINTRASE.

O professor Iran Barbosa destacou que, inicialmente, o SINTESE representava tanto professores quanto outros trabalhadores da educação. No entanto, uma decisão judicial separou essas categorias, limitando o SINTESE apenas aos professores e ao magistério, enquanto os funcionários passaram a ser representados por outro sindicato. Atualmente, há um esforço para avançar na profissionalização desses funcionários, com a implementação de normas e formação específica para garantir direitos como piso salarial.

Como se percebe as demandas por representatividade são uma constante dentro do movimento sindical. O Estado a todo custo busca encontrar meios para limitar as ações organizativas da classe e fazer valer pela lei lacunas que minimizem o impacto das organizações.

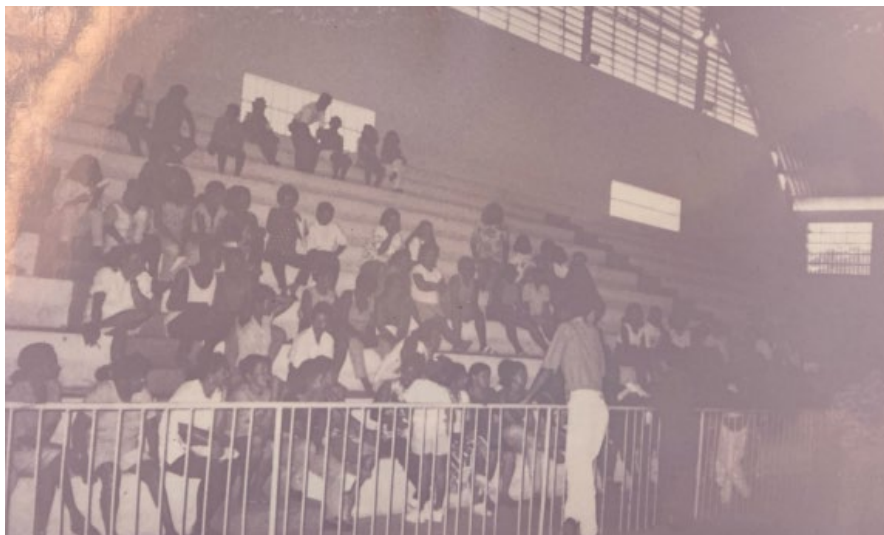
Outra questão impactada pela LDB 9.394/96, é a mudança na nomenclatura imposta ao sindicato.

Veja a mudança do nome do sindicato tem a ver também com as mudanças que ocorreram na década de 90. Nós tivemos algumas alterações, inclusive legais. A designação "escolas de primeiro grau" e "em segundo grau" deixa de existir porque nós passamos a ter uma nova terminologia do ponto de vista da própria legislação de ensino, que passou a chamar "escolas de ensino fundamental" e "ensino médio. E nós passamos a ter a mudança do nome do sindicato também, porque aí vem uma concepção da importância da classe trabalhadora, da luta (Entrevista com Iran Barbosa, julho de 2022).

Ao levar os debates a diferentes territórios sergipanos, e alinhar-se aos normativos legais da LDB nº9.394/96. O SINTESE assim amplia a concepção dos educadores sobre a legislação e os aproxima dos temas da ordem do dia, oportunizando debates e direcionando posicionamentos de modo a mobilizar e estimular a tomada de consciência de engajamento político perante as questões e a implementação das leis.

As discussões ampliam-se por todos os territórios sergipanos e por meio de grupos de estudos são analisados os pontos com a comunidade docente, como ocorreu na cidade de São Cristóvão em abril de 1997.

Fotografia 31: Debate sobre a LDB



Fonte: Arquivo do SINTESE (São Cristóvão/Se, 18 de abril de 1997).

Debates como esses também aconteceram em cidades como Lagarto, Estância e unidade polos, de modo a agregar o maior número de docentes das redes estaduais e municipais. A descentralização das ações do SINTESE, favoreceram a difusão das suas concepções, e ampliaram a visibilidade do sindicato com vistas inclusive a ampliar as suas subsedes e a interiorização.

O processo de formação da base contribui para conscientizar e educar docentes, discentes e sociedade para as questões escolares. Nos anos que seguem com a conscientização da importância e da força do magistério e do ensino público, o que se observa é uma maior fiscalização das ações educativas e o uso do recurso público pelos governos e autoridades competentes.

Com a inclusão de novos municípios, se constitui dados o suficiente para construir um panorama da educação em Sergipe. O retrato demonstra a desigualdade e discrepância entre as instâncias e instituições municipais.

A gente via professores sub-assalariados, recebendo sempre abaixo do salário mínimo para uma jornada, às vezes exaustiva, de dois turnos. E nós fomos organizando, organizando, conseguimos dar uma melhoria, estabelecendo aí a luta (Iran Barbosa, julho de 2022).

O ano de 1997, ficou marcado pela realização de Estudos para a elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e suas estruturas alternativas (junho/1997). O sindicato, realizou um estudo detalhado sobre a situação do piso salarial com seis níveis de diferenças e dez de referências, analisando suas amplitudes horizontais e verticais para obtenção de ganhos e por meio dele trouxe ao debate a condição de trabalho docente.

Neste ano também foi realizado concurso público realizado pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED), mas a convocação dos aprovados arrastou-se por um considerado tempo, em razão de contrato firmado entre a SEED e a Coopese. (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

Dentre as temáticas de formação, temos uma ação ligada ao universo feminino, sob o tema “A mulher trabalhadora na educação” que tratou do processo de acesso à educação pela mulher, a sua luta por se firmar como intelectual, a profissionalização feminina e também da gradual luta por constituir-se como trabalhadora, não tia ou cuidadora, num universo em que, o trabalho feminino se dá dentro e fora de casa, sobrecarregando assim a sua jornada.

Supostamente considerando a proximidade do período eleitoral, identificamos como forma conscientiza e demonstrar a população as condições de funcionamento das escolas, cobrando melhorias das condições de trabalho, a mobilização intitulada “Contra fatos não há argumentos”, realizada em julho de 1998. Da época houve a criação e divulgação de um relatório escrito e fotográfico intitulado Perfil das Escolas, que consistiu em denúncias contra o primeiro mandato do governo Albano Franco.

4.3 Paz entre nós, guerra aos senhores!¹²¹

O processo de valorização profissional, é reiterado pelo SINTESE enquanto existem falhas e lacunas deixadas pelo poder público na observância da formação continuada e na defesa do docente em Sergipe. E quando esse espaço se configura na reinserção do idoso, a questão fica mais evidente.

No território local, fazendo uso de ações criativas, os docentes tomam as ruas e alcançam a sociedade, por meio de manifestações pacíficas, demonstrava a

¹²¹ Referência ao hino “A internacional socialista”, música de Pierre Degeyter, letra de Eugene Pottier.

indignação da categoria a situação a que se encontra a escola e a educação públicas em Sergipe, e, por conseguinte alfinetando o governo e suas políticas.

Fotografia 32: Ato *via crucis*



Fonte: Arquivo do SINTESE (avulsos).

As lutas e as estratégias sempre foram traços particulares a classe docente, que com criatividade e driblando a austeridade do sistema estabelecem meios de alcançar um maior contingente de indivíduos, sensibilizando todos à causa da educação e do educador, dentro do eixo, formação da base nos aspectos políticos, permeados de criticidade.

Dentre as ações identificou-se “plenárias com pais de alunos”, o desenvolvimento do projeto “A *via crucis* do magistério estadual”, que consistiram em caminhadas luminosas pelos bairros de Aracaju e na Grande Aracaju.

Nós criamos a uma semana da Quaresma, duas caminhadas da Semana Santa, uma caminhada saindo do bairro Industrial e outra saindo do 18 do Forte. [...]. Então foi a caminhada do encontro é fazer uma placa com um panfleto entregando ao povo de casa em casa, sobre como é que é que a gente estava reivindicando, por que a gente estava nas ruas. E aí depois chegou lá, ali na ladeira do Santo Antônio. Aí aconteceu o encontro das duas caminhadas à

noite, todo mundo com as velas. Professor, como que o professor naquele dia estava muito motivado (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

Como se percebe, a direção do sindicato soube utilizar a seu favor a mobilização da classe docente. Ao fiscalizar e denunciar a situação da escola e da educação públicas, empenhou-se por meio de ações na justiça contra diversas prefeituras e o Estado, levando a público o desrespeito à legislação, atrasos dos pagamentos de professores, numa mostra do descaso com o trabalhador docente e, por conseguinte com a educação.

Fotografia 33: Ato no Calçadão João Pessoa



Fonte: Arquivo do SINTESE (março de 1998).

Foram várias representações impetradas no Ministério Público (MP) contra diversos convênios irregulares. No entender do SINTESE, esses abusos tinham como objetivo reeleger o governador e crescer o partido ao qual o então secretário pertencia. (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

O ano de 1998, internamente marca o início do mandato na presidência do professor Iran Barbosa, em continuidade aos dois mandatos consecutivos da professora Ana Lúcia (1992 -1998)¹²².

¹²² O estatuto do SINTESE, determina que cada diretoria tem mandato de até três anos, e o pelo Art. 26, permite uma nova disputa eleitoral para qualquer cargo.

Fotografia 34: Posse na nova diretoria do SINTESE



Fonte: Arquivo do SINTESE (28 de abril de 1998).

A fotografia celebra a posse na nova diretoria e conta com a presença de representantes das diferentes subsedes da entidade. Um marco significativo do ano de 1998, foi a aquisição da sede própria do SINTESE, localizada à rua Campos, 107, Bairro São José¹²³. Com a nova gestão, houve a continuidade da fiscalização da educação, com a explanação social referente ao estado em que se encontravam as escolas públicas.

Fotografia 35: Marcha pela Educação



Fonte: Arquivo do SINTESE (28 de abril de 1998).

¹²³ Como endereços da entidade na cidade de Aracaju/Sergipe a documentação nos permitiu identificar, Rua Siriri, 848, centro; Rua Itaporanga, 265, centro; Rua Teófilo Guimarães, 70, Conjunto Paulo Barreto, Bairro Pereira Lobo.

O engajamento docente e o processo de formação realizado pelo sindicato trouxeram uma nova efervescência urbana. Acredita-se que ainda envolvidos pelas mobilizações sociais do início dos anos 1900, os educadores empunhavam bandeiras e construíam as aulas públicas, voltadas a educar a sociedade a causa da educação e ao trabalho do educador. O governo por sua vez buscava meios para suprimir os avanços e punir os organizadores e participantes, com ameaças de cortes salariais e por meio de outros artifícios como transferências e dificuldades na obtenção de licenças e afastamento para estudo.

O sindicato empenha-se em apontar com dados em via pública o modo como o Estado atuava diante dos professores e da questão educacional. A chamada apresentava um relatório com dados da gestão pública e apontando eventuais incoerências calculadas pela entidade. Muitos dos seus posicionamentos foram levados também aos órgãos públicos em forma de denúncias, a fim de que fossem apurados e os responsáveis responsabilizados.

O departamento jurídico do sindicato e as mídias sociais também atuaram de maneira intensa em prol de comprovar e fazer ressoar os clamores da classe docente, gerando uma série de impasses e desgaste políticos aos governos.

Grande parte dessas mobilizações também contaram com a participação de outras entidades que, por meio principalmente da bandeira da CUT, questionavam e denunciavam a situação a que estavam submetidos os trabalhadores e a dificuldade de manter-se a qualidade de vida diante da pouca valorização e ausência de observância dos seus direitos.

Fotografia 36: Acampamento no Palácio dos Despachos



Fonte: Arquivo do SINTESE (1998).

Ao final dos anos de 1990, o Governo Federal fomenta a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (Brasil, 1998). O documento é inspirado na perspectiva da psicologia do desenvolvimento, tendo como Jean Piaget (1896-1980), que valoriza as vivências e o respeito mútuo, as noções de solidariedade, diálogo e justiça, com pressupostos que ultrapassam os espaços escolares e a própria noção de currículo.

A escola mais democrática e laica, conta desse modo com a participação da comunidade escolar e busca construir junto a esses princípios ligados à participação ativa, a consciente manifestação e autonomia dos vários membros da escola, dentro de uma delicada perspectiva do aprender a aprender, concepção que permite maior autonomia, porém implica ainda na limitada capacidade, discente em definir suas bases e diretrizes de aprendizagem.

No ano de 1999, tem-se a realização da IV Conferência Estadual de Educação e do Seminário “Escola: espaço privilegiado para a aprendizagem”. A fim de estabelecer maior diálogo com a sociedade, o sindicato desenvolve o projeto “O SINTESE na rua”, em que professores e dirigentes viajaram para o interior do estado vestidos de becas e com rostos pintados dialogando com a população. (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

Ainda no ano de 1999, estabeleceu-se no mês de agosto uma greve de seis dias. Dentre os pontos de reivindicação estavam a perda da gratificação de desempenho, conquistada no final de 1998 e perdida no início de 1999. Até que o

processo grevista fosse finalizado, houve por parte do Estado, a ameaça de corte no ponto dos professores. As lutas que se seguem fundamentam-se em frear o projeto neoliberal em vigor no país. O governo do Estado de Sergipe, associou-se ao empreendimento por meio de ações ligadas a privatizações de estatais.

Os trabalhadores se reuniram e atos voltados a desarticular a política neoliberal de privatizações, estacando-se: O Grito dos Excluídos (1998-1999); o XVII Congresso Nacional dos Trabalhadores em educação (1999); a Marcha Estadual e Nacional em defesa e Promoção da escola Pública (1999); o Dia de Paralisação geral da CUT (1999); o Fórum Permanente de erradicação do trabalho Infantil; o Fórum de acompanhamento do FUNASERP (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

No contexto, os filiados do SINTESE, uniram-se contra a privatização do IPES, num ato realizado às vésperas do natal, em frente ao Instituto, contando com o apoio de usuários, funcionários e sociedade (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n). O clima de alerta e euforia combinavam com o contexto político eleitoral que se desenhava no país, no qual os trabalhadores mobilizados buscavam cada vez mais seus direitos.

Os anos de 1998 e 1999, fizeram com que o SINTESE promovesse uma ampla campanha em defesa do Plano de Carreira e Remuneração em todos os meios de comunicação. Os dirigentes do sindicato estavam quase que diariamente na mídia defendendo o plano e distribuem mídias voltadas a organizar e mobilizar a classe docente e a sociedade como um todo para a defesa e observação da reivindicação docente¹²⁴.

No contexto das reformulações é no IV Congresso que o estatuto do SINTESE é reformulado, suas bases têm de pôr fim a defesa dos trabalhadores da educação, a entidade representa, profissionais ligados ao magistério público, ativos e aposentados, como professores, orientadores, supervisores, administradores, inspetores, planejadores e especialistas em educação que atuam associados ao governo do estado de Sergipe e ou aos municípios que sejam associados.

¹²⁴ Sobre a utilização das mídias e em especial do Facebook, ver o estudo de Linhares, “A comunicação sindical: as redes digitais como espaço para a formação política dos professores em Sergipe”. UFS, 2019.

4.4 Bem unidos façamos, nesta luta final, uma terra sem amos¹²⁵

Os avanços nunca vêm de forma fácil. São as lutas que transformam a realidade e nenhuma delas se apresenta voluntariamente. A organização e a luta coletiva assim se constitui em manter a categoria organizada e mobilizada, permanece um desafio, ainda mais em um tempo em que a própria concepção e prática sindical passa a ser questionada.

Fotografia 37: Posse da coordenação da Subsede SINTESE Lagarto/Se (1998)

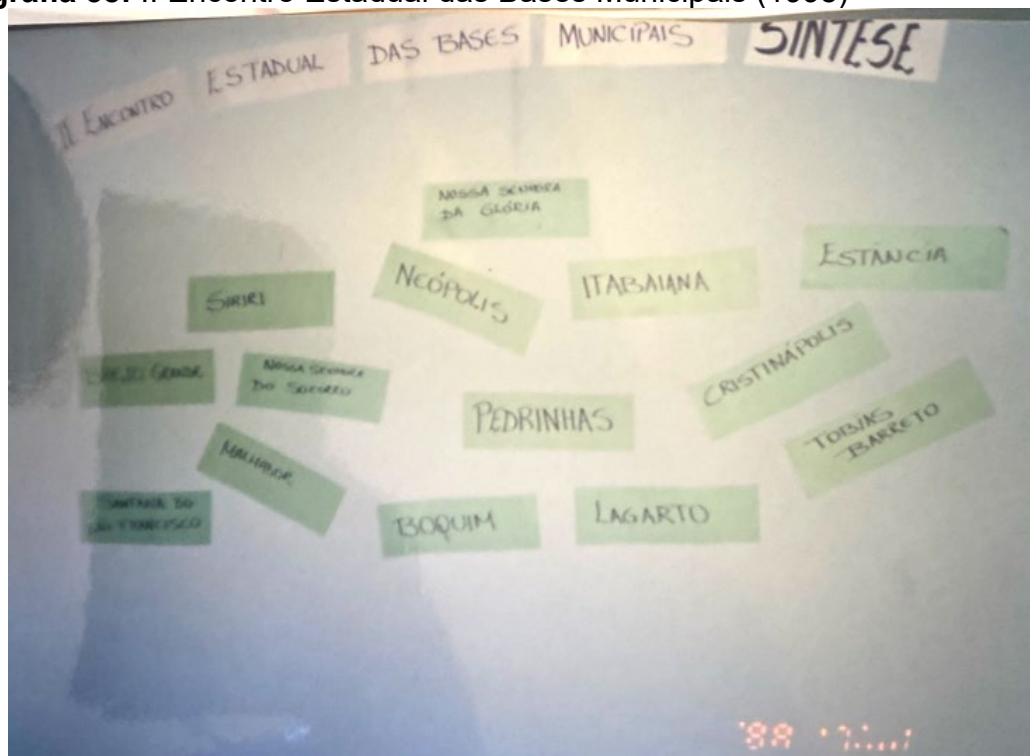


Fonte: Arquivo do SINTESE (1998).

Dentre as unidades das subsedes, tem-se a unidade do município de Lagarto, na imagem em destaque temos a alternância da diretoria. A fotografia apresenta membros de uma diretoria que estava em processo de finalização e outra que se apresentava à luta. Dentre estes, encontram-se meus professores Reginaldo Santos (o de blusa listrada na vertical nas cores azul, branco e roxo e calça jeans claro, calçando um tênis cinza) e Fátima Rocha (blusa azul e calça preta e tênis brancos), aqueles mesmos que eu costumava ouvir na sala de aula e nos corredores da escola e ainda aos sábados por meio das ondas sonoras do rádio, a me acordar.

As subsedes também são espaços de organização permanentes, e por isso são observadas mais de perto, tentando entender as suas necessidades, particularidades e assim, buscando estabelecer planos de ação.

¹²⁵ Referência ao hino “A internacional socialista”, música de Pierre Degeyter, letra de Eugene Pottier.

Fotografia 38: II Encontro Estadual das Bases Municipais (1998)

Fonte: Arquivo do SINTESE (1998).

Nas subsedes, também se registam avanços, com a implementação de Planos de Carreira e nestes espaços surgem lideranças que personificam a entidade e ocupam espaços buscando assim fortalecer a causa e trazer maior representatividade e identidade. Até o ano 2000 as subsedes estavam organizadas conforme o número de delegados, segundo o planejamento do VIII Congresso do SINTESE, realizado entre os dias 30 de agosto e 02 de setembro de 2000.

Quadro 2: Subsedes

Subsede 2000	Número de escolas / órgãos vinculados Base Estadual ¹²⁶
Aracaju	110
Simão Dias	14
Poço Verde	06
Itabaiana	18
Nossa Senhora das Dores	05
Siriri	02
Nossa Senhora da Glória	05

¹²⁶ O documento de planejamento do VIII Congresso do SINTESE (2000), faz menção a uma provável lista de municípios filiados, porém não a localizamos entre as dezesseis páginas a que tivemos acesso.

Capela	08
Aquidabã	07
Porto da Folha	07
Poço Redondo	05
Itabi	04
Propriá	08
Japaratuba	03
Neópolis	07
Santana do São Francisco	02
Brejo Grande	04
São Cristóvão	16
Barra dos Coqueiros	03
Nossa Senhora do Socorro	28
Laranjeiras	07
Santo Amaro das Brotas	04
Estância	14
Indiaroba	04
Pedrinhas	02
Rosário do Catete	02
Tobias Barreto	08
Boquim	04
Salgado	05
Lagarto	16

Fonte: SINTESE (2000).

Do total de 75 municípios, os dados apresentados pelo SINTESE, nos permitem presumir que até o ano de 2000, nem todos os municípios possuíam filiados o suficiente para atuar no processo de votação eleitoral. Esses dados nos permitem presumir que a expansão do sindicalismo pelo interior do Estado estava em expansão. Talvez estudos mais detalhados possam dar conta da compreensão dessa dinâmica.

As subsedes têm o papel também de encurtar distâncias e servir de base de apoio ao professor e ao sindicato. Estabelecendo diálogo com prefeituras, câmaras de vereança e sociedade. Desse modo, considerando a necessidade de mobilização, uma questão a que o SINTESE se apegua, é o diálogo permanente com a sociedade.

O movimento sindical que lida com uma das políticas públicas mais essenciais para o povo, que é a educação, não pode ser um movimento social isolado do diálogo com ela. Por isso que nós ocupávamos as estratégias necessárias para dialogar com o povo. Ocupávamos os rádios quando podíamos e tínhamos dinheiro. Dialogava através da televisão. Mas nós sempre fizemos muito ato de rua, nos bairros, nas feiras, no centro da cidade, nos municípios, distribuindo panfletos para ilustrar e explicar o porquê das nossas lutas. Nós fazíamos plenárias, nas escolas e convidávamos os pais, por exemplo. Eu cresci como militante de base do sindicato, organizando as plenárias ali na minha região para tratar dos problemas da categoria. [...] Nós fazíamos grandes marchas aqui no estado de Sergipe, pela educação, mas também fazíamos grandes caminhadas de luta e era emocionante como as pessoas saíam aos prédios das janelas para aplaudir, dando sinais. Os carros passavam, simbolizavam com o legal, estavam ali apoiando mesmo o trânsito sendo interrompido por tê-la no nosso lado. Mas eles davam apoio porque eles estavam entendendo a importância de valorizar o professor a partir de todo um diálogo que nós fazíamos lá. Sempre teve aqueles que não queriam que nós lutássemos, eles tentavam sempre atacar e tal, mas esses eram sempre uma minoria. A sociedade apoiou sim a nossa luta durante muito tempo (Entrevista com Iran Barbosa, julho de 2022).

A luta pela implementação do Plano de Carreira, também era anseio dos educadores, no mês de maio de 2000, realizaram uma greve que durou dois dias, pelo aumento das gratificações por desempenho, regência de classe, e gratificação para os aposentados.

Sobre o episódio:

Foram cinco anos de muita tentativa, de muita resistência, de muita negociação, de muita greve, de muito enfrentamento. O governo [...] Albano Franco. [...] nós conseguimos garantir que em Sergipe a definição do plano de carreira não iria tratar de modo diferenciado quem está na ativa e quem estava aposentado. Nós defendemos a paridade como princípio e defendemos que todos os direitos assegurados na carreira a quem estava na ativa tinha que ser igualmente estendido aos aposentados. O governo tentou inclusive, fragilizar naquele momento a nossa luta, buscando estratégias para dividir a categoria, porque ele sabia que a categoria estava muito forte, muito unida e tentou estratégias. Eu lembro bem, por exemplo, que ele tentou, na negociação do plano de carreira, na formulação de uma tabela salarial para compor o plano de carreira. Ele tentou aplicar uma gratificação que era exclusiva para os profissionais da ativa, excluindo os aposentados. E nós batemos. Não, não aceitamos, pois queremos apenas a garantia da paridade. [...]prejudicaria essa parcela importante da categoria, que já havia dado sua contribuição para a educação e não pode ser desrespeitada, desvalorizada. Bom, e aí nós, nós derrubamos a tese do governo, fomos para a Assembleia com essa ideia, acho que na

época o valor era ele oferecia uma gratificação de R\$ 100,00 [...] E nós levamos para a Assembleia uma proposta de rejeitarmos isso e a categoria ali deu uma lição de solidariedade fantástica, apoiou a decisão da direção, não concordou com R\$ 100,00 e disse que só aceitava se o governo estendesse para todos. O governo dá outro golpe e tenta propor. Bom, tudo bem, eu estendo para todo mundo. Vai diminuir 80 R\$, alguma coisa mais ou menos assim. Eu digo, puxa, agora querer para a categoria topou. Ou seja, os da ativa a toparam ter menos para garantir que todos tivessem. Isso foi de uma lição, eu nunca vou esquecer. Foi um momento extremamente especial. Teve muita luta, muita perseguição. Nós tivemos consignação cortada no sindicato, ficamos sem dinheiro, nós tivemos corte de salário (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

Como ações de mobilização, os professores em frente ao Palácio de Despachos, realizaram a queima de Judas. A categoria protocolou um documento que relatava as condições de 119 escolas, até então pesquisadas pelo SINTESE. Em resposta às ações orquestradas, a Secretária de Estado da Educação de Sergipe, atuou confiscando parte da consignação do SINTESE, tendo como objetivo desmobilizar a categoria e fragilizar o sindicato (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

As ações desenvolvidas resultaram aos docentes, no aumento da gratificação por desempenho de 12 para 15% e depois para 20%, no aumento da regência da regência de classe em 7% e por exigência do SINTESE, os professores aposentados de Sergipe foram os únicos no Brasil que tiveram aumento de gratificação.

As ações do sindicato também se fizeram sentir por meio da fiscalização e da divulgação à população, no mês de setembro, de um Boletim escolar atribuindo a nota zero, ao então secretário da SEED Ivan Paixão. Para reforçar o contexto, realizou-se no centro da cidade de Aracaju, uma exposição fotográfica, intitulada “Realidade das Escolas de Rede Estadual em Aracaju” para denunciar o abandono das escolas.

A luta pelo Plano de carreira, intensificou-se com uma greve iniciada em 20 novembro, contra o anteprojeto do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério (PCRM) que estava na ALESE que prejudicava a categoria.

Percebendo a força do movimento, o governo negociou na primeira assembleia após a greve apresentando uma proposta mais vantajosa para a categoria.

Na observação do SINTESE, “esse movimento foi considerado com um dos mais expressivos do biênio, que contou com a adesão de 90% dos professores do

Estado, e neste período, o SINTESE era o principal protagonista das principais paralisações e greves no Estado” (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

A nível de consciência da classe reverberou na luta pela aprovação do Plano de Carreira. Enquanto ação sindical, houve o lançamento da “Campanha Sinal de Alerta” para pressionar o governo pela aprovação do PCRM, no ano de 2001.

No início de maio, o governo procede com a suspensão ilegal e arbitrária da consignação sindical nos salários dos professores para quebrar o sindicato financeiramente em um momento de pré-mobilização contra o governo do Estado. Os desdobramentos, no entanto, resultaram em uma greve histórica de vinte e três dias no mês de maio.

Em resposta à suspensão da consignação sindical, foram realizados atos públicos em frente à SEED, a grande caminhada rumo ao prédio do INSS onde o governador se encontrava e foi obrigado a receber a comissão de negociação do SINTESE, a vigília de dois dias em frente ao Palácio dos Despachos, o jejum de 48 horas feito por vinte e dois professores na ALESE e a “Marcha em Defesa da Educação e da Dignidade do Professor”, com a participação de 6 mil pessoas.

O SINTESE contou com o apoio de várias entidades em sua campanha. Foram inúmeros encontros com o governo e com a SEED. Houve até rodada de negociação no Parlamento Federal (Comissão de Educação), envolvendo o SINTESE e governo do estado, mas sem sucesso há categoria.

Enquanto o governador negociava com o SINTESE, em Brasília na presença da Comissão de Educação do congresso. Em Aracaju a justiça decretou, em 8 de junho, a ilegalidade da greve, com aplicação de multa diária de R\$ 5 mil/dia.

Após a declaração de ilegalidade da greve em 12 de junho, os professores em assembleia definiram pelo fim da greve mediante as propostas apresentadas pelo governo que incluem o envio imediato do PCRM para a ALESE e sua aprovação.

Fotografia 39: Assembleia sindical



Fonte: Arquivo do SINTESE (12 de junho de 2001/ IHGSE)

O piso salarial proposto pelo governo que alega impossibilidade de alteração desse valor subiu de R\$ 180 para R\$ 195 (embora a categoria lutasse por R\$ 214,11).

A aprovação de princípios gerais da gestão democrática do Ensino, como a definição de realização de um Congresso Estadual de Educação, bienal, no qual devem participar representantes de todas as escolas da rede estadual, com o objetivo de definir as linhas gerais da política educacional do Estado; definição pela criação de quatro órgãos gestores nas escolas: 1- as plenárias escolares, composta por todos os segmentos da escola; 2- as assembleias escolares, idem; 3- O conselho escolar; 4- o diretor e o vice-diretor escolares (SINTESE 40 anos, Fluxo, s/n).

A partir da aprovação do PCRM na Rede Estadual tornou-se principal bandeira de luta dos educadores de redes municipais de todo estado.

Fotografia 40: Mesa de negociação



Fonte: SINTESE (2000).

A mesa de negociação é um espaço onde fica estabelecido os parâmetros necessários à classe e partir deles acordos são firmados. O gerenciamento de dados também passa pelo crivo e divulgação popular, neste a comunicação com a sociedade é indispensável.

O educador se constrói à medida que se conscientiza das suas questões:

Então veja, eu acho que logo no começo da minha luta dentro do SINTESE, [...] na aprovação do Estatuto do Magistério. Então, essa é a primeira grande batalha travada, onde eu já passo a atuar. Aqui eu ainda não era da direção do SINTESE, [...] era representante de base na minha escola [...]. numa escola chamada Alice Fortes, que se localiza ainda hoje ali no bairro América, e eu comecei articular a luta sindical nas escolas. Aquele então eu era representante de base, mas eu fui eleito como representante de base, fui eleito para integrar a comissão de negociação do SINTESE aqui, de fazer as negociações com o governo do Estado. Na época era João Alves Filho governador. Então, como representante de base, eu integro a comissão de negociação. [...] eu começo a aparecer na luta, porque como membro da comissão de negociação eu vou para as negociações, eu vou dar as entrevistas no rádio, na televisão, na defesa dessa questão. E é isso que logo em seguida permite, que eu seja eleito vice-presidente do SINTESE. [...] um outro momento importante da nossa luta, que foi a conquista da LDB, onde a LDB foi aprovada. [...] Porque a partir da aprovação da LDB, nós lá dentro do sindicato, tomamos como meta debater o conteúdo dessa legislação, que é a legislação que fundamenta a função da educação no Brasil, debater no Estado inteiro. Então nós organizamos e aí a gente percorria o Estado inteiro, debates, especialmente junto às câmaras de vereadores. Convidávamos professores, administrações municipais, íamos às câmaras de vereadores, mas também íamos a outros espaços debater o conteúdo da LDB. Com qual finalidade? Porque a LDB trouxe novidades importantes, inclusive para a nossa

luta. Por exemplo, a LDB definiu que nós tínhamos que ter estatutos, que nós já havíamos conquistado. Sergipe, aliás, conquistou um estatuto até avançado para aquele momento e também tinha que ter planos de carreira e remuneração. [...] Eram duas peças legais estabelecidas na LDB. E nós fomos para o debate, a LDB, trazer os princípios da gestão democrática. A LDB definiu finalmente onde podia ir, onde não se podia utilizar os recursos da educação, que era um debate que se fazia muito ainda até a década de 80. Mas aqui a LDB, nos artigos 70 e 71, definiu taxativamente como pode, e como não se pode gastar os recursos da educação. Então a gente foi debatendo essas coisas, o conceito de profissional de educação, a organização do sistema educacional. [...] terceiro aspecto que eu quero destacar [...] é a conquista do nosso plano de carreira, remuneração que foi em 2001, eu que diria o SINTESE nós conquistamos, nós iniciamos a luta pelo plano de carreira em 1996, quando a LDB definia como um direito nosso, mas só conquistamos aqui em junho de 2001 (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

A luta e comoção:

Entrei naquele Instituto Histórico, o Instituto estava lotado por tudo que é lado, e quando a gente chegou foi uma comoção muito grande. Eu entrei sob o impacto muito forte da presença dos meus colegas e os aplausos, mais especialmente sabendo que tinha. Quando eu olhei para a mesa, estava um grupo OAB, uma série de representantes parlamentares, inclusive federais, e tal, em apoio à nossa luta. Eu era presidente vendo a categoria, esperando uma resposta daquela luta. A gente, com a espada da Justiça sobre a nossa cabeça para decretar nossa greve legal. O oficial de justiça na porta do Instituto Histórico para nos notificar da ilegalidade da greve. E aquele momento, um momento muito forte para mim, muito forte. E nós conseguimos tirar. Não queríamos, mas conseguimos negociar é muito do plano de carreira que a gente conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa posteriormente. Foi um momento muito marcante (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

A representação coletiva e a capacidade de argumentação e oratória trouxeram ao movimento respaldo e engajamento. Durante a fala do professor Iran Barbosa a comunidade docente o acompanhava atentamente buscando encontrar em suas palavras representatividade e propósitos comuns.

4.5 Somos iguais todos os seres¹²⁷

Um sindicato socialista e que tem como patrono Paulo Freire, além de formar grupos de estudos, ofertar cursos, seminários, oficinas, congressos, conferências e

¹²⁷ Referência ao hino “A internacional socialista”, música de Pierre Degeyter, letra de Eugene Pottier.

etecetera, tem em suas ações, como temos argumentado, a missão de agregar os muitos educadores, em torno da educação e fortalecendo a sua causa. Para tanto, busca trazer ao professor (a) a condição de compreender a sua condição de educador e de transformador da realidade.

Uma das maneiras encontradas para isso é por meio da arte. Pela arte somos todos tocados, somos seres iguais. A subjetividade que ela transmite tem a capacidade de mobilizar, promover reflexão e transformação. Além das formalidades e o estudo da literatura, o sindicato também é composto por uma parte cultural, onde a socialização encurta distâncias e traz leveza e um suor mais 'brando'.

Fotografia 41: Momento de recreação cultural



Fonte: Arquivo do SINTESE (s/d).

Como quem se deixa embalar pela audição radiofônica, essas pílulas culturais quebram a rigidez, aproximam docentes, além de provocar e possibilitar a inclusão, afinal arte e cultura existem em todas as fases da vida.

A professora Ana Lúcia destaca as dificuldades encontradas nos primeiros momentos da atuação sindical.

E eu me lembro [...] as ações para mobilizar os professores e a sociedade em cima da nossa pauta, das paradas. [...] no Olímpio Campos nós compramos aquela talagarça e saímos aí pelo jardins, pedindo ao povo cabrita, essas flores [...] E aí nós fizemos um tapete de flores. Então ficamos pra ver quem pisava e ninguém tinha coragem de pisar, então também não entravam. Criativo, criativo Entravam é claro pelo fundo, não pela frente. Foi assim um dia

inteiro a gente impedindo esse fluxo. E aí fazia rodízio nos professores, quem ensinava de manhã, vinha á tarde, quem ensinava de tarde vinha pela manhã. E assim eram coisas criativas que chamava atenção da população. É uma relação permanente mesmo o Natal, e o Natal da pobreza. Nós alugamos uma carroça sem o burro, só a carroça. Compramos aqueles sacos de açúcar, aqueles mais escuros, sabe qual é? [...] Ali a gente enchia de bagaceira mesmo, dava o laço. E ao mesmo tempo a gente tinha um cartãozinho de final de ano mostrando que a pobreza da educação refletia a própria pobreza da sociedade e tal, pedindo apoio para a nossa luta. E no cartão a gente furava e amarrava com laços os mini-lápis, simbolizando a nossa profissão, o lápis grafite. [...] a coisa [era] bem manual mesmo (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

Sobre as reações às manifestações, comenta:

No início existiu algumas agressões, mas na década de 80, [...] ficava[m] ali na Rua João Pessoa chamando a gente de comunista “vai pra casa”. [O povo] deixou ele fazer isso e riam e foi simpático. E por aí (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

E acrescenta:

E sempre com muita atividade cultural, sempre muita, muita música, teatro, dança. [...] Inclusive, isso acabou se tornando até um traço na maneira de organização do SINTESE. Eu acho que ele resgata um pouco do que foi aquela herança lá inicial que antes era mais no sentido de recreação. Vou utilizar esse termo, mas ele agrega também, traz um pouco disso para a gente aqui. Uma forma de fazer a luta pelas expressões das várias expressões da nossa cultura. Sim, esse é o objetivo (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A participação ativa dos professores (as), alunos (as), pais e da população eram constantes. Os calçadões de Laranjeiras e João Pessoa, no centro de Aracaju, eram transformados em teatros a céu aberto para a realização de apresentações bem-humoradas, mas carregadas de simbolismo e protesto.

Mas esse diálogo criativo com a sociedade se torna mais criativo à medida que nas conferências, congressos e eventos do sindicato, eles se constroem a partir de leituras e estudos em ações mais conscientes. De modo que a arte não seja apenas um adorno, mas se forme como uma ferramenta de transformação social e profissional.

Utilizar a ludicidade permite libertar sentidos, dialogar com o mundo de forma autônoma, crítica e inventiva. Abordar problemática reais e por vezes conflitantes, mas tratando-a com seriedade e leveza, riso e comoção de maneira a favorecer a capacidade criativa e a integração e a empatia de quem dele assiste e participa.

Dentro dos congressos, seminários, conferência, atos públicos e afins, o SINTESE sempre buscou destacar a parte cultural. Trabalha a opressão, mas também celebra a cultura popular, a ancestralidade, a dança. Movimentar o corpo consistia uma forma de extrapolar a rigidez imposta aos momentos de tensão, era levar a cabo a perspectiva humana de libertar da opressão, mas não se tornar opressor, como pregava Paulo Freire na Pedagogia do Oprimido (1975).

Fotografia 42: Protestos



Fonte: Arquivo do SINTESE (1997-1998).

Sobre a relação entre cultura e educação:

No meu segundo mandato, começou o coral e o maestro era Mosquito [...] O dinheiro ainda era um pouco curto, então tinha um coral. Nós fizemos uma parceria com a Associação Atlética para que os professores pudessem frequentar natação, o esporte lá. [...] Eu acho que vai ampliar o coral e vai ter oficina de dança já na gestão. Não sei se adiantou. Eu acho que é de Joel ou de Ângela a minha gestão e a de Iran, eu acho que não conseguimos, só o mesmo coral com o Mosquito. Era um coral ainda pequeno. Mosquito assim é bem

liberal, não dava muita disciplina, então as aposentadas levavam muito mais na recriação. [...] E o coral passou a ser uma grande referência a dança, o batuque. Aí as subseções também começaram a ter essas oficinas lá na Estância. Eu sei que tem o Pisa pólvora, eu não sei se Lagarto. [...] O primeiro prédio que era ali perto da Rafael Aguiar, que eu nem sei se eles já venderam e a gente comprou também um terreno no Mosqueiro, onde a gente queria fazer o Centro de formação Continuada. Não sei também se a direção vendeu esse terreno e assim toda estruturação e não tinha nada, mas coisa do primeiro mandato imagino depois do primeiro mandato foi para estruturar ao mesmo tempo contratar profissionais (Entrevista com Ana Lúcia Vieira Menezes, abril de 2022).

A arte e recriação também são utilizados como ferramentas para a inclusão dos docentes aposentados (as). As ações são mais centralizadas em Aracaju, fator que limita o acesso às bases interioranas. O que inclusive até os dias atuais é uma questão a ser melhor trabalhada.

Fotografia 43: Confraternização dos Aposentados



Fonte: Arquivo do SINTESE (1999).

O departamento de sociocultural do SINTESE, já era presente no Estatuto em 1994¹²⁸, art. 5, alínea I) Departamento Desportivo sociocultural, é um dos cargos que faziam parte da diretoria sindical.

Ainda assim é preciso conceber que:

O Departamento de cultura, ele sempre foi muito vivo porque nós que somos educadores. É que o grupo que dirigiu o SINTESE sempre compreendeu que a cultura, ela é a irmã siamesa da educação. Nós precisamos ter isso como e ela é o instrumento também de um

¹²⁸ As instituições AMPESE e CEPES também tinha atenção às questões da cultura e da recreação.

processo educativo rico. Se você tem a educação sendo desenvolvida a partir de projetos culturais, você dá vida à educação. Se você valoriza a cultura daquela comunidade que a escola está inserida, você traz para dentro das escolas os aspectos culturais, você evidentemente consegue mais sucesso no seu projeto educativo. Isso sempre foi muito caro, tanto é que todas as nossas atividades de formação estarão sempre muito permeadas por atividades culturais. Desde quando a gente, quando estava na direção do SINTESE, a gente se preocupava muito. Por exemplo, no momento de congressos de conferência, trazer atividades culturais dos municípios que as escolas iam desenvolvendo para apresentar (Entrevista com Iran Barbosa, julho de 2022).

Sobre as origens, o professor Joel destaca:

[...] Foi na minha gestão como presidente que a gente criou um movimento chamado SINTESE CULTURAL, que é a síntese cultural. Ele fez com que a gente criasse um coral, ele fez com que a gente tivesse dança, danças folclóricas. Isso fez com que atraísse uma parte importante de aposentados. Eles frequentam muito o SINTESE por conta do SINTESE Cultural. E aí foi um elo, inclusive de ligação para que boa parte de aposentados, que ficava em casa sem fazer nada, [...] inclusive já em depressão, vinhesse para cá participar das ações culturais do SINTESE e também entrar na luta por ajudar os ativos. [...] Fora isso o SINTESE tem oficinas da resistência, o SINTESE que tem conferências, o SINTESE tem congresso, o SINTESE tem um mecanismo que se abrem para que os professores possam cada vez está participando do dia a dia (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

A base cultural não é somente utilizada para realizar protestos ou contestações. Ela trata de temáticas que são caras a uma classe em sua maioria do sexo feminino e que vem no sindicato um espaço para reflexão.

[...] Existem políticas indenitárias. E tem também a nossa relação que a gente faz de fortalecimento. O que eu chamo de políticas indenitárias é de trazer, criar, combater. A gente tem. Nós criamos o coletivo de mulheres hoje a gente tem o coletivo antirracismo. [...] Bom, ou seja, o nosso objetivo é englobar e levar os professores para fazer todo tipo de debate possível, desde a sua profissão desde a sua condição de cidadã, na sua condição de mulher. Para nós, a nossa categoria é majoritariamente feminina (Entrevista com Joel Santos, junho de 2022).

Ao capacitar professores combatemos a violência ética, profissional e implementamos uma cultura solidária, legítima em direitos, capaz de educar, transformar e esperar dias melhores.

Fotografia 44: Distribuição de flores no centro da cidade de Aracaju



Fonte: Arquivo do SINTESE (2000).

A disciplina empregada aos seus membros, o emprego da racionalização operativa e analítica segundo a qual é preciso subdividir campos tornando-os menores e a partir deles poder atuar, abarcando mais facilmente as questões que surgem e se impõem.

O processo hora desenhado pode ser vislumbrado na organização da necessidade de comunicar e de construir com ela uma identidade de amplitude orgânica pela qual cabe disciplinar, formar e estabelecer consciência a uma classe. Dito isso, as ações encetadas pelo SINTESE ao longo desses anos buscaram construir uma nova identidade ao docente que de modo consciente estabelece a autocrítica e a análise da sua condição histórica para somente assim, lutar e defender uma nova realidade, quer seja por meio da formação continuada, por atos e mobilizações ou ainda pela conscientização da sociedade através do exercício da sua profissão dentro e fora dos espaços escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como quem descansa os ouvidos após uma longa audição, começo a me despedir, agora numa sensação melancólica de quem empreendeu esforço para traduzir os feitos do sindicalismo do magistério público sergipano, capitaneados pelo SINTESE.

A construção deste trabalho permitiu acessar os mecanismos de construção da luta sindical e da formação do professor/profissional. Cada entrevista conseguida era sinônimo de euforia, de compreensão e entendimento. Tenho todas gravadas e compiladas em formato audiovisual, como uma forma de construir memória a esse objeto.

Dado o estado de adversidade causado pelo COVID-19, as interações se deram em diferentes ambientes, como no conforto do lar da professora Ana Lúcia, via Google Meet, num momento em que buscávamos deixá-la com liberdade para recordar suas memórias e, ao passo, compreendíamos como o discurso relatado se assemelhava com tudo o que já havíamos lido. Mas a sensação de ouvi-la e interagir com ela foi, sem dúvida, única e esclarecedora.

Do professor Deputado Iran Barbosa, pudemos acessá-lo em seu gabinete político na ALESE, momento igualmente ímpar, dado ser um período de disputa eleitoral no qual sensivelmente (uso esse termo por falta de um que melhor expresse) nos recebeu e dedicou seu tempo a nos ensinar sobre o sindicalismo e a política sindical em Sergipe e no Brasil.

O professor Joel Almeida, depois de muito buscá-lo, descobri que morávamos no mesmo condomínio, mas realizamos a entrevista via Google Meet. Sua fala contribuiu muito para o nosso entendimento sobre as políticas e dinâmicas internas ao SINTESE. Suas contribuições nos colocaram também a par de outros trabalhos que estavam sendo realizados sobre a Instituição e sobre a professora Ana Lúcia.

Inspirados nessas falas e nas construções que direta e indiretamente chegam a nós, como do assessor sindical Hildebrando Maia e da professora aposentada Maria José, finalizo esta jornada de pesquisa com um sentimento de gratidão e realização.

Pensar o sindicalismo como objeto é também colocar-se em evidência num contexto de muitos nuances e instabilidade, como se vê, as pressões que o tema

carrega são muitas vezes veladas mas ainda motivo de tensão e de posicionamento diante de um silêncio inquietante.

Os itinerários descritos pelos três entrevistados colaboram na compreensão do zelo pela profissionalização da classe docente, associado ao estudo e debate em torno da defesa da educação, atuando no sentido de combater a proletarização da classe e engajar docentes, dando sustentação ao trabalho e condições de sobrevivência da classe.

Os achados desta pesquisa destacam que a atuação do movimento sindical do magistério público sergipano, através do SINTESE, desempenhou um papel crucial na reivindicação junto ao Estado e aos Entes Federados para a salvaguarda do sistema educacional. O sindicato zelou pela profissionalização da classe docente, combateu a proletarização da profissão e construiu memórias valiosas sobre suas estratégias e ações. Este trabalho evidenciou que o sindicalismo contribuiu significativamente para a formação da identidade profissional dos docentes, bem como para a formação continuada nas questões sindicais e pedagógicas, expondo à sociedade as responsabilidades do Estado em relação à educação e à condição dos trabalhadores docentes.

Ao discorrer sobre os caminhos percorridos ao longo da construção sindical do docente, no "acordar" evidenciei que o processo inicia com uma quebra de barreiras no interior da identidade do professor(a). Percebemos o conflito interno do docente, que sentia a necessidade de questionar suas condições de trabalho e remuneração, e ao mesmo tempo, tinha o compromisso herdado e presente na memória social, de ser exemplo de ordem e harmonia. Aqui percebe-se o conflito na construção da noção de identidade do docente como trabalhador, bem como as manobras do Estado no sentido de ajustar o processo conforme suas regras.

O inconformismo dos servidores docentes ganhou expressividade através do contato com livros, revistas, textos e debates sobre a condição do trabalho, fazendo-os despertar para sua condição de professor trabalhador. Munidos de certa bagagem cultural e intelectual, extrapolaram os muros da escola e, por meio da organização, construíram um grupo de estudos voltado para compreender a legislação e as questões educacionais. Por meio de práticas formativas, empenharam-se em desenhar e desenvolver uma nova identidade para o magistério público, através do CEPES.

O período, no entanto, não era o mais favorável a manifestações à revelia do Estado. Viviam-se os anos do governo civil-militar-empresarial (1964-1985) e, por isso, as ações eram acompanhadas de perto, sob a vigilância da Polícia Política. Os entraves postos pela legislação também se constituíram em obstáculo à livre manifestação.

Durante este tempo, sindicatos em todo o país enfrentaram censura, intervenções e perseguições por parte do regime militar. No entanto, o SINTESE mostrou uma notável capacidade de resistência, organização e mobilização mesmo diante dessas adversidades. A resistência do SINTESE durante o governo militar é um testemunho da coragem e determinação dos trabalhadores da educação em Sergipe. Eles conseguiram articular estratégias de luta, manter a coesão do movimento e lutar por direitos fundamentais, apesar das ameaças e repressões constantes. Essa resistência não apenas fortaleceu a identidade sindical, mas também ajudou a consolidar a luta pela democratização e pelos direitos educacionais no Brasil.

A austeridade e a perseguição formaram um sindicalismo pelego, sem representatividade e expressividade, obrigando os mais engajados a empenhar-se na "busca pela sintonia adequada" entre as lutas e a organização sindical dentro das prerrogativas constitucionais. Essas características surgiram dada a criação de grupos de estudos, principalmente com o apoio de professores de outras partes do Brasil, sobretudo do eixo Rio-São Paulo, que trouxeram à luz as questões da formação continuada e o entendimento sobre a legislação e o universo do trabalhador docente.

Neste ínterim, tinha-se em Sergipe duas diferentes concepções sobre o sindicalismo docente. Um desses braços formou-se a APEMA (1985), que encontrou respaldo entre os servidores do Município de Aracaju. Embora o sindicalismo municipal não seja o nosso objeto de análise, por certo tem muito a nos ensinar. Deixo como sugestão.

A compreensão da relação entre a constitucionalidade das instituições e a permissão ao servidor público de ingressar ao sindicalismo também foi objeto de análise, quando da introdução da Constituição Cidadã de 1988, que, dentre outras coisas, legitimou a transformação das Associações em Sindicatos aos servidores públicos.

A AMPESE, em 1988, transformou-se em SINTESE, e a APEMA, em 1990, no I Congresso de Educadores do Município de Aracaju, aprovou a transformação da nomenclatura para SINDIPEMA. Estas se filiaram à CUT.

As implicações deste estudo são vastas, oferecendo insights para o presente e o futuro do movimento sindical na educação. As lições aprendidas com a história do SINTESE podem orientar estratégias de mobilização e resistência em contextos atuais, onde os desafios à educação pública e à valorização dos profissionais da educação continuam a ser uma realidade.

Além disso, o estudo do sindicalismo docente contribui na atualidade ao proporcionar uma compreensão profunda das estratégias e lutas sindicais que podem ser adaptadas para enfrentar os desafios contemporâneos. Ao analisar as experiências e conquistas do passado, os educadores e sindicalistas de hoje podem encontrar inspiração e orientação para desenvolver novas formas de resistência, fortalecendo a luta por melhores condições de trabalho e pela qualidade da educação pública. Essa continuidade de luta e aprendizado histórico reforça a importância do sindicalismo como uma força vital na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção de uma educação justa e inclusiva.

As memórias dos dirigentes do SINTESE confirmam a tese de que a atuação do movimento sindical do magistério público sergipano por meio do SINTESE contribuiu para a consolidação da carreira docente por meio da formação sindical e educacional de professores, de modo a integrar e socializar junto ao Estado e aos Entes Federados a salvaguarda do sistema educacional.

Para além do expor, cabe também refletir os percalços pelos quais a educação e o educador passam, percebendo que muitos dos silêncios e da ausência de debates na academia se dão por conta do situacionalismo e da emergência a que esses agentes estão submetidos. Ser do sindicato é tomar partido, é cobrar políticas e também é tornar-se agente político que coloca em pauta o silêncio e as dores de muitos.

Reconhecendo as limitações deste estudo, como a restrição temporal e a dependência de fontes documentais e orais, sugere-se que futuras pesquisas continuem a explorar o papel dos sindicatos na educação e na formação da identidade docente em diferentes regiões e períodos históricos. Questões como a evolução do movimento sindical docente em Sergipe após 2001, a influência das novas tecnologias e mídias sociais, a interseccionalidade e diversidade dentro do

movimento sindical, a rede sociabilidade sindical, comparações internacionais, relações políticas, formação e desenvolvimento profissional dos docentes, desafios contemporâneos e os impactos da pandemia de COVID-19 são áreas promissoras para novos estudos.

Essas investigações futuras podem contribuir para um entendimento mais amplo e profundo das dinâmicas sindicais e sua relevância contínua na luta por uma educação de qualidade e na valorização dos profissionais da educação.

A sindicalização não é um processo natural; ela requer a identificação do professor como um trabalhador, um trabalhador da educação disposto a lutar por seus direitos. “Esperançar em bases dialógicas” busca descortinar os meios utilizados no processo de ajustes entre as partes, na negociação entre partes em conflito. Muitas vezes, colocando-se na linha de fogo ou articulando com criatividade e ousadia para imprimir sua posição e necessidade.

Dessa forma, caminhos foram percorridos, memórias retiradas do esquecimento e fontes consultadas e problematizadas. Todavia, fica a certeza de que há muito por onde se trilhar para descortinar novos saberes sobre a sindicalização docente. Temos a consciência de que não abarcamos todos os pontos possíveis; esse também nunca foi o propósito nem a intenção. O conhecimento histórico é sempre reanalisado diante da leitura do pesquisador. Por certo, existem caminhos que chamam atenção e despertam o ‘acordar’ diante das múltiplas possibilidades de interpretação. Assim, a sintonia um dia despertada em mim pela audição da rádio pode ser despertada em outrem por outros mecanismos e, portanto, este trabalho continuará a ser construído.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

Correio do Povo. 26 de setembro a 05 de outubro de 1988. Hemeroteca do Arquivo Público de Aracaju.

Correio do Povo. Aracaju (SE), 26 de setembro a 05 de outubro, nº 10, 1988. Arquivo Público de Aracaju, miscelânea, J17.

Diário Oficial do Estado de Sergipe. 24 de outubro de 1919. Hemeroteca da APES. Ano I. 31º da República.

Diário Oficial do Estado de Sergipe. 30 de dezembro de 1919. Hemeroteca APES. Ano I. 31º da República. Nº 1.

Diário Oficial do Estado de Sergipe. Período abrangente a 1919 (outubro e dezembro). 11 13.08 de janeiro de 1920. Hemeroteca APES.

Jornal da Manhã, 04 de abril de 1987. Pacotilha JM17 – 06, Arquivo Público de Aracaju.

O popular. Ano II. Nº 12, Aracaju/ Se. De 25 de janeiro a 25 de fevereiro de 1992. Arquivo Público de Aracaju, miscelânea, J17.

SILVA, Maria Izabel Ladeira. **Sindicalismo no setor público em Sergipe: o caso da educação.** 1997. 133 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.

ESTATUTO DO SINTESE. **Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe.** Org.: Mary Pascoini. Hildebrando Maia. Editora Eletrônica: Vital Comunicação. Gráfico Costa, [Aracaju/SE], novembro de 1994.

PROCESSO NEGOCIAÇÃO. **Formação.** Negociação coletiva e Orçamento Público na Área de Educação. Um novo conceito de atuação sindical. Fascículo 5. CNTE. ESFORCE. Lararforbunder. 1993. (Arquivo do SINTESE).

FONTES DIGITAIS

Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. SIAN. Fundo: Serviço Nacional de Informação. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.87009302 - greve dos professores da rede estadual de Sergipe se. - Dossiê - ARQUIVO: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_87009302_d0001de0001.pdf - (2023).

Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. SIAN. Fundo: Serviço Nacional de Informação. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88010308 - transformação da associação profissional do magistério do estado de Sergipe, APMESE, em sindicato. - Dossiê - ARQUIVO: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_88010308_d0001de0001.pdf (2023).
Correio de Aracaju. 02 de fevereiro de 1946. Repositório da UFS/ IHGSE.

Gazeta de Sergipe. 03 de junho de 1979. Repositório da UFS/ IHGSE.

Gazeta de Sergipe. 12 de junho de 1979. Repositório da UFS/ IHGSE.

Gazeta de Sergipe. 25 de março de 1987, p. 04. Repositório da UFS/ IHGSE.

Jornal da Cidade. 07 e 08 de julho de 1992. Cidade - 3 - B. Repositório da UFS/ IHGSE.

Jornal da Cidade. 27 de julho de 1992. Cidade - 2 - B. Repositório da UFS/ IHGSE.
Jornal da Cidade. 27 de maio de 1992. Cidade - 3 - B. Repositório da UFS/ IHGSE.

Jornal Diário de Sergipe. Ano V, Aracaju 18 de maio de 1946. Repositório da UFS/ IHGSE.

DOCUMENTÁRIO

“Dió: o tempo sem tempo de ser”. Direção: Carol Westrup. Produtora Agência Voz. Fotografia: Vinicius Leite. Editor: Marcos Duarte. 2011

FONTES DIGITAIS

BRASIL. **Ato Institucional nº 13**, de 5 de setembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-13-69.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Senado Federal, 1934.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 19 de março de 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6386.htm. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

BRASIL. **Decreto Lei nº 477.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29/01/2023.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452.** Consolidação das leis do trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 05 de março de 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.402.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/7/1939, Página 16233. Coleção de Leis do Brasil - 1939, Página 3, Vol. 6. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1402-5-julho-1939-411282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

BRASIL. **Legislação.** Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 de outubro de 2021.

BRASIL. **Legislação.** Decreto-lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2162-1-maio-1940-412194-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

BRASIL. **Legislação.** Decreto-lei no 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2022.

BRASIL. **Legislação.** Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

BRASIL. **Legislação.** Lei complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp08.htm. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

BRASIL. **Legislação.** Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5107.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.783,** de 28 de junho de 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.HTM. Acesso em: 29 de março de 2023.

FGV. CPDOC. **Marcelo Deda Chagas.** Biográfico. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcelo-deda-chagas>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

MEC-USAID. *In:* MINTO, L. W. **Significado MEC-USAID.** Histedbr, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid#:~:text=S%C3%A9rie%20de%20acordos%20produzidos%2C%20nos,coopera%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

JESUS, Vânia Maria de. **Sindicalismo em movimento:** a atuação do Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe CEPES (1986-1992). Monografia em Licenciatura em História. Universidade Tiradentes, Aracaju/SE, 2006.

RESGATE DO SINTESE. **Resgate histórico dos 40 anos de luta do SINTESE**. IN: Assessoria de comunicação. 1 de abril de 2009. Disponível em: <https://sintese.org.br/educacao/historia/resgate-historico-dos-40-anos-de-luta-do-sintese/>. Acesso em: 06 de jan. de 2020.

SERGIPE. **Lei nº 7.382**, de 03 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://al.se.leg.br/Legislacao/Ordinaria/2012/O73822012.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2023.

JÚNIOR, A.F.; BITTAR, M. **O Novo Sindicalismo e os docentes**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F (Org.). Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/296-1.pdf>. Acesso em: 09 de abril de 2023.

REVISTAS

DAL ROSSO, Sadi. Contribuição para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In Anais do I Seminário para Discussão de Pesquisas e Constituição de Rede Internacional de Pesquisadores: Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009. P. 1 -18. Disponível em: <https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Dal%20Rosso.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2024.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. **Currículo sem Fronteiras**. V. 1, nº 2, 2001 (jul/dez), p. 117- 130. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/lawn.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

PICALHO, Antonio Carlos; DE OLIVEIRA LUCAS, Elaine Rosangela; AMORIM, Igor Soares. Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 11, p. 1-12, 2022.

PROGRAMA FORMAÇÃO DA CNTE. **Um novo conceito de atuação sindical**. Fascículo 5. Negociação Coletiva e Orçamento na Área de Educação. CNTE. Lararforbundet, SINTESE, 2008.

Diálogo Paulo Freire. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. Gestão 2011-2014, p. 1- 41. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/aab54b87-40b8-4120-9342-9c94179ed550/content>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

DICIONÁRIOS

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco; **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

Dicionário Político. **Comuna de Paris**. Marxists internet archive. Acesso em < https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/comuna_paris.htm>, disponível em 27 de abril de 2023.

LIVROS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 6º reimpressão. Rio de Janeiro, FGV, 2017.

ALBUQUERQUE, Cleide Pessoal *et al.* NUNES, Ana Carolina V. M. F. ilustr. **Professora Ana Lúcia a trajetória de uma intelectual orgânica: múltiplos olhares**. Aracaju, Editora ArtNer, 2023.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ANTUNES, Ricardo. L. C. **O que é sindicalismo**. São Paulo, Abril Cultural. Brasiliense, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas, Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARROYO Miguel G. Trabalho: educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO Gaudêncio (Org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, Vozes, 2002.

BARBOSA, Mario dos Santos. **Sindicalismo em tempos de crise**: a experiência na Volkswagen do Brasil. Santo André: Alpharrabio, 2003.

BIHR, Alain. **Da grande noite a alternativa**. São Paulo. Biotempo, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**: memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru / SP: EDUCS, 2004.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARVALHO, André. ANDRADE, Durval Ângelo. **Sindicalismo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editoria Iê, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

DAL ROSSO, Sadi, *et al.* **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DANTAS, Beatriz Góis. São Cristóvão, UFS. Aracaju, IHGSE, 2013.

DANTAS, J. Ibarê. **História de Sergipe República (1998-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, J. Ibarê. **Marcelo Déda na construção da democracia**. Aracaju: Criação, 2023.

DANTAS, J. Ibarê. **Os Partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. **Textos para a história de Sergipe**. Coord.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRONATO, Cristiano de J. **Das aulas avulsas ao Lyceu provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. Aracaju: Diário Oficial do Estado de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2014.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza, UFC, 2002. (Apostila).

FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Oprimidos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo, Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2º edição. São Paul, Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998.

GALETTI, Luiz Carlos. A fragmentação do movimento sindical dos trabalhadores da educação básica em Sergipe. In: BAUER, Carlos. *et al.* (Org). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**: com escritos sobre a Argentina, Colômbia, Inglaterra, Japão e Peru. V. 3. Jundiaí /SP Paco Editorial, 2017.

GALETTI, Luiz Carlos. **Sindicato, crise e revolução**: os sindicatos de trabalhadores da educação básica em Sergipe e a fragmentação sindical no Brasil contemporâneo. Jundiaí: Paco, 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 6ª ed. Ipiranga/São Paulo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Concepções dialética da história**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauros, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6ª ed. São Paulo: Unicamp, 2012.

LUCA, Tânia R. de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências humanas. Edição II. Salvador: EDUFBA, 2017.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação Sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo, Escrituras Editora, 1996.

MARX, Karl. **Capital**. New York: Internacional Publsishers. V. 1. 1975.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Trad. Maria Lucia Como. 4 ed. revista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

NÓVOA, António. **Evidentemente**: História da educação. Lisboa: Asa, 2005.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa, Educa, 2002.

NÓVOA, António. La profession enseignante en Europe: analyse historique et sociologique. In: **Histoire & Comparaison essais sur l' éducation**. Lisboa: Educa, 1998. p. 147-185.

PERFIS ACADÊMICOS. José Anderson Nascimento. 2ª edição. Revista e ampliada. Pontes, Aracaju, 2022.

PINSKY, Carla B; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIOUX, J. P. A associação em política. In.: René Rémond. (Org.) **Por uma história política**. Trad. Dora Racha. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 99- 140.

ROCHA, Maria da Consolação; ROCHA, Wanderson Paiva. In: GINDIN, Julián. FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. DAL ROSSO, Sadi. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: teoria, história e movimentos. Brasília, Paralelo 15, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação**: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas / SP. Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 32. ed., Campinas, Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História do tempo e tempo da história**: estudos de historiografia e história da educação. Campinas / SP. Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas / SP. Autores Associados, 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Moritz. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções** da OIT. 2ª edição, Ed. LTR, 1998.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria e educação**. Porto Alegre, nº 4. P. 215-233, 1991.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. Livro I. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

WEBB, S.; WEBB, B. **The history of trade unionism**. New York: Augustus M. Kelley, 1973.

EBOOKS

SILVA, Diomendes Santos. **Ainda há uma esperança!**. 26 de outubro de 2011. Disponível em: <https://www.sintese.org.br/2011/10/26/diomendes-santos-da-silva-ainda-ha-uma-esperanca/>:Professor Diomedes Santos da Silva. SINTESE WEB.

SINTESE. Ligado. 01 de abr. de 2009. **Resgate histórico dos 30 anos de luta do SINTESE**. Disponível em: <http://www.sintese.org.br/quem-somos.html>. Acesso em: 06 de janeiro 2020.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

AMARAL, Rosemeire Dos Santos. **Mercedes Dantas E Os Discursos Sobre A Viagem Pedagógica Aos Estados Do Norte / Brasil (1930)**. Tese De Doutorado Em Educação. Universidade Federal De Sergipe, São Cristóvão/SE, 2019.

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração Do Trabalho Docente E A Instrução Primária Em Sergipe XIX (1827-1880)**. Tese De Doutorado Em Educação. Universidade Federal De Sergipe, São Cristóvão / SE, 2012.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Uma Análise Da Produção Sobre Associativismo E Sindicalismo De Trabalhadores Em Educação**: A Constituição De Uma Rede De Pesquisadoras/Es. IN: Seminário Internacional Da Rede De Pesquisadores Sobre Associativismo E Sindicalismo Dos Trabalhadores Em Educação. Associações E Sindicatos De Trabalhadores Em Educação. Rio De Janeiro, 22 E 23 De Abril De 2010.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com A Palavra, Os Alunos**: Associativismo Discente No Grêmio Literário Clodomir Silva. 2015. 337 F. Tese De Doutorado Em Educação. Universidade Federal De Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SAMPAIO, Dilson Gonzaga “**Para Tornar O Estudo Um Farol No Colégio O Lema Tracemos” O Colégio Patrocínio De São José, De Aracaju (1940 – 1953)**. Tese De Doutorado Em Educação. Universidade Tiradentes, Aracaju/SE, 2016.

ARTIGOS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas: IFCH/Unicamp, v. 6, n. 10/11.

BENCOSTA, M. L. A. A memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. In: **Revista História**. (São Paulo). V. 30, n. 1, p. 397-411, jan. jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100019>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. ORTIZ R. (Org.). **Pierre: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

DAL ROSSO, S.; CRUZ, H. L., RÊSES, E. da S. Condições de emergência do Sindicalismo Docente. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2, mai/ago, 2011.

DE JESUS, R. P. Historiografia sBRobre mutualismo (1875-1914) em Portugal e no Brasil. In: **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 3, 2016. p. 1-24.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991. (Dossiê: interpretando o trabalho docente.) Disponível em: https://www.academia.edu/6406308/A_ambiguidade_da_docencia_entre_o_profissionalismo_e_a_proletarizacao T and E 4 1991 . Acesso em: 30 de out. de 2023.

GINDIN, Julián. Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. In: **Anais do I Seminário para Discussão e Constituição da Rede Internacional de Pesquisadores**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 2009. Disponível em <https://redeaste.ice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Gindin.pdf>, acesso em 19 de janeiro de 2022.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Direito natural e jusnaturalismo. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: **Teoria Geral e Filosofia do Direito**. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/63/edicao-1/direito-natural-e-jusnaturalismo>. Acesso em: 11 de janeiro de 2023.

KARNAL, L. TATSCH, F. G. A memória evanescente. In: PINSKY, C. B. LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

NAVILLE, P. Cahiers d'étude de l'automation et des sociétés industrielles: Division du travail, classe ouvrière et syndicalisme. **SociologieduTravail**. Paris, n. 3, p. 7-18, 1962.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. De Yara AunKhoury. In: **Projeto História**. São Paulo, dez. 1993, p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 12 de agosto de 2022.

PEREIRA DE JESUS, Ronaldo. Historiografia sobre mutualismo (1875-1914) em Portugal e no Brasil. In: **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 42, núm. 3, setembro – dezembro, 2016, pp. 1144-1167. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. IN: **Revista Brasileira de Educação**. Universidade Estadual de Campinas / SP. v. 14. N. 40. Jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em: 06 de janeiro de 2020.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. IN: **Educação & Sociedade**. Ano XX, nº 69, Dezembro, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J56mswq8VnMPzwWwPJSKvJG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

XAVIER, Libânia Nacif. Contribuições ao estudo do associativismo docente. IN: **Revista Pro-Posições**. Campinas, SP. v. 30. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/9tZX4Lz6gsNfXFP8g4ngSDD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de agosto de 2023.

XAVIER, Libânia Nacif. Associativismo docente e transição política no Brasil e em Portugal (1970-1980). Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. In: Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009. Disponível em: <https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Xavier.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato. O Estado como instituição. Uma leitura das "obras históricas" de Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 9-28. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo79Artigo%201.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

FONTES ORAIS

ALMEIDA SANTOS, Joel de. Entrevistadora: Maristela do Nascimento Andrade. Aracaju, jun. 2022. 1 Arquivo vídeo (56 min). Plataforma Google Meet.

BARBOSA FILHO, José Iran. Entrevistadora: Maristela do Nascimento Andrade. Aracaju, jul. 2022. 1 Arquivo vídeo (58 min). Assembleia Legislativa de Sergipe.

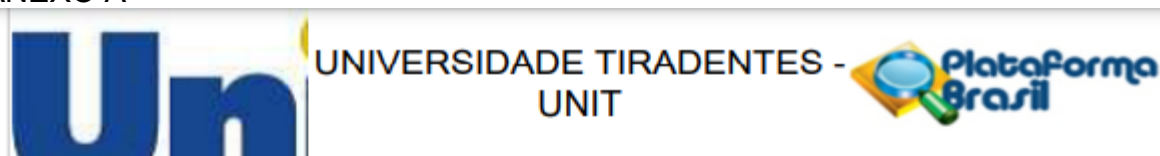
MENESES, Ana Lúcia Vieira. Entrevistadora: Maristela do Nascimento Andrade. Aracaju, abr. 2022. 1 Arquivo vídeo (2h14min). Plataforma Google Meet.

CANÇÃO

BRANDÃO, Leci. Anjos da Guarda. In: BRANDÃO, Leci. **ANJOS DA GUARDA**. São Paulo RGE Catálogo: 7528 2 /1995 CD, faixa 6 Disponível em: <https://music.apple.com/br/album/anjos-da-guarda/1463006647>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

ANEXOS

ANEXO A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE: O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE - SINTESE (1977-2001)

Pesquisador: Maristela do Nascimento Andrade

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57513022.4.0000.5371

Instituição Proponente: Universidade Tiradentes - UNIT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.697.326

Apresentação do Projeto:

Este projeto trata de um estudo voltado à salvaguarda das memórias da trajetória do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE, no período de 1977 a 2001, considerando sua historicidade e representatividade político-social. A relevância do tema justifica-se em razão do entendimento de que o sindicalismo docente na educação básica atua com vistas a exercer um papel de vigília e reivindicação às ações impetradas pelo Estado e entre federados à categoria docente, por conseguinte à sociedade no cumprimento das demandas educacionais e na observação de direitos e deveres junto aos profissionais do magistério. Dessa forma, temos por objetivo a compreensão da história do sindicalismo, gerido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE, a partir do segundo quartel do século XX, e para tanto recorreremos às memórias de seus atores e a fontes documentais, para a partir delas acompanhar as dinâmicas utilizadas na defesa dos profissionais do magistério público. Para alcançarmos esse propósito faremos utilização de uma metodologia de análise qualitativa, utilizando-se do recurso da história oral e documental, para compor a narrativa histórica da entidade. O repertório teórico-metodológico abarca aspectos ligados ao sindicalismo, com estudos de Armando Boito Junior (1999), Sílvia Maria Manfredi (1986); Julian Gindin; Márcia O. V. Ferreira; Sadi Dal Rosso (2013); Vicentini & Lugli (2009); formação de professores, saberes e práticas António Nóvoa (2002); Maurici Tardif; Claude Lessard; Louise Lahaye (1991), e outros.

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo

Bairro: Bairro Farolândia

CEP: 49.032-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3218-2128

Fax: (79)3218-2100

E-mail: cep@unit.br



UNIVERSIDADE TIRADENTES -
UNIT



Continuação do Parecer: 5.697.326

Esperamos assim compor a trajetória do sindicalismo docente, contribuindo para a construção da narrativa sindical do SINTESE.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a história do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE a partir do segundo quartel do século XX, considerando as memórias de seus atores por meio da narrativa de dinâmicas utilizadas na defesa dos profissionais do magistério público.

Objetivos Secundários:

Investigar as bases pelas quais o sindicalismo foi forjado no Sergipe e suas dinâmicas de estruturação e alcance político-social aos servidores do Estado; Examinar a relação entre a constitucionalidade das instituições sindicais e as estratégias de atuação organizadas e implementadas pelo SINTESE nos anos 1990; Identificar as lutas e estratégias sindicais para a promoção do enfrentamento político nos anos 2000; Avaliar as políticas sindicais e a sua continuidade frente a conjuntura do Estado para o serviço do magistério público em Sergipe.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os autores declaram que os riscos da pesquisa são:

- Risco de constrangimento e desconforto; - Risco de identificação indireta, devido ao número restrito de participantes;- Risco de dano emocional a partir do avivamento de memórias.

São benefícios:

- salvaguardar memórias sobre o sindicalismo sergipano;
- recompor a trajetória de lutas docentes;
- compartilhar experiências e práticas sindicais;
- tornar o entrevistado colaborativo;
- promover um retorno social à comunidade por meio da divulgação científica em suas múltiplas formas (palestras, artigos, papers, livros, etc.).

Os pontos listados acima favorecem o processo e resultado considerando os ganhos na história da educação ao se resgatar as memórias daqueles que contribuíram com o sindicalismo sergipano.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto foi submetido anteriormente a este Comitê, quando apresentou algumas pendências. Volta para nova apreciação e, nesta atual versão, as pendências descritas no parecer consubstanciado foram sanadas, conforme resposta ao parecer anexada.

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo

Bairro: Bairro Farolândia

CEP: 49.032-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3218-2128

Fax: (79)3218-2100

E-mail: cep@unit.br



UNIVERSIDADE TIRADENTES -
UNIT



Continuação do Parecer: 5.697.326

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se datadas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS n° 466/12.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações para este projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

PB: Plataforma Brasil; PD: Projeto detalhado; FR: folha de rosto.

O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS n° 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - XI.2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1907451.pdf	26/05/2022 17:20:13		Aceito
Outros	Respostaparecer.pdf	26/05/2022 17:08:44	Maristela do Nascimento Andrade	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_CONFIDENCIALIDADE.pdf	04/03/2022 16:50:21	Maristela do Nascimento Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MARISTELA_ANDRADE.docx	04/03/2022 16:46:11	Maristela do Nascimento Andrade	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.pdf	04/03/2022 15:51:44	Maristela do Nascimento	Aceito

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo

Bairro: Bairro Farolândia

CEP: 49.032-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3218-2128

Fax: (79)3218-2100

E-mail: cep@unit.br



UNIVERSIDADE TIRADENTES -
UNIT



Continuação do Parecer: 5.697.326

Outros	Roteiro_Entrevista.pdf	04/03/2022 15:51:44	Andrade	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	04/03/2022 15:38:30	Maristela do Nascimento Andrade	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Maristela_Andrade.pdf	03/03/2022 23:34:31	Maristela do Nascimento Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLAACAO_DA_INSTITUICAO.pdf	03/03/2022 23:27:16	Maristela do Nascimento Andrade	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_PESQUISADORES .pdf	03/03/2022 23:25:34	Maristela do Nascimento Andrade	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 11 de Outubro de 2022

Assinado por:
Emília Cervino Nogueira
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia **CEP:** 49.032-490
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3218-2128 **Fax:** (79)3218-2100 **E-mail:** cep@unit.br

ANEXO B

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (MODELO)

Declaração da Instituição

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Universidade Tiradentes - UNIT

Declaramos, a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado "MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE: O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE – SÍNTESE (1977-2001)", sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) Maristela do Nascimento Andrade, sob a orientação do Professor Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, que a Universidade Tiradentes, assume a responsabilidade de fazer cumprir os Termos da Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 346/2005 e 347/2005), além de zelar para que o pesquisador cumpra os objetivos do projeto, por meio de acompanhamento do curso de origem do(s) pesquisador(es) e relatório semestral enviado ao CEP/UNIT.

De acordo e ciente,

Aracaju, 03 de março de 2022.

CRISTIANO DE J. FERRONATO
CPF: XXXX
COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE, E REGISTRO DE
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MODELO)

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE: O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE – SÍNTESE (1977-2001)

Pesquisador responsável: Maristela do Nascimento Andrade

Instituição / Departamento de origem do pesquisador: Universidade Tiradentes - UNIT

Telefone para contato: (79) 99986-XXXX

E-mail: maristela.andrade@souunit.com.br

O pesquisador do presente acima identificado assume o compromisso de:

Garantir que a pesquisa só seria iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tiradentes- UNIT;
Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;

Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final da pesquisa;

Aracaju/SE, 04 de março de 2022.

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED
(MODELO)

**REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RCLE BASEADO
NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº510/2016, CONEP/MS**

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre "MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE: O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE – SINTESE (1977-2001)" e está sendo desenvolvida pelos/as pesquisadores/as Maristela do Nascimento Andrade, sob a orientação do Professor Dr. Cristiano de Jesus Ferronato do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Tiradentes, sob a responsabilidade do(a) Prof(a) Emília C. Nogueira, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Tiradentes (CEP-Unit/SE) sob o Número do CAAE: 57513022.4.0000.5371

Este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa, portanto, serão providenciadas duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e por você como participante de pesquisa ou responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção este documento, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este documento para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar.

O objetivo do estudo consiste em compreender a história do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE, através do regaste das memórias dos seus membros, investigando suas estratégias e dinâmicas sindicais. A finalidade deste trabalho é contribuir com a salvaguarda das atividades sindicais e a sua luta como Instituição de representatividade do magistério público sergipano. Como resultado, será dada à comunidade, o retorno da pesquisa por meio da divulgação científica, amplamente divulgados e publicados pelo pesquisador responsável através da sua tese, de artigos, livros e em atividades e eventos científicos.

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa, dada a notória relação de proximidade entre sua trajetória profissional e o sindicalismo público. Nosso procedimento de pesquisa se dará por meio de entrevista a ser coletada por recurso audiovisual, e terá tempo de duração de aproximadamente duas horas, podendo variar de acordo com a disponibilidade de tempo, interesse e envolvimento do entrevistado. Lhe é assegurada a garantia de que sua identidade será mantida

em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Informamos que essa pesquisa não visa promover situações de desconforto, durante toda a condução primaremos pela utilização de princípios éticos em consonância com as diretrizes científicas e de respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, de modo a garantir que seu processo resulte em ações benéficas ao depoente e à comunidade, promovendo o conhecimento científico e o seu bem-estar.

Diante da natureza da pesquisa e da metodologia que será utilizada, citamos alguns riscos e a respectiva ação com fins em minimizá-los:

- Risco de constrangimento e desconforto: o entrevistado decide local, horário e o que deve permanecer ou não na transcrição e posteriormente nos resultados;

- Risco de identificação indireta, devido ao número restrito de participantes: o participante estando ciente dessa possibilidade, autorizará ou não a quebra de anonimato, o que será respeitado pela pesquisadora;

- Risco de dano emocional a partir do avivamento de memórias: o participante será acolhido de forma a se sentir seguro e confiante tanto para os momentos de fala, quanto para os momentos de silenciamento ou demonstrações de sentimentos, antes durante e após a pesquisa;

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou penalidade, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Maristela do Nascimento Andrade, discente de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPED da Universidade Tiradentes – UNIT – Sergipe, e-mail: maristela.andrade@souunit.com.br.

Esta pesquisa está sob a orientação do Professor Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, e-mail: cristiano_jesus@unit.br.

Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos e ao ressarcimento das despesas decorrentes da pesquisa. Não haverá para os participantes da pesquisa, quaisquer tipos de pagamento e ajuda de custos, visto que é uma atividade voluntária, podendo os entrevistados optar por dia, local e horário para conceder a entrevista.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unit SE, de segunda a sexta-feira das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h na Av. Murilo Dantas, 300, bloco F, térreo – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE. Telefone: (79) 32182206 – e-mail:

cep@unit.br .

O CEP é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Tem como finalidade avaliar e acompanhar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura do(a) pesquisador(a)
responsável

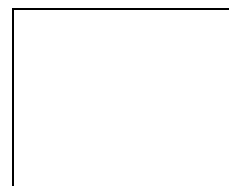
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Aracaju, ____ de ____ de 2022.

Impressão
digital

Assinatura do participante ou responsável
legal



ANEXO C

UNIVERSIDADE TIRADENTES

PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RCLE BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº510/2016, CONEP/MS

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre "MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE: O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE – SÍNTESE (1977-2001)" e está sendo desenvolvida pelos/as pesquisadores/as Maristela do Nascimento Andrade, sob a orientação do Professor Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Tiradentes, sob a responsabilidade do(a) Prof(a) _____, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Tiradentes (CEP-Unit/SE) sob o Número do CAAE: _____.

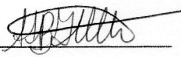
Este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa, portanto, serão providenciadas duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e por você como participante de pesquisa ou responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção este documento, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este documento para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar.

O objetivo do estudo consiste em compreender a história do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SÍNTESE, através do regaste das memórias dos seus membros, investigando as estratégias e dinâmicas sindicais. A finalidade deste trabalho é contribuir com a salvaguarda das atividades sindicais e a sua luta como Instituição de representatividade do magistério público sergipano. Como resultado, será dada à comunidade, o retorno da pesquisa por meio da divulgação científica, amplamente divulgada e publicada pelo pesquisador responsável através da sua tese, artigos, livros e em atividades e eventos científicos.

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa, dada a notória relação de proximidade entre sua trajetória profissional e o sindicalismo público. Nosso procedimento de pesquisa se dará por meio de entrevista a ser coletada por recurso audiovisual, e terá tempo de duração de aproximadamente duas horas, podendo variar de acordo com a disponibilidade de tempo, interesse e envolvimento do entrevistado. Lhe é assegurada a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Rubrica do pesquisador:  .

Rubrica do participante: 

Informamos que essa pesquisa não visa promover situações de desconforto, durante toda a condução primaremos pela utilização de princípios éticos em consonância com as diretrizes científicas e de respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, de modo a garantir que seu processo resulte em ações benéficas ao depoente e à comunidade, promovendo o conhecimento científico e o seu bem-estar.

Diante da natureza da pesquisa e da metodologia que será utilizada, citamos alguns riscos e a respectiva ação com fins em minimizá-los:

- Risco de constrangimento e desconforto: o entrevistado decide local, horário e o que deve permanecer ou não na transcrição e posteriormente nos resultados;

- Risco de identificação indireta, devido ao número restrito de participantes: o participante estando ciente dessa possibilidade, autorizará ou não a quebra de anonimato, o que será respeitado pela pesquisadora;

- Risco de dano emocional a partir do avivamento de memórias: o participante será acolhido de forma a se sentir seguro e confiante tanto para os momentos de fala, quanto para os momentos de silenciamento ou demonstrações de sentimentos, antes durante e após a pesquisa;

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou penalidade, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Maristela do Nascimento Andrade, discente de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPED da Universidade Tiradentes – UNIT – Sergipe, residente na Rua Palmira Ramos Teles, 1600, Condomínio Residencial Spazio Acqua, Torre Aria 1305, Bairro Luzia, Aracaju/Se, CEP 49.045-706, telefone celular (79) 9.9986-1422, e-mail: maristela.andrade@souunit.com.br.

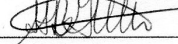
Esta pesquisa está sob a orientação do Professor Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, telefone celular (79) 9.9114-5678, e-mail: cristiano_jesus@unit.br.

Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos e ao ressarcimento das despesas decorrentes da pesquisa. Não haverá para os participantes da pesquisa, quaisquer tipos de pagamento e ajuda de custos, visto que é uma atividade voluntária, podendo os entrevistados optar por dia, local e horário para conceder a entrevista.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unit SE, de segunda a sexta-feira das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h na Av. Murilo Dantas, 300, bloco F, térreo – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE. Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

O CEP é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses

Rubrica do pesquisador:  _____

Rubrica do participante:  _____

dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Tem como finalidade avaliar e acompanhar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos.

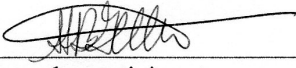
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

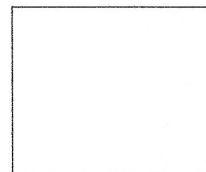
Marcelo do N. Andrade
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Aracaju, 20 de 07 de 2022.

Impressão
digital


Assinatura do participante ou responsável legal



Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

ANEXO D

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED

**REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RCLE BASEADO NAS
DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº510/2016, CONEP/MS**

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre "MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE: O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE – SINTESE (1977-2001)" e está sendo desenvolvida pelos/as pesquisadores/as Maristela do Nascimento Andrade, sob a orientação do Professor Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Tiradentes, sob a responsabilidade do(a) Prof(a) Emília Cervino Nogueira, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Tiradentes (CEP-Unit/SE) sob o Número do CAAE: 57513022.4.0000.5371.

Este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa, portanto, serão providenciadas duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e por você como participante de pesquisa ou responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção este documento, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este documento para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar.

O objetivo do estudo consiste em compreender a história do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE, através do regaste das memórias dos seus membros, investigando as estratégias e dinâmicas sindicais. A finalidade deste trabalho é contribuir com a salvaguarda das atividades sindicais e a sua luta como Instituição de representatividade do magistério público sergipano. Como resultado, será dada à comunidade, o retorno da pesquisa por meio da divulgação científica, amplamente divulgada e publicada pelo pesquisador responsável através da sua tese, artigos, livros e em atividades e eventos científicos.

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa, dada a notória relação de proximidade entre sua trajetória profissional e o sindicalismo público. Nosso procedimento de pesquisa se dará por meio de entrevista a ser coletada por recurso audiovisual, e terá tempo de duração de aproximadamente duas horas, podendo variar de acordo com a disponibilidade de tempo, interesse e envolvimento do entrevistado. Lhe é assegurada a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Rubrica do pesquisador:



Rubrica do participante:



Informamos que essa pesquisa não visa promover situações de desconforto, durante toda a condução primaremos pela utilização de princípios éticos em consonância com as diretrizes científicas e de respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, de modo a garantir que seu processo resulte em ações benéficas ao depoente e à comunidade, promovendo o conhecimento científico e o seu bem-estar.

Diante da natureza da pesquisa e da metodologia que será utilizada, citamos alguns riscos e a respectiva ação com fins em minimizá-los:

- Risco de constrangimento e desconforto: o entrevistado decide local, horário e o que deve permanecer ou não na transcrição e posteriormente nos resultados;

- Risco de identificação indireta, devido ao número restrito de participantes: o participante estando ciente dessa possibilidade, autorizará ou não a quebra de anonimato, o que será respeitado pela pesquisadora;

- Risco de dano emocional a partir do avivamento de memórias: o participante será acolhido de forma a se sentir seguro e confiante tanto para os momentos de fala, quanto para os momentos de silenciamento ou demonstrações de sentimentos, antes durante e após a pesquisa;

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou penalidade, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Maristela do Nascimento Andrade, discente de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPED da Universidade Tiradentes – UNIT – Sergipe, residente na Rua Palmira Ramos Teles, 1600, Condomínio Residencial Spazio Acqua, Torre Aria 1305, Bairro Luzia, Aracaju/Se, CEP 49.045-706, telefone celular (79) 9.9986-1422, e-mail: maristela.andrade@souunit.com.br.

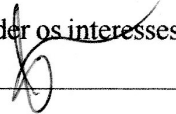
Esta pesquisa está sob a orientação do Professor Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, telefone celular (79) 9.9114-5678, e-mail: cristiano_jesus@unit.br.

Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos e ao ressarcimento das despesas decorrentes da pesquisa. Não haverá para os participantes da pesquisa, quaisquer tipos de pagamento e ajuda de custos, visto que é uma atividade voluntária, podendo os entrevistados optar por dia, local e horário para conceder a entrevista.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unit SE, de segunda a sexta-feira das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h na Av. Murilo Dantas, 300, bloco F, térreo – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE. Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

O CEP é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses

Rubrica do pesquisador: 

Rubrica do participante: 

dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Tem como finalidade avaliar e acompanhar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Manuel do Nascimento Andrade
Assinatura do(a) pesquisador(a)

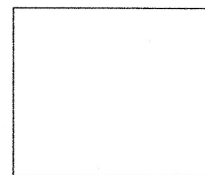
Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Aracaju, 21 de junho de 2022.

Jose I. de L.

Assinatura do participante ou responsável legal

Impressão
digital



Rubrica do pesquisador: MA

Rubrica do participante: AB

ANEXO E

Estatuto da Associação Profissional do Magistério Público do Estado de Sergipe (APMESE), fundada em 08 de setembro de 1977

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DE SERGIPE (APMESE)	Aracaju, 28 de outubro de 1977	Pág. 3
TÍTULO I Fundação	b - DIRETORIA c - CONSELHO ADMINISTRATIVO d - DEPARTAMENTOS REGIONAIS e - DIVISÕES ASSISTENCIAIS	TÍTULO V Recursos Capítulo I Patrimônio
Denominação, sede, constituição e finalidades	Art. 12 - Competência da Assembleia Geral	Art. 24 - O Patrimônio da Associação resultará de: a - contribuições; b - subseqüência e apólicas; c - doações espontâneas;
Art. 13 - A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DE SERGIPE (APMESE), fundada no dia 8 de setembro de 1977, com sede e foro nesta Capital, é uma entidade civil, social e voluntária, sem fins lucrativos e constituída de Professores, Orientadores Educacionais, Administradores Escolares, Inspectores Escolares, Supervisores Escolares e demais especialistas.	Art. 13 - A Diretoria da Associação é órgão executivo, constituída de dois membros constantes do Artigo 25, tendo a duração de 3 (três) anos.	Capítulo II Contribuições
Art. 25 - A referida Associação tem as seguintes finalidades: a - representar a Classe Magistral; b - orientar os Educadores quanto aos deveres e direitos; c - lutar pelo melhoramento do "status" social da Classe; d - representar todos os profissionais do Magistério, indistintamente; e - defender as causas justas da Classe; f - constituir-se Classe no sentido da teoria da composição analítica, coesa, unida e atuante; g - desenvolver trabalhos dos associados quando aprovados por uma comissão especial; h - manter arquivo de informações dos associados, mantendo-os de todas as ocorrências da Associação e de interesse da Classe; i - promover entendimentos entre a Classe e os Poderes Públicos; j - lutar pela valorização da Classe, reivindicando os seus direitos; k - promover conferências, palestras, seminários, simposios, etc., visando ao desenvolvimento e progresso do Magistério; l - desenvolver o espírito de solidariedade humana; m - fazer inter-relação com outras associações; n - manter arquivos: Secretaria de Educação e Cultura, visando ao ensino e à aprendizagem; o - participar de eventos culturais no País e no exterior; p - subsidiar estudos de aperfeiçoamento dos associados, objetivando o melhoramento do nível profissional e acadêmico; q - manter o "Diário do Magistério" e outras publicações; r - manter a Biblioteca da Associação; s - promover reuniões com as comunidades, objetivando a cultura dos educadores; t - manter a Coral da entidade; u - comemorar o Dia do Magistério; v - promover o esporte e as comemorações cívicas entre os associados.	Art. 14 - Compete ao Presidente: a - receber do antecessor todos os bens da Associação, responsabilizando-se por eles; b - representar a Associação, judicial ou extrajudicialmente; c - assinar documentos; d - convocar e presidir reuniões da Assembleia Geral; e - convocar e presidir reuniões da Diretoria; f - abrir, publicar e encerrar todos os livros de escrituração; g - assinar, com o Secretário Geral, todas as Atas de reuniões; h - assinar, com o 1º Tesoureiro, todos os documentos financeiros; i - nomear comissões de parcerias; j - promover, juntamente com os Diretores, Cursos, palestras, seminários, simpósios, conferências, etc.; k - conceder ou recusar férias aos associados; l - votar, nas discussões, em caso de empate, no sentido da maioria; m - assinar convocações; n - solicitar, através dos Poderes Públicos, a passagem de associados da Associação ao estatuto de servidor público; o - passar a execução da Associação ao estatuto de servidor público, quando for o caso; p - assinar, por escrito, o verbamento em sessão, justificando sua atuação, podendo assinar o referido estatuto quando não estiver presente; q - assinar, por escrito, o verbamento em sessão, justificando sua atuação, podendo assinar o referido estatuto quando não estiver presente.	Art. 27 - As mensalidades serão determinadas em Assembleia Geral. § Único - Os Sócios poderão contribuir com importância superior à determinada pela aludida Assembleia.
TÍTULO II Lei	Art. 15 - Compete ao 1º Vice-Presidente: a - auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções; b - substituí-lo em suas faltas.	Capítulo III Aplicação do Capital
Art. 26 - O Conselho Administrativo reunir-se-á com a Diretoria, sempre em caráter extraordinário, por convocação ou solicitação.	Art. 16 - Compete ao 2º Vice-Presidente: a - substituir o 1º Vice-Presidente nas suas faltas; b - substituir o Presidente quando o 1º Vice-Presidente não estiver presente;	Art. 28 - O capital adquirido pela Associação será utilizado para: a - compra de material permanente e/ou de consumo necessário às atividades; b - aquisição de imóvel para funcionamento da Associação; c - pagamento de aluguel de prédio ou salas para a sede da entidade; d - pagamento de "pre-labore" ao pessoal de apoio e a especialistas, objetivando cursos, seminários, etc.; e - aquisição de prêmios e bens concedidos aos Sócios por ocasião do "Dia do Magistério" e do Natal.
Art. 27 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 1º quinzeno de abril, trimestralmente, objetivando tomar conhecimento do Relatório de Exercício anterior e proceder à eleição de novos membros da Diretoria.	Art. 17 - Compete ao Secretário Geral: a - distribuir os trabalhos da Diretoria; b - secretariar as reuniões da Assembleia Geral; c - prestar informações, quando solicitadas, nas reuniões da Diretoria; d - registrar e correspondência oficial que lhe for atribuída pela Diretoria; e - levar a assinatura das Atas; f - fazer, por escrito, o verbamento em sessão, justificando sua atuação, podendo assinar o referido estatuto quando não estiver presente; g - assinar, por escrito, o verbamento em sessão, justificando sua atuação, podendo assinar o referido estatuto quando não estiver presente.	TÍTULO VI Departamentos Regionais
Art. 28 - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação da Diretoria ou por um terço dos Sócios.	Art. 18 - Compete ao Secretário de Expediente: a - auxiliar o Secretário Geral; b - secretariar as reuniões da Diretoria; c - preparar os cartões de identidade dos associados; d - preparar fichas de controle dos Sócios; e - fazer a expedição de cartas de correspondência; f - substituir o Secretário Geral nas suas faltas.	Art. 29 - Os Departamentos são órgãos subordinados à Presidência. § 1º - Cada Departamento terá um Diretor, escolhido pela Diretoria ou pelo Presidente com "referendum" da Diretoria, um Secretário e o pessoal técnico necessário. § 2º - Cada Departamento se regerá pelo Regimento Interno deste Departamento.
Art. 29 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 1º quinzeno de abril, trimestralmente, objetivando tomar conhecimento do Relatório de Exercício anterior e proceder à eleição de novos membros da Diretoria.	Art. 19 - Compete ao Secretário de Intercâmbio: a - manter contatos com Associações congêneres; b - emitir a correspondência referente às cidades e localidades; c - divulgar as atividades da Associação através da imprensa falada e escrita; d - coordenar os trabalhos relativos ao Boletim Informativo da Associação, bem como a sua distribuição aos associados; e - substituir o Secretário de Expediente nas suas faltas.	Art. 30 - Os Diretores dos Departamentos escolherão os seus Secretários. Art. 31 - Competência dos Diretores encaminhar, anualmente, Plano de Trabalho, à Diretoria desta entidade, objetivando aprovação para o desenvolvimento de atividades, bem como o Relatório das atividades executadas, incluindo prestação de contas.
Art. 30 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 1º quinzeno de abril, trimestralmente, objetivando tomar conhecimento do Relatório de Exercício anterior e proceder à eleição de novos membros da Diretoria.	Art. 20 - Compete ao 1º Tesoureiro: a - receber do antecessor todos os valores e documentos financeiros pertencentes à Associação, respondendo pessoalmente pelas mesmas; b - assinar todos os documentos financeiros; c - inscrever Sócios e extrair comprovantes; d - realizar todos os pagamentos da Associação mediante autorização do Presidente, por escrito; e - manter, ordenadamente, a escrituração e todos os documentos financeiros relativos a atividades; f - depositar todos os valores recebidos em Banco; g - assinar cheques para retiradas de depósitos, juntamente com o Presidente; h - apresentar, mensalmente, o Balanço da Receita e da Despesa; i - apresentar, anualmente, o Balanço da Receita e da Despesa.	TÍTULO VII Divisões Assistenciais
Art. 31 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 1º quinzeno de abril, trimestralmente, objetivando tomar conhecimento do Relatório de Exercício anterior e proceder à eleição de novos membros da Diretoria.	Art. 21 - Compete ao 2º Tesoureiro: a - auxiliar o 1º Tesoureiro no desempenho de suas funções; b - substituí-lo nas suas faltas.	Art. 32 - As Divisões Assistenciais são órgãos técnicos e auxiliares da Diretoria, responsáveis pelos assuntos peculiares ao Ensino e pela assistência aos Sócios. Art. 33 - São as seguintes as Divisões Assistenciais, podendo ser criadas outras pela Diretoria quando as mesmas necessitadas: a - As (Enfermagem, 1º Grau, 2º Grau, 3º Grau e Supletivo); b - Fisiocinotécnicas; c - Fisiológicas; d - Fisiológicas;
Art. 32 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 1º quinzeno de abril, trimestralmente, objetivando tomar conhecimento do Relatório de Exercício anterior e proceder à eleição de novos membros da Diretoria.	Art. 22 - Constituem deveres do Conselho Administrativo: a - dar parecer sobre o planejamento das atividades da Diretoria, o Balanço Geral do Tesoureiro e os Relatórios da Diretoria; b - opinar sobre os planos dos Departamentos e das Divisões Assistenciais; c - examinar, sempre que se fizer necessário, a escrituração contábil e sua documentação; d - dar sugestões para o melhoramento da Associação; e - fiscalizar e julgar os atos da Diretoria; f - nomear Membros Intermédios da Diretoria.	Art. 34 - Os Diretores das Divisões escolherão os seus Secretários. Art. 35 - O pessoal técnico será escolhido pela Diretoria. Art. 36 - Competência dos Diretores encaminhar, anualmente, Plano de Trabalho, à Diretoria desta entidade, objetivando aprovação para o desenvolvimento assistencial, bem como o Relatório das atividades executadas, incluindo prestação de contas.
Art. 33 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 1º quinzeno de abril, trimestralmente, objetivando tomar conhecimento do Relatório de Exercício anterior e proceder à eleição de novos membros da Diretoria.	Art. 23 - Os Suplentes substituirão os Conselheiros Titulares nas suas faltas.	TÍTULO VIII Sócios
Art. 34 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 1º quinzeno de abril, trimestralmente, objetivando tomar conhecimento do Relatório de Exercício anterior e proceder à eleição de novos membros da Diretoria.	Art. 24 - As eleições, para renovação da Diretoria e do Conselho Administrativo, realizar-se-ão, de 2 em 2 anos, na primeira quinzena de abril, devendo a posse ser imediata.	Art. 37 - Os Sócios estão divididos nas seguintes categorias: a - FUNDADORES, aqueles que assinaram a Ata de Fundação e que compareceram à Assembleia que discutiu e aprovou os Estatutos; b - CONTRIBUINTES, aqueles que estiverem exercendo o Magistério, com a devida autorização do MEC ou do órgão competente da SEC, ou forem portadores de: - habilitação específica de 2º Grau; - habilitação específica de 1º Grau; - habilitação específica obtida em Curso Superior de graduação correspondente à Licenciatura Plena; - habilitação específica obtida em Curso Superior, ao nível de graduação, correspondente à Licenciatura Plena ou Curso, para formação de Administradores, Planejadores, Supervisores, Inspectores, Orientadores e demais especialistas; c - HONORÁRIOS, aqueles que, por decisão da Assembleia, foram julgados dignos deste título; d - BENEFACTORES, aqueles que contribuírem com relevantes serviços e seus nomes forem aprovados pela Assembleia.
Art. 35 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 1º quinzeno de abril, trimestralmente, objetivando tomar conhecimento do Relatório de Exercício anterior e proceder à eleição de novos membros da Diretoria.	Art. 25 - Antes das eleições, no prazo estabelecido por Lei, reunir-se-á a Diretoria, em sessão extraordinária, objetivando: a - nomear a Comissão Eleitoral, composta de 3 Membros a fim de organizar os trabalhos eleitorais, incluindo a apuração; b - fazer Edital de convocação para a escolha dos membros para a composição das chapas.	Art. 38 - Para pertencer ao Quadro Social, o candidato deve solicitar sua inscrição através do preenchimento da Proposta de Sócios. § Único - O estudante que estiver exercendo o Magistério, poderá associar-se, solicitando sua inscrição, anexando Atestado comprovando matrícula em Curso específico do Magistério e exercício de funções.

ANEXO F

ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DO CENTRO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO DO ESTADO DE SERGIPE

Ata da Assembléia de fundação do
Centro dos Profissionais do Ensino
do Estado de Sergipe.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e seis, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, situado na rua de Itabaiana, na cidade de Aracaju, às quinze horas, reuniram-se em assembléia os profissionais da educação da rede pública estadual e municipal deste Estado, sob a presidência da professora Alexandrina Luz Conceição, secretariada pela professora Gilnete Cardoso e tendo como moderadora a professora Claudina da Conceição, na presença de cento e onze professores como consta folha de assinaturas em anexo. Foi dado início a assembléia, com a presidente da mesa fazendo a leitura da pauta, já aprovada, e que foi a seguinte: 1 - Informes. 2 - Discussão dos princípios da nova entidade. 2.1 - Finalidade. 2.2 - Necessidade de organização e diretoria provisória. 2.3 - Função e composição da diretoria provisória. 2.4 - Período de sua gestão. 2.5 - Composição: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, Secretário para Assuntos Culturais, Secretário para Assuntos Municipais. 2.6 - Forma de pagamento. 2.7 - Definição do dia da nova Assembléia. Após a apresentação da pauta a presidente leu um breve histórico em que relatava toda a luta desenvolvida pelos educadores junto à APMESE e as barreiras políticas por eles enfrentadas resultando em constantes desmobilizações e desrespeito às decisões dos educadores. Em seguida abriu inscrições para os informes. A professora Ana Lúcia inscreveu-se para informar sobre as atividades da comissão Pro-CEPES. Pedindo a palavra, logo após a professora Ana Soares argumentou que a criação da nova entidade significava divisão da categoria, sendo em seguida relatada pela professo

ra Alexandrina, que explicou ser esta questão uma questão vencida, já discutida, culminando com a aprovação da nova entidade em assembleia anterior, além da comprovada legitimidade observada através das visitas às escolas e o grande número de professores presentes à assembleia de então. A professora Maria José também usou da palavra para responder ao que a professora Ana Soares chamou atitude de criança, explicando que as crianças um dia ficam adultos e precisam deixar de serem tuteladas. Em seguida a mesa passou a palavra ao professor Diomedes que reafirmou a necessidade da criação da nova entidade. Após esses pronunciamentos, a presidente da mesa ao constatar a presença do representante do Sindicato dos Bancários e do presidente da ASPES - Associação dos Servidores Públicos do Estado de Sergipe, convidou-os a tomarem assento à mesa. Dando continuidade leu os princípios norteadores da nova entidade-CEPES. O professor Diomedes usou da palavra explicou algumas dúvidas surgidas em plenário, quanto à situação jurídica da nova entidade. Em seguida a professora Ângela Garcia propôs à mesa encaminhar a discussão e votação dos princípios, item por item, essa proposta foi encaminhada ao plenário que logo a aprovou. Após as discussões e aprovação os princípios ficaram assim consignados: I - Defender os direitos e interesses da categoria profissional e de cada profissional do ensino. II - Defender a utilização das verbas oficiais exclusivamente para o ensino público. III - Pugnar pelo ensino público e gratuito em todos os níveis. IV - Defender os direitos e interesses dos inativos do ensino. Lutar por uma política educacional que atenda aos reais interesses do povo brasileiro. VI - Lutar por melhores salários e por melhores condições de trabalho para a categoria. VII - Lutar junto aos demais trabalhadores por uma sociedade nova, justa e igualitária. VIII - Garantir a independência da Entidade, assegurando sua autonomia frente às entidades patronais, organizações religiosas, partidos políticos e em relação ao

poder estatal. IX - Participar dos organismos que promovam a luta concreta dos profissionais do ensino ou cujos objetivos estejam vinculados aos interesses dos mesmos. X - Proporcionar aos seus associados assistência jurídica, assistência cultural e profissional, seja através de cursos, palestras, seminários, simpósios e congressos e/ou convênios. XI - Reivindicar das entidades de assistência governamentais meios, eficiência e adequação no cumprimento de suas obrigações para com seus contribuintes. XII - Representar, coletiva ou individualmente seus associados perante as autoridades administrativas e justiça ordinária. Estrutura: garantir uma estrutura democrática que favoreça a plena participação dos sócios, onde a assembleia geral dos profissionais da educação será o órgão máximo deliberativo da entidade. Em seguida a presidente da mesa colocou o terceiro ponto da pauta que foi sobre a diretoria provisória. Raleu os cargos para a diretoria provisória e o professor Dionedes pediu a palavra para propor mais um cargo: o de Secretário de Propaganda e Divulgação, o que foi aprovado por unanimidade pelo plenário. Não tendo o plenário se manifestado com relação às pessoas para composição da diretoria provisória, a presidente da mesa passou a ler uma proposta da diretoria provisória, elaborada pela comissão pró CEPES. Dos nomes citados e aprovados somente o professor Moura não aceitou a indicação, justificando problemas de saúde. Após questionamentos da professora Alexandrina sobre a importância da Tesouraria nesse momento, o plenário propôs a criação de mais um cargo, o de 3º Tesoureiro. O professor Cláudio usou a palavra para propor que as decisões das assembleias fossem encaminhadas pela diretoria eleita de forma democrática e por decisões tomadas por maioria na diretoria. Após as discussões e aprovações a diretoria provisória ficou assim constituída: PRESIDENTE: Ana Lúcia Vieira de Meneses. VICE-PRESIDENTE: Rui Belém de Araújo. SECRETÁRIO GERAL: Dionedes Santos da Silva. 1º SECRETÁRIO: Claudina da Conceição Costa. TESOUREIROS: José Freitas Cardoso, Josael Bruno

de Souza Lima e José Oliveira. SECRETÁRIO PARA ASSUNTOS MUNICIPAIS: Avilete S. Cruz. SECRETÁRIO PARA ASSUNTOS CULTURAIS: Joselita Santos Valeriano. SECRETÁRIOS DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO: Enaldo Santos Silva e Maria José Carvalho. CONSELHO FISCAL: Efetivos - Antônio Cesar Trindade, Rubens José da Silva e Joana D'Arc Costa Santos. Suplentes - Sônia Maria Santos, Gilnete Cardoso e Maria de Barros Lima. Em seguida a presidente da mesa encaminhou a proposta de data da próxima assembléia, ficando aprovado pelo plenário o dia Logo após, a mesa passa a palavra para os representantes da ASPES e do Sindicato dos Bancários, respectivamente, e após essas falas deu por encerrada a assembléia. Eu, Gilnete Cardoso, lavrei a ata que vai por mim assinada e pela presidente da mesa, Alexandrina Luz Conceição de Souza.

Gilnete Cardoso
Alexandrina Luz Conceição de Souza

ANEXO G

RELAÇÃO DOS PROFESSORES QUE COMPARECERAM À ASSEMBLEIA DE
FUNDAÇÃO DO CEPES (29/10/1986)

29/10/86.
Relação de Professores que compareceram à Assembleia de Fundação do CEPES, promovida pelo Centro das Profissões do Estado de São Paulo.

01. Lilma Edna Mello Lima
02. Joana A. Mello
03. Angela Paula Jagalhães Garçon Floreno
04. Maria Elba da Silva Rosa.
05. Onaldo Santos Silva
06. Angela Maria Aquino Santos
07. Maria Antônia de Moraes
08. Paulo Sérgio de Jesus
09. Teresa Cristina M. Nascimento
10. Rita de Cassia Santos Oliveira
11. Maria Fátima Santos
12. Antônia Maria Jacinto Lacerda
13. Cleide Sodrades Amorim
14. Aluísio Góis de Oliveira
15. Nelly Sodrades de Moraes.
16. Cleide Mary Lima Cardoso
17. Margareth de Oliveira Torricelli
18. Lilma Maria Figueira Góis
19. Margarida Aparecida dos Santos
20. Maria Fátima Figueira dos Santos
21. Rosângela Rosa de Oliveira Santos
22. Maria Rita Figueira Silva
23. Helene Helen Figueira de Moraes
24. Stefania Cristina Gomes.
25. Maria Carmem Costa
26. José Roberto de Jesus Lima
27. José de Oliveira Filho
28. Ana Maria Maria Mendes

29. António Cism Trindade dos Anjos
30. Roselita Santos Valeiano
31. Maria de Fátima Alves
32. Flávia Figueiredo Fouto Fiebo
33. M^{rs} de Barros Lima
34. Lucina Ernesto Machado
35. César Cristiano Cerveira de Fátima
36. Estanislau de Fátima de Fátima
37. Rosa Maria Fátima
38. ~~Estanislau de Fátima~~
39. Flávia de Fátima
40. Maria Oliveira Santos
41. Estanislau de Fátima
42. M^{rs} de Fátima
43. Estanislau de Fátima
44. Maria de Fátima de Fátima
45. Valdelina Fátima de Fátima
46. Vera Lúcia dos Anjos Fátima
47. Maria Lúcia de Fátima de Fátima
48. Luísa de Fátima de Fátima
49. M^{rs} de Fátima
50. Estanislau de Fátima
51. Maria de Fátima de Fátima
52. M^{rs} de Fátima
53. Maria de Fátima de Fátima
54. M^{rs} de Fátima
55. Maria de Fátima de Fátima
56. Maria de Fátima de Fátima
57. Maria de Fátima de Fátima
58. Maria de Fátima de Fátima
59. Maria de Fátima de Fátima
60. Maria de Fátima de Fátima
61. Estanislau de Fátima de Fátima

Relatório de Professores que compareceram
à Assembleia de fundação do CEPES - Centro
dos Professores do Estado de São Paulo.

- 1 - Elyzete Cardoso.
- 2 - Ruy Bello de Almeida
- 3 - Maria Virginia de Almeida
- 4 - Maria de Lourdes B. dos Santos
- 5 - Maria José de Almeida
- 6 - Marilda Souza Oliveira
- 7 - Maria Antônia de Almeida
- 8 - João Tarciso de Almeida
- 9 - João da Costa Santos
- 10 - Edizandro Vitorino Corrêa
- 11 - ~~Luciana de Almeida~~
- 12 - Ester Maria de Almeida
- 13 - Elizabeth Corrêa de Almeida
- 14 - Humbertina de Almeida
- 15 - Graça Carvalho de Almeida
- 16 - Maria José Santos
- 17 - José Alberto Gomes de Almeida
- 18 - Maria de Almeida de Almeida
- 19 - Cecília Maria de Almeida
- 20 - Fabíola Gomes de Almeida
- 21 - Rêa de Almeida
- 22 - Severino de Almeida
- 23 - Maria José de Almeida
- 24 - Rita de Almeida
- 25 - Lígia Maria de Almeida
- 26 - Rita de Almeida
- 27 - Francisco de Almeida
- 28 - Angela Maria de Almeida

29. Norma Thelma Schreier
30. Maria Juntas do Carmo Silva
31. Maria Santos Costa
32. Lúcia de Souza Mendonça
33. Rubens José Silva
34. Léo das Neves Fortes
35. Maria Carmen de Melo Macedo
36. Lúcia Sônia Oliveira Pinheiro
37. Maria Aparecida dos Santos
38. José de Carvalho Neto
39. Fátima Josefina de Amaral
40. José Roberto de Souza
41. José Carlos Alves Neto
42. Elvira Pinto de Santana
43. Maria da Glória de Santo
44. José Roberto de Santo
45. Mrs Helma B. de Oliveira
46. Nairi Rodrigues dos Santos
47. Maria Isabel Ladeira Silva
48. Maribel R. dos Santos
49. Maria José Descalço Pacheco
50. Afegando Maria Antônia Rolim

ANEXO H

ESTATUTOS DO CEPES



- 1981/1982*
- CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede e Princípios Gerais
CAPÍTULO II - Dos Sócios
CAPÍTULO III - Dos Direitos e Deveres dos Associados
CAPÍTULO IV - Da Administração e da sua Competência
CAPÍTULO V - Da Competência da Diretoria
CAPÍTULO V - Do Conselho Fiscal e de sua Competência
CAPÍTULO VI - Da Organização e Competência das Regionais
CAPÍTULO VII - Das Assembleias Regionais
CAPÍTULO VIII - Das Eleições
CAPÍTULO IX - Do Congresso Estadual dos Profissionais de Ensino
CAPÍTULO X - Das Assembleias Gerais
CAPÍTULO XI - Das Contribuições
CAPÍTULO XII - Do Patrimônio
CAPÍTULO XIII - Das Disposições Gerais

Plataforma

CAPÍTULO I
Da Denominação, Sede e Princípios Gerais

Art. 1º - O Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe, com sede e foro nesta cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, com designação abreviada CEPESE é uma sociedade civil, com duração indeterminada, sem fins lucrativos e que se rege pela presente Estatuto.

Art. 2º - São finalidades do CEPESE:

- I - Defender os direitos e interesses da categoria profissional e de cada profissional de ensino;
- II - Defender a utilização das verbas oficiais destinadas a educação exclusivamente com o ensino público;
- III - Pugnar pelo ensino público e gratuito em todos os níveis;
- IV - Defender os direitos e interesses dos inativos do ensino;
- V - Lutar por uma política educacional que atenda aos reais interesses do povo brasileiro;
- VI - Lutar por melhores salários e por melhores condições de trabalho para a categoria;
- VII - Lutar junto aos demais trabalhadores por uma sociedade nova, justa e igualitária;
- VIII - Garantir a independência da entidade assegurando sua autonomia frente às entidades patronais, organizações religiosas, partidos políticos e em relação ao poder estatal;
- IX - Participar dos organismos que promovam a luta concreta dos profissionais de ensino ou cujos objetivos estejam vinculados aos interesses desses profissionais;
- X - Proporcionar aos seus associados assistência jurídica, cultural e profissional, seja através de cursos, palestras, seminários e congressos e/ou convênios;
- XI - Reivindicar das entidades assistenciais do Governo, maior eficiência e adequação no cumprimento de suas atribuições;
- XII - Representar coletiva ou individualmente seus associados perante as autoridades administrativas e justiça ordinária.

CAPÍTULO II DOS SÓCIOS

Art. 36 - Poderão ser sócios do CEPES todos os professores e especialistas em Educação que atuem nos sistemas públicos estaduais e municipais de ensino.

Parágrafo Único - O profissional de ensino, sócio efetivo que ficar desempregado poderá continuar no quadro social da entidade.

Art. 40 - As categorias de sócios são as seguintes:

a) Fundadores - são os profissionais de ensino que assinaram a ata de criação do CEPES;

b) Efetivos - Os que contribuem com as mensalidades previstas neste Estatuto;

c) Beneméritos - os sócios efetivos que tenham prestado relevantes serviços à entidade ou à Educação;

d) Honorários - as pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços ao CEPES;

e) Colaboradores - são os profissionais de ensino das redes Federal e Particular que contribuam culturalmente ou financeiramente com a entidade.

Parágrafo Único - Os sócios Honorários e Colaboradores podem participar das Assembleias, não podendo votar, ser votado e nem ocupar cargos de direção na entidade.

Art. 50 - Os sócios do CEPES serão identificados pela carteira de identidade registral padronizada e fornecida pela entidade.

Art. 60 - A admissão dos sócios efetivos se concretizará mediante a apresentação do requerimento do candidato, atendidas as exigências deste Estatuto.

CAPÍTULO III Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 70 - São direitos dos associados:

I - Participar efetivamente de todas as instâncias de deliberação da entidade, de acordo com este Estatuto e os critérios e normas regulamentados pelo Conselho de Representantes;

II - Solicitar e receber todo tipo de assistência oferecida pela entidade;

III - Votar e ser votado, de acordo com este Estatuto;

IV - Solicitar exclusão do quadro social mediante requerimento dirigido ao Presidente do CEPES;

V - Incentivar a solidariedade entre os sócios, participando e incentivando a participação em todas as promoções da entidade.

Art. 88 - É dever dos Associados, cumprir e fazer cumprir as decisões do Congresso Nacional, da Confederação de Profissionais do Brasil, do Congresso Estadual, das Assembleias Gerais e das demais instâncias deliberativas aqui estabelecidas.

Art. 89 - O CEPES será administrado por:

- a) Diretoria Geral, órgão executivo;
- b) Conselho de Representantes, órgão consultivo;
- c) Conselho Fiscal, órgão fiscalizador;
- d) Congresso Estadual, órgão deliberativo;
- e) Assembleias Gerais, órgão deliberativo e soberano, em conformidade com as normas estatutárias.

CAPÍTULO IV

Da Administração e da sua competência

Art. 10 - O CEPES será dirigido por uma diretoria eleita com mandato de 2 (dois) anos e será composta por 12 (doze) titulares e 4 (quatro) suplentes, assim constituída:

- 01 - Presidente
- 02 - Vice-Presidente
- 03 - Secretário Geral
- 04 - Tesoureiro Geral
- 05 - Diretor Administrativo
- 06 - Diretor para Assuntos Municipais

- 07 - Diretor para Assuntos Educacionais
 08 - Diretor para Assuntos Sociais
 09 - Diretor de Comunicação e Divulgação
 10 - Primeiro Secretário
 11 - Primeiro Tesoureiro
 12 - Secretário para Assuntos Municipais de Aracaju
 13 - Representante dos Indígenas
 14, 15, 16, 17 - Suplentes da Diretoria

Art. 11 - Os 9 (nove) primeiros membros serão conside
rados a Diretoria Executiva do CEPIS

Seção I

Da Competência da Diretoria

Art. 12 - A Diretoria Geral em conjunto, no exercício
 de suas atribuições, compete:

- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, regulamentos,
 deliberações ou resoluções do Congresso Nacional (CPN), do Con
gresso Estadual e das Assembléias Gerais;
- b) Receber sugestões e propostas dos associados e, em
 especial do Conselho de Representantes, executá-las e/ou encami
nhá-las à apreciação das instâncias deliberativas do CEPIS;
- c) Propor e examinar toda e qualquer medida necessá
ria ao bom funcionamento do CEPIS, desde que não conflite com as
 decisões das Assembléias Gerais, Congresso e demais instâncias su
 periores da entidade e que visem a consecução dos seus objetivos
 e fins;
- d) Reunir ordinariamente uma vez por mês e extraordina
 riamente sempre que a realidade do Movimento exigir;
- e) A Diretoria Executiva se reunirá uma vez por semana
 para avaliação e programação dos trabalhos;

Revisão

f) Trabalhar de forma cooperativa, favorecendo o espírito de luta e união da Diretoria onde seus membros não tenham outra frente às determinações das várias instâncias da entidade;

g) Prestar contas aos associados semestralmente em Assembleia Geral, convocada para esse fim.

Art. 13 - São atribuições do presidente do CEPES:

a) Representar ativa e passivamente o CEPES em juízo e fora dele;

b) Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria Geral e do Conselho de Representantes;

c) Convocar e presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias caso o plenário não se manifeste, propondo outra data;

d) Zelar pela observância das disposições estatutárias, cumprir e fazer cumprir todas as deliberações das Assembleias Gerais, Congresso Nacional e Estadual e do Conselho de Representantes e da Diretoria;

e) Celebrar, após a deliberação da Diretoria, convênios ou contratos com entidades de direito público ou privado, ou profissionais liberais de acordo com os fins da entidade;

f) Autorizar após deliberação da Diretoria, despesas de expediente, representação ou quaisquer outras necessárias ao funcionamento da Entidade;

g) Assinar balancetes, prestação de contas e balanços, juntamente com o Tesoureiro Geral, ou com seu substituto legal, ouvido o Conselho Fiscal;

h) Exercer o direito de voto nas reuniões que preside apenas em caso de empate.

Art. 14 - São atribuições do Vice-Presidente do CEPES:

a) Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

b) Participar de todas as atividades do CEPES junto ao Presidente e demais membros da diretoria;

c) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, regulamentos, de liberações ou resoluções do Congresso Nacional (CPN), Estadual e das Assembleias Gerais.

Art. 15 - Ao Secretário Geral compete:

a) Coordenar os serviços de secretaria e demais serviços a ela ligados, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos;

b) Lerar ou fazer com que lavrem as atas do Congresso Estadual, das Assembleias Gerais, da Diretoria e do Conselho de Representantes;

c) Divulgar juntamente com o Diretor de Comunicação e Divulgação as resoluções e encaminhamentos das instâncias deliberativas do CEPES;

d) Elaborar, juntamente com os demais secretários, um plano de trabalho bem como as normas de funcionamento da Secretaria, submetendo-as à aprovação da Diretoria;

e) Colaborar com o Presidente na elaboração da agenda de reuniões, bem como na expedição de convocações e editais.

Art. 16 - Ao Tesoureiro Geral compete:

a) Coordenar conjuntamente com o Primeiro Tesoureiro os trabalhos da Tesouraria, zelando pelo bom andamento;

b) Desenvolver a política de planejamento e controle financeiro com a participação e definição da Diretoria;

c) Estudar e executar as providências e atos referentes às atividades financeiras;

d) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária e administrar o orçamento;

e) Fornecer à Diretoria, na forma legal, os elementos necessários ao controle orçamentário e à prestação de contas através de relatórios e demonstrativos financeiros legais, trimestralmente;

Handwritten signature

f) Assinar os demonstrativos financeiros legais, juntamente com o Presidente e o Contador;

g) Organizar e manter atualizado o controle das disponibilidades financeiras e fazer um demonstrativo mensal para apresentar nas reuniões mensais da Diretoria;

h) Emitir cheques com o Presidente, receber reportagens e dar quitações, obedecendo o estabelecido nas formas de funcionamento do setor e coordenar a realização dos pagamentos e recebimentos autorizados, mantendo atualizados os respectivos registros;

i) Elaborar, conjuntamente com os outros Tesoureiros, as normas de funcionamento da Tesouraria submetendo-as à aprovação da Diretoria;

j) Participar com os demais membros da Diretoria de todas as atividades do CEPES;

l) Coordenar as campanhas financeiras do CEPES.

Art. 17 - Ao Diretor Administrativo compete:

a) Administrar o CEPES, apresentando à Diretoria um plano de trabalho e funcionamento da entidade;

b) Participar de todas as tarefas e trabalhos do CEPES juntamente com os demais membros da Diretoria.

Art. 18 - Ao Diretor Para Assuntos Educacionais compete:

a) Coordenar as atividades político-educacionais da entidade;

b) Manter-se atualizado e atualizar a Diretoria com relação às leis de ensino e à política Educacional, a nível local e nacional;

c) Promover Encontros, Seminários, Debates, Palestras e outros eventos relativos à Educação com a participação da comunidade escolar e entidades sindicais;

d) Analisar, discutir e propor alternativas educacionais que atendam à realidade regional e/ou local da população, submetendo-as à aprovação da Diretoria;

e) Manter-se atualizado e atualizar a categoria dos eventos educacionais a nível local e nacional;

f) Promover juntamente com o Diretor para Assuntos Sociais o intercâmbio educacional e cultural com as demais entidades de classe, associações de profissionais e movimentos populares;

g) Promover debates, seminários, palestras, com categorias locais, regionais e nacionais, buscando um trabalho educativo de politização e consciência de classe;

h) Participar com os demais membros da Diretoria de todas as atividades do CEPES.

Art. 19 - Ao Diretor Para Assuntos Sociais compete:

a) Coordenar as atividades culturais e de lazer da entidade;

b) Promover periodicamente atividades culturais e de lazer como forma de maior integração da categoria;

c) Elaborar e participar à Diretoria o plano de atividades de lazer, bem como o cronograma previsto das atividades culturais, submetendo-o à aprovação da Diretoria;

d) Manter-se e manter a categoria atualizada dos eventos culturais e de lazer a nível local e nacional;

e) Promover juntamente com a Diretoria para Assuntos Educacionais, intercâmbio educacional e cultural com as demais entidades de classe, associações profissionais e movimentos populares;

f) Participar com os demais membros da Diretoria de todas as atividades do CEPES.

Art. 20 - Ao Diretor de Comunicação e Divulgação compete:

a) Manter informada a categoria de todas as atividades da entidade;

b) Trabalhar conjuntamente com a assessoria de imprensa na composição dos materiais de divulgação e convocação;

c) Manter a imprensa local e quando possível, a nacional informada das propostas e eventos da entidade;

d) Coordenar a edição do jornal e impressos do CEPES;

e) Participar com os demais membros da Diretoria de todas as atividades do CEPES.

Art. 21 - Ao Primeiro Secretário compete:

a) Auxiliar o Secretário Geral e substituí-lo em suas ausências e impedimentos;

b) Participar com os demais membros da Diretoria das tarefas e trabalhos da entidade;

c) Elaborar e organizar as correspondências do CEPES.

Art. 22 - Ao Primeiro Tesoureiro compete:

a) Substituir o Tesoureiro Geral em suas ausências e impedimentos e auxiliá-lo em suas atribuições;

b) Coordenar o trabalho das contribuições das seções do CEPES, encaminhando à Diretoria expediente sobre eventuais o corrências;

c) Participar juntamente com os demais membros da Diretoria de todas as tarefas e trabalhos do CEPES.

Art. 23 - Ao Secretário para Assuntos Municipais de Anacajá compete:

a) Assessorar a Diretoria Geral no encaminhamento das questões municipais, reunir-se mensalmente e quando se fizer o cessário com os representantes das escolas;

b) Manter os representantes das escolas atualizados de todas as atividades e eventos da entidade;

c) Desempenhar em trabalho em conjunto com os demais secretários municipais;

d) Participar com os demais membros da Diretoria de todas as atividades do CEPES.

Art. 24 - Ao Diretor para Assuntos Municipais compete:

a) Coordenar as atividades do CEPES a nível municipal;
b) Fortalecer o intercâmbio entre a Diretoria Geral e Regional;

c) Manter um trabalho articulado com as entidades da classe municipais, existentes;

d) Promover eventos visando um maior entrosamento entre os profissionais de Aracaju e os diversos municípios de Sergipe;

e) Examinar juntamente com o Secretário Geral as correspondências dos profissionais de ensino, estaduais e municipais do interior;

f) Implantar as Regionais do CEPES;

g) Participar com os demais membros da Diretoria de todas as atividades do CEPES.

Art. 25 - Ao Representante dos Inativos compete:

a) Participar de todas as atividades do CEPES;

b) Reunir-se quando se fizer necessário com os inativos para discutir, propor suas reivindicações que serão encaminhadas e incorporadas na luta mais ampla da categoria;

c) Receber sugestões e propostas dos inativos, encaminhá-las para discussão com os demais membros da Diretoria;

d) Buscar juntamente com os demais membros da Diretoria, meios de entrosamento e articulação dos inativos com os ativos;

e) Substituir eventualmente ou definitivamente os membros da Diretoria que se licenciarem ou se afastarem, exceto: Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro Geral.

Seção II

Do Conselho Regional e de sua Competência

Art. 26 - O Conselho Regional no âmbito de cada região, será formado pela Diretoria Regional e pelo Representante Municipal de cada componente da Regional.

Art. 27 - Ao Conselho Regional compete:

- a) Ser um elo de ligação entre os representantes de escolas da região, a diretoria regional e a diretoria geral;
- b) Reunir-se com os representantes de escolas com o objetivo de fortalecer a consciência de classe, a coesão e o espírito cooperativo dos profissionais da educação;
- c) Reunir-se sistematicamente, ou extraordinariamente, quando se fizer necessário, obedecendo o quorum mínimo de metade mais 1 (um) de seus membros;
- d) Propor à Diretoria Regional medidas concretas para o fortalecimento do CEPES e a consecução dos seus objetivos e fins.

Seção III

Do Conselho de Representantes e sua Competência

Art. 28 - O Conselho de Representantes no âmbito de sua competência regional ou geral será composto pela Diretoria do CEPES, Diretoria Regional, Representante Municipal e pelos Representantes de escolas.

Art. 29 - Ao Conselho de Representantes compete:

- a) Ser a base de sustentação e ligação entre as diversas instâncias deliberativas do CEPES;
- b) Reunir-se no âmbito de sua competência com a Diretoria, Diretorias Regionais e Representantes Municipais para promover a união dos profissionais da escola;

c) Promover em todos os níveis, medidas concretas para o fortalecimento do CEPES e a consecução dos seus objetivos e fins.

Seção II

Dos Representantes Municipais

Art. 29 - Em cada município que compõe a Regional haverá 1 (um) representante municipal eleito dentre e pelos sócios do município.

Parágrafo Único - No município sede da Regional, não haverá Representante Municipal.

Art. 30 - Ao Representante Municipal compete:

- a) Visitar as escolas de sua jurisdição;
- b) Manter estreito contato com as Diretorias Regionais e Geral do CEPES;
- c) Promover a filiação de todos os profissionais de ensino no Município;
- d) Fazer parte do Conselho Regional, participando de todas as suas reuniões;
- e) Reunir-se com os Representantes da escola do seu Município antes das reuniões do Conselho Regional ou sempre que se fizer necessário.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal e da sua Competência

Art. 31 - O Conselho Fiscal será constituído por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes, eleitos em chapa unitária, juntamente com a Diretoria Geral, com mandato coincidente com a Diretoria do CEPES.

§ 1º - O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente.

§ 2º - O Conselho Fiscal elaborará seu Regimento Interno, enviada a Diretoria do CEPES.

Art. 32 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Emitir Parecer pertinente às contas e balanços da entidade, inclusive no da concessão de mandato da Diretoria;
- b) Examinar mensalmente os livros, registros e todos os documentos de escrituração, emitindo pareceres à Diretoria;
- c) Reunir-se ordinariamente no mínimo uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação de seu Presidente ou da Diretoria;
- d) Comunicar à Diretoria qualquer irregularidade observada, apontando medidas que devam ser tomadas;
- e) Receber os requerimentos de inscrições de chapa (s) e encaminhar à Diretoria, dando parecer do cumprimento das normas estatutárias.

CAPÍTULO VI

Da Organização e Competência das Regionais

Art. 33 - As Regionais terão sede e número coincidentes com as Diretorias de Educação.

§ 1º - A divisão dos Municípios, por Regionais, obedecerá a critérios a serem discutidos e estabelecidos pela Diretoria Geral.

§ 2º - Atendendo às necessidades de mobilização e organização da categoria mediante proposta dos associados e da Diretoria, com aprovação da Diretoria Geral, poderão ser criadas Regionais fora dos critérios estabelecidos no "capet" deste artigo.

§ 3º - A proposta de que trata o parágrafo anterior deverá atender às necessidades estabelecidas pela realidade de cada região, considerando entre outros os seguintes elementos:

- a) Número de professores da região;
- b) Número de sócios da região;
- c) Existência de pólo sócio-econômico-cultural;

d) Distância

e) Grau de mobilização do magistério da região.

Art. 34 - A Diretoria Regional será assim constituída:

a) Diretor Administrativo

b) Secretário Geral

c) Tesoureiro Geral

d) Secretário para Assuntos Municipais

e) Secretário para Assuntos Educacionais

§ 1º - Cada Regional no âmbito de sua competência poderá eleger suplentes de acordo com as necessidades da região.

§ 2º - A Diretoria Regional será eleita pelos membros da respectiva região e terá seu mandato coincidente com o da Diretoria Geral.

§ 3º - Cabe ao Secretário Geral substituir o Diretor nos casos de ausência ou vacância.

Art. 35 - A Diretoria promoverá uma reunião do Conselho Regional no mínimo uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Art. 36 - A Diretoria Regional compete:

a) Cumprir e fazer cumprir este estatuto e as deliberações do Congresso Nacional do CPES, do Congresso Estadual e das Assembleias Gerais;

b) Zelar pelos interesses do CPES, dinamizando o funcionamento e as atividades da Regional em consonância com o Conselho Regional e divulgando as resoluções e atividades destas e todas as decisões das instâncias superiores;

c) Participar do Conselho Regional;

d) Manter intercâmbio com as demais Regionais;

e) Promover a filiação ao CPES de todos os profissionais do ensino da Regional;

f) Apresentar relatórios mensais do movimento financeiro do mês anterior à Diretoria do CPES;

g) Promover junto à categoria toda a empenha para o fortalecimento do CEPES e a consecução dos seus objetivos e fins.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Regional, no âmbito de sua competência, terão as mesmas funções dos seus correspondentes na Diretoria Geral.

Seção I

Do Conselho Fiscal

Art. 37 - O Conselho Fiscal Regional será composto por 2 (dois) membros titulares e 1 (um) suplente, eleitos em chapa unitária, juntamente com a Diretoria Regional, com mandato coincidente com o da Diretoria do CEPES.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal Regional terá a mesma competência do Conselho Fiscal Geral, no âmbito de sua competência.

CAPÍTULO III

Das Assembleias Regionais

Art. 38 - As Assembleias Regionais são órgãos máximos deliberativos nas Regionais, não podendo contrariar as decisões das Assembleias Gerais.

§ 1º - As Assembleias Regionais ordinárias deverão ser realizadas no mínimo uma vez semestralmente, podendo realizarem-se Assembleias Regionais extraordinárias antes de Assembleia Geral do CEPES.

§ 2º - As Assembleias Regionais realizar-se-ão por decisão do Conselho Regional, da Diretoria Regional, do Diretor Regional ou por requerimento assinado por no mínimo 10% (dez por cento) dos sôcios da Região em plano gado de seus direiros estatutários.

CAPÍTULO VIII

Das Eleições

Art. 39 - As eleições serão diretas, com voto secreto e universal, sendo realizadas em todas as cidades do Estado, com no mínimo 30 (trinta) sócios.

Art. 40 - As eleições far-se-ão obedecendo critérios de zoneamento elaborados pela comissão eleitoral.

§ 1º - Caso a cidade não receba a urna, qualquer sócio poderá solicitá-la à comissão eleitoral.

§ 2º - De acordo com a comissão eleitoral poderão ser fixadas urnas para recolher os votos dos sócios que trabalham na zona rural ou em pequenas escolas urbanas.

Art. 41 - Terão direito a voto todos os sócios efetivos do CIPES inscritos na entidade até 60 (sessenta) dias antes da data da eleição e em pleno gozo dos seus direitos estatutários.

§ 1º - Todo associado no ato da votação deverá apresentar a carteira de identidade registral atualizada e documento de quitação com a entidade, comprovando sua filiação ao CIPES.

§ 2º - É assegurado a toda escola com mais de 10 (dez) associados um representante junto ao Conselho de Representantes e para cada escola com mais de 20 (vinte) sócios 1 (um) representante por turno.

Art. 42 - Todo sócio efetivo, em pleno gozo dos seus direitos, poderá candidatar-se a qualquer cargo e articular chapa(s) dentro da sua escola e/ou região, a nível estadual, respectivamente para representante de escola e/ou diretoria.

§ 1º - A votação para as Diretorias Geral e Regional será feita por chapa(s) sem vinculação, sendo que cada candidato só poderá inscrever-se em uma chapa no âmbito de sua competência.

§ 29 - É permitido ao candidato a Representante de escola candidatar-se em uma das chapas.

§ 30 - Será proclamada chapa vencedora a que obtiver a maioria simples dos votos.

§ 40 - É vedado ao sócio em exercício de cargo de confiança do Poder Público concorrer a cargo eletivo da entidade.

Art. 43 - As eleições para as Diretorias Geral, Regional e de Representante de escola serão realizadas no período de 19 a 10 de maio, de 02 (dois) em 02 (dois) anos.

§ 10 - As inscrições de chapas para as Diretorias Geral e Regional deverão ser feitas até 30 (trinta) dias antes das eleições na sede central do CEPES.

§ 20 - É assegurado o direito de campanha eleitoral a partir do registro da chapa até o dia anterior designado para o início das eleições.

§ 30 - As inscrições de candidato(s) a Representante de escola far-se-ão na unidade escolar do candidato no mesmo período para a eleição da Diretoria do CEPES.

§ 40 - Cada chapa inscrita receberá a fiação de 100 votos até 30 (trinta) dias antes das eleições.

Art. 44 - É permitida apenas a eleição por duas vezes consecutivas dos membros das Diretorias Geral, Regional e dos Representantes de escolas.

Art. 46 - O Conselho Fiscal designará uma Comissão Eleitoral até 5 (cinco) dias após os registros das chapas, da qual participarão membros das chapas concorrentes, os sócios indicados por elas, de forma paritária, para a elaboração do regimento eleitoral, apuração pública dos votos e proclamação da chapa vencedora.

Art. 48 - A Diretoria do CEPES divulgará a data das eleições no mínimo com 120 (cento e vinte) dias de antecedência da data das eleições.

CAPÍTULO IX

Do Congresso Estadual de Professores

Art. 43 - O Congresso Estadual de Professores é o órgão máximo deliberativo do CEPES e será realizado anualmente.

§ 1º - Participação de Congresso Estadual de Professores delegados, participantes e convidados segundo critérios elaborados pela Diretoria Geral.

§ 2º - Os participantes e delegados são sócios do CEPES sendo que os delegados serão eleitos e terão direito a voz e voto e os participantes terão direito a voz.

CAPÍTULO X

Das Assembleias Gerais

Art. 48 - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo e soberano do CEPES e será convocada semestralmente pela Diretoria ou pelo Presidente.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral Ordinária decidirá sobre a prestação de contas do CEPES e a política administrativa da entidade.

Art. 49 - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas de acordo com o interesse da categoria para avaliar e propor encaminhamentos para o Movimento de Valorização da Categoria.

Art. 50 - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas pela Diretoria, pelo Presidente ou por requerimento assinado por no mínimo 5% (cinco por cento) dos sócios em pleno gozo dos seus direitos.

§ 1º - É quem reúne para instalar as Assembleias 5% de 50 sócios.

§ 2º - Na convocação da Assembleia Geral Extraordinária constará a sua pauta.

CAPÍTULO XI

Das Contribuições

Art. 51 - Os sócios contribuirão com 1% (um por cento) do salário mínimo vigente, mediante desconto em folha de pagamento.

§ 1º - Os sócios efetivos que não descontam em folha por motivo alheio, deverão efetuar o pagamento das mensalidades à Tesouraria Regional ou Geral.

§ 2º - O profissional do ensino que contribuir com as mensalidades do CEPES no mínimo 5 (cinco) anos ficará isento ao aposentar-se.

§ 3º - Os sócios efetivos que não estão ainda contribuindo com o CEPES, com justificativa apresentada e aceita pela Diretoria não perderão seus direitos estatutários.

§ 4º - 50% (cinquenta por cento) da quantia arrecadada no âmbito da Regional serão repassados à Diretoria Regional devidamente eleita.

CAPÍTULO XII

Do Patrimônio

Art. 52 - Constituem patrimônio do CEPES:

- a) Bens móveis e/ou imóveis;
- b) Contribuições e rendas de qualquer natureza;
- c) Doações e legados.

Art. 53 - O patrimônio das Regionais pertence ao CEPES sendo-lhes assegurada a utilização.

CAPÍTULO XIII
Das Disposições Gerais

Art. 54 - O CEPES só poderá ser dissolvido por resolu
ção de 2/3 (dois terços) dos sócios efetivos, em pleno gozo dos
seus direitos, reunidos em Assembleia Geral ou Congresso Estadual
convocada(o) especificamente para este fim.

Art. 56 - Os sócios efetivos, individualmente, não res-
ponderão pelas obrigações assumidas pelo CEPES perante terceiros.

Art. 57 - As eleições das Regionais realizadas provisó-
riamente, terão seus mandatos assegurados até a próxima eleição
geral do CEPES.

Art. 58 - As regulamentações previstas e necessárias
neste Estatuto serão feitas pela Diretoria Geral.

Art. 59 - Os casos omissos neste Estatuto só serão re-
solvidos pela Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal.

Art. 60 - O presente Estatuto só poderá ser alterado
no todo ou em parte, por decisão da maioria simples dos sócios e-
fetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários presentes à
Assembleia Geral, especificamente convocada para este fim.

§ 1º - A Assembleia para a modificação do Estatuto só
poderá ser convocada por 1/3 (um terço) dos sócios em pleno gozo
dos seus direitos ou por 2/3 dos membros da Diretoria Geral.

§ 2º - No caso da convocação por sócios o quorum míni
mo para instalação da Assembleia será de 20% (vinte por cento) dos
sócios que assinaram a convocação.

§ 3º - No caso da convocação pela Diretoria o quorum
para instalação da Assembleia será de 50 (cinquenta) sócios.

Art. 61 - Os recursos serão encaminhados por escrito
ao Presidente do CEPES, que os encaminhará ao órgão competente pa-
ra apreciação e decisão dentro de 10 (dez) dias, dando-se por es-
crito, imediatamente após a decisão.

26/03/2006

Art. 62 - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral, ficando revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, de de

DIRETORIA PROVISÓRIA

PRESIDENTE: Ana Lúcia Vieira de Menezes

VICE-PRESIDENTE: Ruy Belém de Araújo

SECRETÁRIO GERAL: Diomedes Santos da Silva

1º SECRETÁRIO: Claudina da Conceição Costa

1º TESOUREIRO: José Freitas Cardoso

2º TESOUREIRO: Josael Bruno de Souza Lima

3º TESOUREIRO: José Oliveira

SECRETÁRIO PARA ASSUNTOS MUNICIPAIS: Avilete Silva Cruz

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO: Enaldo Silva

Maria José Carvalho

SECRETÁRIO DE CULTURA E LAZER: Joselita Santo Valeriano

CONSELHO FISCAL: Titulares - Antonio Cezar Trindade

Rubens

Joana D'Arc Costa Santos

Suplentes - Glinete Cardoso

Sônia Maria Santos

Maria de Barros Lima

CARTÓRIO DO 12.º OFÍCIO Vânia Eliza C. Paes de Santos - Oficial - Registro de Títulos, Documentos e Posseções Jurídicas RUA DA PAZ, 55 - 401 - 401-90	Registrado em <u>16, 03, 2006</u>
	em livro <u>A, 12, 49</u>
	folha n.º <u>4341</u>
	em livro <u>02</u> folha n.º <u>4341</u>
	assinado em <u>16, 03, 2006</u> <i>Vânia Eliza C. Paes de Santos</i> OFICIAL

CARTÓRIO DO 12.º OFÍCIO Vânia Eliza C. Paes de Santos - Oficial - Registro de Títulos, Documentos e Posseções Jurídicas ARACAJU - SERGIPE

ANEXO I



Filiado: CUT - CNTE- DIEESE

**Declaração de Autorização Para Uso de Arquivos, Registros e Similares
Universidade Tiradentes - UNIT**

Declaro, conforme Resolução CNS nº466/12, a fim de viabilizar a execução da TESE intitulada "ACORDA... PROFESSOR!" O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE (SINTESE) E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE (1977- 2001) sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) Maristela do Nascimento Andrade, que o uso dos registros Fotográficos pelo(s) pesquisador(es) está autorizado para a realização desta pesquisa e seus possíveis produtos científicos. De acordo e ciente,

Aracaju, 13 de maio de 2024

ROBERTO SILVA DOS SANTOS:71233121553
Assinado de forma digital por
ROBERTO SILVA DOS SANTOS:71233121553
Dados: 2024.08.13 10:15:52 -03'00'
Roberto Silva dos Santos
Presidente do SINTESE

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
ROTEIRO DE ENTREVISTA
MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL DE CLASSE: O SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE –
SINTESE (1977-2001)

Entrevistado(a): Representante sindical

1. Apresentação do entrevistado(a):

Faça uma breve apresentação pessoal, identificando nome completo, idade, sexo, estado civil, profissão e mais o que considerar relevante para se apresentar.

2. Características profissionais e primeiros contatos sindicais

- 2.1 Fale-nos sobre a sua formação profissional?
- 2.2 Como chegou ao magistério público em Sergipe?
- 2.3 Em que momento surgiu o sindicalismo em sua vida?
- 2.4 O SINTESE não nasceu como sindicato. Dentro da sua atuação na condição de docente e dirigente, como acompanhou a formação do sindicato?

3. O contexto nacional

- 3.1 Como podemos compreender a aproximação do SINTESE, com entidades como a CUT?
- 3.2 Qual a relação do sindicato com os partidos políticos e as bandeiras de esquerda?

4. As bandeiras de luta e enfrentamentos

- 4.1 Quais as primeiras bandeiras defendidas pelo SINTESE?
- 4.2 Como ele alcançou maior abrangência no Estado a ponto de representar a maioria dos municípios sergipanos e o magistério público estadual?
- 4.3 Quais as estratégias utilizadas para a promoção das filiações sindicais?
- 4.4 Como podemos compreender as estratégias de enfrentamento utilizadas pelo SINTESE diante da defesa da classe frente às propostas de proletarização do Estado neoliberal?

5. Ganhos

- 5.1 Diante das intencionalidades do sindicato, quais os ganhos mais significativos para a categoria docente?
- 5.2 O que representou a lei do plano e remuneração para o magistério público?
- 5.3 Houve a implementação da lei em todas as partes do Estado?

6. Atuação sindical junto à sociedade e discentes

- 6.1 De que modo o sindicato buscou aproximar-se da sociedade, considerando que suas ações reverberam na mesma?
- 6.2 Como se dera a relação sindicato e discente?

6.3 Quais os canais utilizados pelo sindicato para manter o magistério e a sociedade informados sobre as demandas do dia a dia?

6.4 Comente sobre o papel do sindicato na sociedade?

7. Sociabilidade e políticas formativas

7.1 Existiram políticas voltadas à conscientização formativa do docente frente às demandas educacionais?

7.2 Como se davam as atividades planejadas pelo SINTESE para definir ou revisar as estratégias sindicais, existiu a formação de colegiados ou similares?

7.3 Há alguma política praticada pelo sindicato com vistas a favorecer a interação dos seus pares?

7.4 Resgate em suas memórias um ou mais episódios que contribuíram para a formatação do SINTESE como o concebemos na atualidade?

APÊNDECE B

ARTIGOS

ALMEIDA, Maria Isabel de. Desenvolvimento profissional docente: uma atribuição que também é do sindicato. Educação não é privilégio (centenário de Anísio Teixeira): programas e resumos, p. 1-15. 2000.
BAUER, C; MATOS, A. R. Marx, Engels e o sindicalismo docente. Revista Espaço acadêmico, v. 10, n. 114, p. 154-164, 2010.
BORGES, A.; LEMOS, D. C. de A. Os legítimos representantes da classe: os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX. In: Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.
CRUZ, Hélvia Leite. Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica. IN: Sociedade e Estado. Brasília, v. 23, n.1, p. 187-201. jan./abr. 2008.
DA SILVA LINHARES, Maria Conceição; DE CASTRO, Eduardo Bernardes; DE CARVALHO, Ártemis Barreto. Reflexão sobre a comunicação sindical docente e os meios digitais. IN: Simpósio Internacional de Educação e Comunicação -SIMEDUC, n. 8, p. 1-14, out. 2017.
DA SILVA, Hugo Leonardo Fonseca. Sindicalização e educação política: os trabalhadores em educação construindo uma identidade política. Poíesis Pedagógica, v. 7, n. 1, p. 153-174, 2009.
DAL ROSSO, S. Fragmentação Sindical. Educar em Revista, Curitiba n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013.
DAL ROSSO, S.; CRUZ, H. L., RÊSES, E. da S. Condições de emergência do Sindicalismo Docente. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2, mai/ago, 2011.
DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago. 2011.
DE PAULA, Ricardo Pires. O sindicalismo docente e a nova história política. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, p. 9. 2011
DE SOUSA, Adelson Pereira; DE OLIVEIRA MAGALHÃES, Verônica. Representações sociais da docência no Ensino Fundamental II: percepção do professor e identidade docente. Revista Docência e Ciberultura, v. 5, n. 4, p. 241-257, 2021.
FERREIRA, M. O. V. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, 2008.
FERREIRA, M. O. V. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 391-410, maio/ago. 2004.
FERREIRA, M. O. V. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 99, p. 377-399, maio/ago. 2007.
FERREIRA, M. O. V. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago, 2006.
FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Uma análise da produção sobre associativismo e sindicalismo de trabalhadores em educação; a constituição de uma rede de pesquisadoras/es. IN: Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação. Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Educação. Rio de Janeiro, 22 e 23 de abril de 2010.
GALINDO, Wedna Cristina Marinho. A construção da identidade profissional docente. Psicologia: ciência e profissão, v. 24, p. 14-23, 2004.
GENTILI, P.; SUÁREZ, D.; STUBRIN, F.; GINDIN, J. Reforma educativa y luchas docentes en América Latina. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1251-1274, set./dez. 2004.

GIN DIN, Julián. Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. IN: Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009.
GIN DIN, Julián. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). Educar em Revista, Curitiba, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013.
GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Financiamento da educação e luta sindical: conflitos em uma grande rede de ensino. Educação & Sociedade, Campinas, v. 37, nº. 134, p. 285-302, jan./mar. 2016.
GOUVEIA, Andréa Barbosa. FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Política educacional pública e sindicalismo docente na Região Metropolitana de Curitiba (PR). Jornal de Políticas Educacionais, n. 10, p. 12-27, ago./dez. 2011.
GOUVEIA, Andréa Barbosa. FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013.
LUCAS, E. M. P. Educação inicial primária e sindicalização no Uruguai. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 8, n. 14, p. 91-100, jan./jun. 2014.
MARQUES, Helder Miguel. O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação. História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 8, p. 299-316. 2018.
MELO, S. D. G. Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais. Educar em Revista. Curitiba, Brasil, n. 48, p. 93-110, abr./jun. 2013.
MITTELMAN, Tania; DA COSTA VIEIRA, Fernando Antonio. A estrutura sindical e a reforma trabalhista no sindicato dos professores do município do Rio de Janeiro e região (SINPRO-RIO). Entropia, v. 4, n. 07, p. 144-164, 2020.
OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Sindicalismo em educação de Sergipe: trajetórias políticas multifacetadas. IN: Educon, Aracaju, Volume 08, n. 01, p.3-9, set/2014.
RÊSES, Erlando da Silva. O sentido da prática sindical entre os atores sociais do sindicalismo docente da educação básica da Cidade Maravilhosa. Educação & Sociedade. Revista Inter-legere, Natal, n. 9, p. 118-142, jul./dez. 2011.
RODRIGUEZ, M. V.; FERNANDES, M. D. E. Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma. Educar em Revista, Curitiba, n. 48, p. 131-147, abr./jun. 2013.
SANTANA, Franciele Ariene Lopes; DA SILVA, Anamaria Santana; NEVES, Ilidio Roda. Caminhos percorridos no sindicalismo docente no Brasil. III Congresso de Educação do CPAN. II Semana Integrada Graduação e Pós-graduação. p. 1-15, nov. 2018.
SOBREIRA, H. G. Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro (1977-1980). Educação & Sociedade, Campinas, v. 22, n. 77, p. 131-160, dez. 2001.
SOUZA, K. R. de; BRITO, J. C. de. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. Revista Ciência & Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 379-388, jan./fev. 2012.
SOUZA, M. M. de; RICARTE, T. F.; MARTINS, M. M. A ação do imperialismo na reprodução do corporativismo nos sindicatos dos trabalhadores em educação. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 65, p. 359-376, out. 2015.
STOER, S. R. A revolução de abril e o sindicalismo dos professores em Portugal. Revista Educação, Sociedade & Culturas, Porto, n. 26, p. 49-70, 2008.
TELLO, C. Las políticas docentes y la perspectiva sindical en Argentina, México y Chile: debates y negociaciones. Los casos de CTERA, SNTE y el Colegio de Profesores en los últimos veinte años. Educar em Revista, Curitiba, n. 48, p. 149-166, abr./jun. 2013.
WEINER, L. Sindicalismo docente renascido. Revista Educação, Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 469-482, set./dez. 2013.

APÊNDECE C

DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Danusa Mendes. Movimento docente e gestão democrática na escola: estudo de caso dos Sindicatos APEOC e SINDIUTE no período de implantação das reformas dos governos mudancistas (1987-1998). Dissertação (mestrado em políticas públicas e sociedade). Fortaleza: Universidade Estadual de Ceará, 2004.
ASSUNÇÃO, Marcelo de Oliveira. Fetichismo do capital, escola e sindicato. Dissertação (mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.
ALMEIDA, Naiane Alves. Negociação coletiva no setor público: estudo do movimento sindical da educação na efetivação de direitos. 157 f. Dissertação (mestrado em Educação). Belo Horizonte, 2019.
ANDRADE, Teresa Ventura de. A União dos professores do Rio de Janeiro: um capítulo da história da organização docente (1948-1979). Dissertação (mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.
ASSIS, Valdegil Daniel de. Valorização docente no município de João Pessoa: o papel do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (2007-2017). 135 f. Dissertação (mestrado em Educação). Salvador: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/ PB, 2019.
BRAGA, V. L. F. Entre a Honra e o mercado: análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934 - 1964). 2006. 180f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora; UFJF, 2006.
BRANCO, J. F. M. Movimento Docente, Insurreição Popular e Propostas Coletivas de Educação Alternativa em Oaxaca. 2015. 216f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2015.
CARDOSO, Maurício Estevam. Discurso e identidades: a emergência do termo “trabalhadores no ensino”. 228 f. Dissertação (mestrado em Educação). Belo Horizonte, 2010.
CAVALCANTE, J. B. Sindicalismo docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática. 2012. 115f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
COELHO, D. A APP-Sindicato e a formação política das/os educadoras/es na abrangência do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão (2007-2014). 2015. 231 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015.
CORONEL, M. C. V. K. Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação. 2014. 118 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: UFPEL, 2014.
COSTA, Joana D’Arc. Dos movimentos sociais às funções institucionais: a consolidação de uma geração política em Sergipe. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal / RN, 2009.
DANTAS, Adenilde de Souza. Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE). Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.
DANTAS, V. A. Aspectos Históricos e Políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão (1976-1989). 2016. 268f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2016.
FARIAS, Maria Claudia Cardoso. Roda dos sentidos: a formação continuada de professores em espaços de coletividade. 150f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.
FAUST, J. M. Propostas internacionais para a carreira docente: repercussões nas políticas nacionais e resistências locais. 202f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2015.
GINDIN, J. J. Sindicalismo docente e Estado: as práticas sindicais do magistério no México,

Brasil e Argentina. 2006. 253 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
GOMES, Mara Pavani Silva. Que movimento movimentou os professores? O movimento dos professores do estado de São Paulo. Dissertação (mestrado em Educação). São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2004.
GUINOSSI, Viviane Belizario de Freitas. Conflito, resistência e solidariedade na história da educação pública paulista: um estudo sobre a ocupação da Alesp pelos professores durante a greve de 1993. 413 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019.
HIDAKA, R. K. As políticas neoliberais dos Governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo. 2012. 150 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: UNESP, 2012.
HIRO, C. H. D. História e consciência de classe na educação brasileira lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 1983). 2012. 237 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2012.
LANÇA, H. O jornal sindical e a formação política: o caso da UDEMO junto aos diretores de escola da rede estadual paulista. 103 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2013.
LOUZADA, Maria Aparecida Figueiredo. Análise das práticas da direção do SINDIUPES e o que estas práticas produziram no coletivo de trabalhador@s em educação na década de 90. 145f. Dissertação (mestrado em Educação). Vitória: Universidade Federal de Espírito Santo, Vitória, 2007.
MATOS, Alessandro Rubens de. Trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004. 113 f. . Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo. 2010.
MIRANDA, K. A organização dos trabalhadores em educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal: o pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO-Rio, da UPPE e do SEPE-RJ. 2005. 167 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2005.
NASCIMENTO, C. de J. do. Sindicato dos professores da rede pública de educação do Estado de São Paulo: Como vai o movimento na era neoliberal? 2010. 180 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.
NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino do. Os funcionários da educação: da constituição da identidade à ação como co-gestores de escola. Dissertação (mestrado em Educação). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
NASCIMENTO, Letácio Fonseca do. As lutas do movimento docente e a formação de professores: "a APRN em questão". Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal de Rio Grande do Norte, 2001.
OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Sindicalismo na educação: consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE em Sergipe (1992-1996). 137 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
OLIVEIRA, J. C. de. Professores e o sindicalismo público municipal: algumas experiências em destaque: São Leopoldo e Bagé, RS (1988- 2005). 179 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo: UNISINOS, 2012.
OLIVEIRA, Victor Fernando Ramos de. Sindicalismo docente: a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP. 143 f. Dissertação (mestrado em Educação). Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
PAIVA, L. R. B. de. Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina - História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010). 2016. 682 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2016.

PESSOA, M. K. M. A crise do sindicalismo e o caso do Sindicato APEOC: uma análise a partir da greve de 2011. 2015. 215f. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2015.
PINTO, Flávia Virgínia Melo. Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte. 151 f. Dissertação (mestrado em Ciências da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
RAMOS, D. S. A UPPEES e sua relação com a Ditadura Militar. 2015. 90 f. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo: UERJ, 2015.
REIS, Rute Rodrigues dos. O Movimento Docente e o Debate sobre Financiamento Educacional: O Caso da APEOESP (1995-2002). 135 f. Dissertação (mestrado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
RESENDE, Ulisses Borges de. Mobilização Sindical no Distrito Federal: uma abordagem comparativa das práticas dos professores das redes pública e privada, 1995-2002. Dissertação (mestrado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
REZENDE, Elaine Souza O movimento dos professores da rede estadual de ensino no discurso jornalístico da imprensa Mato-grossense no período de 1991 a 1994. Dissertação (mestrado em Educação). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.
RODRIGUES, Fernanda Belo. As mudanças no mundo do trabalho e a ação sindical dos trabalhadores em educação. Dissertação (mestrado em Educação). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006.
SALOMÃO, Bluma. Reformas educacionais e conflitos sociais: o caso APEOESP. Dissertação (mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade do Estado de Rio de Janeiro, 2003.
SANTOS JUNIOR, Alcides Leão. Mulheres Professoras: memórias da organização docente. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.
SANTOS, Maria Oliveira. Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores. 135 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012.
SANTOS, Verônica de Barros. Condições de acesso e permanência das mulheres no movimento sindical. 128 f. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.
SILVA, Antonia Francimar da. Representações de dirigentes do sindicato dos trabalhadores federais da educação básica e profissional sobre profissão e profissionalização docente. Dissertação (mestrado em Educação). Natal: Universidade Federal de Rio Grande do Norte, 2004.
SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. As trabalhadoras da educação infantil e a construção de uma identidade política. Dissertação (mestrado em Educação). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006.
SILVA, J. C. da. A Política Educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOESP. 2013. 231 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2013.
SILVA, Reni Gomes da. Educação: campo de luta - um estudo sobre os congressos do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP (1997-2006). 238 f. Dissertação (mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
SILVA, Tarcísio Firmino da. A construção de valores sobre o trabalho docente e a saúde do trabalhador: das políticas públicas aos enunciados sindicais. 76 f. Dissertação (mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
SILVEIRA, Marta de Moraes Lima. Entre gregos e troianos. As relações entre o SEPE/RJ e a Categoria de Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

SIMÕES, Nadia de Aquino. FUNDEF e o movimento sindical: a experiência de Duque de Caxias /RJ. Dissertação (mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.
SOUSA, A. L. H. Mercantilização da Educação e precarização das relações de trabalho docente: o ensino superior privado e a atuação do sindicato dos professores e professoras de Guarulhos. 2015. 227f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2015.
TRINDADE, H. J. G. Histórias de vida de docentes que se tornaram sindicalistas. 2016. 214 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2016.
VALDEZ, Guiomar do Rosário Barros. Caminhos e descaminhos do sindicalismo docente ao longo da década de 1990: referência e especificidade do SEPE, Campos neste contexto. Dissertação (mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.
VIEIRA, Josenilton Nunes. Professores em movimento: a luta pela definição do estatuto e plano de carreira do magistério em Petrolina - PE. Dissertação (mestrado em Educação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

APÊNDECE D

TESES

ALMEIDA, D. M. Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962- 1992): A APEOC/Sindicato e o SINDIUTE. 2015. 381 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFScar, 2015.
BASTOS, James Dean Brito. A trajetória sindical do MOSEP na Educação básica no Maranhão (1977 a 2004). 376 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2020.
BATISTA, M. S. X. A reforma do Estado, a reforma da universidade e o movimento docente. 2000. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFP, 2000
BIAVATTI, Vania Tanira. Sindicalismo docente e modos de subjetivação na contemporaneidade. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
BONFIM, Maria do Carmo Alves. Movimento de docentes da educação básica pública piauiense: heterogeneidade. Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
BÚFALO, J. M. P. Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001). 2009. 179f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2009.
CARISSIMI, A. C. V. Ação sindical na construção da Agenda Política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP-sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015. 2016. 203 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba: UFPR, 2016.
CRUZ, H. L. Condições de construção histórica do sindicalismo docente na Educação Básica. 2008. 301f. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2008.
GOMES, Ana Maria Duarte do Vale. Diálogo e Conflito, A Presença do Pensamento Freireano na Formação do Sindicalismo Docente. Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
LEMONS. Daniel Cavalcanti de Albuquerque. (2010). Professores em movimento: A emergência do associativismo docente na Corte Imperial. 545 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
LIMA, Joscione de Jesus. Governamentalidade e modos de identificação: tramas discursivas de/sobre professores da educação básica. 190 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade São Francisco, 2015.
LINHARES, Maria Conceição da Silva. A comunicação sindical: as redes digitais como espaço para a formação política dos professores em Sergipe. 2019. 213 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2019.
LUGLI, Rosário Genta. O trabalho docente no Brasil. O discurso dos Centros Regionais de Pesquisa educacional e das entidades representativas do magistério (1950- 1971). Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
LUZ, Sílvia Letícia D. Sindicalismo e educação no estado do Pará: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente. 315 f. Tese (doutorado em Educação). Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
MARTINS, Elita Betania de Andrade. Abelhas ou arquitetos? A compreensão dos professores sobre autonomia e as implicações no seu processo de formação e trabalho. 212 p. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
MELO, Savana Diniz Gomes. Reformas educacionais e nova organização do trabalho na escola: a (re) edição de conflitos docentes no Brasil e Argentina. Tese (doutorado em

Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
MIGUEL, M. M. B. História da educação brasileira e seus personagens invisíveis – práticas sindicais e políticas do sindicato dos funcionários e servidores da educação do estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992). 2016. 458 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2016.
MIRANDA, K.A. As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT. 2011. 400f. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2011.
OLIVEIRA, Wellington de. A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE. 411 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
PALHANO, Eleanor Gomes da Silva. O Movimento Sindical dos Professores do Ensino Público no Estado do Pará suas Lutas e Conquistas. Tese (doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
PAULA, R. P. de. Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da Apeoesp (1945-1989). 2007. 270 f. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis: UNESP, 2007.
PITON, Ivania Marini. Políticas educacionais e movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos docentes na educação básica paranaense. 293 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 2004.
RAPOSO, D. M. V. A. Identidade profissional e participação sindical. 2015. 139 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2015.
RESES, Erlando. De Vocação para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor. 308 f. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
RUIZ, M. J. F. Lutas populares e democratização da escola pública no Estado do Paraná (1983-2010). 2013. 203 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília: UNESP, 2013.
SADI, Renato Sampaio. Projeto das direções sindicais da educação de São Paulo - SP. Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2001.
SANTOS, Damião Oliveira. Políticas públicas de educação e os desafios da classe trabalhadora: limites e contradições na elaboração do projeto “A Escola Democrática e Popular: a educação que queremos”. 155 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.
SILVA, Amanda Moreira da. Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas. 395 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
SILVA, R. S. C. O sindicalismo docente na educação básica do Maranhão: da associação à emergência do sindicato. 2013. 258 f. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2013.
VAZ, Marta Rosani. Sindicalismo docente e as particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas do magistério público municipal. 247 f. Tese (doutora em educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.
VIEIRA, Josenilton Nunes. O sindicato como espaço de construção da profissão docente. 2009. 224 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
WEIDE, Darlan Faccin. Educação e política em escritos de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci. 400 F. Tese (doutorado Em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná. 2018

APÊNDICE E

PALAVRAS-CHAVE

Associação docente

Docência e Relações de Gênero; Trabalho Docente; Sindicalismo Docente.

Docentes; América Latina.

Identidade docente; Sindicalismo docente; América Latina.

Imperialismo; Capitalismo Burocrático; Corporativismo sindical.

Marx; Engels; Sindicalismo; Sindicalismo Docente; Contra-ideologia.

Política educacional; Piso Salarial Profissional Nacional; Sindicalismo docente.

Política educacional; Sindicalismo docente; Corporativismo.

Política educacional; Sindicalismo Docente; Mato Grosso do Sul.

Política Pública; Financiamento da educação; Sindicalismo docente.

Políticas Docentes; Sindicalismo Docente; Cenários Políticos.

Proletarização docente

Relações de Gênero; Sindicato dos Professores; Professor.

Saúde do Trabalhador; Trabalho em Escolas; Saúde dos Profissionais da educação.

Sindicalismo docente; Central Única dos Trabalhadores.

Sindicalismo Docente; Políticas Educacionais; Educação Superior.

Sindicalismo Docente; Reformas Educativas; Conflito Educativo; Conflito Social; Neoliberalismo;

Lutas

Sindicalismo Docente; Resistência; Docentes.

Sindicalismo docente; Sindicalismo Operário; Associativismo; Condições Objetivas; Condições Subjetivas.

Sindicalismo Docente; Teoria Política; Educação dos Educadores; Hegemonia; Greves.

Sindicalismo Docente; Trabalho Docente.

Sindicalismo; Diálogo; Concertação.

Sindicato docente

Sindicato em Educação; Unicidade Sindical; Liberdade Sindical; Heterogeneidade; Fragmentação.

Trabalho docente; Sindicalismo Docente; Identidade Docente; Trabalhadores em Educação.